

Nascimento Moraes

Leituras críticas
de *Vencidos e
degenerados* e
outros escritos

Ubiratane de Moraes Rodrigues (Org.)



Nascimento
Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



SIBi
SISTEMA INTEGRADO
DE BIBLIOTECAS

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Diretor

Prof. Dr. César Augusto Castro



EDUFMA EDITORA DA UFMA

Coordenadora Irenilma Cadête Lima
Conselho Editorial Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Profa. Dra Jussara Danielle Martins Aires
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



Esta obra está licenciada sob uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha
Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

Nascimento Moraes

Leituras críticas
de *Vencidos e
degenerados e
outros escritos*

Ubiratane de Moraes Rodrigues (Org.)

São Luís



EDUFMA

2026

Diagramação: Fabio Bezerra Brito

Capa e revisão: Ubiratane de Moraes Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nascimento Moraes: leituras críticas de Vencidos e degenerados e outros escritos [recurso eletrônico] / Ubiratane de Moraes Rodrigues (org.). — São Luís: EDUFMA, 2026.
404 p.: il.

Modo de acesso: <www.edufma.ufma.br>
ISBN:978-65-5363-598-2

1. Literatura maranhense — Crítica literária. 2. Leituras críticas - Vencidos e degenerados. 3. Nascimento Moraes — Análise literária. I. Rodrigues, Ubiratane de Moraes.

CDD 869.812 1
CDU 821.134.3(812.1).09

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira
CRB 13 / 418

CRIADO NO BRASIL [2026]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

Agradecimentos

Agradeço a todos e a todas que contribuíram gentilmente com seus escritos para essa publicação. Agradeço à EDUFMA pela publicação e compromisso com a comunidade científica da UFMA, ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Filosofia PPGFil da Unioeste/Campus de Toledo-PR, ao apoio do Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros – PPGAFRO, ao apoio do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA), ao apoio e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq com bolsas de PIBIC que possibilitaram o desenvolvimento do projeto de pesquisa cujo fruto direto é essa coletânea.

Sumário

- 9 **Apresentação**
- 15 **Desmoronamento**
Nascimento Moraes
- 24 **Historietas alforriadas em *Vencidos e degenerados***
Manoel de Jesus Barros Martins
- 29 **A cidade dos vencidos: São Luís, seus espaços e usos em José do Nascimento Moraes**
Adriana Gama de Araújo
- 60 **José do Nascimento Moraes, o invencível lutador degenerado**
Rosângela Carreira
Jarbas Vargas Nascimento
- 104 **Personagens femininas como eixo narrativo de *Vencidos e degenerados***
Lívia Teixeira Costa
- 120 ***Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes: entre a ficção e a crítica ao campo literário brasileiro**
Luiz Henrique Oliveira
- 139 **A descolonização curricular a partir do estudo da pós-abolição em *Vencidos e degenerados*: uma proposta pedagógica no 9º ano do ensino fundamental**
Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa
- 172 **A representação do negro em *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes: abolicionismo, preconceito e violência**
Fernanda Pereira
Denise Almeida Silva

- 193 **Representações do protagonismo dos vencidos na ficção de Nascimento Moraes**
Luís Oliveira Freitas
- 213 **Os “Vencidos e Degenerados” de São Luís**
Isis Rost
- 234 **Os sonhos acordados de *Vencidos e Degenerados***
Ubiratane de Moraes Rodrigues
- 254 **Entre vozes silenciadas e lutas interrompidas: A intelectualidade subalterna em *Vencidos e Degenerados* de Nascimento Moraes**
Claudia Silva Lima
- 292 **Uso metodológico de escritos de Nascimento Moraes no ensino de história da educação: pela visibilidade de intelectuais negros na formação de professores**
Mariléia dos Santos Cruz
- 320 **Nascimento Moraes: uma proposta de análise literária para o conto *Desmoronamento***
Natércia Moraes Garrido
- 343 **Antônio Lobo x Nascimento Moraes**
Isis Rost
- 367 **Oligarquia e Medo**
Flávio Reis
- 379 **Valério Santiago e José Nascimento e Moraes: uma reflexão sobre autoria e autoralidade**
Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira
Jarbas Vargas Nascimento

Apresentação

A presente obra surge em um momento em que o Brasil retorna o olhar para a literatura maranhense, não para a Atenas brasileira, mas, para a potência da escrita negra. Certamente, Maria Firmina dos Reis é a grande responsável por este retorno, mas não somente ela. No início do século XX houve no Maranhão um reavivamento intelectual em que jovens buscavam reacender o mito de outrora por meio de seus escritos, grêmios estudantis e instituições. Entre esses jovens encontrava-se um dos maiores intelectuais do Maranhão, José do Nascimento Moraes, um dos raros negros que transitavam na elite intelectual maranhense.

Considerado um polemista, foi um pensador ativo em vários campos da sociedade: educação, jornalismo, literatura e política, por exemplo. Seus escritos não deixam dúvidas de que o racismo era um dos Golias a ser vencido, juntamente com todas as mazelas herdadas do sistema escravocrata. É impossível passar pela história intelectual, ou pelo jornalismo, ou ainda, pela literatura do século XX maranhense sem passar por Nascimento Moraes.

Busca-se com essa coletânea reverberar, por meio de uma polifonia de textos, a voz de Nascimento Moraes cravada em seus escritos como um convite à escuta *in loco* desse vencedor. Assim, reuniu-se interpretações sobre Vencidos e degenerados, e sobre outros escritos do autor, de pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do Brasil. O impulso para a organização dessas interpretações em um único volume surge do projeto de pesquisa Crítica e utopia concreta na obra de Nascimento Moraes, inserido em um projeto maior sobre o pensamento crítico filosófico afro-maranhense em desenvolvimento pelo organizador dessa coletânea.

Durante dois anos e meio de estudos e pesquisas percebemos que haviam muitos trabalhos sobre Nascimento Moraes em forma de tese de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso e artigos científicos. Esses materiais eram estudados no Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Cultura para o desenvolvimento das pesquisas dos/as bolsistas. Ora, ao percebermos a riqueza dispersa dessas pesquisas e a ausência de publicações de livros sobre nosso autor, partimos para o projeto de reunir o maior número possível de contribuições por todo o Brasil em uma única obra. Assim, nasce essa coletânea com acesso livre para que todos e todas possam conhecer um pouco das infinitas possibilidades de ler Nascimento Moraes.

Cabe lembrar que alguns capítulos aqui reunidos já foram publicados em outros meios de divulgação científica. Entretanto, eles compreendem um instrumento fundamental para leituras sobre Nascimento Moraes, e reunidos formam um conjunto interpretativo consistente e diverso de sua obra ao lado dos textos inéditos.

Esse conjunto de escritos vai além da preocupação com o legado da obra de Nascimento Moraes, é um convite às interpretações críticas de nossa sociedade brasileira, cuja tônica racista ainda impera nas ruas e nos espaços acadêmicos que excluem àquele e àquelas que estão fora do cânone. Os escritos nesse livro atravessam política, literatura, filosofia, história, ética, questão de gênero, educação, psicologia, entre outras. Respondendo em parte, ao desafio de nosso tempo no resgate da dignidade intelectual daqueles e daquelas que foram silenciados/as na história e invisibilizados/as pelos currículos eurocentrados.

Destaca-se ainda, nessa obra, o feliz encontro entre renomados/as pesquisadores/as sobre o pensamento de Nascimento Moraes e jovens pesquisadores/as, demonstrando que caminhos abertos, como por exemplo, pela Prof^a. Dr^a Mariléia dos Santos Cruz são trilhados por jovens interessados/as no pensamento de Moraes. Não podemos

deixar de lembrar ainda, os trabalhos referências da Prof^a. Ma. Adriana Gama de Araújo, da Prof^a. Dr^a. Rosangela Carreira e do Prof. Dr. Manoel de Jesus Barros Martins largamente citados nos escritos e pesquisas sobre Nascimento Moraes. Portanto, esse feliz encontro de gerações de pesquisadores/as vem celebrar e demonstrar a importância de Nascimento Moraes para a compreensão da sociedade maranhenses e brasileira, bem como, justificar a publicação dessa coletânea que deseja ser mais uma contribuição para outras pesquisas e publicações, não só sobre Nascimento Moraes, mas sobre todos e todas que tiveram suas vozes e escritos silenciados pelo racismo ou qualquer outra forma de sujeição do ser humano.

Depois de iniciarmos a coletânea com um conto do próprio homenageado, Desmoronamento, e aproveitamos para fazer um agradecemos especial à Prof^a. Dr^a Natércia Moraes Garrido por ter gentilmente cedido esse conto para abrilhantar este livro, abrimos a sequências crítica com o capítulo Historietas alforriadas em vencidos e degenerados, de Manoel de Jesus Barros Martins, que nos apresenta seu consagrado conceito de “operários da saudade” e a força intelectual do grupo Novos Atenienses destacando a jornada de Nascimento Moraes e seu atavismo deliberado. O capítulo, A cidade dos vencidos: São Luís, seus espaços e usos em José do Nascimento Moraes, de Adriana Gama de Araújo, faz uma leitura da paisagem literária descrita por José do Nascimento Moraes da cidade de São Luís, apresentando-nos como a vivência urbana dos personagens de Vencidos e degenerados nos vincula com a cidade.

O capítulo, José do Nascimento Moraes, o invencível lutador degenerado, de Rosangela Carreira e Jarbas Vargas Nascimento, radicaliza as interpretações sobre nosso autor colocando-o como parte da memória negra nacional. A partir do discurso paratópico e do discurso da negritude, ele nos possibilita a compreensão do contexto e das condições sócio-históricas de produção de Moraes.

O capítulo de Livia Teixeira Costa, intitulado Personagens femininas como eixo narrativo de Vencidos e degenerados, faz uma leitura contemporânea da obra. Sem anacronismos, a leitura feminista da obra sugere uma estrutura cujos pilares são as mulheres. O capítulo Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes: entre a ficção e a crítica ao campo literário brasileiro, de Luiz Henrique Oliveira, faz uma análise crítica de Vencidos e degenerados a partir das visões dos personagens e do narrador destacando em suas análises as disputas contidas no campo literário maranhense.

O capítulo, A descolonização curricular a partir do estudo da pós-abolição em Vencidos e degenerados: uma proposta pedagógica no 9º ano do ensino fundamental, de Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa, articula literatura, história e pedagogia crítica em sua apropriação de Vencidos e Degenerados para pensar a educação e o ensino de história em uma perspectiva de descolonização curricular como um imperativo legal e ético. O capítulo de Fernanda Pereira e Denise Almeida Silva, em A representação do negro em Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes: abolicionismo, preconceito e violência, nos apresentam como o negro era representado no contexto do período pré- e pós-abolicionista em Vencidos e degenerados, destacando o conceito de violência da filósofa brasileira Marilena Chauí e do sociólogo norueguês John Galtung.

O capítulo, Representações do protagonismo dos vencidos na ficção de Nascimento Moraes, Luís Oliveira Freitas, faz uma crítica ao cânone da literatura brasileira, apresentando que o mesmo é elitista e basicamente de autoria branca. Assim, ele apresenta o protagonismo dos vencidos na trama romanesca de Nascimento, destacadamente, negro. O capítulo de Isis Rost, em Os “Vencidos e Degenerados” de São Luís, empreende uma análise sociológica da obra delineando a condição estrutural de uma pobreza preta a partir do momento em que ela vê na Rua São Pantaleão um lugar chave do romance e ao mesmo tempo uma das áreas que concentrava a população negra e a pobreza da capital.

O capítulo Os sonhos acordados de Vencidos e Degenerados, de Ubiratane de Moraes Rodrigues, é uma leitura filosófica da obra de Nascimento Moraes a partir do conceito de sonhos acordados de Ernst Bloch, sendo o capítulo um convite à outras leituras filosóficas de Vencidos e degenerados. No capítulo de Claudia Silva Lima, em Entre vozes silenciadas e lutas interrompidas: A intelectualidade subalterna em Vencidos e Degenerados de Nascimento Moraes, a obra de Nascimento Moraes é tratada como um registro de denúncias sociais, como um dispositivo crítico de leitura da realidade social do seu tempo. A autora demonstra as estratégias de subalternização e da colonialidade na estrutura social na qual o romance foi escrito.

O capítulo, Uso metodológico de escritos de Nascimento Moraes no ensino de história da educação: pela visibilidade de intelectuais negros na formação de professores, de Mariléia dos Santos Cruz, busca a construção social da memória coletiva onde os/as intelectuais negros/as não sejam esquecidos/as. Seu campo de atuação, a História da Educação, permite-lhe fazer uma crítica mordaz à historiografia que silencia e exclui pessoas negras que contribuíram, e contribuem, com a formação nacional. No capítulo Nascimento Moraes: uma proposta de análise literária para o conto Desmoronamento, de Natércia Moraes Garrido, temos uma crítica literária para apontar que nos contos de Nascimento Moraes estão também seus pensamentos, ideias e críticas. Assim, articulando o conceito de sinal e sintoma ela esquadrinha o conto Desmoronamento para nos apresentar uma crítica social de Moraes.

No capítulo Antônio Lobo x Nascimento Moraes, de Isis Rost, temos a apresentação da disputa entre os dois principais representante da juventude intelectual da primeira metade do século XX. O capítulo, Oligarquia e Medo, de Flávio Reis, faz uma análise do texto de Nascimento Moraes apresentando as tensões políticas, sociológicas e psicológicas vividas por Moraes em Neurose do Medo, texto fundamental na análise histórica da política maranhense.

Por fim, o capítulo de Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira e Jarbas Vargas, intitulado Nascimento Valério Santiago e José Nascimento e Moraes: uma reflexão sobre autoria e autoralidade, encerra a coletânea com mais uma contribuição aos estudos sobre Nascimento Moraes, a saber, o da utilização do pseudônimo por nosso pensador. Por meio da Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa na obra de Maingueneau, o texto problematiza o conceito de autoria e demonstra que há estratégias de deslizamento, ancoragem e apagamento do autor na construção da imagem de autor dada a Valério Santiago.

Dito isso, é com alegria que desejamos uma boa leitura a todos e todas, e celebramos a publicação dessa coletânea com a certeza de que em breve outras publicações aparecerão sobre esse incansável filósofo degenerado.

Ubiratane de Moraes Rodrigues

Desmoronamento

Nascimento Moraes

Num daqueles sobradões que se erguem no último quarteirão da rua Cândido Mendes (hoje da Estrela), morava, há setenta anos, o coronel Francisco Bernardo de Sousa Coutinho, um dos mais abastados lavradores do Estado e figura de alta representação assim na cidade de S. Luís, como em empresas e companhias que coletavam grandes lucros em suas transações em toda a província.

Não era grande a família do Coronel Coutinho, que se casara aos trinta anos de idade com a filha mais velha do coronel Arelino Maia, alto funcionário da Recebedoria. Chamava-se Amélia Maria Coutinho a sua esposa e era de sua idade.

Casamento feliz e louvado. Conforme o conceito daquele tempo, viviam em harmonia porque facilmente se compreendiam. Ao fim de 20 anos de matrimônio, contavam dois filhos: o Américo, um rapagão forte que havia tantos anos de idade quanto os pais de casados; e Vitorinha, de dezoito anos.

O Américo não dera para nada. Aos 20 anos era apenas um gozador. Só falava em festas e pagodeiras. A Vitorinha era de outra pipa. Aos 17 anos já era uma moça prendada. Estudava no recolhimento com as freiras. Falava bem o francês, o inglês e o italiano. Escrevia bem e com elegância o português. Tocava, com admiração de todos, o piano. Estudava canto com a esposa do poeta Cláudio Tigreiro, educada em Paris. Três vezes por semana, lá se ia Vitorinha, para a aula, acompanhada de uma escrava, lá no Campo do Ourique, num dos vastos prédios que tem a frente para o poente.

Os dois irmãos não pareciam em coisa alguma. O rapaz dava tudo pelo luxo. Vitorinha era de uma simplicidade encantadora. O rapaz era um temperamento ardente, impulsivo; Vitorinha era meiga, delicada e de uma afabilidade atraente. Diziam então que o Américo saía ao pai e que a Vitorinha era a cópia da mãe.

Mas apesar dos erros do Américo e de suas grandes despesas, o casal não se sentia mal; porque o Coronel Coutinho, no íntimo, gostava do filho. Os seus arrebatamentos, os seus declives para o prazer, eram atestados eloquentes de sua paternidade.

Quando se declarou o namoro entre Vitorinha e o Manuel Arruda, caixeirinho da Praia Grande e estudante de escrituração num curso comercial, o coronel Coutinho e D. Amélia ficaram desapontados. Não demorou que o desapontamento crescesse e se transformasse numa atitude enérgica que abateu profundamente o ânimo de Vitorinha.

Travou-se então, uma luta terrível: de um lado, o coronel Coutinho, D. Amélia, a parentela e os amigos do casal. Todos achavam que o Arruda, um pobretão, um João Ninguém sem eira nem beira, sem um nome ilustre ou acatado, não podia aspirar tão grande honra como fosse casar com a Vitorinha, moça rica, de uma família respeitada, brilhante figura da sociedade de São Luís. O Coronel Coutinho sentia-se humilhado. Aquele namoro ridicularizava a sua família.

Pobreza não é defeito, disse-lhe certa vez a Vitorinha. E disse-lhe mais: “Dinheiro não é grandeza. Nome de avós nem sempre é um título honroso. Meu pai está muito errado em suas convicções.” Mas o coronel Coutinho não podia aceitar esse modo de ver da filha. Ouvindo-a, ficou escandalizado. Teve a impressão de que ouvia uma louca.

Em São Luís a sociedade estava dividida em castas, bem caracterizadas, pelos recursos, pelo traje, pela habitação e pelos bairros. Os indivíduos dessas castas eram plenamente convencidos de sua condição. O operário estava conformado com a sua pobreza e

não procurava sair dela. O que ganhava dava para suas despesas. Era feliz por isso. Os filhos frequentavam uma escola primária e depois, aprendiam um ofício qualquer, e por vezes o próprio ofício do pai. Só envergava um paletó e calçava sapatos ou botinas aos domingos, dias santos ou feriados. E assim mesmo esses eram os mais graduados. Os mais eram descalços e em mangas de camisa. Traziam chinelos de couro cru nos mesmos dias em que vestiam o paletó.

Os funcionários também viviam modestamente. Esses não tinham outra ambição que não fosse esperar que o mais graduado morresse ou se aposentasse. Pela sua pouquidade de recursos materiais, viviam encostados, numa atitude de inferioridade aos ricos da Praia Grande, padrinhos de seus filhos, e que por isso lhes dispensavam alguma consideração e lhes faziam pequenas dádivas, ou abastados lavradores ou criadores, chefes de partidos políticos ou figuras altamente representativas da administração pública da Província.

Havia os “camisas fora da calça”, os “camisas curtas”, ambos descalços, que não eram operários propriamente ditos mas artesãos, trabalhadores de serviços pesados, carregadores de móveis e bagagens que não tinham direito a coisa alguma e moravam em mansardas, embaixo de sobrados, em casebres dos bairros mais inóspitos.

Os pobres não podiam levantar a cabeça diante dos ricos. Os ricos olhavam com desprezo para a pobreza. Os simples levantavam-se à passagem de um rico. Um da arraia miúda ao passar diante de um potentado, cumprimentava-o. Conheciam-se mulher escrava porque em lugar do casado, usava o cabeção.

Não havia promiscuidade. Em qualquer parte, homens e mulheres eram conhecidas pelos seus trajes. Os pobres não moravam nos bairros dos ricos. Nos préstitos religiosos ou cívicos, agrupavam-se as castas. Cada indivíduo procurava o seu lugar. Adulador era o pobre que

frequentava a casa do rico. Indigno e baixo era o rico que se punha em contato com os pobres. Os pequenos não podiam comentar fatos que se passavam nas casas dos ricos.

Ora, o coronel Coutinho e D. Amélia não podiam ver com bons olhos o casamento de Vitorinha com o Arruda. A família do coronel Coutinho perderia todo o seu prestígio se a Vitorinha casasse com o Arruda.

O coronel Coutinho pôs então, em prática, uma politicazinha de bastidores, para a qual vantajosamente concorreu D. Amélia. Mandaram que todas as famílias amigas habilmente procurassem Vitorinha e lhe fizessem sentir a sua degradação. Porque aquele namoro com o Arruda era, sem mais nem menos, uma degradação!

Vitorinha passou a ser visitada pelas amigas. E passou a receber das mesmas amigas, amiúde, convites para passeios, festas. Era preciso arrancar a Vitória da influência moral do caixeirinho. E para fazê-la, urgia distraí-la e aproximá-la dos rapazes elegantes e ricos que frequentavam a alta sociedade.

Vitorinha não frequentava a alta sociedade. Passara muitos anos a estudar no recolhimento. As obrigações escolares não lhe haviam permitido recrear-se. Às primeiras horas da noite passava a fazer exercícios de redação, traduções e leituras. Durante três anos esteve internada por causa dos estudos de piano e canto. Quando terminara o curso, havia adquirido hábitos que não se ajustavam às exigências da vida social. À noite, não podia passar sem ler um livro bom, instrutivo. E para se aperfeiçoar no piano, pedira ao pai para falar ao pianista francês Churè, de grande nomeada em São Luís, para lecionar em casa. O pianista aquiescera e Vitorinha, com o advento da novidade, entregou-se a novos estudos de piano.

O namoro lhe prejudicava os estudos. À hora do almoço, Vitorinha via passar o seu namorado de quem recebia com um sorriso

e uma grande promessa no olhar o cumprimento, o olhar e o sorriso. Aos domingos e dias santos encontravam-se pela manhã na igreja da Conceição. Cumprimentavam-se de longe. Esqueciam a missa para trocar olhares que diziam um ao outro o que a palavra não podia dizer. O encanto desse namoro, que era o tipo normal dos namoros naqueles tempos, estava nas cartas que trocavam amiúde, por intermédio de uma pretinha, Isidora, cria do coronel Coutinho e muito dedicada a Vitorinha.

As cartas de Arruda eram o encanto espiritual de Vitorinha, que vivia pela delicadeza dos sentimentos daquele rapaz pobre que se rendera cativo de sua beleza, de sua educação e de seus sentimentos. Essas cartas, escondia-as ela no baú de Isidora, onde ninguém mexia.

A politicazinha deu resultado. Um rapaz rico, educado na Europa onde passara catorze anos, apaixonou-se pela Vitorinha, ou melhor, pelas prendas da Vitorinha. Porque a verdade era que a filha do coronel Coutinho não era uma beleza que impressionasse à primeira vista, a quem quer que seja. A beleza de Vitorinha só podia ser revelada ao olhar penetrante do homem inteligente e sentimental, a quem fosse dado a oportunidade de a ver muitas vezes de perto, de a ouvir e receber o influxo poderoso de sua voz admirável, cheia de tonalidades sedutoras a serviço de suas ideias e de seus pensamentos.

Vitorinha não encontrava no Armando Saraiva predicados que lhe sujeitassem o coração. O Saraiva era um rapaz elegante, acostumado às rodas sociais. Falava várias línguas sem correção e contava com muita graça o que fora sua vida nas grandes capitais europeias. Fazia descrições interessantes de coisas que por lá vira, delineava aspectos curiosos de praças, de monumentos, de palacetes, de ruas, e fazia silhuetas de tipos característicos de várias civilizações e de índoles diversíssimas.

Foi esta a ponte alegre porque Armando passou a se aproximar de Vitorinha, sempre insinuada pela roda de suas amiguinhas adestradas

em convencê-la de que o Armando era um excelente casamento. O coronel Coutinho e D. Amélia estavam satisfeitiíssimos com o caso. Quando o Arruda soube do que estava se passando, recebeu um choque tremendo. Passada, porém, a primeira impressão, tomou uma resolução inabalável. Reagiu, heroicamente, contra a fraqueza e contra o desespero que o assaltaram ao mesmo tempo. Escreveu uma longa e comovedora carta à Vitorinha e dois dias depois embarcava para Belém do Pará.

A educação de Armando, à europeia, era em São Luís um simulacro de educação. Armando bebia todas as bebidas alcoólicas. Passava as noites em orgias nas casas das horizontais mais afamadas de S. Luís. Depois das reuniões familiares a que comparecia, Armando entregava-se em companhia de mulheres vadias a excessos que, por vezes, avultavam como escândalos. Ao dia seguinte, a meia voz, toda a cidade sabia do caso, com todos os pormenores. Citavam-se os nomes das “horizontais” que haviam tomado parte da farra! Era inútil negar ou procurar estabelecer a balbúrdia, em torno do que se passara. Aliás, Armando não escondia suas diabruras. Acostumara-se nos grandes centros de civilização a fazer tudo às claras. Mulheres, prazeres, vinhos, que havia demais?

Quando chegava à casa depois das duas horas da madrugada a Vitória perguntava-lhe por onde andara, guiando a turma. Com a língua perra, desmanchado nos gestos, dessasseiado nas palavras, fazia um relatório de indecências e obscenidades. Passavam diante dos olhos de Vitorinha páginas cruas de um mundanismo imoralíssimo. E, quando o Armando lhe citava os nomes dos companheiros, que eram os de pessoas de elevada posição social, que lhe haviam sido apresentadas pelo coronel Coutinho como pessoas respeitáveis, exemplos de honra, dignidade e brio, Vitorinha ficava estarrecida! Cuidava, a princípio, que seu marido mentia para se justificar, apesar de embriagado, mas depois, como aqueles nomes apareciam sempre no rol de seus companheiros, convenceu-se de que o marido exarava a verdade em chegando de suas pagodeiras.

Vitorinha, a princípio aturdida, depois curiosa, chegou por fim à fase da indignação e de revolta. Passou a receber o marido com admoestações, numa linguagem quase cordial. E o marido ria de seus conceitos:

- És uma mulher adorável! O coronel Coutinho muito se esforçou, coitado, para te dar uma esmerada educação. Reconheço o seu esforço. Mas afinal, que poderia ele arranjar aqui na Província? Ficaste provinciana, convencida porém, de que és uma mulher superiormente educada, és! E queres agora meter na minha cabeça essa bagaceira que a bom dinheiro tivestes no recolhimento, como se meu cérebro fosse um estômago. Deixa-te de bobagens! E acredito que sou um marido exemplar porque não te engano, não te minto e sempre te falo com a franqueza que caracteriza um homem bem educado. Precisas, minha filha, de dar um passeio pela Europa.

Anos depois, quem por acaso visitasse o Portinho estranhava de encontrar ali entre as rameiras uma mulher que, pelo aprumo, pela conversação, bem mostrava que rolara dos salões opulentos de uma sociedade de gente rica. Era Vitorinha, que já muito alcançada pelos anos, vivia em companhia de um vendedor de frutas, o caboclo Coriolano, um quarentão insolente e amante da pinga.

Não a conheciam bem os moradores do Portinho. Vitorinha rolava devagar depois da morte do pai, que se acabara numa meia morada à rua da Misericórdia, depois que o Armando, já sem um vintém da herança paterna, também o arruinara.

Extinguira-se o esplendor daquela sociedade. Os ricos de ontem haviam ficado pobres e os seus descendentes, sem letras e sem cargos para trabalhar, estavam vegetando na vala comum. O Armando vivia no Beco do Prego, junto ao Zé do Coxo, com uma cocheira muito ordinária. Alugava burros e cavalos e nas horas vagas, ébrio, cantarolava uma

canção inglesa ou francesa, reminiscência dos anos ditosos que passara na Europa. O Américo perdera jeito de gente e era um autêntico caboclo do Pindaré, onde cultivava umas terras que houvera de seu pai.

Aquele Arruda caixeirinho viera de passeio a S. Luís em companhia da esposa. Era chefe de importante casa comercial em Belém do Pará. Casara-se com uma paraense rica. Estava no seu destino, a riqueza. Meteu-se no Hotel Central, num espaçoso apartamento no flanco direito. Uma tarde, quando lia A Pacotilha, o criado anunciou a vendedora de frutas e afastou-se da frente da porta. Entra a vendedora, com umas atas bonitas, numa bandeja. O Arruda levantou a cabeça e deu de cara com a Vitorinha.

Glossário

1. RECEBEDORIA: repartição pública que recolhe impostos ou taxas.
2. CAMPO DO OURIQUE: local atual da Praça Deodoro (no Centro de São Luís-MA).
3. CAIXEIRO: balconista de loja.
4. RECOLHIMENTO: convento de freiras.
5. EM MANGAS DE CAMISA: mal vestido ou só vestido com a camisa, sem paletó.
6. MANSARDAS: morada miserável; o desvão desse tipo de telhado é provido de janelas e transformado em último andar habitável da casa; água-furtada.

OBS: Valério Santiago era um dos pseudônimos utilizados por Nascimento Moraes, meu bisavô, para publicar seus contos, os quais, na verdade, constituem verdadeiras crônicas sobre a sociedade

maranhense e em especial, a ludovicense. Os contos foram escritos e publicados na Revista Athenas (década de 1940), um suplemento de variedades (inclusive literárias) vinculado ao jornal O Imparcial.

OBS 2: Referência do conto:

MORAES, Nascimento. Vencidos e degenerados & Contos de Valério Santiago. São Luís: SECMA; SIOGE, 1982. 332 p.

OBS 3: Referência das fotos publicadas aqui:

MORAES, Nascimento. Contos de Valério Santiago. São Luís: SIOGE, 1972.

OBS 4: Sobre Nascimento Moraes, um dia escreveu sobre ele o autor Josué Montello:

...Minhas dívidas de escritor para com a pessoa e a obra literária de Nascimento Moraes não são pequenas. Tive-o entre os meus mestres do Liceu Maranhense. Tive-o entre os guias de algumas de minhas leituras essenciais. E contei-o sempre entre os meus amigos. Pude sentir, assim, numa convivência, demorada, a grandeza de sua inteligência e de sua cultura. E posso avaliar o que ele teria sido, se houvesse se deslocado dos horizontes da província o cenário de suas ilusões. Haveria de perder algumas, como todos nós. Mas pelo menos o benefício de uma irradiação maior de seu nome ele teria tido. Porque essa irradiação Nascimento Moraes a merecia pelas virtudes de seu talento e de seu saber.

(Da coluna de crônicas Areia do Tempo, escrita por Josué Montello para o Jornal do Brasil)

Historietas alforriadas em *Vencidos e degenerados*

Manoel de Jesus Barros Martins

O cenário cultural maranhense, conformado temporalmente pela última década do século XIX e as três primeiras do século XX, especialmente no que concerne à capital estadual, testemunhou uma alentada movimentação do universo intelectual, protagonizada pelos chamados Novos Atenienses. Esse grupo advogava a necessidade de ser incrementada um movimento com a finalidade precípua de restabelecer os foros de singularidade por meio dos quais a cidade de São Luís era reconhecida em nível nacional: a Atenas Brasileira.

Em pelo menos um cometimento, a produção intelectual da elite letrada atuante naquela contemporaneidade adotava o Maranhão como objeto por excelência de reflexão¹. Essa é uma marca que diferencia os Novos Atenienses dos integrantes das gerações antecedentes, posto que o Maranhão como temática é uma preocupação esporádica no conjunto da obra desses “atenienses” que serviam de referências seminais para a juventude intelectual daquela ultrapassagem secular.

1 Entre outras, as obras adiante elencadas exemplificam a assertiva: Manuel de Bethéncourt (A Crise), Fran Paxeco (Geografia do Maranhão), Barbosa de Godóis (História do Maranhão para alunnos da Escola Normal), José Ribeiro do Amaral (A fundação do Maranhão – memória; O Maranhão no centenário da independência), Alfredo de Assis (Gonçalves Dias), Domingos Barboza (Mosaicos), Correa de Araújo (Harpas de fogo), Viriato Correia (Minaretes), Antônio Dias (O sertão maranhense – esboço geológico, fisiográfico e social), Henrique Costa Fernandes (Administrações Maranhenses – 1822/1929), Justo Jansen Ferreira (Contribuições para a História e para a Geografia do Maranhão), Antônio Lobo (Os Novos Atenienses), Astolfo Marques (A nova aurora), José do Nascimento Moraes (Vencidos e Degenerados), Domingos Perdigão (O Maranhão: Exposição Nacional de 1908), Fulgêncio Pinto (Dr. Bruxelas & Cia), Clarindo Santiago (Rumo ao sertão), Inácio Xavier de Carvalho (Missas negras), Raimundo Lopes (Torrão maranhense), Reis Carvalho (Cavatinas).

Foi nesse fluxo de construção cultural que operaram e se destacaram, como lídimos “operários da saudade”, duas figuras exponenciais entre os Novos Atenienses: José do Nascimento Moraes e Antônio Lobo. Em conjunto com seus parceiros conjunturais, criaram a Oficina dos Novos - uma instituição estruturada de modo a servir como um bastião fundante de uma nova percepção das exigências e do papel do trabalho intelectual. Na visão de tais letrados, esse tipo de trabalho pressupunha o ânimo e a interação propiciada por organismos sodalícios desse molde para a produção e disseminação da obra auferida. Todavia, dissensões entre esses dois luminares culminaram com a saída de Nascimento Moraes e de seu grupo da Oficina dos Novos. Imediatamente, eles fundaram a Renascença Literária, isto é, um outro sodalício, que funcionasse como um novo Minarete, de onde pudessem expandir as suas posições e preocupações intelectuais.

Descendente de pais analfabetos, pobres e negros, descendentes de escravizados, Nascimento Moraes ultrapassou adversidades inenarráveis e foi se consolidando paulatinamente pela instrução formal no concerto sociocultural maranhense como uma referência no jornalismo e na docência do seu tempo. Com efeito, atuando nos principais nos periódicos ludovicenses, Moraes construiu e manteve por cerca de cinco décadas uma reputação sobranceira, de verdadeiro luminar, nas letras regionais oriundas da faina nas redações jornalísticas. Por outra via, o exercício da docência o conectou com as mais distintas gerações estudantis, ante as quais regeu tanto a cátedra de Geografia tradicional Liceu Maranhense quanto lecionou Português e Geografia em ambientes escolares privados de São Luís.

Afora a produção letrada para atendimento das exigências jornalísticas, Nascimento Moraes produziu “uma obra matizada pelas agruras do insulamento e pelas garras tentaculares do atavismo deliberado” (Martins, 2006, p. 160), em que o Maranhão (com suas virtudes e problemas) foi objeto de constante preocupação. Nesse

sentido, ele procedeu a uma “crítica veemente dos pilares constitutivos e dos costumes secularmente arraigados da sociedade” maranhense inclusiva.

As condições de possibilidades da produção da obra de Moraes consignam a marca do intelectual forjado como um típico “*fruto selvagem* gestado nas entranhas mais recônditas do torrão natal, carregando, pois, as qualidades e os defeitos, os sucessos e as derrotas da genética que historicamente o formatou” (Martins, 2006, p. 160). Com efeito, o romance-crônica *Vencidos e Degenerados*, a obra primordial desse romancista, com acentuada filiação naturalista, radiografou em profundidade a ambiência angustiante daqueles tempos de *rachaduras solarescas e epigonismos provincianos*, produzindo uma imagem semelhante a “uma ressonância magnética de cunho sociológico do cotidiano provinciano no contexto subsequente à Abolição da Escravidão e da Proclamação da República” (Martins, 2006, p. 161). Conforme cremos, a qualidade desse romance remete o autor ao nível de autoridades literárias consagradas à época, particularmente Aluísio Azevedo, em *O Mulato*, visto que ambos registraram, com precisão sismográfica, uma variedade de “processos em curso naquela sociedade ciosa de tradições herdadas de tempos de fausto, alicerçados pela subsunção do cativo negroide” (Martins, 2006, p. 161).

Publicado em 1915, o livro *Vencidos e Degenerados* se caracterizou como um produto literário que esquadrinhou com argúcia e competência variados aspectos das entranhas da sociedade maranhense, tida pelos Novos Atenienses como profundamente decadente na conjuntura do fim do século XIX e do início do século XX. Por tais entranhas se configurava um caleidoscópio de “tensões que animavam o duelo entre tramas sociais enraizadas, signos da tradição, e aquelas emergentes, signos do porvir, num contexto prenhe de transformações dinâmicas em vários níveis da realidade inclusiva” (Martins, 2006, p. 63), contexto esse de “*rachaduras solarescas e epigonismos provincianos*”, na imagem-síntese da lavra de Nauro Machado (Machado, 1982, p. 7).

A temática estruturante de *Vencidos e Degenerado* é o cenário consequente à Abolição da Escravidão em meio à sociedade maranhense, esta que sobrevivia profundamente articulada, constituída e reproduzida sob o signo dessa instituição secular. Conforme enredou seu trabalho literário, Nascimento Moraes deu ênfase à “memória do cativo [que] invadia e avassalava a consciência de todos os personagens” por ele concebidos, “para (com eles, já que um deles) trafegar pelos meandros daquela sociedade periférica”, cuja pretensão maior de sua elite era de que andava “em dia com as últimas novidades do Velho Mundo”. Essa mesma sociedade que “produzia uma infinidade de sôtãos miseráveis e nauseabundos, onde vidas cruzadas, historicamente definidas, teimavam em resistir, mesmo que vencidos e degenerados pela crueza da batalha de que eram integrantes orgânicos” (Martins, 2006, p. 63).

Por fim, Moraes legou à literatura uma obra imantada por um painel superlativo de questões fundantes da vida maranhense naquela altura temporal, como por exemplo “as fraturas expostas pelos desarranjos sociais advindos da proclamação da Abolição”, ocorrência que “facultou foros de igualdade a indivíduos identificados historicamente em posições antípodas”. Por conseguinte, naquele contexto ficcionado profundamente rico de significados, “ganhou uma dimensão que vale como um retrato em preto e branco particular de cenas coletivas componentes do quadro mais geral do concerto social ludovicense e maranhense daquela época” (Martins, 2006, p. 68).

Tal com o avaliamos, uma inteligência privilegiada como a de Nascimento Moraes provavelmente teria concretizado uma produção intelectual sobranceira e variada, caso esse autor não tivesse se envolvido em intensa e prolífica atividade jornalística. A probabilidade é de que sua obra literária fosse mais bem delineada e “aberta à provocação do debate com a opinião pública, bem como teria repercutido com maior profundidade os grandes impasses com que se defrontava o Maranhão contemporâneo a sua inquieta atuação” (Martins, 2006, p. 61).

Mesmo que a distância temporal da publicação de *Vencidos e Degenerados* já ultrapasse a casa de uma centúria, ainda hoje se impõe como imperiosa a leitura de Nascimento Moraes. Temática geral por ele adotada para erigir a sua obra, a memória do cativo perdura nos mais profundos escaninhos da sociedade maranhense contemporânea, corporificadas em práticas comezinhas e sorrateiras que não raro lastreiam e aprofundam o preconceito e sustentam desigualdades históricas, como aquelas que produziram ponderáveis contingentes de vencidos e outro tanto de degenerados.

A cidade dos vencidos: São Luís, seus espaços e usos em José do Nascimento Moraes¹

Adriana Gama de Araújo²

A investigação da obra *Vencidos e Degenerados*³ surgiu do desejo de ler a paisagem literária descrita por José do Nascimento Moraes buscando seus vínculos com a cidade. Procuramos, não aqueles que se constroem “naturalmente” pelo encontro obrigatório dos pés com o chão que os sustenta, mas aqueles que se dão no caminho intrínseco às preferências de ir por esta e não por aquela rua, de deixar-se demorar nas esquinas e nos pontos onde a cidade converte-se em espaço de aconchego para as conversas do dia a dia e das maledicências que animam o cotidiano; mas, principalmente, aqueles vínculos que a transformam em cúmplice de um projeto que é pessoal e, neste caso, de toda uma geração literária.

Recordamo-nos que, ao contar sobre a Istambul de sua infância e juventude impressa em suas memórias, o romancista turco Orhan

1 O presente texto recolhe argumentos de parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado: Araújo, Adriana Gama de. *Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes (1889 – 1920)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2011.

2 Poeta, editora e historiadora. Mestre em História pela UFRN. Professora da Rede Pública Estadual (SEDUC-MA) e Municipal (SEMED-São Luís). E-mail: adricaslz@hotmail.com

3 Moraes, José do Nascimento. *Vencidos e Degenerados* (chronica maranhense). Maranhão: Typographia Ramos d'Almeida & Comp. Sucessores, 1915. Embora tenhamos acesso a esse volume que corresponde à primeira edição da obra, utilizaremos para fins de referência nas citações posteriores a 4ª edição que é de 2000.

Pamuk nos mostra como a memória que temos da cidade em que vivemos e mesmo de nossa vida podem ser modeladas por tantas outras histórias alheias às nossas lembranças, pois “da mesma forma que ficamos sabendo das nossas vidas por intermédio de outros, também deixamos que os outros acabem dando forma à nossa compreensão da cidade em que vivemos” (Pamuk, 2007, p. 16). É a partir dessa compreensão da força que determinadas narrativas têm sobre o tempo, o espaço e as vidas que se propõem lembrar, que procuramos conhecer a cidade de São Luís do Maranhão.

Vencidos e Degenerados surge no cenário literário maranhense, ao que parece, como uma reclamação. Sua narrativa oscila, de maneira vigorosa, nas duas direções que envolvem o ato de reclamar: a queixa e a reivindicação. É assim que José do Nascimento Moraes escreve seu romance sobre a cidade de São Luís da virada do século.

Ficcionando a vivência urbana que começa a partir do dia 13 de maio de 1888 e elaborando um enredo que se estende pelos primeiros anos da República, nosso autor compartilha com o leitor um olhar sobre a reorganização de um cotidiano cheio de esperança, resignação, disputas e preconceitos. Em meio a tantos sentimentos, ele nos oferece uma leitura significativa sobre a cidade naquilo que ela tem de mais íntimo: os costumes, os vícios e os desejos de seus habitantes.

Nascimento Moraes era um jornalista seduzido pela escrita. Gostava de tê-la como “arma” e como “casa”. Com ela se defendia e atacava, sob ela se abrigava. Dos seus quase oitenta anos de existência, mais de cinquenta foram dedicados ao labor jornalístico, usufruindo de seus reveses e de suas honras. Acumulava com o dever de informar, o de educar. Era professor. Seu caminho era o das letras, do que se podia ganhar com elas, do que se podia sofrer por elas. Entre aulas e notícias, escrevia contos, crônicas, poesias... Escreveu um romance. Nele, usou de toda sua destreza, ainda que o tenha escrito,

como ele mesmo afirma, nos seus “primeiros anos de vida literária”, para incitar e orientar o olhar do leitor para questões que o afetavam diretamente⁴.

Moraes nos conta a história de uma cidade que após a libertação dos escravizados e a chegada da República permanece atrelada a antigos preconceitos raciais e mergulhada em uma letargia econômica devido a permanências de ordem social e cultural.

Nascido em 1882, era filho do sapateiro Manoel do Nascimento Moraes, um mulato, ex-combatente da Guerra do Paraguai, que não foi premiado, e tampouco mereceu qualquer promoção ao final desta, por ser analfabeto. E de Maria Catarina Vitória, que de posse de seu “alvará de libertação da escravatura” passou a vender bananas para ajudar no sustento da família. O período de formação intelectual de Nascimento, que não ultrapassou o curso preparatório do Liceu Maranhense (e uma rápida passagem pela academia militar, fruto de sonhos da juventude logo dissipados, cuja única herança foi a qualificação nos saberes matemáticos), ocorre durante a transição do século XIX para o XX e que, além das transformações de ordem política e social, traz para o Maranhão um processo de reorganização econômica, com a desagregação da lavoura algodoeira de exportação, e uma espécie de “ansiedade” cultural.

Pertenceu, pois, a uma geração literária que tem sua movimentação nos anos correspondentes à Primeira República, e ficou oficialmente conhecida como *Novos Atenienses* - denominação oficializada com o título de uma obra de Antônio Lobo, intelectual e um dos expoentes dessa geração, publicada em 1909 com pretensões de servir de subsídio para a história da literatura maranhense. O que chamamos, aqui, de “ansiedade”, pode começar a ser entendido a partir da própria

4 No prefácio de *Vencidos e Degenerados*, Moraes explica o seguinte: “Escrevi-o nos meus primeiros anos de vida literária, quando se me rasgavam as primeiras linhas do horizonte, quando sentia as primeiras impressões” (2000, p. 297).

denominação do grupo. Uma necessidade de se afirmar enquanto herdeiros de um destino literário de glórias, os herdeiros da Atenas Brasileira, formada por uma plêiade de nomes como Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Coelho Neto, Sousândrade, os irmãos Artur e Aluísio Azevedo e tantos outros conhecidos nacionalmente e que se afirmaram no cenário das letras nacionais.

O romance de Nascimento Moraes se insere num contexto em que a problemática e a expectativa desses intelectuais consiste em entender e dar respostas aos seus anseios em relação ao futuro, tendo como referencial para isso um passado cultuado como glorioso e, para eles, condizente com o potencial maranhense (mais objetivamente, o potencial deles próprios). E na tentativa de afastar o que entendiam ser uma “tristíssima e caliginosa noite” que se abatia sobre as letras, para usar as palavras de Antônio Lobo, eles começaram a promover uma série de ações que permitissem o despontar de uma “nova aurora”⁵ para a literatura maranhense.

Foi, sobretudo, com o jornalismo que Moraes reuniu as condições, material e moral, para o que ele chamou de “luta” de uma vida inteira⁶. Na maioria das vezes, fazia um jornalismo oposicionista, criticando o que denominava de “maus governos”. O que mais nos chama atenção em seus escritos é a intimidade com o cotidiano da cidade e de seus moradores. Mesmo nos textos predominantemente fictícios, nos deparamos com muitos personagens reais da época na qual foram escritos ou os que ainda surgiam das lembranças de infância e juventude bem vivas na memória de nosso escritor. Os becos e ruas percorridos

5 Título de uma obra do neo-ateniense Astolfo Marques, uma novela, publicada em 1913 que tratava dos acontecimentos relativos à transição do século XIX para o XX no Maranhão.

6 Moraes trabalhou em muitos jornais como colaborador ou redator-chefe (*A Campanha, O Maranhão, A Pátria, Diário de São Luís, O Jornal, A Tribuna, A Hora, Diário do Norte, Diário Oficial, Correio da Tarde, A Imprensa, Regeneração, Diário do Maranhão, O Imparcial*, só para citar alguns), chegando, enfim, à chefia do *Diário Oficial do Maranhão* durante o período Estado-Novista na interventoria de Paulo Ramos (1936-1945).

pelos personagens, as festas, os pontos de encontro, a “cana-capim” no botequim, o dia a dia do comércio, tudo contado com a trivialidade de quem tinha esses caminhos e essas vivências por companheiros diários.

Quase toda sua produção está dispersa nos jornais. Os livros publicados, salvo seu romance *Vencidos e Degenerados*, surgiram das iniciativas de outras pessoas de reunir seus artigos e contos para que não se perdessem no tempo e dessem uma maior visibilidade à sua obra e ao seu nome de uma forma mais consistente. O extenso e intenso labor jornalístico, rendeu-lhe espaço e reconhecimento como homem de letras. Assim, a aproximação de Moraes com a cidade trouxe a legitimidade necessária para se afirmar enquanto membro de uma geração de intelectuais.

Longe de figurar entre as cidades que implementaram grandes projetos de planejamento urbano no início do século XX, a capital maranhense viu muitos de seus desejos de reforma, nesse período, permanecerem irrealizados. Assim, para uma cidade com planos de modernização impressos mais no papel que nas ruas, pensar o espaço em sua relação com o indivíduo, é perceber uma reapropriação que atualiza o urbano. Práticas que se integram ao cotidiano da cidade e ajudam a recompor a sua espacialidade.

Nos primeiros anos do Maranhão republicano, essas intenções de planejamento e racionalização urbana foram apresentadas por meio de elaboração de relatórios médicos e de engenharia para resolução de problemas na capital e leis que almejavam a organização e aformoseamento urbano (Porto, 1910). Não foram feitas, porém, grandes alterações na planta da cidade além de um alargamento em seu perímetro devido à instalação do conjunto fabril, pois algumas firmas instalaram-se longe do núcleo central da capital (Ribeiro Jr, 1999, p. 71-72). Posterior a esse alargamento, foram feitas concessões de habitação ao redor das fábricas para sua mão-de-obra, originando bairros operários que permitiam uma desconcentração populacional e

um maior controle sobre essa camada social (Melo, 1990, p.40). Assim sendo, é a partir da dinâmica urbana que orientamos a percepção do traço dessa paisagem agora republicana e de negros livres.

A São Luís de *Vencidos e Degenerados* constrói-se sobre perspectivas de mudanças que não ocorrem, pelo menos não da maneira que o século XX e a República pareciam reivindicar, com grandes reformas *à la* Rio de Janeiro em tempos de Pereira Passos. O seu espaço é o do centro comercial erguido com a riqueza da agroexportação e o das novas áreas adjacentes que abrigaram as fábricas e seus operários. Hoje, essa área é o centro da cidade, a parte antiga que compreende o Centro Histórico. São os bairros da Praia Grande, do Desterro, da Madre Deus que abrigam os caminhos para os passos dos personagens. Desta maneira, é o caso de perguntarmos: como estes indivíduos criados por nosso autor se apropriam desse espaço? Ou melhor, como Moraes se apropria dele para, a partir da narrativa de seus personagens, expressar e legitimar seu discurso?

A cidade é, então, observada e analisada a partir daquilo que Bernard Lepetit chama de “hermenêutica urbana” (Lepetit, 2001). Ou seja, o entendimento do que seja realmente a cidade é resultado da apropriação que seus habitantes fazem dela. É assim que ela é percebida, interpretada. Suas mudanças são observáveis a partir das relações estabelecidas pelos personagens de Moraes e do modo como usam o espaço urbano.

Analisamos o cotidiano da São Luís de Nascimento Moraes. Percorremos com ele os caminhos da cidade nas suas dimensões pública e privada. Observamos os usos e os comportamentos dos personagens nessas respectivas espacialidades e tudo o que faz parte da dinâmica desse cotidiano. As divisões de ordem social e física que caracterizam os espaços do trabalho e das festas na capital. As tensões e o convívio entre os diferentes grupos sociais e como são dispostos pelo autor no

ambiente urbano. As lutas pela sobrevivência e as denúncias referentes às condições em que se vivia nessa cidade do início da República. E, principalmente, como essa cidade literal e literária acolhe e responde às suas expectativas.

Em *Vencidos e Degenerados*, publicado em 1915 e escrito no período imediatamente anterior, ou seja, nos primeiros anos da República, temos um texto que não é prioritariamente impregnado do discurso médico-higienista norteador a caracterização da cidade. Comumente, neste período, era o olhar do médico e do engenheiro aliado às intervenções políticas de planejamento e reforma que delineavam o espaço urbano (Matos, 2007, p. 24). Entretanto, a São Luís do romance de Moraes era uma cidade que, mais que limpa, deveria ser literária. Literária e negra. As tensões e problemas apresentados na narrativa estão relacionados a essas duas condições. Primeiro, temos uma situação de decadência econômica que interfere no plano cultural e leva os neo-atenienses à exposição e problematização da crise maranhense sempre com um saudosismo pela literatura proeminente no século XIX. Isso já implica na adaptação da busca pelo progresso com elementos do passado e num entendimento de que só a literatura tirará o Maranhão da crise. Em segundo, temos em Moraes a apresentação de uma cidade marcada pelo preconceito racial, mas que é explicitamente negra, sendo essas permanências discriminatórias obstáculos para o desenvolvimento da mesma.

A ideia de “reclamação” sugerida ao início para qualificar a impressão que o texto nos causa, encontra sua justificativa no pouco reconhecimento, tanto da terceira geração literária maranhense no cenário nacional quanto de Nascimento Moraes por sua condição de homem negro na elite intelectual de sua terra. O autor queixa-se da inércia econômica e cultural e dos vícios e costumes remanescentes do período da Escravidão para, assim, reivindicar a consideração que lhe cabe. O livro é uma descrição e análise pormenorizada desse cotidiano

pós Abolição ainda cheio de permanências. Como ratifica Jean-Yves Mérian, especialista na obra de Aluísio Azevedo, ao expressar sua opinião sobre o romance de Moraes na revista literária da Universidade da Alta Bretanha, *Nouvelles Études Luso-Brésiliennes*, cujo fragmento foi publicado na terceira e quarta edições de *Vencidos e Degenerados* (1982 e 2000):

[...] graças a um estilo onde a vivacidade dos diálogos permite-nos apreciar certas descrições demasiado longas, o escritor faz-nos descobrir com realismo os mecanismos que animam esta sociedade conservadora, medíocre, impregnada de ideias racistas e de toda sorte de preconceitos. Aos que conheceram *O Mulato* a leitura de *Vencidos e Degenerados* traz a impressão de um mundo já conhecido e também a concepção de um sentimento de impotência de uma cidade decadente que vive da lembrança da época em que era a terceira metrópole do Brasil. Certas passagens desta crônica da vida do Maranhão são verdadeiros documentos sociológicos.

A cidade, portanto, é aquela que tem sua rotina pensada a partir das expectativas do 13 de Maio, quando a sua população negra pode, finalmente, sonhar com alguma possibilidade para além do destino do cativeiro. Arelado a isto, temos uma cidade que anseia por novamente figurar entre as mais cultas do Brasil. O reconhecimento literário é o objetivo maior de Nascimento Moraes e dos protagonistas da obra. Reconhecimento possível apenas se acompanhado das condições materiais e sociais cabíveis que também permitirão o desenvolvimento do potencial intelectual intrínseco, segundo seu discurso, a todos os maranhenses.

Sobreviventes de um cotidiano inglório

A cena de abertura de *Vencidos e Degenerados* acontece na manhã de 13 de Maio de 1888. Muitas pessoas esperavam ansiosas pela confirmação da grande notícia da Abolição. Gente de todas as classes

sociais, “desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados”. Vários foram os preparativos que aguardavam apenas os sinais do telégrafo para principiarem as comemorações na casa de José Maria Maranhense. O primeiro personagem da trama “era um dos mais ardorosos e salientes cabos-de-guerra do abolicionismo” e membro do Clube Artístico Abolicionista (Moraes, 2000, p. 27). A caracterização dos personagens na obra segue, geralmente, um mesmo padrão. Cor, tipo físico, profissão e seu grau de inclinação para o saber e as letras. No caso de Maranhense, que pelo sobrenome já encarna a representação do grosso da sociedade em questão, “era mulato... contava com quarenta e tantos anos, grisalho, gordo e simpático. Marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Tinha decidido gosto pelas letras, pela ciência, por tudo enfim que fosse do domínio da inteligência” (Moraes, 2000, p.32). A falta de tempo para os estudos, o abolicionista compensava cultivando o espírito se relacionando com os literatos.

Os dois personagens principais, João Olivier e seu filho adotivo Cláudio Olivier, eram jornalistas. João “era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo” (Moraes, 2000, p.28). Filho de uma branca, D. Rita, descendente de uma das mais ricas e orgulhosas famílias de Alcântara e de um mulato também de linhagem aristocrática entre os negros daquela cidade, o cronista exaltava-se ao constatar que sua ascendência e sua inteligência pouco pesavam numa cidade cheia de tradicionalismos retrógrados onde a competência não garante espaço numa sociedade que ainda vive sob a égide de velhos costumes e que é marcada por preconceitos tanto sociais quanto raciais. Cláudio fora adotado pela família Olivier, era um mulato filho de dois ex-escravizados. Herdou o amor às letras de João, seguindo seus passos nas lides jornalísticas e também dava aulas para completar o ordenado mensal.

Os pais biológicos de Cláudio são Domingos Daniel Aranha e Andreza Vital. Esta última ganhou a liberdade com o 13 de Maio. Era uma mulata alta, magra, séria e de atos comedidos. Aranha era um mulato alto de meia idade que trajava calça e camisa branca, chapéu de palha ordinária e não calçava (costume dos tempos de cativo). Todos conheciam-lhe a fama pelas bravatas que constantemente praticava. Era capoeira. Inteligente e penetrante de espírito, passara a exercer grande influência sobre o ânimo de seu senhor, um homem covarde de índole má e perversa. Aranha “ria de sua fraqueza, pensava e refletia sobre ela, como quem resolve um problema filosófico”. Recebeu alforria em agradecimento quando aquele estava no leito de morte e não esboçou nenhuma emoção ao saber da notícia da liberdade. Assim que pôde foi para São Luís trabalhar como sapateiro, ofício que aprendera há muito tempo. Encontrou-se, nos caminhos da sobrevivência, com Olímpio Santos, um preto retinto alto e magro que trajava habitualmente fraque e colete preto. Também era sapateiro e trabalhavam, os dois, numa meia-morada da qual Olímpio era proprietário, lugar onde também moravam.

Os outros dois personagens negros que dão vida às intenções de Nascimento Moraes e povoam a cidade de São Luís são Zé Catraia e João da Moda. O primeiro “tinha alguma coisa de orador popular. Quando falava unia a palavra ao gesto, rasgava demoradamente o vocábulo, tinha tons e semitons com que coloria as suas frases, que se não primavam pela pureza e precisão vernácula, não eram também amostras de idiotismo e mau gosto sintático” (Moraes, 2000, p.45). Zé Catraia é aquele que encarna o delator dos “vícios” e “maus costumes” da sociedade. Está em vários lugares da cidade, observando e emitindo juízos sobre o comportamento das pessoas. João da Moda era um mestiço que possuía uma casa que servia como ponto de encontro para poetas, músicos e escritores excluídos das rodas oficiais da intelectualidade ludovicense. Era considerado “a musa inspiradora de todos os degenerados e vencidos da vida” (Moraes, 2000, p. 125).

Completando o elenco, temos o português João Machado, cujo apelido é *Paletó Queimado* devido a um episódio citado, porém, não explicado, dono de uma quitanda no beco conhecido como Travessa do Precipício, mas que, posteriormente, será um capitalista importante, um dos diretores do Banco Comercial e grande amigo de João Olivier desde que foi arrebatado pelas imagens que lhe produziram na alma o discurso deste no dia da Abolição (Moraes, 2000, p. 60). A outra personagem feminina da obra de Moraes é Armênia Magalhães, filha do falecido Coronel Magalhães, comendador da Rosa e chefe de uma das famílias mais ricas do Maranhão. Sua família foi decaindo da posição de opulência após a morte do pai, com sua riqueza sendo dissipada pelos irmãos, assim como o respeito que lhe dedicava a sociedade, principalmente os homens, quando, aparentemente indefesa, passou a resistir aos galanteios daqueles que, antes, pareciam ser, para ela, respeitáveis pais de família. Recebeu educação esmerada, era “versada nos autores clássicos e literatura contemporânea, seu espírito tinha cintilações belíssimas” (Moraes, 2000, p. 132-135). Escolheu Cláudio Olivier para amante no intuito de afrontar a sociedade que lhe fechou as portas.

É em torno desses personagens e seus coadjuvantes que se constrói o romance. A discussão proposta busca entender a maneira escolhida pelo autor para elaborar a paisagem e problematizar o contexto da São Luís republicana. Observemos que, na obra, as duas mudanças políticas, a Abolição e a Proclamação da República são a base para a reorganização do cenário da cidade. Contudo, somente a festa pela Abolição recebe destaque. Só ela é narrada com os pormenores da ansiedade e da comemoração. Depois de narrar os desdobramentos pós festa, necessários para o andamento da trama, há um salto temporal para dois anos depois da chegada da República. Tempo suficiente para se perceber os efeitos que os dois fatos poderiam operar no cotidiano da cidade.

A primeira paisagem da cidade republicana, uma cidade já sem o trabalho escravizado, de *Vencidos e Degenerados* localiza-se no Centro da cidade, mais precisamente, no bairro da Praia Grande, nas duas horas da tarde de um sábado onde “nota-se algum movimento no bairro comercial, o qual não é característico de vida próspera e feliz, mas clara denúncia de decadência e estagnação de elementos essenciais à atividade do trabalho” (Moraes, 2000, p. 54). Essa apatia registrada pela literatura foi comum nas páginas dos jornais desde que se findou a escravidão. A falta de medidas do poder público para minorar suas consequências tornou-se alvo de pedidos e críticas, e os periódicos da capital expressavam o sentimento dos proprietários:

A falta de leis repressoras da ociosidade e fomentadoras do trabalho e de medidas que deveriam ter precedido ou acompanhado a publicação da lei de 13 de Maio é sem dúvida a causa da desorganização do trabalho agrícola e de outros males, para debelar os quais conjuramos os poderes constituídos a quem cumpre velar pelo bem público e invocamos o auxílio da Providência Divina (Diário do Maranhão: Relatório da Associação Comercial, 25/01/1889).

À ausência de organização e iniciativa do governo soma-se o preconceito racial que impediu de elevar o liberto imediatamente à categoria de trabalhador livre qualificado. Esta situação reforçou o desencanto com o novo contexto econômico e social que tantas esperanças alimentou, como podemos perceber na expectativa de João Olivier logo após a libertação dos escravizados quando diz que:

[...] a liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhe novas forças, novos elementos, novos aspectos... esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política (Moraes, 2000, p. 67).

Aos negros libertos, os também posteriormente cidadãos da República, coube o trabalho autônomo, sem vínculos empregatícios, fora dos custos de instrução do Estado, mas dentro das preocupações de ordenamento dos Códigos de Postura (1893) e Sanitário (1904). Aranha, Olímpio e Zé Catraia eram sapateiros, João da Moda, alfaiate, e Andreza trabalhava de aluguel, que consiste em alugar sua força de trabalho para afazeres diversos e, geralmente, domésticos ou de venda na rua. Só os Oliviers, João e Cláudio, com grau de instrução reconhecido oficialmente, eram empregados.

Ao pesquisar sobre a dinâmica do trabalho exercido no espaço da rua, antes e depois da Abolição, pelos negros, Paulo Roberto Pereira Câmara conclui que houve uma resignificação das práticas sociais relacionadas ao mundo de trabalho ainda que a prática do aluguel de trabalhadores tenha sido uma permanência do período escravista. A grande quantidade de anúncios nos jornais da capital maranhense para a contratação de vendedores de rua demonstra uma alteração das relações entre aqueles que, outrora, eram senhor e escravizado, isso porque os negros que antes eram postos para aluguel pelos seus senhores, para a realização de pequenos serviços urbanos, disponibilizavam, agora, a própria mão de obra disputando o mercado com toda a categoria de pobres livres (Câmara, 2008). Observamos que a alteração das relações não quer dizer uma transformação, pois o negro continuou na condição de subordinado. A preocupação do governo agora era como manter o controle social, a inibição do ócio. Isso se daria a partir da difusão do valor do trabalho (Chalhoub, 2001).

O papel da mulher negra e pobre nesse novo cenário, onde se privilegia o uso do espaço público, é bem significativo na obra de Nascimento Moraes. Andreza Vital, mãe de Cláudio Olivier, era amásia do Aranha, porém, uma mulher livre e desimpedida. Morava de aluguel num cortiço, “no primeiro cubículo do lado direito do Beco

do Precipício”. A proliferação de cortiços e habitações nos “baixos dos sobrados” trouxe inquietação para os defensores do padrão de civilidade e modernização característico da República. A convivência íntima dessas moradias de baixo nível com os sobradões que abrigavam as famílias da elite maranhense causava estranheza e preocupações de ordem médica e policial.

O não alargamento do perímetro urbano central gerou um déficit de moradias, situação semelhante à da Capital Federal na segunda metade do século XIX, o que resultou numa aplicação pelos higienistas do termo “cortiço” para designar toda moradia que fosse “imunda e apinhada de gente” (Chalhoub, 1996, p. 88). Sobre os habitantes desses cortiços, um jornal maranhense esclarece que “os seus moradores, embora na maior parte representantes do sexo frágil, são de um gênio diabólico, por qualquer coisa chega-lhes a mostarda ao nariz e formam, por desfastio, o maior sarrilho, com todas as formalidades do ritual: palavrões, descomposturas e *‘tutti quanti’*” (Correia, 2006, p. 46).

A cidade que Moraes escreve é envolvida por uma aura decadente, ambiente influenciador do destino de seus personagens. Andreza que era “séria e de atos comedidos”, com o tempo “degenerou-se” entregando-se “ao vício da embriaguez” e “dava escândalos amiúde” (Moraes, 2000, p. 102). Tal situação não se limitou à mulher, causando a permanência ou a piora das condições de sobrevivência dos demais homens negros no romance. Olímpio, o sapateiro com ares de aristocrata, perdeu a visão devido às péssimas condições de iluminação em que trabalhava fazendo serões e teve que vender a casa ao vizinho a quem devia dinheiro por causa dos empréstimos que tinha feito para pagar as décimas urbanas. Morava agora, ele e o Aranha, já alquebrado pelos anos, num “quarto muito úmido e escuro”. João Olivier falecera após voltar de Belém, cidade “para onde fora depois de alguns anos de ostracismo em sua terra”. De lá, sustentava a família, pois foi bem

recebido e obteve o reconhecimento que lhe era negado em São Luís. Conseguiu boa colocação no comércio e na imprensa. Mas depois de um ano, atormentado pelas febres e doenças do fígado, retornou para “sucumbir numa manhã de abril, deixando a família em completa pobreza” (Moraes, 2000, p. 100). Zé Catraia continuava em seu papel denunciador. A liberdade com a abolição não lhe trouxe maiores vantagens, já que gozava da confiança e do medo de seu senhor devido sua “inteligência pronta” e por conhecer a “vida de todo mundo, dos princípios obscuros de todos” (Moraes, 2000, p. 46). Continuava a andar pela cidade, observando e criticando seus velhos hábitos, se intrometendo nos espaços que agora lhe eram permitidos para ironizar o desconforto que sua presença causava nos demais cidadãos.

Assim como João Olivier, Cláudio sofreu a perseguição de seus conterrâneos e depois de muito tentar viver de sua pena no torrão natalício teve, enfim, que se render ao destino de emigrado. A segunda geração da literatura maranhense, que tem como representantes Coelho Neto, os irmãos Arthur e Aluísio Azevedo, Graça Aranha, Raimundo Corrêa e outros, “conhecedora dos cenários particulares e das vicissitudes da ambiência provincial, e, ainda, ciente dos processos mais profundos definidores do deslocamento do eixo da consagração das carreiras políticas, acadêmicas, literárias e artísticas para o dinâmico eixo centro-sul”, migraram e souberam se inserir no debate nacional, deixando de assumir uma postura estritamente regional (Martins, 2006, p. 97-98; Borralho, 2009).

Cláudio cumpre, então, o roteiro que lhe garantiria o reconhecimento tão desejado e depois de uma temporada no Amazonas passa por São Luís, para participar das comemorações em homenagem ao 15 de Novembro (já nos momentos finais do romance), indo em seguida em direção ao sul do país. Ainda que ele e o próprio João Olivier, lamentem a falta de espaço na sua terra natal, para o desenvolver pleno do seu talento intelectual, nos primeiros anos da República, o “Rio

de Janeiro era o fascínio de todos os provincianos cujas condições de pecúnia ou de talento pudessem fundamentar a justa ambição de ver seu nome luzir nas altas rodas mundanas ou nas *cottéries* literárias da Capital” (Machado Neto, 1973, p. 62).

A condição de *vencido*, palavra empregada por Moraes para qualificar os habitantes de sua cidade, se estabelece pela derrota das aspirações dos personagens diante do horizonte de possibilidades que se abriu com a Abolição e a República. O termo liga-se claramente à adjetivação dos personagens de vida literária e artística, mas estende-se ao conjunto, na medida em que sofrem da mesma falta de reconhecimento e preconceito em seu cotidiano. As reuniões na casa de João da Moda, frequentadas por todos os talentos excluídos da oficial intelectualidade maranhense, funcionam como a versão popular dos saraus e bailes das altas rodas sociais onde os poetas e escritores recebiam o batismo da vida literária. Antes de participar de tais reuniões, Cláudio é advertido de que ainda não era um maranhense intelectual, não era “nada, enfim” (Moraes, 2000, p. 114).

A casa que abrigava as reuniões era, por todos que ali estavam, considerada um “refúgio dos desgraçados, dos perseguidos, dos vencidos da vida”. Discutiam literatura e proferiam discursos apaixonados e regados a vinho e música. Concluía que, embora deixados de fora dos salões da elite, eram adorados pelo povo. É esclarecedora a fala de Neiva, poeta amigo de Cláudio e quem o apresentou às reuniões de João da Moda. Ao referir-se às ruas do Norte, das Crioulas, ao Largo de Santiago, atual Fonte do Bispo, todos pertencentes ao Centro de São Luís, explica que:

[...] tudo quanto escrevemos, ali se lê e se estima. Arranjam música para os nossos versos e cantam-nos com amor e comoção... Não imaginas como esses rapazes a quem vulgarmente chamam trovadores de esquina, nos interpretam, nos traduzem e nos

compreendem... E essas mocinhas pobres com que delicadeza, mesmo com que graça, ferem as cordas do violão, e desferem com o queixume na voz as mágoas de nossas comoções... E é preciso que te diga mais: não há poesia inspirada de nossos líricos moços que não cantem: passam em revista o Gonçalves Dias, o Castro Alves... (Moraes, 2000, p. 192-193).

A partir desta passagem, entendemos que Moraes tinha a intenção não só de mostrar, mas de elaborar uma ideia na qual a cidade, na sua trivialidade, no seu cotidiano, no seu pulsar mais simples de sua vida diária era aquela que reconhecia e legitimava o talento de todos os seus literatos. Os limites que separavam as letras dos “eleitos” e dos “marginalizados” nas instituições oficiais desfaziam-se e as confundiam na alma da cidade.

Obrigação e diversão: os espaços e seus usos pelos novos cidadãos

Tornar-se um cidadão implica na ideia de pertencimento à cidade. Relaciona-se ao uso do direito de pertencer; portanto, de ser ouvido, de opinar, de ter suas necessidades atendidas. A cidadania também se constrói na esfera social colocando em pauta as condições de um viver bem na cidade. Questões de higiene, salubridade e lazer perpassam a construção da ideia de cidadão. Diante disso, observa-se que nem todos os indivíduos podem exercer essa cidadania, pois a muitos deles é negada a legitimidade no uso do espaço urbano (Pesavento, 2001).

Após a Abolição e a Proclamação da República, os libertos passaram a fazer parte de um imenso grupo de livres pobres que figuravam como cidadãos de “segunda classe”. Tal condição representa uma continuidade da inferiorização da qual sofria o negro desde sua escravização e que o coloca sempre como o contraponto para a cidadania plena. Muito dessa representação excludente deveu-se à

influência do jornal como meio difusor e construtor das “verdades” de um determinado período. O negro era sempre “o outro”, “o feio”, “o vilão”, “o sujo” na lógica do discurso dos brancos (Schwarcz, 1987, p.248-249). Sua inserção no mundo do trabalho livre trouxe para o Estado preocupações que adquiriam tons de uma grande “cruzada”: era necessário livrar a cidade republicana do perigo do liberto sem ocupação. O trabalho deveria ganhar uma conotação positiva para que se realizasse o objetivo da ordenação, da vigilância, do enquadramento deste indivíduo (Chalhoub, 2001, p. 48).

Em *Vencidos e Degenerados*, na cidade de Nascimento Moraes, podemos perceber as dificuldades inerentes a essa questão. Como ele afirma em sua obra, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e todas as mudanças que isso acarreta, deveriam ter ocorrido de maneira diversa, ou seja, significando uma “renovação social”, mas só se “os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político. Mas não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo...” (Moraes, 2000, p. 77). Novamente, nosso autor destaca a necessidade do saber como caminho para se alcançar o progresso. Contudo, isso não ocorre, e seus personagens engrossam a massa de trabalhadores livres autônomos que sem uma qualificação “oficial” vão fazendo o que sabem e o que podem para sobreviver. É através de Zé Catraia, ao traçar-lhe as linhas do seu trabalho e da sua inteligência, ao admirar sua capacidade de sobrevivente e pilheriar a hipocrisia da sociedade em que vive, que o autor faz sua crítica à sorte desses homens:

No seu abandono, desmerecimento, nada lhe molestava a alma, nem lhe lacerava o amor-próprio. Fazia horas de carregação que vendia aos quitandeiros e, quando, porventura, encontrava quem quisesse calçar bem, e lhe pedia uma obra acabada com gosto, ele que era bom artista, e por isso estava à altura dos tiques do ofício, sabia,

como poucos, esmerar-se, e daquele biombo sujo, sem luz e quase sem ar, onde trabalhava e morava em companhia da mais completa desordem, saía uma obra que por dias e dias, andava de mão em mão admirada à farta. E note-se: no fundo escuro da sua miséria e do seu abandono não tinha inveja ao nome mais brilhante da terra, pelo talento ou pelo capital. Porque, hábil também ele o era, e ao capital dava soberanamente o maior desprezo (Moraes, 2000, p. 154-155).

Dadas as condições e as permanências sociais resultantes da mentalidade escravista, muitos indivíduos negros optaram por exercer a mesma atividade que exerciam quando cativos. Só que, a partir de agora, vendendo sua mão de obra. Muitos permaneceram nas atividades autônomas, pois era a única maneira de sobreviverem. Assim como Zé Catraia, os personagens Aranha e Olímpio também trabalhavam “pelo ofício”, eram sapateiros com condições de trabalho iguais às suas péssimas condições de vida.

Em sua peroração sobre o trabalho, Moraes critica os vícios de costume que associam a riqueza ao nascimento e não ao merecimento e esforço. Mais uma vez afirma que a única maneira de sair de uma condição de pobreza e sacrifício é o cultivo do conhecimento. E em relação àqueles que não têm nem nome nem instrução... Resta-lhes a sorte de sobreviver, sem perspectiva de futuro, um dia de cada vez. Porque “o operário vive nas trevas. Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem as artes e os ofícios! De nada disso cura o governo. O analfabetismo cresce. O operário é ignorante” (Moraes, 2000, p. 209).

Os ideais de civilidade, modernização e progresso que desde o século XIX inspiraram mudanças no “corpo e na alma”⁷ da cidade

7 “Empregamos a metáfora do corpo para traduzir a estrutura material, as vias urbanas, o conjunto de espaços da cidade; a metáfora da alma, para designar a dimensão social que se diferenciava da materialidade: aquilo que... particularizava os

promoveram uma transformação significativa no papel da mulher na sociedade, principalmente na República. A abertura dos salões para festas e saraus e os passeios públicos colocavam-nas em contato com as ideias e os ares modernos, e a instrução pública ou particular começou a prepará-las cada vez mais para a esfera pública. As mulheres das camadas populares, por seu turno, longe dos saraus e passeios, desde sempre enfrentavam a necessidade de ganharem o sustento. Somado a isso, em São Luís na virada do século XIX para o XX, a instalação do parque fabril construiu um espaço de trabalho “marcado pela presença feminina” (Correia, 2006, p. 273).

Em *Vencidos e Degenerados*, Moraes narra várias imagens desse cotidiano feminino como, por exemplo, a mulher pobre que “vivía numa casinhola de porta e janela, no Beco do Seminário, a engomar para sustentar o filho nos estudos” (Moraes, 2000, p. 104); a irmã de João Olivier que auxiliava nas despesas de casa com sua costura; e Andreza Vital, com seus aluguéis que também ajudavam a manter a família que lhe criara o filho.

Nascimento Moraes nos permite ler como se movimenta ou como se comporta a cidade em espaços e momentos de festividades. As festas religiosas eram muito interessantes para se compreender a sociedade. Em São Luís, eram inúmeras, havia “para todos os gostos e devoções” e reuniam todos os grupos sociais, dos mais ricos aos mais populares. Era na rua e feita para os elementos que por ela circulavam. Moraes narra com riqueza de detalhes a paisagem e o movimento que desencadeiam essa variedade e suas tensões:

Domingo de Santa Severa.

Prolongaram-se, pela noite, como de costume, os festejos da tarde, aformoseados com a solene pompa deslumbrante do culto católico de São Pantaleão. Havia iluminação no adro que a mais e mais se

desejos, o pensamento, o domínio da cultura, enfim.” In: Arrais [et al]. *O corpo e a alma da cidade*, p.13.

enchia de gente – agradável promiscuidade de classe. A vida da festa, ruidosa, intensa, lucrativa e cativante começava a manifestar-se: animava-se a vozeria, movimentavam-se os botequins e as casas de sorte... Os fogos só se tocariam às onze horas, ou mais tarde. Por isso, muitas famílias se retiravam, acabada a reza... Outras, porém... pediam cadeiras nas casas vizinhas e se colocavam na parte superior do adro. Estas não tomam parte da festa, não riem, nem gracejam com todos: fazem rodinhas à porta, com seus conhecidos e como que apreciam a alegria do povo. Conhece-se à primeira vista que não são do bairro, e que ali se acham deslocadas... No adro de São Pantaleão, em dias de festas, não se encontram à ufa os leões da moda, os princípios da elegância e do bom tom. O bairro pode-se dizer que é da pobreza, e por isso é ela que se diverte nesses dias... A polícia é mal vista por lá, a cabroeira dos outros bairros também não é bem recebida e, assim, quando menos se espera, por causa de uma raparigota qualquer... a capoeiragem se desenfreia... Eram oito horas da noite e a enchente continuava. Cláudio passeava no adro [...] Junto a um armarinho em que se davam sortes a cem réis, deparou-se-lhe Andreza, a gritar com desespero pelo seu bilhete... Andreza gritava e insultava os circunstantes, empurrando-lhes violentamente... Aquilo chamou a atenção da ronda de polícia e quando um esbirro se lhe aproximou para a prender... Cláudio atirou-o, de golpe, a cinco passos de distância... (Moraes, 2000, p. 94-96).

Manifesta-se, assim, a alegria de experimentar o convívio com o diverso, da convivência com outros grupos sociais, mas também as tensões inerentes a essa diversidade. O Estado é ali representado sempre pela força policial, com a função de ordenar, de inibir e punir alterações, pois, “no cerne e no rastro das festas religiosas, de grande concorrência popular, se moviam, juntamente com as devoções, os perigos da cidade” (Arrais, 1998, p. 122)

Esquinas e varandas: as relações com os espaços público e privado

Tanto a República quanto o novo século trouxeram uma série de transformações que vão além das questões relacionadas ao regime político e aos elementos de modernização. Entre essas mudanças encontramos uma significativa reorientação do olhar sobre as esferas pública e privada, que estavam ligadas às expectativas de ampliação da cidadania que trariam a reboque melhorias na educação e nos serviços urbanos para um grupo maior da população, o que permitiria a circulação dessas pessoas por outros espaços. Com a facilidade na circulação no espaço público dos centros urbanos, como o maranhense, por exemplo, já podemos perceber um ambiente mais dinâmico nas duas primeiras décadas do regime republicano.

Diante disso, temos em São Luís, como fatores para as novas relações estabelecidas no público e no privado a inserção dos indivíduos libertos com o 13 de Maio numa nova categorização, a de cidadãos, e suas novas condições de trabalho, lazer e moradia, além dos sinais de modernização introduzidos no cenário urbano nesse contexto. Na obra de Jose do Nascimento Moraes, o público e o privado podem ser caracterizados utilizando suas duas categorias correspondentes: a rua e a casa. E dentro dessas categorias, dois espaços significativos para a discussão sobre as dimensões de público e privado no romance são a esquina e a varanda.

“A rua é generosa”, já escrevia João Paulo Barreto, ou para os íntimos leitores, João do Rio, numa crônica que bem pode ser tomada como um elogio, um canto em louvor desta que é a veia por onde corre a vida, o sangue da cidade. A generosidade da rua bem que poderia ser exaltada pelo cronista por acolher bons e maus, pobres e ricos. Contudo, e, principalmente, tal louvor se justifica pela ousadia em abrigar e aplaudir o fraco, o infeliz, os “saltimbancos que, sem voz, rouquejam

com fome para alegrá-la e para comer” (Rio, 2007, p.26). Encontramos aqui o significado desse espaço tão bem explorado por Nascimento Moraes para o aplauso e a sobrevivência de sua literatura.

Moraes era, como João do Rio, um observador atento do seu cotidiano. Suas crônicas sobre literatura, política, sociedade ou simples amenidades representavam com muita atenção e cuidado o cotidiano da cidade e as relações de poder intrínsecas a ele.⁸ Do mesmo modo, para a trama de *Vencidos e Degenerados*, recolhia “material” diariamente na cidade em que vivia a partir de sua observação, vivência, intenções e críticas às práticas políticas e sociais de sua época. Por isso, é tão clara na leitura do romance a impressão de se estar diante - e daí o subtítulo - de uma “crônica maranhense”. Assim como nós, ele também era um leitor. Um “leitor especial” da cidade⁹.

As práticas que definem os espaços público e privado na cidade de São Luís transbordam as tensões existentes entre o Estado e a sociedade. A normatização dessas práticas, no período estudado, está vinculada prioritariamente às leis que determinam as posturas dos indivíduos e aos jornais que as orientam e denunciam. Obviamente que pode haver uma eternidade entre o escrito e o praticado e essas intenções em manter a ordem e a limpeza para que o fluxo urbano se fizesse sem “incômodos” nem sempre logravam êxito. Nascimento Moraes também observava esses descompassos e sua narrativa é povoada de imagens a esse respeito. Ao elogiar a tranquilidade do bairro em que mora seu amigo Bento, Olivier ouve as reclamações do velho professor, pois, segundo ele, durante o dia os “quarteirões abrem apetite à gente, mas, à noite, Deus nos acuda! Esta quitanda aí da esquina põe em

8 Compartilhamos aqui a ideia de representação formulada por Chartier que dá atenção às estratégias simbólicas que ordenam a estrutura social e organiza as posições e relações dos indivíduos. Chartier. *O mundo como representação*. In: *À Beira da Falésia*, 2002.

9 Pesavento. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*: A historiadora designa como leitores especiais os fotógrafos, poetas, romancistas, cronistas e pintores da cidade.

rebuliço a quadra! É um ponto de reunião dos peraltas e vagabundos desta cidade” (Moraes, 2000, p.86). Encontramos aqui um elemento significativo dentro do universo do espaço público na narrativa de Nascimento Moraes: a esquina. Esse ponto de cruzamento entre ruas serve de cenário para muitas ações dentro do romance.

A esquina é mostrada como o ponto de observação preferido de Moraes. Lá, seus personagens se “abrigam” para observar a vida que segue seu curso, discutir a vida alheia e apontar seus defeitos. Assim gostava de fazer nosso ilustre João Olivier: “Ele saiu caminhando pela Rua do Trapiche abaixo... E foi seguindo até a esquina da rua com o beco que vai ter à Rampa Campos Melo. Aí parou, apoiando-se com o chapéu, que a mão direita segurava, e metendo a esquerda no bolso da calça lançou um olhar observador em derredor...” (Moraes, 2000, p.58). Zé Catraia utilizava-se deste “ponto estratégico” para conhecer os pormenores do cotidiano ludovicense, assim contava a Cláudio Olivier:

- Pois bem, eu sou Zé Catraia. Sabe disso? Ora, quem dá importância ao Zé Catraia? Ninguém! Um bêbado que anda escorado pelas esquinas... um pobre diabo... como dizem os senhores que conhecem os termos da língua. Mas ah! É puro engano!... Eu tenho uma cabeça... Sabe o que me falta? É cultura... Mas... como eu ia lhe dizendo... Eu me encosto à esquina e ouço a conversa dos cabeçudos... (Moraes, 2000, p. 146).

Nosso ilustre orador popular do romance de Moraes, ao mesmo tempo que crítica a inferiorização social que lhe é atribuída, tira proveito dela para munir-se de informações sobre as mazelas da sociedade em que vive. A associação do espaço público com a ameaça, não se trata apenas do risco de o indivíduo sofrer constrangimentos físicos, mas também de estar sujeito a tudo aquilo que o violento em sua imagem e em sua moral, pois “o espaço externo é o espaço da atividade no

mundo, em que se tem constantemente de superar resistências, e armar-se diante do oponente; é o espaço do desabrigo, dos perigos e da exposição” (Bollnow, 2008, p. 139).

A esquina tornava-se a própria ameaça para os transeuntes. Ou melhor, as pessoas que nela se postavam transformavam-se em “inquisidores” dos que por ela passavam. Risos, pilhérias ou simples olhares curiosos dos que as habitavam momentaneamente podiam significar toda sorte de constrangimentos para os que por ali passavam. Logo no início da trama vislumbramos seu destino, já que “nas esquinas com a Rua do Monteiro, em frente da casa de Maranhense, populares comentavam os boatos e notavam os que entravam e os que saíam daquela formidável assembleia em que se reuniam tão variados elementos” (Moraes, 2000, p. 28). O próprio Zé Catraia confessa o uso preferido que faz deste espaço, ele, “um tipo muito ébrio... Vendo o coronel [que estava à janela], para bem na esquina... num cumprimento rasgado: - Coronel Barreiros! Respeitável capitalista... O coronel Barreiros, rápido, sai da janela... Zé Catraia ficara no canto, a resmungar quase entre dentes: - Se tu não corres, eu te dizia duas verdades e meia” (Moraes, 2000, p. 155). Estes são exemplos interessantes da apropriação, dos diferentes significados que as práticas imprimem aos espaços.

Na cidade de *Vencidos de Degenerados*, a iluminação pública a gás trouxe uma modificação nas noções de tempo e no uso dos espaços durante a noite. As festas prolongavam-se noite adentro e as praças e ruas viam movimento até mais tarde. E as esquinas, cenário público que destacamos aqui, de dia ou de noite, são utilizadas por personagens de todos os grupos com uma liberdade e intimidade interessantes. O ponto onde ocorrem mais encontros, discussões ou apenas um deixar-se ficar, sozinho, para observação. Imagens que reforçam nosso entendimento sobre a vida de nosso autor, com seus passeios diários pelas ruas da capital maranhense que o colocavam em contato com os problemas e costumes de sua época. Seus escritos literários e jornalísticos são frutos dessa relação.

A sensação de abrigo, o ato de habitar, atribuída à casa, passa pela proteção confiável que esta proporciona tanto no que diz respeito às intempéries da natureza quanto à aproximação de pessoas estranhas que interrompam essa tranquilidade construída na relação com esse espaço. Observamos que, ao tratar do cotidiano de grupos populares, o texto de Moraes deixa claro o uso da moradia tanto para o descanso quanto para o trabalho. Para começar a ilustrar nossa discussão sobre o âmbito privado, peçamos ajuda ao português João Machado, de *Vencidos e Degenerados*, no tempo em que ainda não se importava que o chamassem de Paletó Queimado e possuía uma taverna no Beco do Precipício:

Essa falta de tranquilidade vivenciada pelo taverneiro dentro da própria “casa” também era compartilhada pelos grupos mais carentes de várias cidades, tensões impostas inclusive pelo poder público. Nicolau Sevcenko analisa o processo de urbanização no Rio de Janeiro, à época da chamada Regeneração, ou seja, das reformas urbanas implementadas por Pereira Passos, no início do século XX, e mostra como o espaço privado dessas camadas mais baixas foi sendo retraído devido à nova política urbana, pois “os expunha à intromissão abrupta e ameaçadora da autoridade a qualquer hora e em qualquer lugar” (Sevcenko, 1998, p. 544).

Como bem explica Roberto DaMatta, “ser posto pra fora de casa” traz um sentimento de desamparo sem consolo, pois significa que estamos “sendo privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de ‘amor’” (DaMatta, 1997, p. 50). As situações que se estabelecem em casa têm por princípio a harmonização das relações. E no contexto da São Luís de Moraes, o espaço a que mais se atribui esse sentimento de “carinho” e “consideração” é a varanda.

Nas casas térreas havia apenas a varanda voltada para o quintal e essa área assumia um caráter mais privativo, pois muitas vezes os

espaços da frente eram reservados ao comércio (Brandão, 2008). Em São Luís do Maranhão, a varanda do lado de dentro da casa assume, geralmente, a função de sala de jantar. Esse ambiente que denota intimidade, tranquilidade e aconchego se faz presente durante toda a narrativa de *Vencidos e Degenerados*, não apenas ilustrando os espaços das casas dos personagens, mas identificando os tipos de relações que se estabelecem entre eles. Ou seja, é um cômodo cujo uso demonstra bem as práticas que garantem privacidade e uma sociabilidade íntima no contexto ludovicense. Vejamos dois exemplos de como esse espaço aparece no romance:

[João Machado] tornou-se mais íntimo e a família acostumou-se àquela cara e, por último, já lhe não era preciso bater palmas, ele ia varando corredor adentro, com um simples - com licença - que não esperava resposta. Deixou de ser recebido na sala e passou a ser amigo da varanda. Era como se pertencesse à família” (Moraes, 2000, p. 69).

“Pagas as dívidas, ainda lhe sobrariam boas pelegas para acudir algumas compras necessárias. – Um horror esta vida! – exclamou ele [João Olivier] em casa, fazendo as contas na varanda, depois do jantar, cercado dos seus (Moraes, 2000, p. 89).

O ato de receber na varanda denotava intimidade e confiança para com o visitante, e mesmo em dias de festa, este espaço servia de qualificador dos convivas presentes. Nascimento Moraes descreve a sala como um ambiente intermediário entre a rua e os espaços mais íntimos da casa e que somente as camadas médias e a elite conseguiam construir as relações de tranquilidade permitidas pela divisão espacial da casa. A população pobre e os libertos e libertas viviam em cortiços e cubículos apertados em que, frequentemente, as funções exercidas neles tinham por separação apenas o horário.

Pensar o espaço dentro da sociedade, a partir de seus movimentos, de sua subjetividade, do domínio do simbólico, torna o processo de construção do saber histórico mais dinâmico e rico. Na compreensão dos espaços, o sentido é dado pelas práticas que engendram. Os usos os definem e transformam. Por isso, podemos pensar na perspectiva de uma modernização do espaço urbano ludovicense, ainda que suas estruturas físicas não sofram alterações significativas para o ideal concretizado com as reformas urbanas de muitas capitais na transição do século XIX para o XX, a partir dessa mudança de atitude diante do urbano. É principalmente a renovação dos códigos comportamentais que traz o possível “progresso” para a capital maranhense.

O que nos chama atenção na obra de Nascimento Moraes é que as transformações trazidas pela República, as ideias, as aspirações e os valores compartilhados pelos intelectuais de seu tempo, são diluídos num discurso que tem o objetivo claro de denunciar as mazelas sociais de sua gente. Os vencidos a que ele se refere são os que sofreram a derrota das expectativas, aqueles que não conseguiram “ganhar” com as mudanças do novo regime, ou seja, todos aqueles que não puderam usufruir das promessas feitas pelos porta-vozes do progresso. O autor nos mostra uma modernização pensada, sonhada para sua terra através do discurso científico e literário, com a presença daqueles que representam esse saber. Problematisa acuradamente as “faltas” para propor um caminho a ser seguido.

O personagem Cláudio Olivier, com uma percepção tão apurada quanto a de seu pai adotivo, o ilustre jornalista João Olivier, sintetiza a situação de crise econômica e atraso cultural quando, num canto, observa o comportamento dessa sociedade. E assim reflete:

[...] o que se passava nos bailes, princípios de rotina, nos quais se prendia a sociedade em que ele vivia; antigos defeitos de educação, vícios e hábitos inveterados de um meio que não se modifica, os

quais, a despeito da transformação de caráter radical que vai se operando em todo o país, persistem e resistem à ação do progresso e da civilização (Moraes, 2000, p. 159).

Esse não desligamento em relação ao passado, essa atmosfera de decadência econômica, assim como a precariedade dos serviços urbanos, essa falta de educação para a maioria da população, denunciadas em Vencidos e Degenerados, convivem com as transformações sutis que os novos tempos trouxeram e que interferem diretamente no comportamento dos indivíduos.

Referências

ARAÚJO, Adriana Gama de. *Em nome da cidade vencida: A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes (1889 – 1920)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2011.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Escrevendo e cartografando a cidade do Recife na passagem para o século XX*. Cahiers des Amériques Latines 48-49, 2006.

_____. *Recife, Culturas e Confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BOLLNOW, Otto Friedrich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. (Tese)

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MARTINS, Angela Maria Moreira. *O modo de vida oitono-vecentista visto da varanda*. Rio de Janeiro: Revista19&20, v. III, n. 4, out. 2008.

CÂMARA, Paulo Roberto Pereira. *Trabalho e Rua: dinâmicas do trabalho no mundo da rua*. Revista Outros Tempos. UEMA: Vol. 5, n. 6, dez. 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho no operariado feminino em São Luís na virada do século XX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

DaMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. (Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro). São Paulo: EDUSP, 2001.

MACHADO NETO, Antonio Luís. *A Estrutura Social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MACHADO, Nauro. *Esferas Lineares: 4 Estudos Maranhenses*. São Luís: SECMA, 1996.

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da Saudade: Os Novos Atenienses e a Invenção do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

MELO, Maria Cristina Pereira de. *O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)*. São Luís: SIOGE, 1990.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e Degenerados* (chronica maranhense). Maranhão: Typographia Ramos d'Almeida & Comp. Sucessores, 1915.

_____. *Vencidos e Degenerados*. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000. 4ª Ed.

PAMUK, Orhan. *Istambul: memória e cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PESAVENTO, Sandra J. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.08, n.16, 1995.

PORTO, Augusto (org). *Publicações da Câmara municipal de São Luís: coleção de leis e resoluções municipais (1892-1909)*. Maranhão: Typ. do Diário do Maranhão, 1910.

RIBEIRO Jr, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991*. São Luís: edições FUNC, 1999.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

José do Nascimento Moraes, o invencível lutador degenerado¹

Rosângela Carreira
Jarbas Vargas Nascimento

A análise de sua obra e a comprovação de nossa tese geraram a necessidade de conhecer vida e obra do homem José do Nascimento Moraes para a compreensão do contexto de produção e para a aplicação da metodologia da Análise do Discurso (AD).

Nossa pesquisa nos levou ao universo íntimo do autor. Conhecemos sua família, caminhamos pelas ruas de São Luís que são retratadas por ele em suas obras, descobrimos sua africanidade literária e seu estilo. Desvendamos aspectos sociais, políticos e culturais que fazem parte de seus escritos, dos quais ecoam um “dizer” da resistência negra que não somente condiz com nossa hipótese de trabalho, mas também denotam a presença de um intelectual à frente do seu tempo, cujo discurso está intimamente marcado pela *negritude*.

Ao adentrar seu universo, de algum modo, constrói-se um percurso diferenciado em direção a um discurso *paratópico* que se dá por meio de um *enunciador-anunciado*, o qual se mantém e se sustenta como *testemunho e documento paratopicamente*, conforme comprovaremos em

¹ Texto publicado em 2020 pela editora Blucher dentro da obra “*Paratopia e proximidade discursiva: discurso e resistência na literatura*” como resultado da tese defendida na PUC/SP sob orientação do professor Jarbas Vargas Nascimento, aqui merecidamente adicionado como parceiro colaborador.

nossa análise final². Este capítulo faz-se necessário porque é importante (re)conhecer o contexto discursivo para compreender os aspectos paratópicos do discurso, objetivo principal desta pesquisa.

Conhecer Nascimento Moraes é mister para (re)conhecer o *discurso da negritude* presente no(s) enunciador(es) de *Vencidos e Degenerados* para a compreensão do contexto e das condições sócio-históricas de produção. Também para acréscimo de informações relevantes para a análise das formações discursivas e análise de todos os elementos que levarão ao entendimento do que seria uma *paratopia documento-testemunhal do discurso da negritude*. É fato que nem o enunciador, nem o *ethos* e nem mesmo o autor, bem como a *subjetividade e a identidade*, como os concebemos nesta pesquisa, são a pessoa em si, contudo, essas concepções estão intimamente relacionadas à interpretação possível daquela realidade social.

Há um *discurso paratópico* que se sobrepõe à narrativa, o qual faz com que a obra seja analisada por historiadores, sociólogos e antropólogos como se fosse um *testemunho* de uma época. Isso se dá, graças a uma atitude social e pessoal do enunciador Nascimento Moraes, que além de construir uma *imagem de autor*, outorga um testemunho que se dá *paratopicamente*; bem como representa a voz do negro e da população, a qual preconiza o *discurso da negritude*.

Essa atitude faz de José do Nascimento Moraes não somente um cidadão atuante e um escritor importante no universo maranhense, não somente uma voz de reação, mas também um caractere importante no universo literário afrodescendente e na (re)construção da memória negra nacional. Por essa razão, faz parte do cânone resgatado pela crítica literária contemporânea e seus textos transformam-no em enunciador relevante, cujo enunciado apresenta discursos ancestrais e prenuncia o *Movimento da Negritude* norteamericano e europeu, apresentados no capítulo anterior.

2 Cf. capítulo VI.

Conceituar a presença atuante do negro no universo intelectual-literário implica em lidar não somente com questões sociais, culturais e políticas. Atualmente, significa resgatar na memória nacional uma gama gigantesca de autores relegados a segundo plano, significa romper com o purismo academicista que ignora a afrodescendência de Machado de Assis, por exemplo, para construir uma conceituação de literatura negra e redefinir o panorama literário nacional, pois

enquanto muitos ainda indagam se a literatura afro-brasileira realmente existe, a cada dia a pesquisa nos aponta para o vigor dessa escrita: ela tanto é contemporânea, quanto se estende a Domingos Caldas Barbosa, em pleno século XVIII; tanto é realizada nos grandes centros, com dezenas de poetas e ficcionistas, quanto se espalha pelas literaturas regionais. Nesse caso, revela-nos, por exemplo, um escritor do porte de José do Nascimento Moraes, autor, entre outros, do romance *Vencidos e Degenerados* (1915), cuja ação tem início em 13 de maio de 1888 e se estende pelas décadas seguintes a fim de narrar a permanência da mentalidade derivada da escravidão. Enfim, essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa (Duarte, 2011, p. 375).

Diversidade essa que se revela também nas diferentes obras de Nascimento Moraes, pois, para a crítica literária da atualidade, a literatura afrodescendente já não é somente aquela que fala *sobre o negro* de forma idealizada, mas também aquela *do negro, para o negro e com o negro*. Como revela Duarte (2011), na construção da memória afrodescendente a literatura desempenha o papel de reconfiguração discursiva dessas reminiscências, que se apresentam em diferentes matizes.³

3 Duarte (2011) ainda afirma que cabe avaliar o “estado da arte” de dois desses instrumentos: os conceitos de *literatura negra* e de *literatura afro-brasileira*. Para esses estudos, destaca ainda a importância dos trabalhos feitos por organizações como *Quilombhoje* em São Paulo, as publicações dos Cadernos Negros, a militância de Muniz Sodré, Nei Lopes e outros. E admite que há diferentes perspectivas dentro da Crítica Literária, partindo do negrismo modernista, de que são exemplos Jorge de Lima, Raul Bopp, Menotti del Picchia e outros até a contemporaneidade com os estudos de Benedita Gouveia Damasceno, Domicínio Proença e Zilá Bernd que denotam uma

De imediato, impõe-se indagar: o que torna a escrita afro-brasileira distinta do conjunto das letras nacionais? Que elementos diferenciam e conferem especificidade à produção literária dos brasileiros descendentes de africanos? Descartados os fatores extra-literários, algumas constantes discursivas se destacam e têm sido utilizadas como critérios de configuração dessa literatura.

Em primeiro lugar, a temática: “o negro é o tema principal da literatura negra”, afirma Octavio Ianni, que vê o sujeito afrodescendente não apenas no plano do indivíduo, mas como “universo humano, social, cultural e artístico de que se nutre essa literatura.” (1988: 54) **Em segundo lugar, a autoria.** Ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro, e, neste caso, há que se atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes fraturadas oriundas do processo miscigenador. Complementando esse segundo elemento, logo se impõe um **terceiro**, qual seja, *o ponto de vista*. Com efeito, não basta ser afrodescendente ou simplesmente utilizar-se do tema. É necessária a assunção de uma perspectiva e, mesmo, de uma visão de mundo identificada à história, à cultura, logo a toda problemática inerente à vida desse importante segmento da população. Nas palavras de Zilá Bernd (1988), essa literatura apresenta um sujeito de enunciação que se afirma e se quer negro. **Um quarto componente** situa-se no âmbito da *linguagem*, fundado na constituição de uma discursividade específica, marcada pela expressão de ritmos e significados novos e, mesmo, de um vocabulário pertencente às práticas linguísticas oriundas de África e inseridas no processo transculturador em curso no Brasil. E **um quinto componente** aponta para a formação de um público leitor afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura e, portanto, ausente do projeto que nortearia a literatura brasileira em geral. Impõe-se destacar, todavia, que nenhum desses elementos isolados propicia o pertencimento à Literatura Afro-brasileira, mas sim a sua interação. Isoladamente, tanto o tema, como a linguagem e, mesmo, a autoria, o ponto de vista, e até o direcionamento recepcional são insuficientes. (Duarte, 2008, p. 2, grifos nossos).⁴

Nos escritos de Nascimento Moraes encontram-se esses elementos literários que não somente reiteram seu significativo papel na Literatura

“nova ordem simbólica” e a “emergência de um eu enunciator”.

4 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2017>. Acesso em: 27 mai.2015.

Afro-brasileira, mas também corroboram a presença do *discurso da negritude* anteriormente apontado. A imagem que ele constrói de si é a imagem do enunciador que toma a palavra como arma de resistência social.

Condições sócio-históricas de produção maranhense

O discurso literário de Nascimento Moraes, sem dúvida, é herdeiro de um passado profícuo em terras maranhenses.

A intelectualidade maranhense carrega consigo essa herança que, provavelmente, surgiu com a presença de Pe. Antônio Vieira que viveu em São Luís, pela Companhia de Jesus, de 1655 a 1662, data em que a Companhia foi expulsa. O religioso compôs poemas e sermões que exaltavam as riquezas naturais maranhenses. Ao mesmo tempo, alfabetizava e catequizava a população. Ainda que durante o período colonial, na ilha, só houvesse literatura de viagem, é pertinente destacar que, durante essa época de grande desenvolvimento agrário, muitos maranhenses estudaram na Europa. (Brandão,1979)

Seguindo as tendências estilísticas da época ligadas à “imitação” dos modelos europeus, os maranhenses apresentaram uma rica produção literária, que mais tarde se consolidou e foi aprimorada, após a *Independência do Brasil*, em 1822, ainda que o Estado só a tenha apoiado oficialmente em 1824.

É dessa realidade de riqueza agrária e intelectual, que perpassa o cerne da decadência econômica pós-abolição, que surge como resultado: a riqueza literária maranhense. Jomar Moraes, em sua obra *Apontamentos de Literatura Maranhense*, assim como outros historiadores, antropólogos e historiógrafos, opta por dividir a produção literária em três períodos:

Quadro III – Grupos literários maranhenses

Períodos	Autores	Características
Grupo Maranhense (1832-1868)	Joaquim Serra , Golçalves Dias, Sousândrade, Odorico Mendes, Gentil Braga, Sotero dos Reis, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, César Marques, João Francisco Lisboa e Maria Firmina dos Reis. ⁵	Responsáveis pelo atributo “Atenas Brasileira” a São Luís. Conviviam neoclássicos e românticos, jornalistas e poetas. O jornalismo é fundamental para a propagação literária.
Grupo dos Emigrados (1868 – 1894)	Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Raimundo Correia, Manuel de Bethencourt, Artur Azevedo, João Afonso do Nascimento, Euclides Faria, Eduardo Ribeiro, Pacífico Bessa e Marcelino Barata. ⁶	Assim chamados porque pautados pelo sucesso da “Atenas Brasileira”, migraram para São Paulo, Rio de Janeiro e Amazônia, durante o período do realismo/ naturalismo. Fazendo parte, inclusive, do Parnasianismo.

5 Considerada a primeira romancista brasileira, autora do romance social abolicionista *Úrsula*, descoberto por José Nascimento Moraes Filho. Embora Jomar Moraes não a considere entre os grandes escritores maranhenses e a considere “mediocre” e “desimportante”, optamos por incluí-la nesse quadro adaptado, pois consideramos que o fato de ser mulher, negra e autodidata numa sociedade patriarcal influenciou a crítica geral da época. Além disso, consideramos que sua obra ainda é pouco explorada e obscura, o que torna a análise de Jomar Moraes relativamente precipitada.

6 Esses últimos foram apontados por Martins (2002) como parte do grupo dos emigrados para Amazônia.

Novos Atenienses. (1894 – 1932)	Grupo inicial: Reis Carvalho; Inácio Xavier de Carvalho; Euclides Marinho; Antonio Lobo; José do Nascimento Moraes; Domingos Barbosa. Outros autores: Viriato Correia, Astolfo Marques, Alves de Faria, Costa Gomes, Maranhão Sobrinho e outros.	Este grupo compõe a Oficina dos Novos como movimento de reação à ausência de produções intelectuais causadas pelo êxodo. O grupo se divide, formando: Os neo-atenienses liderados por Antônio Lobo, que funda a Academia Maranhense de Letras para reunir associações literárias e grupos de jovens intelectuais. A Renascença Literária liderada por José do Nascimento Moraes. Além do saudosismo e do resgate do passado, esse período tem como característica a forte utilização do discurso jornalístico. Embates políticos permeiam o estilo e a valorização do vernáculo, assim como, a defesa da raça negra e da população; além do caráter republicano.
---	--	---

Fonte: Adaptado de Moraes (1977), Martins (2002) e Meireles (1955/2001)

Embora nosso trabalho não seja de caráter historiográfico, é importante ressaltar que a *Oficina dos Novos* e, conseqüentemente, a produção literária de Nascimento Moraes surge num contexto

histórico, econômico e político de instabilidade e decadência em que as condições sócio-históricas de produção contribuem e validam seu discurso.

A abolição da escravidão levou à decadência da lavoura e à adesão da república, o que em quase nada beneficiou o Estado, que não teve um desenvolvimento comercial ou industrial planejado. O povo, oprimido por governos exploradores e sem acesso à educação, distanciou-se ainda mais das demais classes sociais. Entretanto, a elite também não vivia mais sob os auspícios daquele passado glorioso, em que filhos de senhores estudavam na Europa, quando da formação do grupo da chamada “Atenas Brasileira”.

Em meio a tudo isso, José do Nascimento Moraes não somente imprime sua marca estilística como jornalista, mas também fortalece sua imagem como autor e professor, defensor dos direitos do povo, lutador por um lugar social relevante, líder de grupos de esquerda, consciente de seu papel intelectual e de sua negritude. Suas ações sociais, seja como professor, seja como jornalista fortalecem seus argumentos no discurso e *paratopicamente* lhes legitimam, por seu *ethos* de um negro, literato, proficiente e lutador.

Essa postura arrojada cria conflitos e divergências políticas dentro do grupo da *Oficina dos Novos* e acaba por cindi-lo. Entretanto, ao contrário do que se pode pensar, essas rivalidades e inimizades enriqueceram as produções de Nascimento Moraes, da mesma forma que para os demais. Sendo assim, além de retratar esse aspecto histórico-ideológico decadente, ele conferiu ao discurso, um caráter contextualizador e contestador, principalmente, em sua atuação como jornalista. O grupo de Nascimento Moraes fazia oposição ao governo e ao grupo dos neo-atenienses liderado por Antônio Lobo.

O jornalista: “Auto-proclamado um lutador”

Até meados do século XVIII, não havia tipografias instaladas na capitania do Maranhão. Todas as informações, advinham de outras

províncias ou diretamente de Portugal. Segundo Meireles (1992), há muitos fatores que podem explicar o atraso na chegada das tipografias ao território: *a ocupação feita com descaso* por parte dos portugueses; *as invasões francesas e holandesas*; *o desenvolvimento econômico atrasado*, pois até a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, todos os produtos eram exportados; *a influência dos comerciantes lusitanos* que mantinham a estrutura conservadora e escravocrata, fiel a Portugal e a *população analfabeta* em sua grande maioria.

No final do século, havia alguns pasquins que circulavam na ilha de São Luís, ainda advindos de outras regiões. Somente em 1821, é lançado *O Conciliador*, primeiro jornal do Maranhão. Contudo, suas primeiras edições eram ainda registradas a bico de pena, pois, segundo Jorge (1998:17), somente em 10 de novembro saíria a primeira edição impressa.

Será, então, o princípio do século XIX, marcado pelo início da imprensa no Maranhão. *O Conciliador*, todavia, apresentava uma linguagem agressiva e nada conciliadora. Jorge (1998) considera que este foi o primeiro jornal oficial, que lutava por seus interesses, que eram, na verdade, os interesses lusitanos, de forma noticiosa com linguagem bastante feroz. Os demais jornais surgiram com essa herança linguística, ainda que o contrariem ideologicamente, seguem ainda este modelo.

Posto isso, é evidente que somente em meados do século XIX, teremos no Maranhão o desenvolvimento jornalístico. Importante ressaltar que, o jornal em si, carrega essa herança de uma linguagem agressiva e aguerrida em que os jornalistas atacavam o regime, demarcavam seus lugares sociais e atacavam-se.

José do Nascimento Moraes nasce em 19 de março de 1882 e cresce em meio a essa transição e incorporação social do gênero jornalístico. Autodidata, jornalista, professor de Português no Liceu e Matemática para o curso Normal, escreve em muitos jornais de São Luís do Maranhão como *O Correio da Tarde*, *O Diário*, *Jornal do Maranhão* e outros.

Encontramos com Nascimento Moraes muito antes de encontrarmos sua *paratopia discursiva* ou sua obra, pois, ele está nas paredes da São Luis Histórica, nas ruas do Trapiche, na Rua Grande. Enfim, em toda parte, é possível imaginar o velho professor em sua grandiosidade, subindo as ruas, cumprimentando conhecidos e seguindo em direção a louváveis jornais que, a princípio, acolheram sua intelectualidade inquieta, em seguida, foram manejados, modernizados, acolhidos e mantidos economicamente com suas palavras criativas, sua liderança e seu olhar ferino para a realidade do povo.

Também o encontramos na biblioteca Benedito Leite, na Biblioteca Nacional e na sala de estudos e leituras da Academia Maranhense de Letras, com a qual discutia, discorria, criticava, partilhava saberes, discordava e rompia. Seu espírito literário, sua crítica jornalística está lá para quem o conhece um pouco, viva em cada mesa de bar, em cada tertúlia, cuja ausência ainda é sentida. Grande polígrafo, crítico e ativista social. Filho de Manoel do Nascimento Moraes e Maria Catarina Vitória.

O pai nasceu em 1839, também ludovicense, capoeirista de primeira, tinha como apodo *Currupira*, por ser conhecido no bairro da Currupira formado pelas ruas das Hortas, Rua do Outeiro e Camboa. Ainda, lutou na Guerra do Paraguai, de onde voltou lesionado em uma das pernas. Não foi condecorado por ato de bravura como os demais, nem recebeu soldos da Guerra, por ser analfabeto. Fato já registrado por muitos historiadores, de que o negro seria usado como “bucha de canhão”, com promessas de libertação, soldos e prestígio nunca cumpridas.

Após a desilusão do retorno, trabalhava como sapateiro para sustentar a família e jurou que seus filhos saberiam ler e escrever.⁷ Aprendeu a ler sozinho anos depois, quando trabalhou como servente do tesouro Nacional, lendo artigos de jornais.

7 Em entrevista concedida para Eliana Campos Morais Rêgo para sua monografia de Conclusão do Curso de Letras da UEMA feita na década de 90 intitulada “O perfil de um negro, na primeira metade do século XX, em São Luís do Maranhão: José do Nascimento Moraes”, defendida em 1997, cedida para nossa pesquisa pela família

A mãe, D. Catarina Vitória (a vó Babá), nasceu em São Luís e tem uma presença muito forte na obra de Nascimento Moraes. Ela era lavadeira e cozinheira da sociedade branca aristocrática. Por meio de seu carinho e de seus diálogos com o filho, D. Catarina Vitória transmite experiências e histórias vistas e vividas, que serão reproduzidas nos textos dele, o que pode ser percebido em seus muitos artigos, sob o pseudônimo Valério Santiago, no *Correio da Tarde*, como no trecho “uma preta com o seu alvará de libertação da escravidão”⁸. Nos seus escritos reinam histórias de sua infância e da relação familiar com seu irmão Raimundo Nascimento Moraes, homem público e também escritor. Nesses textos são reveladas características da sociedade em que viveu com destaque dos aspectos culturais, políticos e psicológicos. Encontram-se descritos, em detalhes, as ruas, os casarios, as relações de poder, os problemas sociais e as relações familiares, ora utiliza pseudônimos (são mais de 10 identificados socialmente), ora assume a autoria, ora nomeia personagens com nomes de pessoas de seu convívio ou construindo caracterizações e personagens.

Frequentou somente a Educação básica no Liceu Maranhense, lugar onde mais tarde lecionou para a elite maranhense, incluindo José Sarney e Ferreira Gullar. Também ministrou aulas particulares, segundo Machado (1982, p. 9), “iniciou suas atividades jornalísticas sob a orientação e o incentivo do professor Manuel Bithencourt”, preceptor de

Moraes representada por seus netos Loreley Nascimento Moraes e Renan Nascimento Moraes, José Nascimento Moraes Filho (1922-2009), relata que, ao ser rechaçado para a condecoração, seu avô jurou intimamente que seus filhos “seriam doutores”. Esse fato também é relatado por Paulo Nascimento Moraes na obra “Contos de Valério Santiago”, publicada pela SIOGE em 1972, onde há a descrição das atitudes do general Osório, responsável pelas condecorações dos sobreviventes, que ordenou que somente os que soubessem ler, escrever e contar deveriam se apresentar dando um passo à frente.

8 Essa caracterização da mãe e de muitas personagens em seus diferentes textos pode ser encontrada na coluna *Puxos e Repuxos*, em *Vencidos e Degenerados* na descrição da personagem Andreza, mãe do protagonista Cláudio e também aparece na coletânea crítica de Paulo Nascimento Moraes “Contos de Valério Santiago”, publicada pela SIOGE em 1972, p. 219.

jovens, conhecido largamente na sociedade maranhense por promover discussões literárias a partir das leituras de Tolstoi, Turgueniev, Ibsen, Strindberg, Dickens, Zola e Eça de Queirós.

José do Nascimento Moraes viveu uma época atrelada à tutelaridade historicista de Spencer e ao cientificismo evolucionista de Darwin, onde o mundo como vontade e representação era anquilosado pelo pessimismo de Schopenhauer, vertentes, os três, da poesia noturna e angustiada de Augusto dos Anjos [...] (Machado, 1982, p. 11).

Idealista e sonhador fez parte do grupo que fundou a Academia Maranhense de Letras. Boêmio teve muitas mulheres em sua vida⁹, mas, oficialmente, são mencionadas apenas duas. A primeira foi Dona Ana Augusta (vó Sinhá), filha de criação de Pacífico da Cunha, fazia parte da elite branca maranhense, era culta, falava francês fluentemente e tocava piano. Com ela, teve quatro filhos: Ápio Cláudio do Nascimento Moraes, Paulo Augusto Nascimento Moraes, Nadir Adelaide do Nascimento Moraes e João José do Nascimento Moraes. Sua segunda união ocorreu de forma conturbada, pois começou em sua casa, quando recebeu Dona Maria Francisca da Graça Bogéa para prosseguimento dos estudos dela. Ela vinha do interior do Maranhão, da cidade de Arari e pertencia à Aristocracia rural.

Dessa união nasceu José Nascimento Morais Filho¹⁰, que foi educado por Dona Augusta, entregue a ela com um dia de nascido, pois

9 Em entrevista concedida para esta pesquisa em novembro de 2013, o neto Renan de Moraes o descreveu como um espírito forte e desbravador à frente de seu tempo já preocupado com questões ambientais. Em abril de 2014 estivemos com Lorelei Nascimento Moraes que falou sobre esse aspecto da personalidade do avô, dizendo que por ser intelectual e politicamente ativo, encantava as senhoras e senhorinhas de todas as classes do Maranhão, inclusive, apaixonando-se por algumas de suas alunas. Jomar Moraes, único contemporâneo vivo, que nos recebeu na biblioteca de sua casa para um contato no primeiro semestre de 2013, ao se referir às mulheres na vida de Nascimento Moraes disse “Ele tinha esse bom gosto”.

10 Importante salientar que não há uma grafia unânime nos sobrenomes dos componentes da família Moraes, obviamente, por questões fonéticas transferidas à grafia. Do mesmo modo, percebemos a ausência da preposição em alguns nomes de familiares, ou seja, em vez de “do Nascimento”, somente “Nascimento Moraes”.

Nascimento Moraes foi acusado por parte da família aristocrata de sedução de menores. Contudo, essa relação perdurou e foi a causa de sua separação. Com a segunda mulher teve mais cinco filhos, mas somente sobreviveram: Talita Moraes e Raimundo Moraes, em homenagem a seu irmão Raimundo Moraes, com quem fundou o Instituto de ensino Nascimento Moraes.

Em meio à constituição familiar e a desavenças amorosas, desenvolveu sua intensa vida profissional. José do Nascimento Moraes escreveu em quase todos os jornais de São Luís como colaborador ou redator-chefe como *A campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luís*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Regeneração*, *Diário do Maranhão*, *O Imparcial* e outros, quase sempre oposicionista, cedeu parcialmente ao Estado-Novo, que o nomeou redator chefe do *Diário Oficial do Maranhão* por seu prestígio jornalístico, embora continuasse a expor as deficiências e mazelas do governo, trabalhou:

Num período político que se estendeu dos governos de Benedito Leite até um pouco antes da gestão de Eugênio de Barros (1951/1956), Nascimento Moraes atravessou, quase sempre acirrada oposição, os governos, entre muitos outros (sobretudo da fase intervencionista), de Herculano Nina Parga(1914/1918), Urbano da Costa Araújo (1918/1922), Godofredo Viana (1922 a 1926), José Maria Magalhães de Almeida (1926 a 1930), José Maria Reis Perdigão (27.11.30 a 9.1.31), Seroa da Mota (8.9.1931 a 10.2.1933), Aquiles Lisboa (1935/1936), Paulo Martins de Souza Ramos (24.11.1937 a 23.3.1945), Eleazar Soares Campos (9.11.1945 a 16.2.1946), Saturnino Belo (16.2.1946 a 10.4.1947), e poucos outros (Machado, 1982, p. 9-10).¹¹

Segundo o depoimento dos netos e familiares o nome de Nascimento Moraes seria José Nascimento Moraes, mas não sabem por quê passou a assinar José do Nascimento Moraes. Acreditamos que isso seja um resquício da divisão de classes que começou nas cartas de alforria e ainda mais a partir da Lei Eusébio de Queirós, em que os negros em seus documentos eram registrados com os sobrenomes de seus antigos senhores, daí, a utilização da preposição de propriedade e origem de/do/da, durante certo tempo diferenciava-se socialmente o liberto e o alforriado pela presença dessa partícula, fato que já vinha ocorrendo com sobrenomes toponímicos portugueses e patronímicos dos cristãos novos, depois se tornou uma espécie de “vício de linguagem”, identificador/diferenciador de negros e brancos.

¹¹ Nauro Machado, poeta e escritor maranhense, escreveu um ensaio brilhante e

Defendia os interesses da intelectualidade da época, formava grupos de discussões literárias e já atuava no magistério imaginando uma pedagogia dinâmica voltada à *práxis* e lutava por ela; defendia os direitos do negro. Enfrentava com palavras e com ações sociais à sociedade em geral. Nesse contexto, auto-proclamava-se um lutador em vários pronunciamentos, discursos oficiais e textos jornalísticos. Seu único romance foi *Vencidos e Degenerados*, escrito em 1913 e publicado em 1915. Os outros livros que lhe são atribuídos são coletâneas de seus textos jornalísticos organizados em: *Neurose do Medo e 100 artigos*, *Puxos e Repuxos* e *Círculos* (ainda inédito). Esse último consta da documentação e pesquisa de seu filho José Nascimento Moraes Filho.¹²

Produção ***Puxos e Repuxos***

Esses foram os primeiros enunciados com os quais tivemos contato, antes mesmo de lermos o livro organizado postumamente, pois todos os textos jornalísticos do Maranhão encontram-se digitalizados e disponíveis na Internet.¹³ Para compreender a produção de Nascimento Moraes por meio de uma perspectiva voltada para AD, fizemos com essa obra algumas análises que serviram como base de constituição para a análise de *Vencidos e Degenerados*.¹⁴ Apresentamos a seguir *Puxos e Repuxos* e uma análise como ilustração de algumas categorias a serem utilizadas na análise final.

minucioso, intitulado “A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes” como Prefácio para a segunda edição da obra “Neurose do Medo e 100 artigos”, obra esgotada. Nele, classifica Moraes como um escritor *outsider* e o classifica como o jornalista mais importante das primeiras cinco décadas da história do jornalismo maranhense.

12 Conforme relato de sua neta Loreley Nascimento Moraes em entrevista aberta.

13 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> e também em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/> Acesso para consulta e pesquisa durante todo o doutorado.

14 Parte dos resultados dessa análise foi apresentada no DIME/PUC em out. de 2013.

Puxos e Repuxos: o fluxo linguageiro do relato de Valério Santiago

O *Correio da Tarde* assumia claramente uma postura republicana progressista, seu discurso atestava seu posicionamento contra os escravocratas e conservadores, como os do jornal “A Pacotilha”. De sorte que, muitos jornalistas criavam pseudônimos como forma de manter a tradição adquirida dos portugueses de escrever desta forma e, sobretudo, como estratégia contratual comunicacional de proteção da face para “atacar” o outro sem uma identificação direta, ainda que, muitas vezes, fossem de domínio público, suas identidades originais.

Nascimento Moraes utilizava vários pseudônimos e mais de dez são conhecidos. Analisamos os textos escritos sob o pseudônimo Valério Santiago na coluna *Fluxos e Refluxos* (posteriormente denominada *Puxos e Repuxos*) como réplica aos textos de Antônio Lobo, autor conservador, tradicionalista, racista e reprodutor de um pensamento ainda escravocrata do jornal “A Pacotilha” e reconhecemos o discurso jornalístico do autor.

Até a edição 00192 de 1910, a coluna escrita por Nascimento Moraes, chamava-se *Fluxos e Refluxos*, composta ainda por texto distribuído em, no máximo, duas colunas. A partir daí, mas extremamente politizado, Moraes cria o pseudônimo Valério Santiago que, a princípio, faz comentários gerais sobre as publicações de “A Pacotilha” e alguns acontecimentos políticos que envolvem o grupo responsável pelo jornal, incluindo-se nele, o governador da comarca. Sua crítica segue o caminho do *dito relatado* (Charraudeau, 2007) em que o conhecimento dos fatos vai sendo narrativizado, seguindo o caminho diegético.¹⁵

O pseudônimo, não somente mascara o verdadeiro enunciador, mas também cria um novo enunciador, o qual revela a herança

15 A diegese é a “narrativização discursiva”, a qual nesse pseudônimo é tão proeminente que há uma obra intitulada *Contos de Valério Santiago*.

do discurso dos jornais do século XVIII, cujos escritores criavam pseudônimos para escrever em jornais, também revela a instituição do primeiro movimento discursivo na criação da encenação, necessária para a valorização do seu *dizer*.

Com isso, narrativiza e descreve os co-enunciadores e coenunciadores d'A Pacotilha, quase como personagens surreais, ora ataca diretamente Antônio Lobo, utiliza somente seu sobrenome, ora utiliza seu pseudônimo Galliza, de modo que essa contenda cresce e na edição 00193 de 27 de Julho de 1910, a coluna passa a se chamar *Puxos e Repuxos*, em que o texto surge maior, mais encorpado com três colunas ou mais, diretamente dirigido à réplica a Lobo.

Princípios como *fato relatado*, *dito relatado* e *discurso relatado* de Charraudeau (2007-2012) são significativos para compreensão do *topos* jornalísticos, na construção do espaço discursivo e da encenação genérica para verificar como o *dito relatado* revela o contexto da época por meio das estratégias linguísticas, cuja base teórica apresentamos a seguir.

O dizer jornalístico carrega dimensões histórico-ideológicas que permearão as características do discurso do jornal e dos sujeitos que o compõem, bem como, as estratégias de composição. Assim, o discurso presente nos jornais do século XVIII, refletiam a subserviência da colônia em relação aos padrões europeus e a defesa de seus valores. Uma vez que o Maranhão, enquanto capitania, ainda se constituía, a ausência de tipografias e a presença de jornais artesanais compostos por jesuítas, revela a posição dos sujeitos em relação à constituição da nação. Já no século XIX, a linguagem é o elemento propulsor dessa composição, porque ainda não havia a presença maciça de imagens para o registro dos fatos.

“A imprensa diária no século XIX era essencialmente o vetor da palavra do político ou do cidadão na tribuna. No começo do século

XX, confundiu-se com frequência com o partido de que era porta-voz.” (Mouillaud e Tétu, 1989 *apud* Charraudeau, 2006, p. 68), ou seja, o poder da palavra era ainda mais forte porque tanto revelava certa ideologia ou representação política, quanto se esforçava para criar o efeito de veracidade, por meio das diferentes operações de seleção para composição textual sem o auxílio de imagens ou grandes técnicas de impressão. A palavra compunha a encenação necessária para a concepção da mensagem. Charraudeau (2006) afirma que os dispositivos de construção de sentidos no ato de comunicação estão centrados nos sujeitos “falantes”.

Tais dispositivos comporão a encenação genérica num movimento de *alocução*, quando há relação de influência do locutor para o interlocutor; de *elocução*, quando o discurso parte do locutor consigo mesmo e de *delocução*, quando expõe seu posicionamento sobre/com um terceiro.

Em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1998, p. 34).

Ao esquivar-se da materialidade discursiva os sujeitos utilizam estratégias que vão do plano do enunciado ao situacional e vice-versa, temos o quadro anteriormente citado:

Quadro IV – Plano enunciativo *versus* plano textual.

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador	Locutor/alocutário
	Não-pessoa	Delocutor

PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo	Ponto de Vista interno Cena de enunciação
	Situação de Comunicação	Cena englobante Cena genérica Cenografia

(Adaptado de Maingueneau (200, p.207)

Na composição dessa encenação, seja no século XVIII, seja na atualidade, os jornais já utilizam, em cada situação de comunicação midiática, os modos de organização do discurso, apontados por Charraudeau (2006): *relatar, comentar e provocar confrontos de ideia*, ainda que não haja a presença maciça da imagem e de outras mídias como a TV, o rádio e a Internet.

Relatar o acontecimento tem como consequência construí-lo midiaticamente, cujo acontecimento relatado compreende *fatos e ditos*.

O *Fato relatado* é objeto de uma descrição, de uma explicação e de reações, ou seja, trata-se de relatar um acontecimento a partir da construção de uma narrativa. A narrativa midiática impõe o problema da linha tênue entre realismo e ficção para o sujeito que vai relatar. (Charraudeau, 2006)

O *dito relatado* faz parte da linguagem humana, uma vez que “todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado” (Charraudeau, 2006, p. 161).

O *discurso relatado*, por sua vez, emana da encenação e da interação entre os sujeitos do dizer, somados ao fato e ao *dito relatado* para construir/ reconstruir ou desconstruir o que foi dito. Para Charraudeau (2006), o *discurso relatado* se constrói a partir da dupla operação reconstrução/desconstrução, tanto em relação ao outro, quanto a si mesmo.

Espera-se que a instância midiática utilize a descrição, a explicação (diegetizada) e apreciações para a constituição de um “ponto de vista” (Charraydeau, 2006, p. 158). Chega-se, assim, a uma interrelação entre *acontecimento midiático*, desmembrado em *acontecimento relatado*, *comentado e provocado*, tem-se:

Quadro V – Composição do acontecimento midiático

ACONTECIMENTO MIDIÁTICO		
Acontecimento Relatado	<i>Construção de um espaço temático rubricado/noticiado/tratado</i>	<i>Fato Relatado</i> <i>Dito relatado</i>
Acontecimento Comentado	<i>Construção de um espaço</i> <i>Problematizado</i>	<i>Análise comentário</i>
Acontecimento Provocado	<i>Construção de um espaço de debate público externo às mídias</i>	<i>Tribunas, entrevistas e debates</i>

Fonte: Adaptado de Charraudeau (2006, p.151)

Observamos que as características discursivas de Nascimento Moraes presentes no *Correio da Tarde* na coluna *Fluxos e Refluxos*, posteriormente, *Puxos e Repuxos*, na qual responde às ofensas de Antônio Lobo, também literato maranhense, escravocrata e republicano que escrevia no jornal “A Pacotilha”, sob o pseudônimo D. Galiza. Ambos, Santiago Valério e D.Galiza, se ofendiam e se digladiavam com palavras duras e adjetivos nada tênues, cujos posicionamentos políticos em relação à Abolição e em relação ao estilo de cada um deles como autores se reforçavam.

Esse duelo linguajeiro dá-se de forma agressiva, faz lembrar o jornal “O Conciliador”. Todavia, esse estado de violência gerado pela contenda, aparentemente, faz aumentar o número de leitores, uma

vez que a coluna torna-se praticamente um “folhetim”, cujo conflito pode ser acompanhado durante as edições posteriores. Assim, na organização de seu *dizer*, Nascimento conjuga os elementos apontados por Charraudeau (2006) como organizadores do ato comunicacional na mídia: *relata, comenta e provoca conflitos de ideias*.

Retomando o quadro adaptado de Maingueneau (2008) e aplicando-o à análise dos textos jornalísticos de Moraes, temos:

Quadro VI – Análise ilustrativa do discurso jornalístico de Puxos e Repuxos

	Situação de enunciação	Situação de locução
PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Enunciador/coenunciador Não-pessoa	Locutor/alocutário Delocutor
	Constitui-se na voz do negro enunciador que tem como coenunciador todos os outros negros e escritores defensores da abolição, representado pela figura do pseudônimo.	Valério Santiago assume o papel de locutor/ Moraes é o alocutário e alternam-se nos papéis de delocutores Moraes, Santiago, Lobo e Galliza..

PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	
	Ponto de Vista Externo Constrói-se a partir da interlocução entre a conjuntura política e o discurso de ambos.	Ponto de Vista interno Cena de enunciação: ocorre por meio do discurso relatado
	Situação de Comunicação Nascimento Moraes x Antônio Lobo = Valério Santiago x Galliza. Situação criada por posicionamentos políticos distintos em que Moraes é nitidamente Abolicionista e Republicano, enquanto Lobo é Republicado, porém conservador, escravocrata e racista.	Cena englobante: Composta por réplicas e tréplicas que criticam a situação do Maranhão expostas pelo olhar simplista dos jornalistas da Pacotilha, sobretudo, Antônio Lobo, criando uma Arena. Cena genérica: coluna do jornal Correio da Tarde do Maranhão. Cenografia: luta/debate político-literário.

No plano do enunciado elementar, apreendemos um discurso de contestação que instaura o discurso de todos os homens negros, difamados e insultados por homens como Galliza/Lobo e para divulgar o acontecimento midiático. Nesse caso, suas réplicas às críticas infundadas, Santiago Valério une/interpola as três dimensões do dizer, expostas no quadro acima, ou seja, *tematiza/relata, problematiza/comenta e debate/provoca*. Utiliza um linguajar carregado de analogias, ironias e comparações, imprime no *dito relatado o discurso relatado* de sujeitos letrados e literatos, cujos princípios e ideologias divergem.

Importante é ressaltar que a sequência do acontecimento, enquanto debate político, depende intrinsecamente do ponto de vista exterior, uma vez que é preciso conhecer a contenda para compreender

o âmbito enunciativo e o textual. Para exemplificar, as estratégias de Valério Santiago, recorremos a categorias extraídas de Charraudeau (2006) e aplicamos ao texto da edição 00197 de 01 de agosto de 1910.

Quadro VII – Análise ilustrativa das modalidades locucionais.

<i>Modalidades alocutivas</i>	
Interpelação	1. [Negro! Eis ahí o insulto, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem à última expressão.]
Injunção	2. [Si Lobo demonstrar esse pedacinho de oiro que ahí ficou acima, não lhe chamaremos mais de Bôbo! .]
Julgamento	3. [Na verdade, é digno de nota que um homem, que um homem talentoso e de muito saber, escreva versos ameaçando de chicote, relho crú etc. o adversário!!!].
<i>Modalidades elocutivas</i>	
Constatação	4. [Eis ahí uma afirmativa que Lobo não prova, uma proposição que elle não demonstra.]
Opinião	5. [Sujeitos que se dizem representantes das letras maranhenses...]
Apreciação	6. [Estamos satisfeitiíísimos com essa amostra que deram do seu elevado preparo e grandeza intellectual e moral.]
<i>Modalidades delocutivas</i>	
Asserção	7. [Para se saber quem foi que elle insultou, basta que nos diga qual é a elite do Maranhão!!!]

D i s c u r s o relatado	8. [Durante o relato, Santiago Valério cita partes do livro de Lobo para criticá-lo, fazendo uso de citações, evoca outros autores e autoridades e integra o discurso do outro ao seu discurso.]
-------------------------------------	--

Excertos extraídos de Moraes (1910, s/n)

No decorrer do *discurso relatado*, Santiago abusa da ironia para conseguir a adesão do leitor para este e para o próximo texto: inicia com [Um pequeno cavaco antes de **continuarmos o esphacelamento** de mais uma obra de Antonio Lobo] e finaliza com [E a **pancadaria** continuará a descer amanhã] (Moraes, 1910, s/n).

No melhor estilo sensacionalista, demonstra aos novos leitores com a utilização do verbo *continuar* que esse [esphacelamento] já começou e não terminou. A utilização das metáforas [esphacelamento] e [pancadaria] reforça a encenação discursiva de embate/luta/contenda.

Percebemos, assim, por meio da escrita de José do Nascimento Moraes que, no Maranhão, em pleno século XIX, muitas características dos pasquins manuscritos do século XVIII persistem; não como imposição ou demérito, mas como herança discursiva constitutiva que domina um estilo. Entretanto, a linguagem jornalística e o contrato comunicacional midiático já apresentam características próprias e fortemente instauradas, uma vez que não apresenta a imagem como apoio.

A partir do que foi dito sobre “O Conciliador”, que preconizava e defendia a constituição lusitana de forma aguerrida e nada conciliadora, somando à maneira como a coluna *Puxos e Repuxos* vai se tornando uma “arena” entre Nascimento e Lobo ou entre Valério Santiago e Galiza, temos, aí, o contexto de produção em que o autor foi educado e o contexto em que viveu, aparentemente, inovando a proposta do jornal “O Conciliador”.

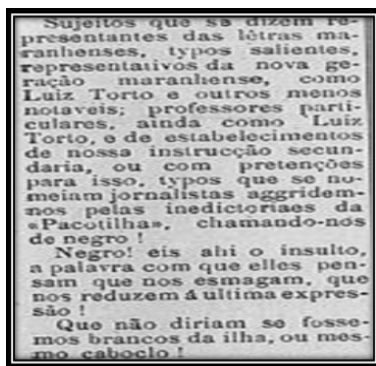
Se por um lado, inova ao criar um discurso jornalístico-literário, cujo *o dito relatado* exegético¹⁶ é pormenorizado, o qual recria sentimentos

16 Charraudeau (2006) utiliza o termo exegético ao dizer que funciona como explicação ou comentário, ampliando o significado teológico original do termo (relativo à exegese bíblica).

e fatos, por outro, mantêm uma postura semelhante ao “O Conciliador”, que segue o modelo da época para expor sua opinião. Isto é, utiliza o modelo, mas o inova ao defender claramente seu posicionamento republicano progressista e por já preconizar posturas que serão defendidas pelos *Movimentos Negros* da atualidade.

O preconceito presente no discurso de Galiza cria um estado de violência reconstituído e reiterado verbalmente, de tal modo que, Valério Santiago, em suas réplicas e trélicas, vai, gradativamente, aumentando seu ardor e suas ironias se tornam sarcásticas, cada vez mais ofensivas e são corriqueiras palavras como: [destruir, esphacelar, pancadaria, torpe, idiota, imbecil, vil e outras].

À utilização do termo [Negro], Valério Santiago responde:



(Excerto extraído de: *Correio da Tarde* (MA). São Luis do Maranhão, 01 Ago. 1910, Ed.00197)

Utiliza em sua resposta a estratégia de *delocução* em [Sujeitos que se dizem representantes das letras...] (Moraes, 1910, s/n) e também faz uso da alusão ao dizer de Galiza no jornal “A Pacotilha”. Nessa mesma coluna, dirá que [Negro é aquele que **todo mundo** sabe insultar] (Moraes, 1910, s/n)], assim, utiliza a palavra do outro para diminuir seu discurso, inferiorizar sua posição e partir de uma suposta posição social particular a uma posição generalizada. Com este movimento, aos poucos, o cenário

vai tornando-se agressivo e violento. Contudo, não somente a contenda política mantém o discurso da violência, reproduz ideologias da época, mas também, demonstra que o preconceito é um estado de violência.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira, direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. (Michaud, 1989, p. 10)

Valério Santiago é agredido durante a situação de comunicação criada pela coluna e revida com a crítica à obra de Antônio Lobo e de seus pares, bem como, sua posição social e sua profissão. Por sua vez, Galliza (Lobo) critica a condição humana de Santiago, identificando-o e confrontando-o com o estereótipo do negro na visão dos republicanos conservadores. Segundo Cano (2012), o reforço de estereótipos negativos confirma e reinstaura estados de violência.

Para finalizar, ao observarmos a constituição do contrato social que cria a encenação de uma verdadeira arena, o linguajar e as figuras de linguagem, sobretudo, as metáforas e as ironias; podemos perceber um prenúncio de uma linguagem jornalística sensacionalista, uma vez que o debate político-ideológico acaba por ampliar as dimensões do *dizer* de forma exagerada, quase hiperbólica, fato que, provavelmente, fomentava também a popularização e a venda do jornal. Na análise de *Puxos e Repuxos*, reconhecemos “o lugar do dizer jornalístico” na vida de Nascimento Moraes, em que *o discurso da negritude* se manifesta na forma como esse enunciador se assume negro discursivamente, apresenta o negro discursivamente, apresenta diversos pontos de vista que abarcam a temática da africanidade e interage na busca de interlocutores negros ou que se identifiquem com as questões que os envolvem.

É dessa postura e dessa experiência com o pseudônimo Valério Santiago que surge a obra *Contos de Valério Santiago*, publicada pela

primeira vez em 1972 e reeditada em 1982 pela Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão junto com *Vencidos e Degenerados* em único exemplar. Nesta edição, encontramos 21 contos intitulados:

- A vida de um homem de bem;
- O caso de dona Florinda;
- O “monstrinho” de dona Filomena;
- A preta Benedita;
- A canção que ainda não morreu;
- Uma lição proveitosa;
- Um homem singular;
- Estranho caso;
- Desmoronamento;
- “Tu, só tu, puro amor...”;
- O primeiro beijo;
- Sacrifício;
- Por sobre os saibros;
- Um homem diabólico;
- Madame Andréia Schandley;
- João Amâncio Sarará;
- Um conselho de família;
- Dona Aniquinha;
- Ladrões!...;
- A decepção de Chico Pastinha;
- Os mirantes de São Luís.

Se nos artigos publicados em resposta a Antônio Lobo há um enunciador que se assume negro para defender sua condição social e seus direitos, em *Contos de Valério Santiago* o enunciador muda o ponto de vista e passa a falar sobre o negro na sociedade maranhense. Assim, a obra retrata valores e costumes familiares, aspectos históricos, arquitetônicos, políticos, culturais e sociais, sem deixar de lado a crítica social.

No último conto, por exemplo, utiliza a degradação dos Mirantes de São Luís como grande alegoria para criticar a decrepitude social: “Quantas páginas lancinantes e quantas alegrias exuberantes, como as que produzem a fortuna e o dinheiro dormem silenciosamente na mudez das suas pedras e dos seus telhados.”¹⁷ (Moraes, 1982: 328)

Neurose do Medo e 100 artigos

Esta obra está esgotada e, talvez, seja a mais difícil de ser encontrada, pois não há exemplares em bibliotecas ou sebos maranhenses e a sequência de artigos não está digitalizada exatamente em ordem, só tivemos contato com ela recentemente.

Trata-se de uma organização feita a partir dos artigos publicados por Nascimento Moraes durante sua carreira jornalística. Nessa edição, **a primeira parte** que seria a referente ao livro *Neurose do Medo*, em que o autor critica social e politicamente o governo de Raul Machado (juntamente com Benedito Leite foram os mais criticados pelo autor), que substituiu o governador Urbano Santos, na época ainda recebendo o título de presidente e foi deposto pelo Corpo Militar do Estado.¹⁸

Segundo José do Nascimento Moraes, por força pública, recusou-se a abdicar e ficou detido no Palácio do Governador. Foi levado à prisão domiciliar e a intervenção do exército e do governo federal, bem como, os embates entre os apoiadores de Machado e os militares e seus opositores. De certo modo, o título “neurose do medo” faz referência às atitudes descabidas do governador, que deixara de confiar na maior parte de seus correligionários e da sociedade, após reassumir o poder e passara a viver

17 Moraes, José do Nascimento. **Contos de Valério Santiago**. São Luís: SECMA, 1982, 328. Tivemos contato com esta obra recentemente, também é intensa a presença do *discurso da negritude* em sua composição enunciativa. Nela encontramos características íntimas da sociedade maranhense e da posição do negro naquela época.

18

com medo constante. Ele reagiu ao próprio medo, a ponto de contratar mercenários, afirmando que “não resta dúvida é que o medo presidencial era, sempre, cada vez mais crescente, correndo parrelhas com ele os mais tenebrosos e selvagens planos de vingança, que a covardia alicerçava com um carinhoso egoísmo.” (Moraes, 1982, p. 81). Todavia, o medo foi confirmado pela insurreição militar que o depôs definitivamente.

O enunciado de narrativa jornalística se desenvolve como um diário político seguido e transcrito por um jornalista. Embora não sejam datados, é possível acompanhar quase cinematograficamente o governo de Machado e suas reações diante da deposição, os vínculos de amizade e os posicionamentos políticos da situação e da oposição. Sobre Raul Machado diz:

[O sr. Raul Machado revelou-se um político dessa condenada escola que prejudica o nível moral das classes.

Homem instruído, professor, jornalista, jurisperito, inteligente e educado, o sr. Raul Machado não manifesta em suas ações essa superior norma de homem público que traduz a excelência de uma cultura. Seus conhecimentos não lhe deram um ideal, não lhe esboçaram uma construção política, não lhe assinalaram um alvo a atingir, um objetivo a colimar, uma aspiração a realizar, assim como um sonho de grandeza, muito rútilo, dentro do qual se lhe afigurasse a coletividade.] (Moraes, 1982, p. 55)

[Era ele, o sr. Raul Machado, uma esperança. Representava uma garantia para a população descontentada? Não! O sr. Raul Machado sempre em público se manifestara de pleno acordo com a orientação política e administrativa do estadista maranhense! Sempre, em público, se revelara amigo incondicional do sr. Urbano Santos!] (Moraes, 1982, p. 61)

[A mentira administrativa era um fato que ninguém podia contestar, e o sr. Raul Machado se mostrava solidário com essa mentira. A mentira administrativa gritava escandalosamente por todos os cantos e o sr. Raul Machado não se escusava de apoiá-la!] (Moraes, 1982, p. 61)

[Se o espírito do sr. Raul Machado tivesse tão combatido teria visto nessa ocasião que o seu governo não tinha as simpatias do povo, que p seu partido não tinha prestígio, nem força.] (Moraes, 1982, p. 85)

Aplicando novamente o quadro adaptado de Maingueneau (2008), somente à primeira parte dessa obra, dentro dos limites possíveis para uma ilustração explicativa de uma tese, temos:

Quadro VIII – Análise ilustrativa de Neuroses do Medo

PLANO DO ENUNCIADO ELEMENTAR	Situação de enunciação	Situação de locução
	Enunciador/coenunciador Não-pessoa Constitui-se na voz do cidadão opositor ao governo enunciador que tem como coenunciador os situacionistas e a sociedade em geral.	Locutor/alocutário Delocutor O locutor é um jornalista insatisfeito do jornal O Diário, não há delocução, o locutor busca a adesão do público-leitor. O delocutor é também o jornalista que fala da ingovernabilidade de Raul Machado e das ações militares, proclamando também a insatisfação geral.
PLANO DO TEXTO	Situação de discurso	

	Ponto de Vista Externo Constrói-se a partir da interlocução entre a conjuntura política e a mídia.	Ponto de Vista interno Cena de enunciação: ocorre por meio do discurso relatado que demonstra a deposição do governador e atribui ao medo o papel de motor das ações precipitadas de Raul Machado.
	Situação de Comunicação Narrativa jornalística, crônicas distribuídas numa sucessão de cenas com ritmo cinematográfico para retratar a insatisfação política causada pelo governo de Raul Machado.	Cena englobante: Deposição do governo, embate entre militares e mercenários. Cena genérica: artigos e crônicas. Cenografia: diário jornalístico, relatando a insatisfação com relação ao presidente Raul Machado. Revolução social e as reações violentas causadas pelo medo de perder o poder por parte de Raul Machado.

A **segunda parte** da obra é composta por cenas genéricas¹⁹ em forma de artigos e crônicas escritos e publicados em diferentes épocas nos jornais *Tribuna* e *Diário oficial*, separados pelos seguintes universos discursivos: *políticos, filosóficos, sociológicos e históricos; educacionais e literários (análise crítica)*.²⁰

¹⁹ Cena genérica está relacionada ao gênero, conforme veremos nos capítulos III e IV.

²⁰ Esta obra cerca-se seguramente de aspectos pertencentes ao discurso da *negritude*, contudo, nosso envolvimento com seus textos é ainda recente e não fizemos uma pré-

Vencidos e Degenerados²¹

Neste capítulo, apresentaremos *Vencidos e Degenerados* no que concerne a sua materialização textual como gênero literário para procedermos à análise discursiva no último capítulo desta tese dedicado à análise específica do *corpus*.

Ressaltamos que também em seu discurso literário, o escritor imprimiu um tom jornalístico, abordou de maneira crítica a temática do preconceito racial. Seu único romance, *Vencidos e degenerados*, *corpus* específico desta tese, primeiramente publicado no Maranhão em 1915, demorou dois anos para ser publicado²². Segundo os depoimentos iniciais presentes na apresentação da 4ª. Edição do livro, foi escrito “no sobrado do mirante sito na Rua da Cruz, então sob o No.61, esquina com a da Paz”²³. Faremos um breve resumo da obra, uma vez que dedicaremos um capítulo inteiro à análise.

Vencidos e Degenerados é uma produção ainda pouco explorada no âmbito das pesquisas linguísticas e literárias, mas razoavelmente investigada, principalmente em pesquisas da área de História e Sociologia sobre a república maranhense e a sociedade abolicionista no Maranhão em diferentes universidades do país. No prefácio escrito por Nauro Machado,²⁴ para a obra *Neuroses do Medo e 100 artigos*,

análise aplicativa como já fizemos com *Puxos e Repuxos*, o quadro é somente aplicativo, pensando numa análise maior futura.

21 Diferentemente das outras obras citadas, a análise propriamente dita de *Vencidos e Degenerados* será feita no capítulo VI, aqui nos limitamos à apresentação do *corpus*, necessária ao conhecimento geral da obra para um primeiro contato. Essas características serão retomadas na apresentação das categorias de análise necessárias à compreensão da *paratopia* e demais aspectos da AD.

22 Essa edição é antecedida por depoimentos de contemporâneos de José do Nascimento Moraes. Humberto Ramos de Almeida Jansen Ferreira relata, no segundo depoimento de abertura, na apresentação inicial dessa edição que tem em suas memórias pueris ter ajudado a dobrar os cadernos, o livro demorou dois anos para ser publicado em razão da falta de recursos.

23 No primeiro depoimento presente no livro emitido por L. Porciúncula de Moraes.

24 Autor maranhense, nascido em São Luís em 1935, considerado como possuidor de

há um ensaio sobre toda a obra de Moraes. Nele, é assumido como “paradigmaticamente” filho do povo. “Fruto do desconcerto social, em seus desníveis gritantes, e não das preocupações metafísicas, em suas angustias hamletianas” (Machado, 1982, p. 11).

Mérian (*apud* Machado, 1982)²⁵ afirma que se trata de um romance marcante que, certamente, torna-se estruturalmente uma crônica do Maranhão, verdadeiro documento sociológico, mas também histórico e político.

A encenação se inicia em 13 de Maio de 1888. Narrada em terceira pessoa e descreve a São Luís dos sobradões em torno das Ruas do Giz, Estrela, Trapiche e da Palma e nas localidades centrais, hoje históricas, onde se localizavam os jornais. Seu grande protagonista é o negro na sociedade maranhense republicana pós Lei Áurea. O livro é dividido em duas partes: a primeira parte vai da abolição ao início do processo republicano e apresenta de forma tênue a infância do personagem principal, Cláudio; a segunda parte dedica-se à fase adulta de Cláudio e analisa a sociedade após a República.

Na primeira parte do livro, a personagem primária²⁶ de destaque é José Olivier, por sua força e presença na narrativa, na análise discursiva, que procederemos no último capítulo, será considerado um enunciador

“Vasto conhecimento de filosofia e arte em geral, em especial em literatura e cinema, o poeta domina a língua francesa desde a tenra idade. Escritor profissional, sem dúvida um clássico de Língua Portuguesa, no melhor e mais amplo sentido do particular para o universal, Nauro Machado vem, ao longo de 45 anos, construindo uma obra poética monumental no panorama da Literatura Brasileira e Portuguesa, representada já por trinta e quatro títulos.” Disponível em: <http://www.guesaerrante.com.br/2005/11/30/Pagina356.htm>. Acesso em: 25 mar. 2015.

25 Jean- Yves Mérian é estudioso da obra de Aluísio Azevedo, principalmente, *O mulato*. Não encontramos o texto original ao qual Nauro Machado faz referência, ainda que essa análise seja reproduzida em alguns sites maranhenses mas julgamos relevante expor seu comentário, considerando a referência válida pela seriedade imposta a Nauro Machado.

26 Dentro do estudo dos componentes da narrativa, há a divisão entre personagens protagonistas e antagonistas, ambos dividem-se em graus de envolvimento com o enredo em primárias e secundárias, sendo essas últimas apenas suportes na composição da cena.

importante por ser representante *do discurso da negritude*. Alguns leitores e críticos locais o consideram protagonista, entretanto, é pai adotivo de Cláudio e está nesta primeira parte somente para compor o espaço social em que Cláudio fora educado.

Olivier é jornalista, descrito como “vibrante e orador fluente que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos”, fisicamente

Era um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos, faiscando através das lentes do *pince-nez*. Envergava um fato azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda, a borboletear. Não dispensava uma flor qualquer à botoeira, e exibia naquela manhã um desabrochado botão de rosa amarela, luvas no bolso do peito do paletó, e um palhinha airoso e leve. Caminhava com o passo largo e medido. Quando andava, metia o dedo no polegar na cavado colete, balançava o corpo e a cabeça, jogando com as espáduas, para a direita e para a esquerda, fronte alevantada, altiva, e se porventura a baixava era para se espalhar no verniz da botinha. Era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço e vernáculo (Moraes, 2000, p. 28).

Olivier era membro do Clube Artístico Abolicionista Maranhense. Naquele momento, todos os componentes do clube dirigiam-se à casa de José Maria Maranhense, que também era “mulato, mais baixo que alto e careca. Contava quarenta e tantos anos, grisalho, gordo e simpático. Marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Tinha decidido gosto pelas letras, pela ciência, por tudo, enfim, que fosse do domínio inteligência humana” (Moraes, 2000, p. 32). Para aguardar a confirmação da assinatura da lei Áurea por telégrafo, reuniu em sua casa os participantes do clube, amigos e vizinhos.

Em torno dessa espera e da reunião em casa de Maranhense, o narrador descreve o clima de euforia da cidade em detalhes, bem como a situação de portugueses, escravos e ex-escravos, senhores, latifundiários e feitores. Descreve minudentemente a constituição econômica social, afirma que as relações trabalhistas estavam alteradas e que ainda havia uma maioria explorada. Além disso, denuncia senhores que se recusavam a aceitar as novas relações, escravos libertos que viviam em penúria e outros que poupavam para terem seus próprios escravos e vestir-se como patrões.

Contudo, há os que trabalham por necessidade, os que são arrimos de seus pais, pelo menos os ajudam a viver, pobrezinhos, sem o alinhavo o do confortável e do cômodo. Conhece-se, à primeira vista, pela fisionomia e pelo traje, pelo andar e pelos modos, nem se unem eles com os mais, para que se não sintam frequentemente humilhados no seu estado precário.

São estes os futuros guarda-livros, os empregados de escritórios, os gerentes das grandes casas comerciais, porque enquanto aqueles, deixando o serviço em que sedistra em, correm aos folguedos, aos namoros e aos bailes, eles, os pobres e sacrificados que trabalham por necessidade, procuram habilitar-se nas aulas noturnas, onde estudam as matérias que são precisas para lhes preparar o espírito para os mais importantes postos de sua profissão.

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fortuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas (Moraes, 2000, p. 57).

Olivier é pai adotivo de Cláudio, esmerava-se em sua educação, seus pais legítimos eram Domingos Daniel Aranha e Andreza. Domingos Daniel Aranha era sapateiro e trabalhava e morava com Olímpio Santos. Porém, antes disso, tinha sido “capanga de seu senhor”, capoeirista, era conhecido em toda São Luís por suas bravatas,

era mulato alto de meia idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos crespos. Trajava calça e camisa branca, cujas mangas arregaçava, chapéu de palha ordinária, mole, e não calçava. Era uma fisionomia simpática e essa simpatia lhe vinha do olhar claro e cheio de bondade (Moraes, 2000, p. 41).

Seu único amigo era Olímpio Santos, descrito como “um preto retinto, alto magro, rosto redondo, de expressão carregada de tédio, cabeça seca, olhos grandes e amortecidos. Dava-se-lhe, aproximadamente, trinta e poucos anos de idade. Trajava habitualmente fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, dura de goma, chapéu de feltro, de copa alta, sapatos de pelica preta, de bom feitio.” (Moraes, 2000, p. 39). Era de origem mina, mas era sozinho desde muito cedo, porque sua tia e sua mãe faleceram e nunca se casou. Ambos estavam em meio aos festejos do 13 de maio e são personagens que fazem parte de toda a narrativa do romance do começo ao fim.

Andreza Vital também faz parte de toda a narrativa e está a caminho para as comemorações. Ela “era uma das satisfeitas, pois que se libertara em torno da Lei” (Moraes, 2000, p. 47). “Era uma mulata alta, magra, simpática, de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente. Amasiara-se com o Aranha havia anos, muito antes do ano em que ele tivera de acompanhar o senhor pelas fazendas alheias, em conquistas amorosas.” (Moraes, 2000, p. 47). Mas separaram-se por mágoas do passado e, agora, ela expunha sua exuberância em festas e bares, havia rumores de que teria muitos amantes, embora seja descrita como

séria e comedida. Ela dividia o que ganhava com a família de Olivier que criava seu filho e Aranha passava todos os dias para ver o filho e presentear a senhora que criava seu filho. Tomada por uma tristeza profunda, vivia envolvida em bebedeiras e pândegas.

Além desses personagens, há muitos outros secundários de ordem menor, exceto, Zé Catraia e o quitandeiro/bodegueiro João Machado. Zé Catraia era o bêbado mais conhecido da cidade, representava seus ouvidos, tudo sabia, até os mais íntimos segredos. Entrava nas festas burguesas sem ser convidado e vivia caído, dormindo pelas ruas de São Luís, quando lhe convinha, contava antigas histórias com as quais tinha contato, “tinha alguma coisa de orador popular” (Moraes, 2000, p. 45). Libertou-se com a abolição da escravidão, mas a liberdade “não lhe trouxera propriamente vantagem que mereça menção. Era escravo de confiança de seu senhor, um velho decrépito que mais medo havia dele que ao diabo” (Moraes, 2000, p. 46).

João Machado (apelidado *Paletó Queimado*) representa o desenvolvimento social e a ascensão comercial do português em terras maranhenses, mudou seu *status quo*, pois enriquecera de forma ludibriosa e ampliara suas relações com o governo e com a burguesia. Após a República, tornou-se o melhor amigo de Olivier, aproximando-se dele para adquirir o prestígio social dado aos homens endinheirados que tinham algo de saber.

Olivier tem um preceptor, o professor Carlos Bento Pereira, que critica abertamente a ordem social, organiza saraus literários e sonha publicar um panfleto (manifesto) para chamar à atenção da população em geral sobre os problemas que se instauram. Seria uma síntese social e política, à espera de renovação social apoiada por Olivier.

Cláudio assume efetivamente seu papel de protagonista, começa a trabalhar também ao jornalismo com as bênçãos de Bento e o

apadrinhamento de Machado e, após a morte de seu pai adotivo Olivier, passa a frequentar ainda mais a sociedade. Sobre Olivier sabemos que morreu esperando a transformação que não chegara e que não havia publicado o tal panfleto e

Sua vida passara por uma transformação extraordinária. João Olivier, seu pai de criação, o vibrante e inesquecível cronista maranhense morrera ao voltar de Belém, para onde fora, depois de alguns anos de ostracismo em sua terra. O grupo político contrário ao que ele pertencia galgou o governo definitivamente. Olivier aguentou os primeiros anos de perseguição. Dava-lhe o ordenado de guardalivros, o qual, por causa das péssimas condições do comércio, fora reduzido para as despesas mais urgentes. A crônica não lhe rendia nada. A imprensa maranhense é servida por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se com o representá-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro (Moraes, 2000, p. 97).

Surge uma elite postiça, os clubes abolicionistas são extintos, Cláudio funda um grêmio literário chamado Gonçalves Dias, “como houvesse marasmo no Maranhão, dormindo as letras um sono condenador e tanta atividade”(Moraes, 2000, p. 103),essa associação patrocinava encontros literários para discussões críticas e criou um jornal denominado *O campeão*, o que causa alvoroço na elite jovem maranhense que se sentia incomodada com o sucesso de um grupo de jovens composto em sua maioria por mestiços e sujeitos sem tradição familiar aristocrática. O sustentáculo do grupo foi o nome do pai adotivo de Cláudio e a proteção de Machado, bem como, o apoio de alguns jornais como *O Diário*. Cláudio ainda mantém contato com o Professor Bento e com o poeta Neiva.

O novo ponto de encontro desses jovens boêmios é a casa de João da Moda. Lugar onde há discussões literárias e bebedeiras entre homens e mulheres de diferentes idades. Embora as mulheres ainda estejam ali somente para a diversão dos homens, João da Moda é apresentado

com seu ar de requintada afabilidade, em mangas de camisa, bebia e comia com valentia. Mestiço, mais gordo que magro, de costeletas e com duas formidáveis entradas na fronte, sua figura atraiu logo a atenção de Cláudio, que de pé ao lado do companheiro, que se mostrava tão acostumado naquela casa, não sabia julgar do que ante seus olhos se mostrava.

-Príncipe dos vencidos da vida! – bradou com voz muda Onésimo Trancoso. – Por que tardaste, tu que és o diamante desta orgia de que nós somos modestos ministros? (Moraes, 2000, p. 116).

A descrição de João da Moda coincide com a primeira visita de Cláudio Olivier a casa, em que a expressão “vencidos da vida” aparece pela primeira vez. Entretanto, esse grupo se auto-denomina *vencidos e degenerados* pela maneira como afronta a sociedade. Num primeiro momento, parece que Cláudio fica perplexo com as bacanais, mas no desenrolar da trama, descobre-se que João da Moda era muito parecido com o tenente-coronel Magalhães, o que também pode ter gerado essa atitude. Nessa visita, Cláudio conhece Armênia Cruz, na verdade Armênia Magalhães,

A cabeleira negra, como lhe chamavam os romancistas daquela orgia, mulher de trinta e tantos anos, já em decadência de forma, em declínio de exuberança, mas ainda formosa, ainda simpática, ainda infernalmente sedutora, pela distinção do porte, pela admirável disposição de linhas, harmonia de membros, o bem lançado dos braços e dos seios entumecidos, que naquela noite arfavam num corpete cor-de-rosa, a sobressaírem com a graça sedutora, tronco esbelto repousado em soberbas colunas que se desenhavam bela na saia de cambraia branca (Moraes, 2000, p. 115).

Armênia era filha do tenente-coronel Magalhães, senhor de escravos dos mais cruéis, cuja fortuna entrou em decadência após a abolição e com sua morte, a moça havia sido rejeitada por muitos homens. Após a morte da mãe, havia rumores de que teria muitos

amantes que lhe faziam promessas jamais cumpridas. Para vingar-se da sociedade, seduz o rapaz, vivendo um caso de amor noites a fio em sua casa, sem saber que, na verdade, não era filho legítimo de Olivier.

Em meio a uma bebedeira, João da Moda revela que, na verdade, é filho de Andreza com o coronel Magalhães e fora concebido por um ato de violência do coronel que a tomou, aproveitando-se da ausência de Aranha. Quando nasceu, João foi imediatamente afastado da mãe, por isso, Andreza não o reconhece e o rejeita, provavelmente por essa semelhança. Cláudio também descobre que Aranha separou-se de sua mãe por imaginar que ela vivesse uma relação consentida com o coronel. Por ser um homem muito cruel, o fim do Magalhães foi trágico, havia sido assassinado e todos desconfiavam do Aranha. Cláudio não revela sua paternidade e tampouco aceita os laços consanguíneos, por isso, não volta a falar no assunto e diz ter esquecido dessa conversa.

O romance entre Cláudio e Armênia, no entanto, chega aos ouvidos da alta sociedade, que já se sentia incomodada com seu sucesso intelectual e os homens se sentem ultrajados por um “mestiço pobre” se sentir no direito de ser amante de uma senhora da sociedade; até mesmo porque, não tem condições de mantê-la. Ele é avisado por Bento e Machado que, inclusive, ameaçam retirar seu apoio e apadrinhamento e pressionam comerciantes para os quais o rapaz trabalhava como guarda-livros, se ele insistisse em manter essa postura. E usam a religião, a família e a decência para dissuadi-lo.

Cláudio, porém, segue com suas atividades profissionais e seu caso amoroso com êxito. Os aristocratas, então, criam uma emboscada para tentar matá-lo, no que fracassam graças ao Aranha que, ao saber por Zé Catraia que o filho corria risco, começa a segui-lo e consegue salvá-lo com suas habilidades de capoeira, mas aconselha o filho de partir de São Luís.

Num primeiro momento, Cláudio insiste em ficar porque as senhoras que o criaram dependiam dele financeiramente. No entanto,

após o ataque, parte para o Amazonas, onde terá uma carreira de sucesso. Seu pai fica encarregado de cuidar das senhoras e receber o dinheiro enviado pelo correio por Cláudio.

A narrativa se encerra com os festejos de 15 de novembro: Cláudio aparece como convidado, após sete anos de ausência, acompanhado de uma paraguaia; revê os amigos; descobre que João da Moda morrerá após uma bebedeira; Armênia estava agora casada com um aristocrata; descobre que o panfleto de Bento, autêntico manifesto dos direitos da população, nunca chegou a ser publicado. “Era um mundo novo a revelar-se, mas uma revelação sem ordem, toda fragmentada; era um ir e vir sobre os fatos” (Moraes, 2000, p. 293)

Cláudio termina sentado, cheio de reminiscências de uma sociedade que já não mais existia. “Seu espírito fez uma viagem ao passado, e lá de suas brumas surgiu o vulto de João Olivier, que lhe repetiu essa frase: ‘O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia’” (Moraes, 2000, p. 296) e termina disfarçando lágrimas.

Neste capítulo, fizemos um percurso pela vida e obra de José do Nascimento Moraes com sua relevante inserção na Literatura afro-brasileira, apresentando-as do seguinte modo:

Obras	Apresentação
Puxos e Repuxos	A partir da análise das colunas <i>Fluxos e Refluxos</i> que deram origem à obra, apresentamos o pseudônimo Valério Santiago com o qual Nascimento Moraes atacava o Antônio Lobo (D. Galizza) e seu grupo para demonstrar a presença do discurso racista por parte de Lobo e da resistência pertinente ao <i>discurso da negritude</i> por parte de Valério Santiago. Para isso, utilizamos os princípios de Charraudeau (2006) no que concerne ao discurso jornalístico e Maingueneau (2008) no que se refere ao plano de enunciação. Após essa análise, apresentamos a composição da obra <i>Contos de Valério Santiago</i>, que denota outra vertente do mesmo enunciador.
Neurose do Medo e 100 artigos	Apresentamos a estrutura da obra dividida em duas partes. A primeira foi analisada no plano enunciativo para demonstrar o ponto de vista crítico do enunciador com relação a aspectos políticos da sociedade maranhense e a segunda, por se tratar de um apanhado de crônicas e artigos jornalísticos, foram feitos comentários delimitados ao espaço da tese.
Vencidos e Degenerados	Apresentamos a síntese do romance para que seja retomada durante a apresentação teórica e análise final sem perda de sentido.

Após o reconhecimento dos dizeres múltiplos do(s) enunciador(es) de nosso *corpus*, resta enveredar pelas fronteiras discursivas até chegarmos à análise final. Com esta primeira explanação, pretendemos estabelecer um norte referencial para os exemplos e ilustrações que serão feitos durante os capítulos teóricos.

Referências

- ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. *Antologia da Academia Maranhense de Letras: 1908-1958*. São Luís: Edições do Centenário, 2008. (Edição fac-similar comemorativa do centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras).
- ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas/historias ejemplares: La historia y la voz del otro. In: BEVERLEY, John e ACHUGAR, Hugo (orgs.) *La voz del otro: Testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Lima-Pittsburg: Latinoamericana Editores, 1992, pp. 49 – 71.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57777015/Bhabha-Homi-K-O-Local-Da-Cultura#scribd>. Acesso em: 05 dez. 2014.
- CHARRAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARRAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.
- FOULCAUT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2005a.
- FOULCAUT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- FOULCAUT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOULCAUT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Portugal: Passagens, 1992.
- MACHADO, Nauro. *A escrita polêmica de José do Nascimento Moraes. [Prefácio] In Neurose do Medo e 100 artigos*. São Luís: Ed. Civilização Brasileira e Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze Conceitos em Análise do Discurso*. Campinas: Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008a.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008b.
- MAINGUENEAU, Dominique. A Propósito do Ethos. In: MOTTA, R e SALGADO, L. *Ethos Discursivo*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008c.
- MAINGUENEAU, Dominique. A Análise do Discurso e Suas Fronteiras. *Matraga*, [S.l.], 2007, v. 14, n. 20, p. 13-37.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Sémantique de la Polémique*. Suíça: Edition L ' Age D ' Homme, 1983.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Sémantique « globale » et idéologie. Le discours « doux » de l'humanisme dévot face au jansénisme*. In: Mots, mars 1983, N°6. p. 79-98. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/guest/home>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. Le tour ethnolinguistique de l'analyse du discours. In: *Langages*, 26e année, n°105, 1992. p. 114-125. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/guest/home>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- MAINGUENEAU, Dominique. Instances frontières et angélisme narratif. In: *Langue française*. N°128, 2000. pp. 74-95. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/guest/home>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Rachaduras Solarescas e Epigonismos Provincianos: sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930*. (Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002)
- MEIRELES, Mário. *História do Maranhão*. São Luis, 2012.

MEIRELES, Mário. *História do Comércio do Maranhão*. São Luís: Prefeitura de São Luís, 1992.

MEIRELES, Mário. *Dez Estudos Históricos*. São Luís, Alumar, 1994.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MORAES, José do N. *Vencidos e Degenerados*. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes. 2000

MORAES, José do N. *Puxos e Repuxos*. São Luís: Typ. Dos Artistas, 1910.

MORAES, José do N. *Puxos e Repuxos*. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388459&PagFis=769&Pesq=Val%c3%a9rio> Santiago. Acesso em: 20 nov. 2013.

MORAES, José do N. *Neurose do Medo e 100 artigos*. São Luís: Ed. Civilização Brasileira e Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.

MORAES, Jomar. *Apontamentos da Literatura Maranhense*. 2. ed.

São Luís: SIOGE, 1977.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma L. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global Editora, 2006.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma L. *Para entender o negro no Brasil de Hoje: História, Realidade, Problemas e Caminhos* (livro do professor). São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil Contemporâneo: Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações*. São Paulo: Global, 2007.

Personagens femininas como eixo narrativo de *Vencidos e degenerados*

Lívia Teixeira Costa¹

Introdução

José do Nascimento Moraes (1882-1958) foi um intelectual maranhense que se destacou como jornalista, professor e escritor em um contexto histórico marcado pelo racismo estrutural e pela exclusão da população negra dos espaços de poder. Nasceu em São Luís, filho de Manoel do Nascimento Moraes, herói da Guerra do Paraguai, mas não condecorado por ser analfabeto, e Maria Catarina Vitória, “uma mulher escravizada” (Cruz, 2022, p. 5). Publicou, em 1915, *Vencidos e degenerados*, seu primeiro romance, que tem início em 13 de maio de 1888, narrando “a permanência da mentalidade derivada da escravidão” (Duarte, 2014, p. 19), e representa uma das primeiras obras da literatura afro-brasileira a apresentar personagens negros em situação de protagonismo.

¹ Este texto é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) iniciada em 2023, sob orientação do prof. dr. Ubiratane Rodrigues, desenvolvida no âmbito da graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. A investigação dedica-se à obra *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes, cuja relevância reside em sua capacidade única de iluminar as permanências da escravidão e as complexas dinâmicas raciais no Maranhão pós-abolição. Apesar de sua importância como uma das primeiras narrativas de protagonismo negro na literatura brasileira, Moraes permanece marginalizado no cânone literário maranhense. Nestes anos de pesquisa buscamos, portanto, reposicionar suas obras como fontes indispensáveis para a compreensão crítica da história e da cultura negra no estado, contribuindo para o reconhecimento de seu legado intelectual.

Enquanto Moraes inova ao colocar personagens negros em posição de protagonismo num romance da primeira metade do século XX, análises atuais sobre sua obra frequentemente reproduzem uma hierarquia de gênero ao priorizarem as figuras masculinas. O artigo de Luís Oliveira Freitas (2018) constitui uma contribuição significativa ao campo dos estudos literários afro-brasileiros, especialmente por sua abordagem pioneira em destacar a importância da obra de Moraes no contexto da literatura negra nacional. Entretanto, mesmo um trabalho importante como esse apresenta uma lacuna que necessita ser preenchida com urgência, pois dedica a maior parte de sua análise somente às “quatro personagens do romance: João Olivier e Cláudio Olivier, que são os que têm mais ações ao longo da narrativa; e Andreza Vital e Domingos Aranha, que, embora sejam personagens secundárias, são de extrema importância” (Freitas, 2018, p. 10). Esse recorte já indica um desequilíbrio: entre quatro personagens analisadas, apenas uma é feminina, e esta é explicitamente classificada como secundária.

Este capítulo propõe uma reorientação do foco analítico, argumentando sobre a importância das personagens femininas como eixo narrativo e crítico de *Vencidos e degenerados*. Enquanto estudos existentes concentram-se nos protagonistas masculinos, este trabalho demonstra que personagens femininas como Andreza Vital, Armênia Magalhães, Teresa, Efigênia e outras figuras femininas que povoam as ruas de São Luís, no romance, são fundamentais para compreender tanto a complexidade da obra quanto sua crítica social. A abordagem pioneira, aqui desenvolvida, revela que Moraes, ao construir suas personagens femininas com densidade psicológica e agência social, oferece uma visão mais completa da sociedade pós-abolição.

Importa ressaltar, contudo, que não se objetiva aqui propor que a literatura seja vista como um documento histórico direto ou transparente. A obra de ficção de Moraes é, antes, uma construção estética que elabora artisticamente as tensões, conflitos e contradições de seu tempo, oferecendo uma representação mediada, e não um

reflexo imediato da realidade social. Seguindo a perspectiva de que a literatura pode iluminar criticamente uma época, este trabalho busca compreender como as personagens femininas do romance atuam como veículos para uma reflexão literária sobre as condições históricas de gênero, raça e classe.

Contexto histórico: racismo, higienismo e o lugar da mulher negra

Para compreender as personagens femininas em *Vencidos e degenerados* é essencial situá-las no contexto histórico da Primeira República brasileira, marcada pelo que Schwarcz (1993) descreve como teorias racistas que colocavam os negros como “empecilho para o desenvolvimento do país” (Cruz, 2022, p. 3).

Esse período foi caracterizado pelo que Almeida (2019) define como racismo estrutural, “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (Almeida, 2019, p. 32). Paralelamente ao racismo científico, desenvolvia-se um projeto de normatização social baseado nos ideais higienistas. Como aponta Santos (2009), esse período foi caracterizado por um projeto político que pretendia transformar o Brasil em uma nação civilizada, culta e moderna, onde os costumes europeus figuravam como passaporte para a ordem e o progresso. Os higienistas buscavam estabelecer uma nova conduta social que garantisse filhos saudáveis e, no caso das classes populares, “uma força de trabalho adequada e disciplinada” (Santos, 2009, p. 2).

No que diz respeito às mulheres, esse projeto tinha implicações específicas: “era tarefa urgente criar um modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar” (Santos, 2009 p. 2). O projeto de normatização social revelava-se profundamente restritivo e punitivo para as próprias mulheres brancas que ousavam desviar-se de seus preceitos. A figura literária da mulher de espírito livre ou independente,

que viria a ser representada por personagens como Armênia Magalhães, em *Vencidos e degenerados*, era vista como uma ameaça à ordem social desejada. Qualquer desvio “jogava a mulher para o campo dos sem moral” (Fonseca, 1997, p. 531), criando o estigma social que narrativas como a de Moraes exploraram criticamente.

Esse modelo, no entanto, era essencialmente branco e burguês, excluindo as mulheres das classes populares, especialmente as negras, cujas experiências, no Brasil, estiveram historicamente associadas a diversas condições de exploração. Desde o período colonial, tais mulheres foram mobilizadas como mão de obra forçada, submetidas ao controle patriarcal e racista, e tiveram seus corpos objetificados tanto pelo trabalho compulsório quanto pela exploração sexual.

Para analisar o protagonismo feminino em *Vencidos e degenerados*, é essencial recorrer a uma noção de agência feminina que dialogue tanto com a dimensão performativa e normativa do gênero, quanto com as condições materiais e raciais que a estruturam. Nesse sentido, articulam-se aqui as contribuições de Judith Butler e Sueli Carneiro.

Butler, em *Problemas de Gênero* (1990), concebe a agência não como uma liberdade exterior ao poder, mas como uma capacidade de ressignificação e subversão a partir da própria repetição das normas que constituem os sujeitos. Essa perspectiva permite entender como as personagens negociam e deslocam os códigos de feminilidade vigentes na Primeira República. No entanto, para compreender como essa agência se concretiza de modo distinto para mulheres negras e brancas, é necessário incorporar o olhar interseccional de Sueli Carneiro.

Em *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011), Carneiro demonstra que a agência das mulheres negras se constrói no enfrentamento cotidiano ao racismo estrutural, manifestando-se em estratégias de sobrevivência, preservação cultural e reinvenção da vida

em condições de extrema vulnerabilidade. Enquanto a agência para Butler opera na desestabilização das normas de gênero, para Carneiro ela se enraíza na resistência histórica contra a desumanização racial.

Assim, ao examinarmos as personagens de Moraes, podemos entender que a agência de uma Armênia Magalhães, mulher branca, que pertenceu a uma família de elite, expressa-se como uma subversão calculada dentro dos códigos patriarcais que a excluem, enquanto a agência de Andreza Vital, mulher negra e pobre, se revela como um ato contínuo de afirmação da dignidade e do cuidado em um contexto marcado pela violência racial e econômica. Dessa forma, a articulação entre Butler e Carneiro não apenas amplia o conceito de agência, mas ilumina as diferenças radicais nas formas de existir, resistir e protagonizar dentro de um mesmo sistema opressivo.

A análise das condições de vida das mulheres negras apresenta um trajeto árduo em direção à liberdade, construído a partir de práticas cotidianas de resistência. De acordo com Costa (2007), ao longo do período escravocrata, essas mulheres exerciam diversas funções na condição de escravizadas. Eram elas as que

trabalhavam como empregadas e amas-de-leite na casa dos ricos, as trabalhadoras da indústria, as prostitutas e vendeiras nas ruas da cidade, assim como as que, na zona rural, trabalhavam de sol a sol ao lado dos homens, ou aquelas que apareciam desde o período colonial nos censos como chefe de família (Costa, 2007, p. 498).

No trecho, a multiplicidade de papéis demonstra que a exploração não estava limitada ao trabalho agrícola ou espaço privado, mas se estendia para todos os âmbitos da produção social.

É nesse cenário de opressão racial, econômica e moral que as personagens femininas de *Vencidos e degenerados* devem ser lidas. Percebe-se que a obra não apenas reflete essa realidade complexa,

mas a utiliza como matéria-prima literária para construir figuras que negociam, resistem e reivindicam sua humanidade dentro desses estreitos limites sociais.

Personagens como Andreza Vital, com sua luta pela sobrevivência digna, Armênia Magalhães, com seu espírito livre punido pela hipocrisia social, Teresa e Efigênia, que atuam como mediadoras críticas da informação e do afeto, e as vendedoras, quituteiras e trabalhadoras domésticas que povoam as ruas de São Luís no romance, emergem como respostas artísticas a esse contexto histórico específico. Juntas, elas dão voz e corpo literário às múltiplas dimensões das tensões de gênero, raça e classe que caracterizaram a Primeira República, oferecendo um painel complexo da agência feminina no pós-abolição.

Andreza Vital

A construção de Andreza Vital em *Vencidos e degenerados*, desloca o leitor das representações convencionais da mulher negra na literatura brasileira. Moraes apresenta a personagem, desde o princípio, não como uma figura plana ou estereotipada, mas como uma mulher cujo cuidado com a própria aparência estabelece uma primeira camada de significado e resistência. A narração a descreve, em um momento significativo, como alguém que

trajava um vestido inteiro de chita ramalhuda, que ela enrolava como toga, em volta do corpo, prendendo a ponta debaixo do braço e que, apesar das dificuldades, portava um esplêndido cordão de ouro que ela angariara outrora e, nas orelhas, grandes rosetas de diamantes, de antigo gosto (Moraes, 2000, p. 96).

Aqui não se descreve apenas uma aparência, mas se mostra um ato de afirmação estética. Em um contexto social e econômico adverso, em

que o trabalho feminino era desvalorizado e estigmatizado, o cuidado de Andreza com suas vestes e adornos constitui uma reivindicação de dignidade e autoestima. É uma forma sutil, porém poderosa, de se contrapor à tentativa de invisibilização e desumanização da mulher negra pobre.

Sua materialidade no romance, no entanto, é marcada pela ambiguidade e pelas cicatrizes da violência estrutural. Nesse sentido, a leitura de Freitas (2018) comete um deslize analítico crucial ao interpretar seu envolvimento com o coronel Magalhães como uma “lamentável traição a Domingos Aranha” (Freitas, 2018, p. 14). Essa leitura moralista ignora as assimetrias brutais de poder que moldavam tais relações. A narrativa deixa claro que a consequência desse envolvimento foi a perda violenta de um filho, “o próprio comendador havia mandado algumas escravas desaparecerem com o menino” (Freitas, 2018, p. 14). Assim, longe da simples traição, vem para o primeiro plano um episódio que expõe a vulnerabilidade extrema e a violência sexual a que mulheres escravizadas como Andreza estavam sujeitas na dinâmica de opressão desse período.

A personagem alcança sua complexidade máxima quando o romance explora seus mecanismos de fuga e suas fraturas. A bebida torna-se uma presença cíclica em sua vida adulta.

Com o falecimento de D. Rita, a Andreza passou a morar com o filho. Andreza se entregara por último ao vício da embriaguez, dava escândalos amiúde. Cláudio, com paciência evangélica, acompanhava-a em todas as suas quedas, juntava-a na rua, levava-a pelo braço até a casa, aturando-a e ouvindo-lhe os insultos (Moraes, 2000, p. 102).

Esse vício não pode ser interpretado como um defeito moral individual, mas como sintoma das pressões insuportáveis que recaíam sobre Andreza. Em um movimento que humaniza profundamente

a personagem, Moraes mostra que, após esses episódios, “lá estava ela a desculpar-se, a pedir-lhe perdão pelos maus feitos do dia anterior” (Moraes, 2000, p. 102). A alternância entre transgressão e arrependimento revela uma consciência dilacerada, um sujeito em luta contra seus próprios mecanismos de defesa em um ambiente hostil.

Andreza Vital escapa, assim, de qualquer categorização simplista. Nela, é perceptível a intersecção de forças opostas. A elegância autoconferida e a pobreza material. A força da mãe provedora e a vulnerabilidade da mulher explorada. A resistência cotidiana e a fragilidade exposta pelo álcool. Ela não é um símbolo abstrato da mulher negra pobre, mas uma personagem, cujas contradições fazem dela uma das criações literárias mais densas e comoventes de Nascimento Moraes para representar os custos humanos da liberdade inconclusa no Brasil pós-abolição.

Armênia Magalhães e os códigos punitivos do patriarcado

A personagem Armênia Magalhães oferece um contraponto essencial para compreender como os mecanismos de controle social operavam de forma diferenciada conforme raça e classe. Sua trajetória, de mulher de elite marginalizada após a morte do pai, um senhor de escravizados, ilustra com precisão os mecanismos punitivos à disposição do patriarcado para regular o comportamento feminino.

A exclusão social que sofre, “fechadas lhe foram as portas dos clubes, negados os ingressos nos bailes, rotas as relações de família” (Moraes, 2000, p. 136), materializa literariamente o destino reservado pela sociedade à mulher que desafiava abertamente seus códigos. Essa punição exemplifica o que Fonseca (1997) descreve como a lógica social que transformava “qualquer deslize em motivo para jogar a mulher para o campo dos sem moral” (Fonseca, 1997, p. 531).

No entanto, o que distingue Armênia é sua resposta a essa marginalização. Ao invés de aceitar passivamente sua exclusão, ela elabora um plano de vingança que transforma sua posição de rejeitada na de agente estratégico. Essa capacidade de agência mesmo na marginalização revela como as mulheres poderiam subverter os papéis que lhes eram destinados, utilizando as ferramentas disponíveis, neste caso, sua capacidade de sedução e sua inteligência estratégica, para exercer algum controle sobre seu destino.

A comparação estrutural entre Armênia Magalhães e Andreza Vital permite uma reflexão profunda sobre a corporeidade feminina como território de disputa no romance. Ambas sofrem, mas a experiência de seus corpos é marcada por códigos sociais radicalmente diferentes. Armênia é desejada, sua beleza e posição social a tornam um objeto de fascínio e cobiça dentro da economia afetiva e sexual da elite. Sua corporeidade, ainda que vigiada, é um capital simbólico. Já Andreza é violentada; seu corpo negro e pobre é historicamente inscrito em uma lógica de exploração, trabalho forçado e abuso sexual, sendo tratado como propriedade e descartável. Ambos os destinos corporais, o desejo controlador e a violência explícita são faces da mesma moeda patriarcal e racista, que define o valor, a disposição e a autonomia do corpo feminino.

Essa diferença fundamental no tocante à experiência das personagens reflete-se, também, nas formas de sustento e cuidado. Enquanto Armênia, mesmo excluída, mobiliza os recursos simbólicos e econômicos herdados de sua classe para se manter e planejar sua vingança, Andreza sustenta a si e ao filho através do trabalho precário e desvalorizado, seja como doméstica, seja nas margens, no plano informal da economia. O cuidado, para Andreza, é uma luta diária pela sobrevivência física, para Armênia, é uma estratégia de preservação de um *status* em ruínas. Ambas se movimentam em um mundo estruturado por dispositivos opressivos convergentes como o racismo que segrega e bestializa Andreza, e o machismo que pune e enclausura Armênia.

Seus pensamentos e ações emergem diretamente dessa interseção. O raciocínio de Armênia é estratégico e calculista, uma reação intelectual ao confinamento social, buscando voltar contra o patriarcado as regras de seu próprio jogo. O discernimento de Andreza, por sua vez, orienta-se pela resistência prática e resiliência afetiva, sendo marcado pela dor da perda, pela luta contra a invisibilidade e pela busca por dignidade em gestos mínimos, como o cuidado consigo mesma. Juntas, as personagens formam um espelho social quebrado, refletindo não uma experiência universal da mulher, mas as fraturas específicas de classe e raça que definem as possibilidades de agência, sofrimento e sobrevivência no Brasil pós-abolição.

Pormeio desse par de personagens constitui-se um painel complexo da experiência feminina no pós-abolição que transcende representações estereotipadas. Cada personagem, à sua maneira, ilumina diferentes facetas das possibilidades e limites da agência feminina em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades, oferecendo ao leitor não apenas uma narrativa ficcional, mas uma reflexão literária crítica sobre as estruturas sociais de seu tempo.

Teresa, Efigênia e outras trabalhadoras

Para além de personagens como Andreza Vital e Armênia Magalhães, *Vencidos e degenerados* apresenta um conjunto de figuras femininas cujas aparições, embora breves, são estruturalmente significativas para a economia narrativa e para a representação do tecido social da São Luís pós-abolição. Essas personagens operam como agentes de mediação, crítica e sustento em um cenário onde o espaço público se configura como território de trabalho, sobrevivência e sociabilidade para mulheres pobres e negras.

A presença das trabalhadoras informais nas ruas da cidade é capturada por Moraes com um olhar que documenta mais do que descreve.

uma mulata velha vendia doces a caixeiros e populares que passavam; mais adiante uma preta vendia comida feita, arroz-de-toucinho e feijão a duzentos réis o prato; alguns carroceiros, sentados à beira do passeio, comiam com colher de estanho em prato do mesmo metal (Moraes, 2000, p. 58).

Estas cenas não são meros quadros de cor local, mas materializam a economia de sobrevivência que sustentava famílias inteiras à margem do mercado formal de trabalho. Como observam os estudos históricos sobre o período, o trabalho feminino era sistematicamente desvalorizado, visto como “suplemento à renda masculina” (Santos, 2009, p. 14), e realizado em condições precárias. No entanto, através dessas figuras, o romance revela como mulheres converteram o espaço público em território de agência econômica, desafiando o ideal burguês que as confinava ao espaço doméstico. Suas atividades, como a venda de doces e o preparo de comida, refletem uma transição do trabalho doméstico para o econômico, uma apropriação de habilidades tradicionalmente femininas para gerar sustento em um contexto de exclusão do mercado formal.

Entre as personagens com nomes e funções narrativas definidas, Teresa emerge como uma figura crucial de mediação e circulação de informações. É apresentada como uma “mulata [...] toda de branco, empoada e perfumada, cheirando a folhas” (Moraes, 2000, p. 223). Sua aparição ocorre em um momento de crise para João da Moda, quando este se debate com a revelação de seu possível parentesco com Andreza e Cláudio. Teresa não é apenas uma presença afetiva, na verdade, ela é portadora de notícias e fofocas que movimentam a trama. “E outro moço, que, se ela não se enganava, era caixeiro de marchante, informou que Cláudio era um tipo à-toa, filho de uma rapariga de nome Andreza” (Moraes, 2000, p. 233). Esse papel de mensageira e articuladora do saber comunitário revela um tipo de poder feminino frequentemente invisibilizado, o controle sobre a informação, sua transmissão e interpretação.

Já Efigênia exerce uma função distinta, a da crítica social através do riso e da ironia. Sua reação à descoberta de João da Moda é carregada de um sarcasmo que desmonta pretensões e expõe contradições: “Efigênia começou a soltar gargalhadas estridentes. - Que coincidência! [...] tu tinhas parentesco com os grandes homens!” (Moraes, 2000, p. 233). Sua fala cortante, “Nhá Andreza é uma felizarda! Com dois filhos turunas! Dois brutos!” (Moraes, 2000, p. 233), opera como um discurso desestabilizador que ridiculariza as hierarquias sociais e os códigos de honra masculinos. Através do riso, Efigênia exerce uma forma de poder simbólico, pois desconstrói, pela via do humor ácido, as narrativas de identidade e *status* que os personagens masculinos tentam preservar.

Consideradas em conjunto, Teresa e Efigênia, assim como as anônimas vendedoras de rua, revelam a multidimensionalidade da agência feminina no romance. Seu poder não se exerce necessariamente através de ações espetaculares ou confrontos diretos, mas por meio de estratégias sutis e cotidianas, a ocupação econômica do espaço público, o controle sobre a circulação de informações, o uso do humor como arma crítica. Tais meios de ação estão profundamente alinhados com o que Chalhoub (1986) identifica como as formas próprias de organização das classes populares diretamente relacionadas com suas condições de vida. Não se trata de uma agência heroica, mas, sim, adaptativa, atuante dentro dos limites impostos pela estrutura social, encontrando nas brechas do sistema, nas ruas, nas conversas, nas redes informais, espaços para ação, influência e sobrevivência.

Por intermédio dessas personagens, Moraes constrói uma representação literária do pós-abolição que vai além dos grandes dramas individuais para capturar a textura do cotidiano coletivo. Dessa maneira, as figuras laterais à trama mostram que, não obstante, a história não se faz apenas pela ação dos protagonistas, mas depende também da intervenção dos incontáveis coadjuvantes que a sustentam

e conectam o tecido social, demonstrando que mesmo as personagens aparentemente secundárias podem ser portadoras de formas significativas de poder.

José do Nascimento Moraes e a representação literária dos excluídos

A produção literária de José do Nascimento Moraes em *Vencidos e degenerados* reflete uma estratégia intelectual característica de autores negros no pós-abolição, o uso da literatura como meio de inscrição simbólica de experiências coletivas marginalizadas. Como bem demonstra Cruz (2022), a trajetória de Moraes insere-se em um contexto histórico em que a educação e a produção cultural representavam os principais canais de ascensão social para intelectuais negros, em um ambiente institucional ainda marcado pelo racismo estrutural. Sua própria formação no Liceu Maranhense, descrito como “porta de ascensão social” e “vitrine social por onde transitaram os mais bem-sucedidos intelectuais maranhenses” (Cruz, 2022, p. 8), proporcionou-lhe uma posição singular, a de um observador que conhecia tanto os códigos da elite letrada quanto as realidades das classes populares das quais era originário.

Esse duplo pertencimento, à intelectualidade letrada e às comunidades negras maranhenses, estrutura a perspectiva narrativa de Moraes. Sua obra literária pode ser compreendida como uma tradução estética das teorias sociais implícitas nas práticas cotidianas das populações excluídas. Quando descreve minuciosamente os adornos de Andreza Vital ou registra os diálogos das vendedoras ambulantes, Moraes não está apenas exercendo o realismo literário, também está realizando uma operação de legitimação cultural, convertendo em matéria literária elementos da cultura material e oral que a sociedade dominante considerava menores ou indignos de registro.

A atenção específica às experiências femininas, em seu romance, revela uma dimensão importante desse projeto intelectual. Como observa Cruz (2022), a mobilidade social de famílias negras como a de Moraes frequentemente dependia de estratégias como o “casamento com alguém mais branco” (Cruz, 2022, p. 7), o que colocava as mulheres em uma posição particularmente complexa nas dinâmicas de ascensão social. Essa consciência das intersecções entre gênero, raça e mobilidade social informa a representação literária de personagens como Andreza e Armênia, cujas trajetórias exploram justamente os limites e possibilidades da agência feminina em diferentes estratos sociais.

Dessa forma, a obra de Moraes transcende seus méritos estéticos individuais para constituir-se como documento de uma prática intelectual específica, a da produção cultural como forma de intervenção social de intelectuais negros em um contexto de exclusão racial institucionalizada. Sua atenção às experiências femininas não representa apenas uma escolha temática, mas uma dimensão fundamental da referida prática, que reconhecia, nas mulheres, figuras centrais tanto na preservação da memória cultural quanto nas estratégias cotidianas de enfrentamento às desigualdades. A permanência e relevância crítica de *Vencidos e degenerados* atestam não apenas seu valor literário, mas a eficácia dessa estratégia intelectual em transformar a literatura em espaço de registro, reflexão e questionamento das hierarquias sociais.

Considerações finais

Mais do que personagens secundárias, mulheres como Andreza Vital, Armênia Magalhães, Teresa e Efigênia operam como chaves de leitura que deslocam o eixo interpretativo da obra. Por intermédio delas, a narrativa revela-se menos como crônica de um fracasso coletivo, “os vencidos”, e mais como registro literário de estratégias de persistência e reinvenção da vida em meio ao colapso das promessas republicanas.

O olhar sobre essas personagens ilumina uma dimensão ética na escrita de Moraes. Se, como intelectual negro, seu projeto incluía reinscrever sujeitos excluídos na memória nacional, as mulheres de seu romance realizam esse gesto. Elas não são degeneradas pela narrativa, mas apresentadas degenerando, no sentido de desmontarem ativamente os modelos rígidos de feminilidade, moralidade e trabalho impostos pelo higienismo e pelo patriarcado.

Concluindo, estudar a perspectiva feminina em *Vencidos e degenerados* não amplia apenas a compreensão da obra, mas a transforma. É por meio dessas personagens que Moraes constrói sua crítica mais contundente, a de que a verdadeira degeneração não estava nos libertos, mas na ordem social que os libertou apenas para condená-los a novas formas de exclusão.

Este capítulo, contudo, representa apenas uma primeira incursão em um campo ainda mais vasto. A obra de Moraes, assim como o conjunto da literatura afro-brasileira do período, carece de estudos sistemáticos que ampliem e aprofundem a abordagem feminina. Investigações futuras poderiam explorar, por exemplo, as redes de sociabilidade e solidariedade entre mulheres sugeridas no romance.

Referências

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

BRAS, Helayne Xavier. Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes. 2014. 121 f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Coleção Consciência em Debate).

CHALHOUB, Sidney. *Cortiços. In: Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Erudição e racismo na trajetória ascendente de uma família negra do Maranhão. *Revista Brasileira de História da Educação, Maringá*, v. 22, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e211>. Acesso em: 16 fev. 2026

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.

FREITAS, Luís Oliveira. NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA: preconceito e protagonismo, em Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes. *Cadernos Zygmunt Bauman*, v. 8, n. 16, 10 Abr 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/8604>. Acesso em: 16 fev 2026.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

SANTOS, Aline Tosta dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. *Em Debate*, Rio de Janeiro, v. 8, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDF>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPITZER, L. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes: entre a ficção e a crítica ao campo literário brasileiro ²

Luiz Henrique Oliveira

A proposta deste artigo é refletir sobre os posicionamentos de personagens e narrador acerca do campo literário, contidos no romance *Vencidos e Degenerados* (1915), de José do Nascimento Moraes (1882-1958). Isso porque um dos temas centrais e ainda lacunar na fortuna crítica sobre a obra é justamente a discussão sobre o fazer literário e as condições para seu exercício em uma realidade que oportuniza, a uns, amplo acesso às instâncias de legitimação e, logo, à distinção; e, a outros, apenas o passaporte à periferia (ou à exterioridade) do referido campo. O debate envolvendo os dilemas enfrentados por João de Deus, Olivier e Claudio, por exemplo, intelectuais negros e sem poderio econômico e político (ou se quisermos, em termos de Pierre Bourdieu, teórico em que vamos nos apoiar, sem “capitais” diversos) numa São Luís do Maranhão vacilante entre o desejo de modernização e as heranças da ordem escravocrata bem se assemelha ao conflito do autor do romance e sua trajetória.

Nascido em São Luís, em 19 de março de 1882 e falecido em 22 de fevereiro de 1958, aos 76 anos, Nascimento Moraes atuou como jornalista

² Uma versão deste texto foi publicada originalmente em *O eixo e a roda*: revista de literatura brasileira, Belo Horizonte, Fale/UFMG, v. 32, p. 152-171, 2023. Agradecemos aos organizadores deste volume pelo interesse em republicar esta nova versão.

e cronista em diversos órgãos de imprensa de sua cidade natal. No âmbito da narrativa de ficção, percorreu os caminhos do romance e do conto, feito que o alçou à cadeira 11 da Academia Maranhense de Letras, em 1938¹. Também exerceu com notoriedade o magistério, trabalhando no tradicional Liceu Maranhense, onde chegou a lecionar para Ferreira Gullar, José Sarney e Josué Montello, fato reconhecido por este notável discente na obra *Os tambores de São Luís* (1975).

Nascimento Moraes viveu os seus primeiros 6 anos sob o regime escravista e, logo, experimentou desse dentro o racismo e as consequências de uma abolição injusta e sem processo reparatório. Não é demasiado lembrar que abolição da escravatura, mal resolvida, trouxe consequências irreparáveis à realidade brasileira, como um sistema “quase de castas”, em que, por vias de relações e trocas de capitais de ordem simbólica, os descendentes da casa-grande tendem a ocupar lugar de destaque e os descendentes da senzala ocupariam os lugares subalternos.

Por outro lado, como sabemos, o campo artístico não totalmente é autônomo, suspenso, desconectado da realidade e, considerando o caso brasileiro, estão presentes as heranças da escravidão e do colonialismo. Por isso, arriscamos dizer que, consciente das dificuldades de inserção do negro na sociedade de classes, Moraes escolheu o combate pela palavra, cravada tanto no periodismo local quanto em textos literários de corte realista. Acreditamos que a força-motriz da atuação do artista e intelectual Nascimento Moraes foi justamente o incômodo com as relações sociais e humanas em um Maranhão banhado em preconceitos e estruturas de exclusão bastante cristalizadas. Dois argumentos sobre os textos do autor aqui em foco bem sustentam nossa posição: a) a natureza das crônicas publicadas em periódicos maranhenses e b) os recortes temáticos das obras ficcionais, em especial aqueles contidos em *Vencidos e degenerados*.

¹ Data da eleição: 05 de fevereiro de 1935. Data da posse: 12 de outubro de 1938. Conferir: <<https://academiamaranhense.org.br/ocupantes/jose-do-nascimento-moraes>>, acesso em 28 fev. 2023.

Consequência do primeiro argumento, defendemos que a escolha pelo tom empenhando seja a explicação para a vestimenta de diversos pseudônimos por parte do autor, a exemplo de “João Paulo” e “Braz Cubas”, utilizados no jornal *A Imprensa*, em 1906 e 1907, respectivamente; de “Um Maranhense”, assinado n’*O Maranhão*, em 1908 (cf. Araújo, 2011, p. 56); e “Valério Santiago”.

Com relação ao segundo argumento, foi assim, combativa, a obra de estreia do escritor na cena literária, a reunião de crônicas denominada *Puxos e repuxos*, publicada em 1910, de maneira independente (isto é, às expensas do autor) pela *Tipografia do Jornal dos Artistas*, órgão de existência breve e bastante comprometido com a veiculação de ideias progressistas na primeira década do século passado. Tanto que o periódico carregou como subtítulo o dizer “folha defensora das classes operárias” e, não contente, ainda continha duas inscrições paradigmáticas de sua atuação. Na primeira página da edição n. 73, de 03 de maio de 1903, por exemplo, lemos: “operários de todos os países, uni-vos”, em direta referência a *O Capital*, de Karl Marx; e “verdade não é ofensa”, frase bem adaptada aos dilemas locais.

A crítica contundente às dinâmicas sociais e raciais de um Maranhão situado nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX povoa o imaginário contido no conjunto de textos literários de Nascimento Moraes. Some-se a isso a compilação de escritos testemunhais da polêmica pública com o acadêmico Antônio Lobo². Como Moraes usava pseudônimos em suas crônicas, Lobo questionava

2 Antônio Francisco Leal Lobo (07/07/1870 – 24/06/1916) foi jornalista, poeta, romancista, professor, tradutor, publicista e polemista compulsivo. Dirigiu a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e a Instrução Pública. Esteve à frente de *A Revista do Norte* (1901/1906) e do jornal *A Tarde* (1915/1916), além de manter colaboração com diversos outros órgãos da imprensa maranhense. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, onde instituiu a Cadeira Nº 14, patrocinada por Nina Rodrigues. Cf. <https://www.academiamaranhense.org.br/inf_aml/antonio-francisco-leal-lobo>, acesso em 28 fev. 2023.

a autoria dos textos de *Puxos e repuxos*, bem como a capacidade artística do autor afro-brasileiro. O fato foi tão marcante que mereceu lugar no subtítulo da obra: “polêmica com Antônio Lobo e seguidores”.

Além disso, quando o assunto é a recepção crítica de *Vencidos e degenerados*, principal obra de Nascimento Moraes, o razoável volume de estudos sinaliza para caminhos não tão diversos em relação aos que já mencionamos. Em uma primeira vertente, há os estudos que discutiram, sob diversos primas, a representação do negro e o lugar que ele ocupa na economia discursiva da sociedade maranhense representada na obra, a exemplo do que fizeram, com riqueza de detalhes, Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira (2015), Ana Carusa Pires Araújo e Elio Ferreira de Souza (2017) e Luís Oliveira Freitas (2018).

Em outra vertente, há os trabalhos que lançaram luz sobre a cidade de São Luís e seus dilemas inerentes à modernização almejada no pós-abolição, tempo abordado pelo romance em foco. Conferimos destaque às contribuições de Jean-Yves Mérian (2000), Manoel de Jesus Barros Martins (2002), Adriana Gama de Araújo (2011) e Paloma Veras Pereira (2018). A configuração dos espaços intelectuais até aparece como pano de fundo destes estudos; entretanto, as especificidades do campo literário local ainda segue como aspecto lacunar, ao menos neste conjunto de trabalhos. Talvez a reflexão que mais se aproxime do nosso intento seja a de Dorval do Nascimento (2012). O pesquisador investiga “as vicissitudes da condição intelectual em um campo literário periférico [...] e as relações entre o campo literário e o campo político” (Nascimento, 2012, p. 32), e, para isso, assim como proporemos, também se vale das proposições teóricas de Pierre Bourdieu. A diferença é que, enquanto Nascimento pretende “compreender as *condições* do exercício da carreira intelectual na Primeira República, em São Luís/MA, a partir de representações de intelectuais presentes no texto literário *Vencidos e Degenerados*” (Nascimento, 2012, p. 33), nosso propósito é *analisar*, por meio da enunciação de personagens e do narrador, *a natureza das disputas*

contidas no campo literário representado no romance, tomando por base três premissas formuladas por Pierre Bourdieu, em *As regras da arte*: o acúmulo de capitais; seus trânsitos e valores no campo; e os embates entre os estabelecidos e os recém-chegados – no livro referenciados por meio das metáforas “dos trabalham por vaidade” e “dos que trabalham por necessidade”, respectivamente. Para isso, levaremos em conta o lugar de fala de Nascimento Moraes, como autor negro, num contexto marcadamente racista e, para isso, teremos como apoio as reflexões de Cuti, em *Literatura negro-brasileira*. Estes movimentos não estão no profícuo estudo de Dorval do Nascimento, o que faz com que nossos trabalhos dialoguem, aproximem-se e, ao mesmo tempo, mantenham distintas as estratégias e recortes específicos de análises sobre um mesmo objeto.

De acordo com Pierre Bourdieu, o campo literário é definido por uma “**rede** ou configuração de **relações** entre **posições** definidas objetivamente nas determinações impostas aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação” (Bourdieu, 1982, p. 72, marcas nossas). A situacionalidade, para o pensador, pauta-se pelo jogo de “legitimações – trocas e transferências de capitais de ordem simbólica” (Bourdieu, 1982, p. 72-73) capaz de ascender uns à centralidade e outros à periferia do próprio campo. É nesse universo que se localiza a escrita de Nascimento Moraes. Embora tenha sido responsável por volumosa produção, os seus escritos causaram significativo incômodo em inúmeros agentes do campo. Prova disso é o constante debate sobre o teor combativo da escrita do autor.

Ciente de estar envolvido num universo de disputa e em posição nada hegemônica, Moraes não se escusa de discutir, no âmbito de sua produção literária, questões centrais para o estabelecimento dos autores periféricos (e dele mesmo) na cena cultural. Obviamente, o escritor não pode contar, ao seu tempo, com os aportes teóricos sobre a arte, como os trabalhos de Pierre Bourdieu, por exemplo. É de se considerar, todavia,

que o autor insere em seus escritos, mais especificamente em *Vencidos e degenerados*, reflexões que vão além dos aspectos repisados pela crítica. E uma vertente destes aspectos é justamente a discussão da transferência de capitais, que seria amplamente estudada, posteriormente, por Pierre Bourdieu em vários trabalhos.

Para Bourdieu, os capitais são sinônimos de poder, ou seja, ativos de ordem simbólica que conferem distinção na sociedade. Tais ativos se articulam de forma a sustentar determinadas posições num campo específico, como o literário. Bourdieu elabora uma tipologia com três categorias de capitais: o capital econômico, o capital social e o capital cultural. O autor identifica, ainda, uma quarta forma, denominada capital simbólico, que corresponde a qualquer uma das três formas de capital na medida em que são apresentados no contexto social (BOURDIEU, 1986, p. 26)³. Fiquemos apenas com as três principais formas.

O **capital econômico** corresponde ao manejo de dinheiro e de propriedades e é o fundamento de outras formas de capitais, podendo ser transformado nelas a partir de procedimentos adotados pelos agentes sociais (Bourdieu, 1986, p. 26)⁴. Já o **capital social** se refere às redes de relações e “obrigações” estabelecidas entre partícipes de uma determinada comunidade. Geralmente, pode ser convertido em econômico ou assumir formas de títulos e epítetos distintivos. Não seria demasiado afirmar que ele é o atestado de pertencimento a um grupo e, por isso, o sociólogo defende que o acúmulo deste tipo de capital reproduz relacionamentos duradouros e úteis, os quais podem garantir

3 Como optamos pela tradução livre no corpo do artigo, deixamos aqui as palavras constantes no texto base de Pierre Bourdieu. “Symbolic capital, that is to say, capital – in whatever form – insofar as it is represented, i.e., apprehended symbolically, in a relationship of knowledge or, more precisely, of misrecognition and recognition, presupposes the intervention of the habitus, as a socially constituted cognitive capacity”.

4 “Capital is accumulated labor (in its materialized form or its ‘incorporated,’ embodied form) which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor”.

ganhos materiais ou simbólicos (Bourdieu, 1986, p. 26)⁵. Por fim, o **capital cultural** consiste em ativos sociais acumulados por uma pessoa ou grupo. Estes ativos são responsáveis pelo estabelecimento de distinção e reconhecimento por aqueles que o possuem. Fazem parte deste conjunto de capital a educação, o cultivo de artes, o uso de certas vestimentas, os comportamentos de consumo, a posse de bens e a aquisição de serviços, por exemplo (Bourdieu, 1986, p. 26)⁶.

Não queremos a aplicação imediata da caracterização de campo e capitais de Pierre Bourdieu à realidade em que se inserem Nascimento Moraes e sua ficção. O campo analisado pelo pensador francês é peculiar e bem distinto do maranhense. Contudo, considerando limites e proporções, os conceitos bordiesianos podem nos oferecer chaves potentes de leitura. O campo onde *Vencidos e degenerados* se localiza, além de dotado por boa parte das dinâmicas apontadas por Bourdieu, também está marcado pelas possibilidades e limitações da cor de pele de quem escreve.

A este respeito, o ato criativo do escritor negro brasileiro tem ocupado a atenção de diversos pesquisadores. Desde os pioneiros estudos de Roger Bastide, passando por Otavio Ianni, Oswaldo de Camargo, Maria Nazareth Fonseca, até chegar a Eduardo de Assis Duarte, Edimilson de Almeida Pereira e Cuti, os procedimentos composicionais recebem análises as mais diferentes e sob inúmeros prismas teóricos.

5 “Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group”.

6 “Most of the properties of cultural capital can be deduced from the fact that, in its fundamental state, it is linked to the body and presupposes embodiment. The accumulation of cultural capital in the embodied state, i.e., in the form of what is called culture, cultivation, Bildung, presupposes a process of embodiment, incorporation, which, insofar as it implies a labor of inculcation and assimilation, costs time, time which must be invested personally by the investor. Like the acquisition of a muscular physique or a suntan, it cannot be done at second hand (so that all effects of delegation are ruled out)”.

Dentre estes estudiosos, Cuti, ao nosso ver, é o que traz melhor contribuição quando o assunto é o autor de pele escura e seus dilemas no campo literário. Talvez por atuar como ensaísta, ficcionista, poeta e agitador cultural, Cuti tenha entre suas mais recorrentes preocupações discutir as possibilidades e dificuldades dos escritores negros no referido campo. Tal preocupação já aparecia nas primeiras incursões analíticas do autor paulista, tais como “Literatura negra brasileira: notas a respeito de condicionamentos” (1985) e “Fundo de quintal nas umbigadas” (1986). Mais recentemente, Cuti publicou *Literatura negro-brasileira* (2010), obra na qual discute temas como autocensura, identidade textual e vida literária.

Os três elementos centrais da discussão empreendida pelo autor paulista - autocensura, identidade textual e vida literária - vistos em conjunto e em relação com os aportes teóricos formulados por Pierre Bourdieu - bem podem nos servir como chaves de leituras adicionais para analisarmos tanto a trajetória de Nascimento Moraes, quanto a representação do campo literário contida em *Vencidos e degenerados*.

Cuti inicia sua teorização criticando uma postura ainda recorrente nos dias atuais, sobretudo por parte do público não especializado: a pequena presença de autores negros na ampla cena literária, fato aliás, nada tão distinto do nosso contexto de análise. Cuti explica que a invisibilidade do escritor de pele escura se deve em primeiro lugar aos resultados de uma abolição malfeita e sem nenhum processo reparatório, cujo resultado foi a marginalização da pessoa negra em suas mais variadas formas. Tal cenário remonta, por exemplo, à realidade de Nascimento Moraes e as lutas travadas para sua afirmação no periodismo na ficção. Lembremo-nos da polêmica com Antônio Lobo por um lado, e por outro, de que seu romance apenas foi publicado por uma casa editorial independente, de base operária e comprometida, portanto, com ideias progressistas. Cuti nos lembra de que o autor

negro, quando ousa escrever textos de natureza polêmica, não raro “paga o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (Cuti, 2010, p. 51).

Cuti, desta forma, aponta os fatores que julga essenciais ao desenvolvimento de uma literatura feita por pessoas negras:

o acesso à alfabetização, à leitura e à prática da escrita literária, aquisição de bens culturais (livros, CDs, DVDs), disponibilidade de tempo, isolamento físico com espaço adequado para produção de textos, equipamentos para escrita e pesquisa, crise de identidade gerada principalmente pelo afastamento cultural, o que faz o autor lançar-se em busca das raízes perdidas, competição social, de onde se dá o encontro com a prática do racismo e a conscientização de que ela implica vários aspectos (econômicos, psicológicos, religiosos, estéticos etc.) (Cutu, 2010, p. 29-30).

Historicamente, o acesso à escolarização adequada tem sido privilégio para poucos em nosso país. As distintas realidades escolares acabam espelhando as divisões da sociedade em seus estratos econômicos. Numa sociedade herdeira da escravização, onde Nascimento Moraes estava inserido – e sobre a qual seu romance discute – a estratificação também segrega pela cor da pele. Como destacam Marco Antônio Beltine de Almeida e Livia Sanchez (2016), somente a Constituição Imperial de 1824 previu uma educação primária gratuita a todos os cidadãos. Asseveram os autores que essa determinação excluía os escravizados, já de partida, do acesso aos estabelecimentos oficiais de ensino, mas possibilitava que a população negra liberta frequentasse essas instituições. Esta foi a “brecha” encontrada pelo autor maranhense, aqui analisado, para a frequência à escola e, posteriormente, para o exercício da escrita na cena pública. A escola era, então, entendida como “forma de civilizar os grupos vistos pelas elites como impeditivos da coesão social brasileira” (Almeida, Sanchez, 2016, p. 235), fato destacado pelo romance *Vencidos e degenerados*, dada a divisão entre dois grupos bem demarcados – o dos brancos ricos em capitais e dos pretos pobres em capitais e que

ousavam a “bater na porta” do campo literário. Almeida e Sanchez (2016) destacam ainda que “em alguns momentos do desenvolvimento da instrução pública, em diversas províncias, foi oficialmente negado o acesso da população negra às instituições escolares” (Almeida, Sanchez, 2016, p. 236). No romance temos uma personagem que bem exemplifica esta questão: João de Deus, poeta, compositor e músico autodidata. Tal situação contrasta com a realidade dos jovens personagens pertencentes às famílias ricas brasileiras, evidentemente brancas, educadas em instituições religiosas de prestígio e em tempo integral. Vejamos como o texto se manifesta sobre João de Deus e suas habilidades artísticas:

Um caboclo, metido num fato preto, de chapéu de palha, já muito usado e gasto, perguntou a Cláudio se ele sabia quem era o autor da valsa; ao que Cláudio respondeu que ignorava. O homem não se conteve. Aproximou-se do mestre da banda, que conversava com algumas raparigas, e fez-lhe a mesma pergunta:

- É do João de Deus, um compositor maranhense.

- João de Deus! É esse mesmo. Não podia ser de outro. Eu bem que estava conhecendo. É um bruto!

Um grupo que estava junto do caboclo, e que ouviu a declaração do mestre, começou a falar sobre João de Deus.

- Se este rapaz tivesse quem o protegesse iria longe.

- Com certeza, - confirmou o outro. – Tudo isso que ele escreve, é só Inteligência. Se ele cultivasse... (Moraes, 2000, p. 199).

Ao nosso ver, o trecho articula três dimensões dignas de discussão e que dizem respeito aos acúmulos de capitais – social, cultural e econômico - necessários à atuação no campo literário. Em primeiro lugar, está o talento artístico de João de Deus (capital cultural), que se evidencia no texto com a dificuldade em desenvolvê-lo, daí o caráter “bruto” de sua valsa e que carece de “cultivo”. Em segundo lugar, não foi possível à personagem João de Deus justamente o “cultivo” de sua “inteligência” porque esteve envolvido com questões imediatas de subsistência. A luta pela obtenção do sustento próprio, desde a tenra idade, faz com que não

só João de Deus, na economia da narrativa, mas com que diversos sujeitos pobres tivessem que ocupar seu tempo com tarefas práticas, ao contrário do que acontece com filhos das famílias mais abastadas. A falta de capital econômico faz com que estes usem seu tempo livre, garantido pelo poderio econômico, para desenvolvimento de habilidades e competências apreciáveis e desejáveis no campo intelectual. Algo que os mais pobres não têm condições de fazê-lo, em grande medida. Em terceiro lugar, determinadas habilidades ou, melhor dizendo, capitais, são construídos nas relações entre os participantes do campo. São de ordem social. Como João de Deus poderia desbravar o campo, sem ter “quem o protegesse”?

O romance em questão não se exime do debate e prossegue contrastando duas categorias de artistas e/ou intelectuais que povoam o campo literário maranhense. Nas palavras de Moraes, são os que “trabalham por necessidade” e os que “trabalham por vaidade” (Moraes, 2000, p. 56-57). Vejamos:

São estes **[os que trabalham por necessidade]** os futuros guarda-livros, os empregados de escritórios, os gerentes das grandes casas comerciais, porque, enquanto aqueles **[os que trabalham por vaidade]**, deixando o serviço em que se distraem, correm aos folguedos, aos namoros e aos bailes, eles, **os pobres e sacrificados por necessidade**, procuram habilitar-se nas aulas noturnas, onde estudam as matérias que são precisas para lhes preparar o espírito para os mais importantes postos de sua profissão (Moraes, 2000, p. 57).

Consequência da educação desigual e conseguida a duras penas, muitos autores negros (como João de Deus e o próprio Nascimento Moraes) têm dificuldades em obter recursos que possam ajudar a nutrir suas produções. Não menos importante, nota-se a disponibilidade de tempo, já que quanto menos escolarizado o sujeito, menos tempo livre ele tende a ter e menor a condição de se dedicar a atividades de ordens intelectuais, tais como leitura e escrita. Atestam nosso argumento o estudo estatístico “Evolução dos retornos da escolaridade no Brasil”, desenvolvido por Marcos Ribeiro, Fernando Barros Jr. e Luciano Nakabashi

(2022). Segundo os estudiosos do tema, um ano adicional de estudo, em média, tem maior impacto positivo nos rendimentos dos indivíduos mais escolarizados”⁷. Este impacto não se dá somente na função assalariada, mas também na condição de empreendedor. O tempo livre para dedicação aos estudos (ou seja, ao cultivo do capital cultural e sua transferência para as formas social e econômica) é apontado na pesquisa de Ribeiro, Barros e Nakabashi como fator relevante. Por sua vez, o romance em questão já se adiantara ao debate, ao trazer, em contornos ficcionais, as formas de composição do campo literário maranhense (e de retorno de capitais) de fins do século XIX e início do XX:

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às de que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, futuros patrões, diretores de banco, os proprietários capitalistas. (Moraes, 2000, p. 57).

O texto de Nascimento Moraes, em tom de denúncia, dispara contra a configuração da imprensa maranhense da época, local onde atuavam os ficcionistas: “servida por um grupo de rapazes que gratuitamente trabalham, contentando-se com o representá-la nos bailes, nas festas, nos banquetes e no teatro” (Moraes, 2000, p. 97). Bailes, festas, banquete e teatro são ocasiões de trocas de capitais, que começam pelo social, passam pelo cultural e chegam ao econômico, numa rede de retroalimentação contínua entre pares e de exclusão de diferentes. Se, por um lado, há os que podem trabalhar gratuitamente (leia-se, colocar-se no campo literário ao escrever inclusive ficção nas páginas dos periódicos) porque o sustento está garantido, por outro lado há os que só podem fazê-lo se for de modo

7 Os autores explicam que esse padrão não é exclusivo no Brasil. Em âmbito mundial houve mudança no padrão dos retornos econômicos da escolaridade, “que antes era côncavo e passou a ser convexo, ou seja, a educação adicional tem um impacto proporcional muito maior nos salários de trabalhadores com níveis educacionais mais altos que nos mais baixos” (RIBEIRO; BARROS JR & NAKABASHI 2022, p. 13-14).

remunerado, como ocorreu com o mulato João Olivier, “o vibrante e inesquecível cronista maranhense” (Moraes, 2000, p. 97) que, morrera ao voltar de Belém, para onde fora “depois de alguns anos de ostracismo em sua terra” (Moraes, 2000, p. 97). Olivier terminou seus dias exercendo a função de guarda-livros, cujo ordenado lhe concedia pagar apenas “as despesas urgentes. A crônica não lhe rendia nada” (Moraes, 2000, p. 97).

O livro não para por aí e escancara, novamente em tom de denúncia, o *modus operandi* dos diferentes grupos no campo intelectual maranhense. As cenas referentes aos contextos de fundação do jornal *O Campeão* - resultado da articulação entre os “recém-chegados”, isto é, pardos, preto e pobres que trabalham por obrigação – e do jornal *O Triunfo* – produto da resposta dos “estabelecidos”, ou seja, brancos e herdeiros dos melhores postos sociais e econômicos, tidos no texto como aqueles que trabalham por gratuidade - são paradigmáticas.

Os encontros periódicos da mocidade maranhense eram elementos centrais na socialização daquela comunidade. Saraus, serestas, bailes e festas ditavam o tom dos encontros afinados quase sempre pela polêmica pública. É neste cenário, após não encontrar espaço nos principais órgãos de imprensa da província, que Claudio Olivier (filho do lendário polemista João Olivier) e Plácido Monteiro, sob a orientação intelectual do Velho Bento, referência de imprensa abolicionista, conseguem se articular em uma espécie de grêmio literário e fundar o jornal *O Campeão*, tabloide de quatro páginas, uma folha de papel dobrada, segundo descrição do narrador do livro, que também destaca a impressão nítida e a paginação agradável. O órgão trazia exclusiva e farta colaboração dos sócios do grêmio: contos, sonetos, quadras, pensamentos e charadas. Coração do veículo, o artigo de fundo era sempre escrito por Cláudio Olivier e retocado pelo Velho Bento. Tal texto ocupava duas colunas e meia. Conforme o romance, “era uma apresentação em que se pedia, de chapéu na mão, a complacência do público e dos inteligentes, mas que se dirigia também para a baixa crítica, para os reles” (Moraes, 2000, 106). O narrador ainda

ênfatiza: “para os sistematicamente despeitados a redação tinha um azorrague implacável” (Moraes, 2000, p. 106). Golpes que viriam com mais força justamente da pena de Olivier e Bento.

Acreditamos que a referência à dificuldade financeira do jornal (mesma dificuldade da imprensa proletária que publicou Nascimento Moraes pela primeira vez) seja aqui metáfora das dificuldades de seus partícipes. Afinal, de “chapéu na mão” também todos procuravam apoio financeiro ou mesmo proteção para que o órgão pudesse continuar com seu “azorrague implacável”. E, como pano de fundo, os gremistas tentavam ocupar a cena intelectual e artística de São Luís. Isso porque *O Campeão* não cansava de situar as injustiças e nomear os autores das mazelas da localidade. Um jornal nas mãos de jovens pretos e pobres - que trabalham por obrigação e são uma espécie de recém chegados ao campo literário - significava ameaça, aos olhos das elites locais. E, segundo o romance deixa entender, o pior tipo de ameaça: a da ascensão econômica dos mais pobres. Em outras palavras, a ameaça da conversão dos capitais cultural e social em capital econômico.

Como sabemos, a resposta a tal “azorrague”, para usarmos novamente uma expressão do romance, não tardaria. A fala do desembargador Tomás Brito, um dos atacados pelo tabloide, dadas as suas posturas conservadoras, é sintomática do que viria adiante:

- Vejam o futuro que há por vir por aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados de um Cláudio Olivier, de um Plácido Monteiro, que naturalmente virão ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições!
[O desembargador Tomás Brito] Disse, e de soslaio olhou os filhos, que sentiram o sangue subir às faces. Era preciso reagir. (Moraes, 2000, p. 108).

De imediato, com amplo estímulo de seus pais, dez rapazes da elite reuniram-se para tratarem de fundar uma associação literária. Conforme explica o narrador do romance, compunham o coletivo, por exemplo,

o filho do presidente da Câmara de uma cidade do interior do Estado, o sobrinho de um desembargador do Superior Tribunal e o filho de um deputado estadual. À sociedade denominaram *Clube Odorico Mendes*⁸, e logo trataram da fundação de um jornal que se chamou - *O Triunfo*. À reunião, que se efetuou na sala nobre da Câmara Municipal, estiveram presentes muitas senhoras e cavalheiros, membros e amigos das famílias a que eles pertenciam. (Moraes, 2000, p. 108)

O trecho chama a atenção, em primeiro lugar, para a imediata relação dos membros do clube com os poderes constituídos. Por certo, capitais de ordem social, econômica e cultural tendem a facilitar o trânsito deste grupo de jovens pela cena intelectual maranhense. Prova disso é a apropriação da câmara municipal para a cerimônia de lançamento do jornal do grupo. Tal acolhida seria inimaginável pelos garotos de *O Campeão*. O patrimonialismo - entendido aqui como apropriação privada de recursos e bens públicos - parece ser autorizado pelos mesmos atores sociais que deveriam zelar pelo bem do Estado. Se o sangue na face do desembargador Tomás Brito é metáfora para tal prática, a presença no evento de “senhoras e cavalheiros, membros e amigos das famílias a que eles pertenciam” é o corolário do consentimento apropriativo, sem peias, por parte das elites locais. Conforme o romance sugere, são as elites que se diziam republicanas e liberais; mas dependentes do Estado. O narrador, a este respeito, não deixa dúvidas: “durante a reunião, na qual se ouviram cinco discursos, tocou à porta do edifício a banda de música do Corpo de Infantaria do Estado. Isto foi a 15 de novembro” (Moraes, 2000, p. 108). Dois são os indícios do caráter apropriativo do Estado promovido pelas elites locais. O primeiro, a mobilização de uma instituição pública, a banda militar, para fins, a rigor, de ordem privada. E, de modo mais sintomático, a referência ao feriado de Proclamação da República. Aliás, República defendida e em grande medida implementada pelos mesmos grupos outrora escravocratas.

8 Manuel Odorico Mendes (1799-1864) foi deputado, poeta, tradutor e publicista. Herdeiro de posses, defendeu ideias liberais e a proclamação da república.

Além disso, o nome do jornal também carrega sentido metafórico e trava pronto diálogo com o título do livro. Afinal, a vitória de que trata o livro, a rigor, é a dos poderosos de *O Campeão*. Estes, os vencedores, pressupõem os degenerados, isto é, os vencidos da história, a quem no livro cabe o triunfo em uma batalha apenas, não a vitória plena e definitiva nas disputas sociais. Talvez por isso o livro sugira que o termo “degenerados”, já no título, faz referência não apenas ao sentido de derrotados, mas de apagados, silenciados de qualquer hipótese de memória na cena maranhense.

A reflexão final de Cláudio Olivier, ao perceber-se sem lugar em sua comunidade, dadas as intensas disputas travadas com os poderosos do campo literário, não deixa dúvidas da impossibilidade de permanência dos sujeitos pobres e negros no campo literário em questão. Assim diz a personagem: “por estes prejuízos, sou eu. Pobre, sou repellido da casa dos ricos; dos pobres que querem passar por sábios, repelem-me também; [...] os meus irmãos desprezam-me, como os brancos. Já é ter muito pouca sorte” (Moraes, 2000, p. 189). Não se trata de sorte, mas da própria configuração das regras do campo, “aceitas” pelos participantes e tornadas “naturais” por todos que nele atuam. E, por certo, não há como ser diferente, porque o campo, para se sustentar como tal, precisa se dotar de aparência própria, embora, como sabemos, sempre coladas nas estruturas sociais. Por isso, Cuti (2010, p. 47), a partir de paradigmas bourdieusianos, sublinha que o fazer literário constitui um ato de distinção e poder: o poder de falar sobre si mesmo, sobre o mundo e, principalmente, sobre a existência no mundo. “É pelo poder da escrita que o sujeito pode abandonar sua posição de *outro* e representar a si mesmo enquanto indivíduo” (Cuti, 2010, p. 47). Em outros termos, falar e ser ouvido é um ato de poder. Por sua vez, escrever e ser lido também o é. E este é justamente o dilema crucial, ao nosso ver, que motiva a construção das visões do campo literário segundo *Vencidos e degenerados*.

A esta altura, procuraremos encerrar a nossa leitura do romance sublinhando o caráter combativo da escrita de Nascimento Moraes. O autor procura imprimir diferentes visões do campo literário, a partir da posição ocupada por diferentes partícipes dele.

De um lado, estão os “vencidos e degenerados”, vale dizer os negros, pobres, dotados de baixos capitais de ordem simbólica, econômica e, para o grupo rival, cultural. Tal grupo, dotado de menores capitais, numa estrutura social herdeira da escravidão, por certo, segundo a economia discursiva do livro, enfrentará dificuldades de infinitas ordens, a começar pelo sustento diário. Não de modo gratuito, são anunciados como os que “trabalham por necessidade”. Logo, ocupam a periferia do campo literário, uma vez que a mobilização de recursos, capitais, instituições e forças é limitada em relação ao segundo grupo. O “triunfo” deste grupo é contribuir, ainda que de modo provisório e razoavelmente limitado, para a alteração do estado de coisas do campo. Em termos de Pierre Bourdieu, atuam aqui os “recém-chegados”, ou seja, aqueles que querem fazer parte do campo ou migrar da periferia para a centralidade dele. Para isso, as posições dos participantes do campo precisam ser alteradas.

O grupo formado pelos que “trabalham por vaidade”, conforme estabelece a narrativa de Moraes, é formado por brancos descendentes de famílias herdeiras e beneficiárias da colonização e do escravismo. Ocupam posições de destaque na sociedade e na hierarquia econômica. A cor aqui estabelece uma espécie de linha divisória entre os ocupantes do campo literário. Isso porque este segundo grupo é dotado de capitais (econômico, social e cultural) e, por isso, consegue mobilizar atores, instituições e forças mais facilmente. Logo, ocupam a centralidade do campo literário, ou, se quisermos usar palavras de Pierre Bourdieu, são os “estabelecidos”. São os “campeões” de uma luta desigual e simbólica, aparentemente dotada de regras próprias, mas que, ao fim e ao cabo, reproduz as disputas da sociedade maranhense.

A reflexão do texto literário aqui analisado deixa um recado: a entrada e a permanência do autor negro no campo literário maranhense são assinaladas por percalços vários. Este argumento, adiantado por Nascimento Moraes, é retomado por Cuti. Logo, além do debate referente ao campo literário, Moraes estabelece uma visão suplementar na lógica de sua narrativa: a cor de pele é também capital de ordem simbólica, ao menos para a atuação no campo literário maranhense de fins do século XIX e início do XX.

Agradecimento

Agradecemos a FAPEMIG e ao CEFET-MG pelo apoio financeiro a este trabalho.

Referências

ARAÚJO, A. G. de. *Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889 - 1920)*.

2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J.. (Ed.) *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood, 1986, p. 15-29.

BOURDIEU, P.. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução: Trad. Sérgio Miceli. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRAS, H. X.. *Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

CRUZ, M. dos S. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016. p. 209-230. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-011>.

CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

JORNAL DOS ARTISTAS, São Luís, ano 4. N. 73. 1903, p. 1. Disponível em http://casas.cultura.ma.gov.br/porta1/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20160525165402.pdf, acesso 27 fev. 2023.

MÉRIAN, J.-Y.. Vencidos e degenerados: um documento sociológico. In: NASCIMENTO MORAES, J. do. *Vencidos e degenerados*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes, 2000.

MORAES, J. do. *Vencidos e degenerados*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes, 2000.

NASCIMENTO, D. do. Representações de intelectuais em Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 9, n. 14, 2012. p. 32-47.

PEREIRA, P. V.. *As relações de poder em uma cidade em ruínas: o lugar dos excluídos no romance Vencidos e degenerados*. 2018. 176f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RIBEIRO, M.J.; BARROS JR. F.A.; NAKABASHI, L.. Evolução dos retornos da escolaridade no Brasil. In: *Anais do 50º Encontro Nacional de Economia*, 2022, Fortaleza. 50º Encontro Nacional de Economia. Niterói: Anpec, 2022. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2022/submissao/files_1/i7-2c2550d594272ed85d56ff7027f8cfef.pdf>, acesso em 01 mar. 2023.

SANTOS, M. R.. Nascimento Moraes. In: DUARTE, E. de A.; FONZECA, M. N. S. (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 1, Precursores.

A descolonização curricular a partir do estudo da pós-abolição em Vencidos e degenerados: uma proposta pedagógica no 9º ano do ensino fundamental

Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa¹

Introdução

A Abolição da Escravatura, celebrada em 13 de maio de 1888, é um marco histórico frequentemente abordado no Ensino Fundamental. Contudo, o foco curricular costuma se encerrar no ato legal, negligenciando o dramático e violento pós-abolição. Esse período, marcado pela ausência de políticas de integração e pelo recrudescimento do preconceito, consolidou o racismo estrutural que define a sociedade brasileira até hoje.

O presente artigo se insere na urgência de reverter essa simplificação histórica e de promover a descolonização curricular, um imperativo legal e ético. Para tal, propõe-se o estudo do romance *Vencidos e Degenerados* (2000), do escritor negro Nascimento Moraes,

¹ Professora da rede Municipal de São José de Ribamar-Ma; no cargo professora Especialista em Educação Especial em Sala de Recursos. Mestranda do Programa Gestão do Ensino da Educação Básica PPGEED pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

no 9º ano do Ensino Fundamental. A obra, ambientada em São Luís do Maranhão, oferece uma perspectiva interna, crítica e detalhada sobre a exclusão social e a violência simbólica e física vivenciada pelos libertos nas primeiras décadas da República.

A estrutura do artigo está organizada em três capítulos centrais: o primeiro discute os fundamentos teóricos da descolonização curricular; o segundo apresenta a relevância de Nascimento Moraes e sua obra no contexto do pós-abolição; e o terceiro detalha a proposta pedagógica para o 9º ano. O objetivo é transformar o espaço da sala de aula em um laboratório de crítica decolonial, onde a literatura e a história se entrelaçam para construir uma consciência histórica mais justa e complexa.

Nesse sentido, este estudo articula literatura, história e pedagogia crítica para romper com narrativas homogêneas e embranquecidas que ainda predominam no ensino da história do Brasil.

Ao analisar uma obra escrita por um intelectual negro maranhense do início do século XX — frequentemente excluído dos compêndios literários — busca-se ampliar o repertório cultural dos estudantes e fomentar práticas educativas comprometidas com a equidade racial. Assim, reconhece-se que a escola tem um papel central na produção de sentidos sobre o passado e, portanto, na disputa por memórias e identidades.

Ao propor a inclusão de Vencidos e Degenerados no currículo do 9º ano, este artigo também dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), que convocam os educadores a promover uma revisão crítica das matrizes eurocêntricas e a incorporar narrativas negras que deem visibilidade à complexidade das experiências afro-brasileiras. Com

isso, pretende-se não apenas atender a uma exigência normativa, mas sobretudo contribuir para a formação de sujeitos capazes de reconhecer, problematizar e enfrentar desigualdades historicamente construídas.

Espera-se, portanto, que esta proposta investigativa e pedagógica possa colaborar para o avanço de práticas escolares de caráter antirracista e decolonial, ampliando o repertório crítico dos estudantes e fortalecendo a presença da literatura negra no Ensino Fundamental. Mais do que inserir um novo texto no currículo, trata-se de ressignificar o modo como ensinamos história e literatura, abrindo espaço para vozes e perspectivas que historicamente foram silenciadas.

A descolonização no currículo: Fundamentos e Implicações para o Ensino da História e Literatura

A descolonização curricular constitui um movimento epistemológico e político que busca romper com as hierarquias de saberes produzidas pela modernidade colonial e que ainda estruturam os sistemas educacionais latino-americanos.

Conforme argumenta Quijano (2005), a colonialidade não desapareceu com o fim formal do colonialismo, pois ela se mantém nas formas de classificação racial, nas estruturas de poder, na produção do conhecimento e nos modos de subjetivação que definem quem pode falar, quem pode ensinar e quais saberes são considerados legítimos. Assim, descolonizar o currículo implica reconhecer que a escola brasileira, historicamente, foi construída sobre fundamentos eurocêntricos que naturalizaram a marginalização dos conhecimentos produzidos por povos negros e indígenas.

A tarefa de descolonizar não se resume a inserir novos conteúdos, mas a promover uma reorientação epistemológica profunda, que questione os critérios de legitimação do conhecimento escolar. Nilma

Lino Gomes (2014) explica que a descolonização exige transformar “as bases orientadoras das escolhas curriculares”, de modo que a escola deixe de reproduzir o padrão racializado de humanidade imposto pela modernidade europeia. Trata-se, portanto, de um trabalho político, ético e pedagógico que amplia o horizonte de referências e rompe com narrativas hegemônicas.

Conforme Quijano (2005, p. 229):

A colonialidade do saber opera como uma lógica que inferioriza e desqualifica os conhecimentos produzidos fora do eixo Europa–Estados Unidos, mantendo o eurocentrismo como critério universal de verdade. Essa racionalidade, profundamente racializada, invade o currículo, define o que deve ser ensinado e produz silenciamentos que naturalizam desigualdades históricas.

No contexto brasileiro, a descolonização curricular está intrinsecamente vinculada ao enfrentamento do racismo estrutural e ao cumprimento da Lei nº 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa legislação não é apenas um dispositivo jurídico, mas uma política de reparação epistemológica, cujo objetivo é romper com séculos de apagamento das contribuições negras na formação do país. Como destaca Gomes (2014), a lei só produz transformação quando compreendida como “um convite à revisão crítica do currículo, do livro didático e das práticas de sala de aula”.

Além disso, a descolonização implica reconhecer que o currículo é sempre um campo de disputas, um território político. Autores como Catherine Walsh (2009) defendem que o currículo deve ser compreendido como espaço de resistência, diálogo intercultural e produção de sujeitos críticos. Ao integrar saberes africanos, afro-

brasileiros, indígenas e populares, a escola desloca o eixo da narrativa histórica e literária, permitindo que estudantes negros se reconheçam como protagonistas e não apenas como objetos da história.

A crítica ao currículo eurocêntrico também tem sido elaborada por estudiosos do ensino de História, como para Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2005), o silenciamento das experiências negras no pós-abolição resulta em uma percepção distorcida do processo histórico, reforçando a falsa ideia de igualdade racial e apagando as formas de resistência dos libertos. Assim, um currículo descolonizado deve assumir a complexidade do pós-1888, evidenciando que a abolição não significou inclusão, mas a continuidade de mecanismos de controle e exclusão racial.

A trajetória dos libertos e de seus descendentes após 1888 tem sido sistematicamente minimizada ou ignorada pelas narrativas tradicionais. O pós-abolição é um tempo de projetos, de conflitos e de profundas frustrações, revelando o abismo entre a promessa republicana e a experiência cotidiana da população negra (Mattos; Rios, 2005, p. 47).

O ensino literário, nesse cenário, desempenha papel fundamental. A literatura é uma forma privilegiada de narrar experiências históricas, afetos, dores e resistências que os registros oficiais frequentemente silenciam. Por isso, a descolonização curricular também passa pela ampliação do repertório literário escolar, incorporando produções de autores negros que problematizam o racismo, a desigualdade e os legados da escravidão. A “escrevivência” proposta por Conceição Evaristo (2017) rompe com o distanciamento da literatura canônica e dá centralidade às experiências vividas por mulheres e homens negros como fontes legítimas de conhecimento.

A escrevivência nasce da consciência de que as histórias de vida dos sujeitos negros — suas dores, memórias e trajetórias — são

fontes de saber e literatura. Escrever é um ato político que desloca o olhar colonial e anuncia novas possibilidades de leitura do mundo (Evaristo, 2017, p. 3).

Dessa forma, a descolonização curricular exige integrar História e Literatura de modo crítico, valorizando obras que apresentem perspectivas não hegemônicas, como *Vencidos e Degenerados* (2000), de José Nascimento Moraes. A inserção de textos literários produzidos por intelectuais negros no currículo do 9º ano contribui para a formação de uma consciência histórica mais ampla e crítica, permitindo que estudantes reconheçam a continuidade das desigualdades produzidas pela escravidão e pela ausência de políticas de reparação. Em síntese, descolonizar o currículo é compreender que: o conhecimento não é neutro, mas construído dentro de relações de poder; o eurocentrismo não é universal, mas uma perspectiva que se impôs pela força; o currículo tradicional silencia vozes negras, reforçando desigualdades; a Lei 10.639/03 é instrumento de disputa e transformação, não mera formalidade; a literatura negra é fonte legítima de conhecimento histórico e cultural, não apenas estética.

Descolonizar é, portanto, restituir humanidade, pluralidade e protagonismo a sujeitos historicamente negados, democratizando o currículo e aproximando a escola de sua função social: formar leitores críticos, capazes de compreender e transformar a realidade.

Colonialidade do Poder e o Currículo Eurocêntrico

A colonialidade do poder, conceito central desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), constitui um dos pilares teóricos mais importantes para compreender como o currículo escolar brasileiro foi historicamente estruturado. Segundo o autor, a modernidade produziu uma classificação racial da humanidade que colocou povos

europeus como superiores e povos colonizados — negros, indígenas e populações mestiças — como inferiores, justificando não apenas a dominação econômica, mas também epistemológica. Essa lógica não desapareceu; ao contrário, ela sobrevive como “colonialidade”, isto é, como uma forma persistente de organização das hierarquias sociais e do conhecimento.

A colonialidade do poder é mais duradoura e profunda que o colonialismo. Ela opera pela naturalização das classificações raciais e pela imposição de um padrão de poder que articula dominação econômica, controle das subjetividades e hierarquização dos saberes. Esse padrão sobrevive mesmo após o fim formal das administrações coloniais, moldando a cultura, o conhecimento e a educação (Quijano, 2005, p. 231).

No currículo escolar brasileiro, essa colonialidade se expressa na centralidade dos referenciais europeus como medida de universalidade, ao passo que saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas são relegados a uma condição de marginalidade ou exotização. Isso produz uma visão distorcida da história e das humanidades, na qual o estudante negro raramente se vê como protagonista ou produtor de conhecimento.

A pesquisadora Nilma Lino Gomes (2014) reforça que a escola brasileira, ao longo do século XX, cristalizou-se como um espaço de reprodução do eurocentrismo, apresentando a Europa como origem da civilização, da ciência e da cultura letrada. Ela argumenta que a descolonização curricular exige coragem epistemológica: é necessário abandonar a neutralidade aparente e reconhecer que os currículos são construções políticas e raciais.

Gomes (2014), a escola precisa romper com a lógica que situa o estudante negro como sujeito ausente, deslocado ou tutelado no processo educativo. Ao reproduzir conteúdo que exaltam a branquitude como universal, o currículo contribui para a perpetuação de violências simbólicas, internas e externas, que atravessam a trajetória escolar de milhões de jovens negros.

O currículo eurocêntrico também se sustenta no que Walter Mignolo (2008) chama de “diferença colonial”, isto é, o processo que transforma as cosmovisões não ocidentais em formas inferiores de conhecimento. Esse mecanismo opera silenciosamente: seleções de textos literários, escolhas bibliográficas, narrativas históricas e critérios de avaliação reforçam uma lógica de exclusão que privilegia apenas um tipo de racionalidade.

A diferença colonial não é apenas uma hierarquia de povos, mas uma hierarquia epistemológica. Ela define quais conhecimentos serão considerados ciência e quais serão vistos como folclore, mito ou tradição. O currículo escolar, ao se organizar em torno da racionalidade ocidental, reproduz essa hierarquia e silencia outras formas de saber (Mignolo, 2008, p. 24).

A literatura ensinada pelo currículo tradicional reflete essa colonialidade. A ênfase excessiva em autores europeus ou em escritores brasileiros que retratam a negritude a partir de perspectivas estereotipadas ou paternalistas contribui para consolidar a imagem de um país harmonioso, apagando conflitos e resistências. Estudos de Eduardo de Assis Duarte (2011) apontam que a ausência de autores negros nas escolas cria uma lacuna simbólica que impede os estudantes de vivenciar a pluralidade da literatura brasileira.

Esse processo de silenciamento não é acidental, mas estruturado. Como observa bell hooks (1994), o controle sobre o conhecimento é uma forma de controle sobre identidades, subjetividades e possibilidades futuras. A autora ressalta que, quando a escola nega a diversidade das vozes que compõem a sociedade brasileira, ela não apenas distorce o passado, mas limita o horizonte de cidadania possível para seus estudantes.

A descolonização do currículo, nesse sentido, implica uma reorientação radical, que não se limita à adição de novos conteúdos,

mas visa transformar as bases epistemológicas que sustentam o modelo tradicional. Essa reorientação envolve: questionar a supremacia dos cânones literários e históricos europeus; fortalecer epistemologias negras e indígenas; valorizar autores que denunciam a colonialidade, como Nascimento Moraes; problematizar a narrativa do Brasil harmônico, miscigenado e sem conflitos raciais; construir práticas pedagógicas críticas e politicamente situadas.

Um currículo descolonizado é aquele que reconhece a pluralidade das experiências humanas e reposiciona sujeitos historicamente marginalizados no centro da produção do conhecimento. Ele rompe com o mito da “neutralidade” escolar e assume que o conhecimento é sempre situado, histórico e marcado por relações de poder.

Por isso, incluir Vencidos e Degenerados no currículo do 9º ano não é apenas uma escolha literária: é um ato político de ruptura com a colonialidade. Ao trazer a voz crítica e negra de Nascimento Moraes, a escola confronta a narrativa de um pós-abolição pacificado e expõe as estruturas de violência que moldaram e ainda moldam a sociedade brasileira.

Literatura Negra como Contranarrativa

A literatura negra constitui um dos pilares mais consistentes da descolonização curricular, pois rompe com a lógica eurocêntrica que historicamente definiu o cânone literário brasileiro. Enquanto a tradição escolar seleciona obras que reforçam a perspectiva das elites brancas ou romantizam a escravidão, a literatura produzida por autores negros apresenta uma leitura contra hegemônica da realidade, denunciando violências, desigualdades e silenciamentos. Essa literatura não apenas narra experiências, mas desestabiliza as estruturas narrativas coloniais e propõe a emergência de novos sujeitos.

Conceição Evaristo (2017) denomina esse fenômeno de “escrevivência”, entendendo-o como a escrita que nasce das experiências vividas pelas populações negras, marcadas pela exclusão, pela resistência e pela ancestralidade. Segundo ela, escrever a partir das próprias vivências é um ato político, estético e pedagógico, capaz de rasurar o discurso oficial que historicamente nomeou e frequentemente desumanizou os corpos negros.

A escrevivência não se propõe a repetir a história contada pelas vozes dominantes. Ela quer deslocar, perturbar, invadir o espaço do cânone para anunciar que as vidas negras — suas dores, memórias e vitórias — sempre existiram, mesmo quando o discurso oficial insistiu em silenciá-las (Evaristo, 2017, p. 4).

Essa concepção fundamenta a ideia de literatura negra como contra narrativa: um movimento que não apenas contesta a versão hegemônica dos fatos, mas afirma epistemologias e sensibilidades que foram historicamente negadas. Tal contra narrativa é essencial para os estudantes do 9º ano, pois oferece uma leitura crítica do Brasil que ultrapassa o mito da democracia racial.

Silvio Almeida (2019), ao teorizar sobre racismo estrutural, explica que a narrativa hegemônica brasileira produz uma falsa sensação de harmonia, escondendo as estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Ao parafraseá-lo, podemos afirmar que a literatura negra desvela justamente aquilo que o discurso dominante oculta: a profundidade histórica da violência racial e a resistência dos sujeitos negros frente a um Estado que nunca os reconheceu plenamente como cidadãos.

Nesse sentido, *Vencidos e Degenerados* (2000), de Nascimento Moraes, é um dos mais sólidos exemplos de literatura negra do início do século XX, ainda que historicamente negligenciado pela crítica. A

obra articula narrativa ficcional e crítica social com rara contundência, denunciando a hipocrisia da Primeira República e evidenciando a condição de abandono dos libertos após o 13 de maio de 1888.

Nascimento Moraes escreve em um período anterior à formulação explícita das teorias decoloniais, mas seu romance opera como um gesto de ruptura epistemológica. Ele não apenas retrata personagens negros e mestiços como sujeitos complexos, mas evidencia as estratégias de violência simbólica e material impostas pela elite maranhense, que defendia um ideal de civilidade racialmente excludente.

A crítica literária contemporânea tem reconhecido esse caráter contranarrativo. Duarte (2011), ao analisar a literatura afro-brasileira, afirma que autores negros têm como marca estrutural a desmontagem da ideologia da branquitude, utilizando a literatura como espaço de insurgência. Parafraseando o autor, obras como a de Moraes não apenas descrevem a exclusão: elas desestabilizam a narrativa oficial ao revelar as estruturas de poder que sustentam o racismo.

A literatura afro-brasileira, ao inscrever sujeitos negros como protagonistas de suas histórias e ao desmascarar a lógica branca e elitista que governa a vida social, apresenta-se como um dos mais potentes instrumentos de crítica às estruturas de dominação que atravessam o país (Duarte, 2011, p. 22).

A literatura negra também dialoga com as concepções de Frantz Fanon, que aponta para os efeitos psicológicos e existenciais da colonialidade no corpo negro. Fanon (2021) argumenta que a violência colonial não é apenas física: ela é epistemológica e simbólica, moldando subjetividades. A obra de Nascimento Moraes ilustra, com precisão literária, essa violência, ao mostrar personagens como Zé Catraia condenado à marginalização não apenas pela pobreza, mas pelo estigma racial que permeia sua trajetória.

A contranarrativa presente em *Vencidos e Degenerados* permitirá que o estudante compreenda que o pós-abolição não foi um período de liberdade, mas de reorganização da violência em moldes republicanos. Isso rompe com o discurso escolar tradicional, que muitas vezes encerra a história do negro brasileiro na Lei Áurea, como se a liberdade formal tivesse significado inclusão social.

Inserir a literatura negra no currículo e, especificamente, a obra de Nascimento Moraes significa assumir que o conhecimento escolar deve refletir a diversidade e a complexidade do país. Mais do que representar a presença negra, trata-se de reconhecer sua produção intelectual, frequentemente apagada pelos manuais escolares.

A descolonização curricular exige o reconhecimento da literatura produzida por sujeitos negros como parte fundante da cultura brasileira. Sua marginalização não é fruto do acaso, mas de uma escolha política que privilegiou narrativas eurocentradas em detrimento da pluralidade de vozes que compõem o país (Gomes, 2014, p. 1010).

Assim, a literatura negra como contranarrativa cumpre no currículo duas funções essenciais: epistemológica que amplia o repertório intelectual dos estudantes, apresentando formas de pensar o Brasil que não estão presentes no discurso oficial; política e pedagógica que promove a construção de identidades afirmativas, sobretudo para estudantes negros, e tensiona as estruturas de racismo presentes na escola.

Em suma, a inserção de *Vencidos e Degenerados* como obra de estudo no 9º ano constitui uma ação concreta de descolonização curricular, pois rompe com o paradigma eurocêntrico e coloca no centro a voz crítica de um autor negro que testemunhou e denunciou os efeitos do pós-abolição. A contranarrativa literária, ao desestabilizar

o silenciamento histórico, torna-se ferramenta pedagógica para formar estudantes mais críticos, conscientes e capazes de interpretar o Brasil real, e não apenas o Brasil idealizado pelo discurso dominante.

Vencidos e Degenerados (2000): A Voz de Nascimento Moraes sobre o Pós-Abolição Maranhense

Para cumprir o papel de contranarrativa no currículo, o estudo da obra *Vencidos e Degenerados* deve ser precedido pelo conhecimento da trajetória de seu autor e do contexto histórico de produção. José do Nascimento Moraes (1882–1958) foi um dos mais importantes e, paradoxalmente, mais silenciados intelectuais negros do Maranhão no século XX. Escritor, jornalista, professor e crítico literário, Nascimento Moraes produziu obras que confrontavam a elite política e intelectual da Primeira República e denunciavam, de forma incisiva, a permanência dos mecanismos de exclusão racial que atravessavam a sociedade maranhense.

Sua atuação intelectual, entretanto, não foi reconhecida com o devido mérito. Pesquisadores apontam que Nascimento Moraes foi vítima de um processo estrutural de apagamento, típico do que Abdias Nascimento (1978) denomina de “epistemicídio da intelectualidade negra”. Esse processo consiste na desvalorização sistemática, no silenciamento e na rejeição das produções de intelectuais negros, mesmo quando suas obras apresentam rigor, qualidade estética e relevância crítica. No caso de Nascimento Moraes, isso se manifestou tanto na circulação limitada de seus textos quanto na escassa recepção crítica durante décadas.

A intelectualidade negra raramente encontra acolhimento nas instituições culturais. Sua palavra é ouvida com desconfiança,

frequentemente ignorada, quase sempre tratada como secundária. O mecanismo de apagamento não é casual: ele resulta de uma estrutura que nega ao negro a posição de produtor legítimo de conhecimento (Nascimento, 1978, p. 31).

Essa observação encaixa-se precisamente no destino histórico de Nascimento Moraes e ajuda a compreender por que Vencidos e Degenerados permaneceu à margem do cânone literário brasileiro por tanto tempo, apesar de sua extraordinária força analítica.

A produção literária de Moraes surgiu em um contexto de profundas transformações políticas e sociais no Maranhão pós-abolição. A cidade de São Luís vivia, nas primeiras décadas do século XX, um processo de modernização desigual: enquanto elites urbanas buscavam alinhar-se aos símbolos da “civilização” europeia, crescia também a marginalização das populações negras, empurradas para a pobreza extrema e sujeitas a constantes práticas de controle social. Esse paradoxo — modernização conservadora e exclusão racial — aparece como força estruturante em Vencidos e Degenerados.

Os estudos do pós-abolição no Brasil, especialmente os de Flávio Gomes (2015) e Sidney Chalhoub (2012), demonstram que a liberdade jurídica não foi acompanhada de políticas de integração, o que resultou na reafirmação das desigualdades raciais sob novas roupagens. Chalhoub (2012), a República reorganizou a velha ordem escravista em novas práticas de dominação, criminalização e vigilância. São essas dinâmicas que Moraes transforma em literatura.

Em uma passagem emblemática, Nascimento Moraes descreve a violência simbólica e material a que eram submetidos homens e mulheres negros, revelando que a República apenas deslocou o eixo das opressões, sem transformá-las:

Não se tratava de ignorância, nem de perversidade, como diziam os jornais. Aqueles homens eram vítimas de uma lei mais antiga que

o próprio Estado, uma lei invisível que os condenava antes mesmo de nascerem. O estigma lhes acompanhava como sombra, e cada porta que se fechava lhes lembrava que a liberdade prometida nunca chegara para eles (Moraes, 2000, p. 67).

O autor constrói, assim, uma interpretação literária profundamente crítica, que antecipa debates que, muitas décadas depois, seriam discutidos no âmbito das ciências sociais sob o conceito de racismo estrutural. É possível, inclusive, relacionar a visão de Nascimento Moraes com as formulações de Silvio Almeida (2019), que afirma que a desigualdade racial brasileira é produto de um sistema que se organiza historicamente para produzir e reproduzir hierarquias. Almeida (2019), o racismo não é um episódio, mas um modo de funcionamento da sociedade exatamente o que o romance expõe.

Além disso, Nascimento Moraes denuncia o discurso higienista e degeneracionista que marcava o pensamento intelectual da época, influenciado por teorias raciais europeias que buscavam justificar a inferiorização da população negra. Esse pensamento aparece claramente desmontado em *Vencidos e Degenerados*, que confronta tais discursos ao mostrar a humanidade, a complexidade e a agência dos sujeitos negros, frequentemente reduzidos a estereótipos pela literatura dominante.

O caráter contracorrente de Nascimento de Moraes faz dele um precursor das teorias críticas da racialidade. A crítica ao cientificismo racial e ao moralismo elitista antecipa debates que, posteriormente, seriam aprofundados por autores como Guerreiro Ramos (1957), Lélia Gonzalez (1988) e Achille Mbembe (2018). Este último, ao analisar a violência histórica contra populações negras, afirma que “Toda estrutura de poder que se julga civilizatória funda-se em um exercício de morte, seja física ou simbólica, contra aqueles que considera descartáveis. Essa violência é racionalizada, naturalizada e incorporada ao cotidiano social.” (Mbembe, 2018, p. 92). Essa concepção dialoga diretamente com

o universo criado por Nascimento Moraes, em que os personagens negros experimentam uma existência marcada pela precariedade, não como condição natural, mas como imposição social.

Nesse sentido, o romance transforma-se em documento privilegiado para compreender a formação da sociedade brasileira e suas permanências históricas. Para o currículo escolar, isso significa possibilidade de trazer para o centro do debate um texto literário que rompe com os padrões hegemônicos e oferece aos estudantes uma perspectiva crítica da história, articulando literatura e sociedade em uma abordagem decolonial.

A obra também revela, com vigor, a potência intelectual de um escritor negro que enfrentou injustiças e apagamentos, mas deixou um legado fundamental. Resgatar Nascimento Moraes e sua obra é, portanto, um gesto político, pedagógico e epistemológico: significa contrariar séculos de silenciamento e reconhecer, finalmente, o valor de uma produção que diz muito sobre quem fomos, quem somos e o que ainda precisamos transformar.

O autor e o contexto: Maranhão Pós – 1888

Nascimento Moraes insere-se no circuito intelectual maranhense de início do século XX como um polígrafo, jornalista, crítico, cronista, romancista que atuava à margem dos círculos hegemônicos da elite letrada. Sua condição de homem negro em uma sociedade profundamente racializada determinou não apenas o olhar crítico que dirigiu à São Luís da Primeira República, mas também a recepção desigual de sua obra, frequentemente silenciada ou desqualificada pelos discursos dominantes. Nascimento Moraes foi testemunha ocular de uma cidade que proclamava modernidade e progresso, ao mesmo tempo em que produzia modos cada vez mais sofisticados de excluir sua população negra, mestiça e pobre.

O Maranhão pós-1888 estava marcado por um paradoxo estrutural: embora a escravidão tivesse sido legalmente extinta, suas lógicas sociais, econômicas e raciais permaneceram intactas. As elites locais assumiram o discurso republicano de “civilização”, mas, como demonstra a historiografia recente, esse discurso convivia com práticas coloniais de segregação espacial, criminalização da pobreza e hierarquização racial. O autor Flávio Gomes (2015), o pós-abolição no Brasil não significou ruptura, mas reconfiguração: antigos mecanismos de dominação foram reelaborados para se adequar ao novo regime político, preservando intacta a desigualdade racial.

É justamente esse cenário que atravessa a obra e a militância intelectual de Nascimento Moraes. Circulando entre redações de jornais, clubes literários periféricos e espaços de sociabilidade popular, o escritor pôde observar de perto o que a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2021) denomina de “inacabamento da liberdade”, isto é, a profunda lacuna entre o ato jurídico da abolição e a realidade concreta enfrentada pela população negra.

O romance *Vencidos e Degenerados* nasce desse chão histórico. Publicado em 1910¹, ele funciona como uma crônica sociológica da São Luís pós-abolição, denunciando o contraste violento entre o discurso republicano de igualdade e a sobrevivência de práticas escravistas no cotidiano social. A obra expõe, de maneira contundente, o abismo existente entre a promessa e a experiência da liberdade.

A cidade que se dizia moderna não passava de um teatro mal iluminado, no qual a mesma peça se repetia desde os tempos da escravidão. Mudaram-se os discursos, mas não se alteraram as mãos

1 De acordo com os estudos de Cruz (2017, p. 5), o primeiro livro que Nascimento Moraes “escreveu foi o romance *Vencidos e Degenerados*, o qual, apesar de todas as referências recentes indicarem ter sido publicado em 1915, foi uma obra entregue em 1909 na tipografia de Ramos de Almeida (*Diário do Maranhão*, 17 de dezembro, 1909, p.1), sendo publicado no ano seguinte, conforme anúncio do *Correio da Tarde*, de 30 de junho, 1910”.

que puxavam os fios. E os que ontem eram cativos continuavam, agora, a vagar pelas ruas como sombras de uma liberdade que nunca lhes pertenceu (Moraes, 2000, p. 44).

Essa crítica revela que Nascimento Moraes compreendia com acuidade o caráter estrutural da desigualdade racial. Antes mesmo de tais categorias serem formuladas pelas ciências sociais contemporâneas, ele já denunciava, por meio da literatura, o funcionamento de um sistema que empurrava a população negra para a marginalidade e, simultaneamente, a culpabilizava por sua própria exclusão.

A São Luís do início do século XX vivia uma modernização seletiva. Obras urbanísticas, reformas de avenidas e embelezamento arquitetônico conviviam com o abandono material das áreas populares, com o desemprego crescente e com a intensificação do discurso higienista. Inspiradas nas correntes eugenistas europeias, as elites maranhenses propagavam ideias de degeneração racial que atribuíam aos negros e mestiços a responsabilidade pelas “mazelas sociais” da cidade. Como demonstram Schwarcz (1993) e Skidmore (1976), tais discursos eram amplamente difundidos na Primeira República e influenciavam diretamente as políticas públicas e o imaginário social.

Nascimento Moraes desmonta essa ideologia em seu romance, revelando o caráter profundamente injusto e perverso das teorias degeneracionistas. Uma passagem emblemática expõe a crítica do autor à pseudociência racial que dominava o debate intelectual da época:

Falavam de degeneração como se fosse destino, como se a miséria que assolava os becos fosse obra da natureza e não das mãos que governavam a cidade. Os sábios escreviam tratados, mas nunca haviam pisado na lama das ruas ou ouvido o choro das mães que enterravam seus filhos sob o peso da fome. A ciência que proclamavam era apenas outro nome para a velha injustiça (Moraes, 2000, p. 72).

Além da denúncia social, Nascimento Moraes também ilumina aspectos culturais da vida negra maranhense, registrando práticas, linguagens e sociabilidades que a elite buscava apagar. Seu olhar etnográfico antecipa em muito a perspectiva que, décadas depois, seria valorizada pelos estudos de cultura popular e pelos movimentos de afirmação da identidade negra.

Do ponto de vista curricular, compreender o contexto de produção do romance significa revelar aos estudantes o funcionamento histórico da racialização no Brasil. Mais ainda: ajuda-os a reconhecer como escritores negros foram, ao mesmo tempo, agentes de crítica social e vítimas de apagamento institucional. O silenciamento de Nascimento Moraes não é um acidente biográfico, mas parte de um processo amplo de deslegitimação da intelectualidade negra, conforme aponta Sueli Carneiro (2005) ao analisar o “racismo epistêmico”.

A autora aponta que o racismo epistêmico é o conjunto de práticas acadêmicas, culturais e institucionais que negam ao negro o estatuto de produtor legítimo de conhecimento, relegando sua obra ao campo do “regional”, do “menor” ou do “marginal”. É exatamente esse processo que a escola pode combater ao incluir Moraes no currículo, rompendo com o cânone monocromático e reconhecendo a potência da literatura negra como fonte crítica.

Nesse sentido, inserir *Vencidos e Degenerados* no 9º ano não é apenas uma escolha literária, mas um ato político e pedagógico que devolve ao romance o lugar que lhe foi negado, e oferece aos estudantes uma lente ampliada para compreender o passado e o presente do Brasil.

A Persistência da Violência e a Dialética do Feitor

No romance *Vencidos e Degenerados*, Nascimento Moraes expõe com contundência a permanência das estruturas de violência que

atravessaram o pós-abolição maranhense, evidenciando que a abolição de 1888 não produziu, de fato, um rompimento com o regime escravista. Os personagens José Maria Maranhense e, sobretudo, Zé Catraia, funcionam como arquétipos desse processo de continuidade. Catraia, que deveria ser sujeito da liberdade recém-conquistada, converte-se em um corpo social descartável, marcado pelo alcoolismo, pela miséria e pela estigmatização. Essa trajetória não é individual, mas a representação literária de uma experiência coletiva vivida por milhares de negros e mestiços após o fim formal da escravidão.

A violência que atravessa a narrativa manifesta-se em três dimensões fundamentais: a violência direta: agressões, humilhações, (repressão policial), a violência cultural (os discursos de inferiorização racial) e a violência estrutural (as desigualdades historicamente produzidas). Nessa perspectiva, Nascimento Moraes antecipa, por meio da literatura, o arcabouço teórico que Johan Galtung (1990) sistematizaria décadas mais tarde ao definir a violência estrutural como “um tipo de violência que se exerce de forma invisível, naturalizada e institucionalizada, impedindo que grupos dominados alcancem seu pleno desenvolvimento”. Além disso, Galtung (1990) discorre que a violência estrutural não se vê, mas se sente, pois reside no funcionamento desigual das instituições, no acesso assimétrico aos direitos e nas oportunidades negadas.

O romance de Nascimento Moraes evidencia esse fenômeno com força dramática. O autor narra, por exemplo, a degradação lenta e inevitável de Zé Catraia, não como resultado de uma suposta inferioridade racial como sugeriam as teorias eugenistas da época, mas como consequência direta da exclusão sistemática a que os libertos foram submetidos. A obra desmonta, assim, o discurso da degeneração, revelando-o como instrumento de dominação. Em um dos trechos mais expressivos, Nascimento Moraes descreve:

Catraia vagava pelas ruas como se carregasse nas costas o peso de um mundo que nunca o reconheceria. Não era a bebida que o destruíra, mas a cidade que lhe negara tudo: o direito ao trabalho, à dignidade, à simples condição de ser homem. E nas esquinas, onde o olhar dos senhores ainda vigiava, repetia-se o gesto antigo do feitor, agora sem o chicote, mas com a mesma crueldade (Moraes, 2000, p. 89).

Essa passagem é particularmente importante porque sintetiza dois elementos centrais da narrativa: a persistência do poder disciplinador sobre os corpos negros e a permanência simbólica do “feitor”. A figura do feitor, que no regime escravista era responsável por vigiar, punir e controlar os cativos, reaparece metaforicamente no romance como um operador social da ordem racializada da República. Ele já não empunha o chicote, mas se manifesta nas instituições, no policiamento ostensivo, no olhar que controla, suspeita, humilha e exclui.

Trata-se daquilo que aqui chamamos de dialética do feitor: um processo histórico pelo qual a violência escravista se atualiza em novas formas de coerção social no pós-abolição. O conceito dialoga diretamente com as reflexões de Marilena Chauí (2000), para quem a sociedade brasileira mantém, sob a aparência democrática, um “núcleo autoritário” originado nas relações de dominação colonial e escravista. Parafraseando a autora, a violência no Brasil não é um acidente, mas uma prática estruturante que organiza a vida social, distribuindo privilégios e subalternidades. A literatura de Nascimento Moraes confirma essa análise ao mostrar que as hierarquias raciais foram um dos pilares desse autoritarismo cotidiano.

Nessa mesma direção, a crítica social presente no romance ecoa, de modo surpreendente, as reflexões de Frantz Fanon sobre a violência colonial. Ao analisar os efeitos psicológicos e materiais da colonização, Fanon (1961) mostra que a violência não desaparece com a independência formal: ela se preserva porque está inscrita nas relações sociais, nos estigmas raciais e nos mecanismos de desumanização. A leitura de

Vencidos e Degenerados à luz dessa perspectiva revela que o romance pode ser compreendido como uma denúncia das “sobrevivências coloniais” que estruturam o pós-abolição brasileiro. Sobre esse ponto, um dos trechos mais emblemáticos do livro afirma:

A República prometera liberdade, mas seus passos eram guiados pelos mesmos donos de ontem. Os negros, que se acreditaram cidadãos, descobriram cedo que apenas mudara o nome da corrente. A cor continuava a decidir destinos; a pobreza continuava a ser crime; e os que ousavam reivindicar direitos eram postos em seus lugares pela força silenciosa de um país que nunca se libertara de si mesmo (Moraes, 2000, p. 103).

Essa crítica radical à promessa não cumprida da República confirma que Nascimento Moraes compreendia profundamente o que a historiografia contemporânea denomina não-reparação. Como afirmam Mattos e Rios (2005), a abolição ocorreu sem políticas de integração, sem distribuição de terras, sem acesso à educação e sem reparação pelo trabalho escravo. Elementos que condicionaram a inserção da população negra em um ciclo de marginalização, o romance traduz, literariamente, esse processo histórico.

Do ponto de vista pedagógico, analisar essas camadas de violência no 9º ano permitirá que os estudantes desenvolvam uma compreensão ampliada do pós-abolição e do racismo estrutural. A literatura, enquanto forma de conhecimento sensível e crítico, oferece aquilo que muitas vezes a historiografia tradicional não explora com a mesma intensidade: a experiência vivida da exclusão. Ao trabalhar com a dialética do feitor, o professor pode destacar como certas práticas de vigilância, criminalização e desigualdade persistem até hoje, promovendo uma leitura articulada entre passado e presente.

Assim, *Vencidos e degenerados* é mais do que um romance. É uma peça-chave para compreender como as formas de opressão racial se transformaram, mas não desapareceram, na transição do século XIX para o XX. E, por isso, constitui-se como um documento literário indispensável para uma educação descolonizadora e antirracista.

O 9º ano do Ensino Fundamental e a descolonização curricular: caminhos para uma proposta pedagógica

A abordagem da temática racial no 9º ano do Ensino Fundamental exige uma articulação entre os marcos legais, a complexidade histórica do pós-abolição e o compromisso ético-político de promover uma educação antirracista, tal como previsto na LDB (1996) e nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Nesse contexto, a literatura torna-se um recurso privilegiado porque produz deslocamentos epistêmicos: ela rompe o silêncio curricular, amplia narrativas, humaniza sujeitos historicamente desumanizados e insere na escola perspectivas que o currículo eurocentrado sistematicamente nega.

Inserir o romance *Vencidos e Degenerados* (2000), de Nascimento Moraes, nesse processo é mais do que uma escolha de conteúdo, é uma decisão metodológica que opera em favor da descolonização do olhar. Isso ocorre porque Nascimento Moraes é um autor negro, maranhense, que escreveu desde o lugar social dos descendentes de escravizados e dos sujeitos racializados da Primeira República. Sua obra se apresenta como documento literário-histórico, denunciando a marginalização, o racismo científico e o processo de exclusão que atingiu os libertos após 1888. Assim, ao ser trabalhada na escola, ela restitui voz a uma intelectualidade negra que foi apagada dos compêndios literários tradicionais, contribuindo tanto para a reconstrução da memória histórica quanto para a reparação simbólica das ausências no currículo.

Para estudantes do 9º ano, que já possuem maturidade cognitiva para lidar com temas sociais, históricos e identitários mais complexos, o contato com a obra representa uma oportunidade de compreender que a abolição não encerrou o racismo, e que os discursos de “degeneração”, “inferioridade racial” e “incapacidade moral” não foram apenas discursos isolados, mas estruturadores do projeto de República. Como argumenta Lília Schwarcz (1993) a Primeira República foi o período de consolidação do “racismo científico” como ideologia de Estado, e é exatamente essa atmosfera que permeia o romance de Nascimento Moraes. Dessa forma, trabalhar o romance em sala oferece uma porta de entrada para que os estudantes percebam como tais discursos ecoam ainda hoje nos estereótipos, nas desigualdades e nas hierarquias raciais brasileiras.

No plano pedagógico, o estudo da obra possibilita diálogos com diversas habilidades da BNCC, especialmente aquelas que envolvem análise crítica, leitura literária, argumentação e compreensão histórica. Mais que isso, favorece a construção de competências socioemocionais como empatia, responsabilidade ética e percepção da diversidade fundamentais para a formação de cidadãos críticos.

Além disso, inserir um autor negro no centro da proposta pedagógica rompe a lógica de excepcionalidade, pela qual escritores negros aparecem apenas de forma pontual ou folclorizada no currículo. Aqui, ao contrário, Nascimento Moraes é assumido como referência, como intelectual, como produtor de conhecimento, como voz autorizada para narrar a experiência negra no Brasil do pós-abolição. Isso contribui diretamente para a descolonização curricular, pois descentra o cânone, amplia paradigmas interpretativos e legitima epistemologias negras.

A partir dessas considerações, o subcapítulo seguinte detalhará os fundamentos pedagógicos e metodológicos que orientam a construção dessa proposta, articulando princípios da educação antirracista a práticas concretas de sala de aula, com ênfase no potencial da literatura

e, particularmente, da obra de Nascimento Moraes como ferramenta de reeducação das relações étnico-raciais e de construção de consciência histórica crítica.

Fundamentos Pedagógicos da Proposta: Educação Antirracista, Literatura e Consciência Histórica

A construção de uma proposta pedagógica que articula o romance *Vencidos e Degenerados*, de Nascimento Moraes, ao ensino da pós-abolição no 9º ano exige um conjunto sólido de fundamentos teóricos e metodológicos. Esses fundamentos são guiados por três eixos principais: A educação antirracista como orientação política e ética; A literatura como prática de descolonização curricular; e a Formação da consciência histórica como finalidade formativa do ensino de História e Literatura.

A seguir, foi desenvolvido eixos com base em autores referenciais, sem perder de vista que Nascimento Moraes que é o centro epistemológico desta proposta.

A educação antirracista como fundamento político e ético

A educação antirracista, como formula Nilma Lino Gomes (2014), implica “interrogar o currículo, problematizar a história oficial, desestabilizar narrativas hegemônicas e legitimar saberes produzidos pelos sujeitos negros”. Trata-se, portanto, não de inserir conteúdos isolados sobre cultura afro-brasileira, mas de transformar o modo como a escola compreende o conhecimento, a história e a própria função social da educação.

A proposta pedagógica fundamenta-se em três premissas centrais da educação antirracista: a priori, o racismo é estruturante e não episódico

(Almeida, 2019), logo, deve ser enfrentado como um sistema histórico e político que se manifesta na escola, na economia, na linguagem e nas oportunidades sociais. Em seguida, a escola é um espaço estratégico de disputa de narrativas (Munanga, 2004), portanto, precisa romper com silenciamentos e com a reprodução de epistemologias coloniais. E, por fim o currículo é um campo de poder (Apple 2006, Gomes 2014), e sua descolonização exige a presença de autores negros como produtores legítimos de conhecimento.

É nesse sentido que a escolha de Nascimento Moraes deixa de ser somente literária e passa a ser política: ao trabalhar um escritor negro da Primeira República apagado dos manuais escolares a proposta curricular desafia a estrutura racista que definiu quem poderia ou não ser considerado “intelectual” no Brasil.

A literatura como prática de descolonização

A literatura possui um potencial que ultrapassa o plano estético: ela é uma lente para ler o mundo. Fanon (2021) afirma que “as palavras carregam mundos”, e Ana Maria Gonçalves, (2012) Sueli Carneiro, (2005) e Conceição Evaristo (2017) reforçam que a narrativa é também lugar de disputa e de re-existência.

A descolonização curricular se concretiza no uso da literatura quando: rompe-se com o cânone branco-europeu como único padrão de legitimidade; incluem-se autores negros, indígenas e periféricos como produtores de conhecimento; problematizam-se discursos de poder presentes nos textos; relaciona-se literatura e experiência histórica, criando uma formação crítica da leitura.

No caso de Vencidos e Degenerados, há um ganho pedagógico significativo: Nascimento Moraes narra a experiência negra a partir de dentro, denunciando a exclusão, o racismo científico e a violência simbólica que marcaram o pós-abolição. Essa perspectiva interna é

exatamente o que Frantz Fanon, (2017) defende como condição para desalienar o olhar colonizado. Ao ouvir o “grito” dos vencidos, expressão que ecoa os “escrevivências” de Conceição Evaristo, (2017) os estudantes confrontam versões alternativas da história, antes silenciadas.

Trabalhar um romance negro de 1915 não é apenas estudar um texto literário; é ressignificar a memória histórica e questionar a construção eurocentrada do currículo.

Assim, a literatura funciona aqui como: ferramenta de revelação histórica, ao mostrar o cotidiano dos libertos; instrumento de agência epistemológica, ao valorizar intelectuais negros; espelho crítico, que desafia narrativas hegemônicas sobre a abolição; porta de entrada para debates raciais, com sensibilidade estética e política.

A formação da consciência histórica no 9º ano

A consciência histórica, segundo Jörn Rüsen (2001), é a capacidade de articular passado, presente e futuro de modo crítico, reflexivo e ético. No 9º ano, momento de transição para a adolescência e de consolidação de sentidos de identidade, essa formação torna-se ainda mais relevante.

A proposta pedagógica parte do pressuposto de que a leitura de Vencidos e Degenerados contribui diretamente para o desenvolvimento da consciência histórica porque: evidencia a continuidade entre passado escravocrata e racismo contemporâneo; expõe contradições da República Velha, desmontando o mito da “abolição redentora”; permitindo que estudantes reconheçam sujeitos negros como protagonistas históricos, e não como figurantes da narrativa nacional; leva à compreensão do racismo como fenômeno histórico e político, não natural ou biológico; favorece a empatia histórica, isto é, a capacidade de se colocar no lugar de sujeitos historicamente oprimidos.

O romance de Nascimento Moraes funciona, portanto, como um “documento ficcional” que ativa o que Rüsen chama de orientação ética da história. Ao mesmo tempo, promove o que Paulo Freire (1996) denomina “consciência crítica”, indispensável para que os estudantes compreendam que a desigualdade racial não é acidental, mas resultado de um projeto social.

Em síntese os fundamentos da proposta pedagógica que se articula neste capítulo baseia-se na ideia de que não há descolonização curricular sem a inclusão sistemática de intelectuais negros, e que a literatura é um dispositivo potente para essa inclusão, porque combina estética, memória e crítica histórica. Nascimento Moraes, ao narrar a experiência negra da Primeira República, oferece não somente conteúdo, mas um novo modo de ler, ver e interpretar o Brasil.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo central demonstrar que a descolonização curricular no 9º ano do Ensino Fundamental exige mais do que a ampliação temática do currículo: requer uma ruptura epistemológica com as narrativas eurocentradas que historicamente estruturaram o ensino de História e Literatura no Brasil. A partir da análise do romance *Vencidos e Degenerados* (1915), de José do Nascimento Moraes, foi possível evidenciar que o pós-abolição constitui um campo privilegiado para a compreensão das permanências do racismo estrutural e da não efetivação da cidadania negra no período republicano.

Ao longo do percurso teórico desenvolvido nos capítulos iniciais, o artigo demonstrou que a descolonização curricular, conforme formulada por autores como Aníbal Quijano, Nilma Lino Gomes, Catherine Walsh e Walter D. Mignolo, implica o enfrentamento da colonialidade do saber,

do poder e do ser, ainda profundamente enraizadas nas práticas escolares. O currículo, entendido como território de disputas, revela-se um espaço estratégico para a contestação das hierarquias raciais e epistemológicas que naturalizam o silenciamento de intelectuais negros e a marginalização de suas produções culturais.

Nesse sentido, o diálogo entre História e Literatura mostrou-se fundamental. A literatura negra, compreendida como contranarrativa, revelou-se um instrumento potente de crítica histórica e de formação ética. As reflexões de Conceição Evaristo, Eduardo de Assis Duarte, Frantz Fanon e bell hooks sustentaram a compreensão de que a escrita produzida por sujeitos negros não apenas representa experiências silenciadas, mas constitui um saber legítimo, capaz de tensionar o cânone e de reorientar o olhar dos estudantes sobre o passado e o presente.

A análise da obra *Vencidos e Degenerados* evidenciou o caráter pioneiro e profundamente crítico da produção intelectual de Nascimento Moraes. O romance revelou, com densidade literária e rigor social, a permanência das estruturas de dominação racial no Maranhão pós-1888, desmontando o mito da abolição redentora e expondo a violência simbólica, cultural e estrutural que atravessou a experiência dos libertos. A noção de “dialética do feitor”, desenvolvida a partir da leitura do romance, permitiu compreender como os mecanismos de vigilância, controle e punição se reatualizaram no contexto republicano, confirmando análises posteriores da historiografia e das teorias críticas sobre o racismo estrutural.

Ao situar Nascimento Moraes no contexto intelectual maranhense do início do século XX, o artigo também evidenciou os processos de apagamento e epistemicídio que atingiram a intelectualidade negra brasileira, conforme analisado por Abdias Nascimento e Sueli Carneiro.

O resgate de sua obra, portanto, não se limita a um gesto de valorização literária, mas constitui uma ação política e pedagógica de reparação simbólica e de restituição de memória.

No campo pedagógico, o estudo demonstrou que o 9º ano do Ensino Fundamental oferece condições cognitivas e formativas adequadas para o enfrentamento crítico do pós-abolição, especialmente quando articulado às diretrizes da Lei nº 10.639/2003 e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A proposta pedagógica apresentada evidenciou que a literatura pode atuar como dispositivo de formação da consciência histórica, conforme formulado por Jörn Rüsen, ao permitir que os estudantes articulem passado, presente e futuro de forma crítica, ética e socialmente situada.

Dessa forma, a inclusão de Vencidos e Degenerados no currículo do 9º ano não representa apenas a inserção de um novo conteúdo, mas a reconfiguração das bases epistemológicas do ensino. Ao legitimar a produção intelectual de um autor negro como referência central do processo pedagógico, a proposta rompe com a lógica da excepcionalidade e contribui para a construção de um currículo efetivamente antirracista, capaz de formar sujeitos críticos, conscientes das permanências históricas da desigualdade racial e comprometidos com a transformação social.

Conclui-se, portanto, que a descolonização curricular, quando orientada pela articulação entre História, Literatura e educação antirracista, transforma a escola em espaço de disputa de sentidos, de memória e de justiça epistemológica. O estudo da obra de Nascimento Moraes reafirma que a educação pode — e deve — atuar como instrumento de reparação histórica, enfrentamento do racismo estrutural e construção de uma sociedade mais democrática e plural.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: USP, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. José do Nascimento Moraes: vida de intelectual e de negro em luta contra o racismo. *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*, João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1JOCXmxQ_kIButdfdp-LsYqgSqUUNras6/edit Acesso em: 15 de ago., 2025.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
- EVARISTO, Conceição. *Escrevivência e a prática pedagógica*. Cadernos de Literatura em Prosa, n. 4, p. 1–15, 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

GALTUNG, Johan. *Violência, paz e pesquisa sobre a paz*. Revista de Estudos Afro-Brasileiros, n. 4, 1990.

GOMES, Flávio. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador e a descolonização dos currículos*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1003–1018, out./dez. 2014.

HOOKEs, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287–324, 2008.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. São Luís: [s.n.], 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PERUSSATTO, Melina. *A voz da raça: a imprensa negra na Primeira República em São Luís (1900–1920)*. São Luís: EDUFMA, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história*. Brasília: Editora UnB, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WALSH, Catherine. *Interculturalidade, Estado, sociedade*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

A representação do negro em *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes: abolicionismo, preconceito e violência

*Fernanda Pereira
Denise Almeida Silva*

Introdução

Este capítulo investiga a representação do negro no contexto do período imediatamente anterior à abolição e, especialmente, no pós-abolição, no romance *Vencidos e Degenerados*, de Nascimento Moraes. Centra-se, principalmente, na expressão das assimetrias e injustiças sociais visíveis nas relações entre escravos e senhores, brancos e negros, abolicionistas e latifundiários. Além de examinar variadas formas de violência perpetradas contra o negro nesse contexto, enfoca, sobretudo, a construção dos personagens João Olivier, a personificação dos ideais contrários à escravidão, e Cláudio Olivier, mulato cujo sucesso no trabalho e no amor afronta a sociedade maranhense, que o rechaça.

Primeiramente publicado em 1915, o romance discute as consequências da assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888, sendo uma das raras obras da literatura brasileira que tematiza com profundidade a abolição e seus desdobramentos através do

protagonismo de escravos libertos e seus descendentes. Iniciado com o relato da euforia em torno da expectativa da assinatura da Lei Áurea e da explosão de esperança imediatamente após esse ato, o romance progride acompanhando o estabelecimento da República e a desesperança que, progressivamente, é gerada nos ex-escravos, seus descendentes e nos abolicionistas, ante o choque com a realidade excludente. Ao acompanhar os desdobramentos do contexto escravocrata e abolicionista nos primeiros anos da República, Moraes proporciona agudo olhar ¹sobre as raízes históricas de assimetrias e preconceitos que ainda hoje se prolongam em nossa sociedade, e, não raro, também em nossa fenotipia literária. Uma vez que a ênfase nas assimetrias e injustiças sociais torna particularmente visíveis as violências perpetradas naquela sociedade, a investigação dessas tensões é feita, neste estudo, levando em conta o conceito de violência, o qual é pensado a partir da filósofa brasileira Marilena Chauí e do sociólogo norueguês Johan Galtung. O pensamento da primeira embasa a conceituação de multifacetadas formas de violência; valemo-nos do pensamento do segundo, sobretudo, para discutir o modo como a legitimação da violência vem a se tornar parte constitutiva do tecido social. Precede à análise breve apresentação do autor e do romance, para benefício dos leitores que o desconhecem.

Vencidos e degenerados, de José do Nascimento Moraes: abolicionismo e violência

José do Nascimento Moraes nasceu em São Luís do Maranhão em 19 de março de 1882, e veio a falecer em 22 de fevereiro de 1958. Filho de um negro com uma mulata, viveu seus primeiros seis anos de vida

1 Texto gerado a partir de pesquisas de Iniciação Científica PROBIC, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), projeto “Narrativas da escravidão”. Previamente publicado no periódico Organon do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2022).

enquanto a escravidão ainda estava em vigência; o período escravista, bem como a mentalidade que o sustentou, muito influíram na sua construção enquanto intelectual e escritor.

Moraes foi um dos mais ativos intelectuais maranhenses da primeira metade do século XX, sendo autor de diversas crônicas, poesias e artigos. Alcançou o cargo de presidente da Academia Maranhense de Letras e o de professor do tradicional Liceu Maranhense, aonde chegou a ser professor de Ferreira Gullar e José Sarney.

Grande parte de seus textos foi assinada por pseudônimos, através dos quais lutou contra o racismo, que se tornou um obstáculo na busca de seu reconhecimento profissional e literário. Conquanto, durante sua carreira, tenha pensado o racismo de forma crítica, *Vencidos e Degenerados*, obra da juventude, publicada no Maranhão pela primeira vez em 1915, permanece exemplar com respeito a essa exploração temática.

O romance discute os acontecimentos subsequentes à assinatura da Lei Áurea. A narrativa começa no dia 13 de maio de 1888, quando, em S. Luís do Maranhão, abolicionistas de todas as classes sociais se reúnem na casa de José Maranhense, na rua São Pantaleão, enquanto aguardam o telegrama que confirmaria a abolição da escravatura no Brasil. Uma vez recebida a confirmação, a cidade explode em clima eufórico. À medida que os festejos são descritos, detalham-se, também, as relações entre portugueses, escravos, ex-escravos e latifundiários. Por entre os fogos de artifício, passeatas e discursos, nas ruas “cruzavam-se grupos e grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades [...], ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas” (Moraes, 2000, p. 35).

Carreira (2015, p. 89) registra como Moraes, ao descrever “minudentemente a constituição econômico-social” percebe que “as

relações trabalhistas estavam alteradas e que ainda havia uma maioria explorada.” Brancos se recusavam a aceitar a convivência entre ex-senhores de escravos e ex-escravizados; ex-escravos viviam à margem de uma sociedade que, supostamente, tinha-lhes dado a “liberdade”. Diante da abolição da escravatura, latifundiários se encontraram em decadência, e foram forçados a aderir à República, o que pouco beneficiou o Estado. Desta forma, o povo, em especial os descendentes de escravos, foi oprimido por governos exploradores; sendo-lhes negado o direito à educação, passaram a compor a faixa marginalizada e violada da sociedade maranhense.

Evitando um olhar maniqueísta, o autor trabalha através das dualidades: “livres e cativos; pobres e ricos; pessoas de famílias tradicionais e pessoas de famílias sem importância social; e assim por diante” (Literafro, 2017). Esse sempre renovado contraste põe em relevo as assimetrias e injustiças sociais, tornando mais visíveis as violências perpetradas naquela sociedade.

Em *Vencidos e Degenerados*, a violência se manifesta tanto em sua forma mais óbvia, como a físico-psicológica, quanto de forma mais sutil, na estrutura da sociedade maranhense do século XIX. O próprio enfoque escolhido, ou seja, a ambiência pré- e pós-abolicionista, põe em relevo a causa que anima esse movimento, ou seja, a escravidão, a qual é, em si mesma, forma maior de violência, por reduzir o cativo à condição de bestialidade. Lembra-se, aqui, o raciocínio desenvolvido por Marilena Chauí no ensaio intitulado *Contra a Violência*, no qual a autora ressalta que a violência se opõe à ética, pois para que um sujeito seja considerado ético é preciso que seja racional e consciente e que, como ser responsável, possa responder por suas ações:

A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário,

livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim com coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (Chauí, 2007).

É ainda o pensamento da filósofa brasileira, ao especificar cinco sentidos atribuídos à palavra, que permite perceber a extensão da violência no contexto da objetificação do ser humano, já que são consideradas formas de violência:

1. tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;
5. consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. [...] Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (Chauí, 2006).

As primeiras três acepções remetem à base do que constituía o regime escravista, como a negação do status de humanidade aos escravos, que, desnaturados, eram violados, o que levava os colonizadores a sentirem-se autorizados a coagir, constranger, torturar e brutalizar os negros, agindo contra sua espontaneidade e vontade.

Embora o romance concentre-se no pós-abolição, em retrospecto práticas violentas e violadoras praticadas durante o período escravocrata são recordadas pelos escravos e/ou seus descendentes. Para aqueles que

decidida e entusiasticamente abraçaram a causa antiescravagista, como o personagem José Maria Maranhense e os demais membros do Clube Abolicionista Maranhense descritos nas páginas iniciais do romance, as práticas escravistas haviam-se tornado ações injustas e violadoras dos direitos naturais; atos de brutalidade, opressão e intimidação, bem como toda a privação à liberdade, não poderiam deixar de ser considerados como forma de violência.

Para a sociedade abolicionista delineada no romance, a violência poderia ser vista, então, na esteira do raciocínio desenvolvido por Chauí, como constituída através de tudo o que ia contra a espontaneidade, segurança e liberdade de um indivíduo, quase sempre (ex)-escravo ou seu descendente, estabelecendo relações definidas pelo terror, opressão, medo e/ou intimidação.

Assim considerada, a violência remete ao conceito formulado pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, para quem ela se constitui como insulto às necessidades humanas básicas, materializando-se na forma de sua negação: morte e mortalidade constituem-se em negação da vida; miséria evidencia a negação do bem-estar; alienação põe em relevo a carência de identidade/significado; e repressão ressalta a ausência da liberdade.

Galtung (1990) divide a violência em três aspectos culturais inter-relacionados, a violência cultural, a violência estrutural e a violência direta. A violência direta é um processo de violência direcionada, podendo ser física ou não, contra outros seres humanos ou outras formas de vida e a natureza em geral. A violência estrutural é um ato indireto sedimentado na estrutura de uma sociedade através de um processo de estratificação social, no qual há um dano na satisfação das necessidades humanas básicas. Já a violência cultural se manifesta através de aspectos de uma cultura que são usados para legitimar e justificar a violência direta ou a estrutural. Assim, a legitimação da violência tende a ocorrer: a) pelo apagamento de sua percepção em

contextos específicos, como quando um ato é repudiado no âmbito social e pessoal, mas defendido quando praticado pelo Estado; b) pela distorção da realidade, o que resulta na desconsideração de atos violentos, ou pelo menos na atenuação de sua violência.

Tanto a violência direta quanto a estrutural precisam, de alguma forma, ser justificadas através da cultura, ideologia e do contexto sócio-histórico em que se encontram. Essa justificativa ou legitimação materializam-se através da violência cultural, sob a forma de aspectos culturais como crenças, atitudes e símbolos religiosos, ideologias, línguas e arte, como na literatura, por exemplo.

João Olivier e o “princípio da confraternidade”: da violência escravista à esperança

Diante da perspectiva de mudanças políticas no Maranhão, Nascimento Moraes traz, em *Vencidos e Degenerados*, seu olhar de negro sobre o negro. Dessa forma, constrói uma leitura ímpar sobre os desdobramentos da abolição da escravatura no Brasil, evidenciando suas falhas e consequências. Nesse contexto, as relações entre senhores e ex-escravos são tecidas a partir da visão peculiar do romancista, enquanto sujeito histórico, sobre ações, violações e relações de poder tecidas no dia-a-dia da sociedade maranhense, em rede de relacionamentos pessoais consolidados pela dominação do forte sobre o fraco, e, consequentemente, da sua exploração.

De acordo com Lara (1995), no artigo “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, a sociedade pré- e pós-abolição tinha suas raízes nas relações de dominância e exploração, que, de forma contraditória, uniam horizontalmente e separavam verticalmente senhores e escravos, tanto homens como mulheres. Através do dia a dia escravista, dos costumes, das lutas, resistência e

seu modo de pensar e agir, estas relações sedimentavam, na estrutura da sociedade, a violência e a desnaturação por parte dos privilegiados para com o povo oprimido.

As consequências dessas relações de poder são retratadas em *Vencidos e Degenerados* através do contraste entre a esperança de ascensão do povo negro após a abolição e a realidade que então encontram. Durante a escravatura, os senhores consideravam os escravos como “coisas”, seres destituídos de vontade própria, desnaturados e violados, incapazes de protagonizar atitudes políticas; na Nova República, o Estado toma o lugar do senhor de escravos.

Iniciando com o relato da euforia em torno da expectativa da assinatura da Lei Áurea e da explosão de esperança ocorrida imediatamente após esse ato, o romance de Moraes progride, acompanhando o estabelecimento da República e a desesperança que, gradualmente, ante o choque com a realidade, é gerada nos ex-escravos, seus descendentes e nos abolicionistas.

O romance divide-se em duas partes: da abolição ao início do período republicano destaca-se a figura de João Olivier, mestiço que se colocara na imprensa, destacando-se como jornalista vibrante e orador influente. Na figura de Olivier encontra-se a personificação dos ideais contrários à escravidão. A narrativa da sociedade pós-proclamação da República centra-se na vida adulta de Cláudio, filho de ex-escravos, que fora criado e educado desde criança pela mãe de Olivier e pelo jornalista. Tal qual seu pai adotivo, e desafiando a sociedade branca, Cláudio torna-se jornalista, e funda o periódico *O Campeão*.

Obedecendo à concepção do livro, e a seu centramento sucessivo nos personagens Olivier e Cláudio, fixamo-nos primeiro na narração da violência no período pré-republicano, passando depois ao exame da esperança de dias melhores no período pós escravagista, como configurados a partir do “princípio da confraternidade” desenvolvido

por Olivier. Isso porque a exposição da violência perpetrada contra os escravos fornece contexto e justificativa para as esperanças que se criam de que dias melhores virão.

Nesse sentido, é relevante perceber de quem parte a violência narrada no romance, e quem a sofre. Aqui Nascimento Moraes não recai em um maniqueísmo simplista de branco contra negro. Em sua grande maioria, são agentes da violência homens brancos. Dentre estes, citam-se nominalmente o coronel Lousada, que torturava seus escravos; Paletó Queimado, que desumaniza os escravos libertos e manda espancar Zé Catraia; o tenente-coronel Magalhães, que estupra Andreza enquanto era sua escrava; um repórter e editor d'O Diário, que subtrai o registro da autoria do Dr. Álvares Rodrigues de uma publicação; e as autoridades locais, que matam o ex-escravo Alfredo. Contudo, em pelo menos sete situações, ou discursos, o agente da violência é identificado coletivamente, como a elite (ou "fidalguia") portuguesa, ou ainda o Estado, que nega ao negro escolarização, emprego e moradia digna. Dois homens negros perpetram violência contra a população branca: Alfredo e Domingos Aranha, que, respectivamente, mataram seu ex-senhor e um homem que ameaçou a vida de Cláudio, filho de Aranha. Verifica-se, assim, um caráter de retaliação ou de necessidade de defesa nas agressões que partem de homens negros. Há, ainda, mulheres que são agentes de violência, contando-se entre elas uma negra, a ex-escrava que agride sua sinhá no 13 de maio. Por outro lado, há episódios em que uma sinhá tortura sua escrava; duas senhoras afirmam que Cláudio faria mais sucesso se fosse de pele mais clara, o que também é uma forma de violência, dado que o desnaturam, negando-se a valorizá-lo com base apenas em sua etnia.

Quanto à violência no período pós-abolição, Moraes não se limita ao óbvio, nem a imaginários já sedimentados. Registra a "revanche" dos negros que, na euforia dos primeiros momentos após a assinatura da Lei Áurea, saem em bandos e, sentindo-se finalmente empoderados

e libertos, agridem seus patrões, como na instância em que a mesma escrava torturada por sua senhora, ao ser liberta, humilha D. Amandra ante os demais membros da comunidade de São Luís, dando-lhe um tapa. Também, ainda na primeira parte do romance, o intimidar se materializa na perseguição de professores e colegas a Cláudio, então filho jovem e adotivo de Olivier, por ser negro, filho de ex-escravos, e criado por um mestiço.

Afora as já citadas vítimas da violência, nos episódios acima referidos, há a destacar, ainda, a forma como Armênia é, tal qual Cláudio, vitimizada e ostracizada por uma sociedade racista e machista. Destaca-se ainda, já no período republicano, o caso do Dr. Álvares Rodrigues, que escreve para o jornal da cidade sem, contudo, receber o devido crédito pela autoria das publicações, episódio que engrossa a lista de discriminação contra minorias, já que Rodrigues é de ascendência indígena. Em cinco instâncias os pacientes da violência foram identificados apenas como escravos, de ambos os gêneros, que foram oprimidos pela elite branca e pelo Estado, que lhes concedem a liberdade, mas não o suporte para uma vida digna.

Vemos, assim, que o branco, de modo geral, prevalece como agente da violência, enquanto a maioria dos que sofrem a violência é negro. Pelo simples fato de sê-lo veem-se vítimas da falta de comprometimento do governo, não preocupado em promover sua cidadania. Também, há o arraigamento do preconceito e da desumanização em dois extremos: contra o negro em geral, e contra a mulher – seja ela negra, ou não. Mesmo tratando-se na maioria das vezes da violência de gênero e etnia, o autor consegue representar a violência a partir de um contexto no qual a violência direta é justificada pela estrutura de sua sociedade, que legitima sua cultura.

Assim, conquanto a narrativa remeta a episódios em que se evidenciam intimidação, assassinato e tortura, as quais são formas

de violência recorrentes no contexto escravocrata, o romance não se limita a elas. Avança, incluindo aspectos mais sutis, como o desnaturar, excluir, constranger, além de variadas formas de opressão e de violação.

Torturar, como ato físico, é materializado em instâncias como as em que Lousada, senhor de escravos, aflige seus escravos por puro prazer. Era comum, às casas contíguas ao sobrado do coronel, ouvir “gemidos surdos que mãos de ferro violentamente estrangulavam na garganta, espancamento de corpos, de encontro às paredes e às lajes, queixas e ais, imprecações de almas desesperadas” (Moraes, 2000, p. 31). A referência à morte do escravo Alfredo, que ousa assassinar seu sinhô em vingança aos maus-tratos sofridos, e a exposição pública exemplar de seu corpo como advertência contra a repetição de atos semelhantes, enquadra-se, também, no panorama das violências mais óbvias e mais frequentemente lembradas com referência ao tratamento do senhor branco e do feitor com relação ao escravizado.

Outra forma de violência praticada durante a escravidão era a intimidação – e por vezes até violência física – da senhora contra a escrava cobiçada e/ou violentada pelo marido. No romance, uma senhora de escravos, D. Amandra, ao descobrir que o marido tem interesse em uma das escravas, a espiona e tortura. Atribui-se às escravas má fama, e desenvolve-se o imaginário de que sejam libidinosas e assanhadas; contudo, eram na verdade estupradas e obrigadas a parirem filhos de seus senhores. Então, nota-se que dentro do contexto escravocrata a negra escrava sofria tanto o abuso dos senhores como de suas senhoras, não somente por ser negra, mas também por ser mulher.

Como já dito, grande parte da narrativa, na parte inicial do romance, é dada a partir da perspectiva de João Olivier, respeitado jornalista que tem como fonte de renda crônicas que escreve para o órgão local. Sendo mestiço, faz parte de um núcleo militante que se posiciona

a favor dos cativos na espera pela notícia da abolição. Através de Olivier, identificamos as esperanças que vão sendo construídas tanto pelo povo escravizado, quanto pelos que lutavam pelo fim da escravatura:

A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar-lhes novas forças, novos elementos, novos aspectos.... Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política. (Mores, 2000, p. 67).

Quando comenta a queda da fidalguia, Olivier se refere aos detentores do poder, senhores de escravos, alimentando a esperança de que, progressivamente, desfeita a relação senhor – escravo, viessem a se constituir relações humanas e laborais mais justas e menos preconceituosas. Chega a visualizar um momento em que as relações sociais alcançariam tal grau de harmonia que imagina uma espécie de fraternidade social universal, fundada no reconhecimento da dignidade e humanidade comuns, situação à qual se refere como sendo regida pelo “princípio da confraternidade”. O termo sugere relação amigável, estreita, fundada na similitude de condições ou de situações, e, como tal, vem a pressupor situação em que a pecha da bestialidade e as violências que a seguem viriam a ser eliminadas, vindo a existir uma aceção do negro como sujeito tão racional, voluntário, livre e responsável quanto seus (ex)-senhores brancos. Moraes vai ao cerne da visão que sustenta o preconceito racial e a inferiorização do negro: a crença em “supostas e falsas superioridades do ser”. Ao atingir aquilo que sustenta o preconceito, o “princípio da confraternidade” não apenas poria fim a preconceitos, como solaparia o pensamento escravocrata. Numa reflexão inovadora para seu contexto socio-temporal, em que teorias eugenistas sugeriam a necessidade de branqueamento e, portanto, de extinção da “raça” negra para que o país pudesse verdadeiramente assumir papel de nação independente e próspera, Moraes desenvolve

o pensamento de que não é o negro que infelicitiza a nação, mas, sim sua bestialização, inferiorização e privação da liberdade a partir da instituição da escravidão.

Inicialmente, quando da primeira reunião entre Olivier e o Clube Artístico Abolicionista Maranhense, à espera da assinatura da Lei Áurea, é descrito o clima de euforia da cidade em detalhes, e as relações entre senhores e escravos. Nesse momento de transição, relembram-se os horrores da escravidão, exemplificados na figura do coronel Lousada e dos suplícios a que submete seus escravos. Mais adiante, decorrido já algum tempo da abolição, não escapam a Olivier, em sua observação dos transeuntes, as desigualdades sociais e a rígida separação de classes entre a elite e o povo – este, em grande parte, formado pelos ex-escravos e descendentes:

Os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de Banco, os proprietários e capitalistas. (Moraes, 2000, p. 57).

De fato, a população pobre e desprotegida está sujeita a constrangimentos e exclusões. Uma grande parcela da elite maranhense, após a declaração da Abolição, continua perpetuando estereótipos do negro, como “algo” que só teria uso como mão de obra, uma vez que passou toda sua vida servindo somente para isso, sob a opressão do senhor de escravos. Ao introjetar este estereótipo na estrutura da sociedade, o branco então impõe à população liberta a vida marginalizada, empurrada para os limites da cidade, vivendo do trabalho informal, sob os perigos da exclusão e violação de seus direitos

enquanto “quase-cidadãos” (Cunha, 2007). Aos poucos, a esperança de igualdade e prosperidade para os negros vai, progressivamente, se desfazendo, em contato com a dura realidade.

Cláudio e a frustração do “princípio da confraternidade”: Esperança versus realidade no pós-abolição

Em sua obra “Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil” (2007), Cunha introduz a ideia de que a liberdade e seus significados para ex-escravos, libertos por alforria, ingênuos nascidos no pós-1871, tutelados, e para a população de livres e pobres em geral, foram constantemente redefinidos:

Por um lado, pelo imaginário e pelo desenho de uma sociedade projetada para se tornar “civilizada” e “igualitária” com o advento da República e, por outro, por experiências históricas concretas, vivenciadas em áreas urbanas e rurais no Brasil entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, nas quais valores como igualdade e cidadania foram cotidianamente contestados. (Cunha, 2007, p. 9).

Vemos, então, que existiam duas concepções de liberdade, a projetada pelo Estado e a vivenciada por escravos libertos. A discrepância entre o “idealizado” e o real constitui um contexto de violência, que nunca teve como objetivo corroborar para o acesso do povo negro ao ensino e ao mercado de trabalho. Como já vimos, a transformação do escravo trabalhador esteve longe de ser linear e irreversível. Diversos personagens do romance de Nascimento Moraes, após serem libertos, permaneceram na parcela marginalizada e autônoma – por necessidade – da sociedade maranhense. Nesse contexto, a ideia de liberdade para os alforriados foi vivenciada por aqueles que não a conheciam, e nunca saberiam distinguir se eram de fato livres ou não. Por conta disto, “muitos dos sinais que sacralizaram a subordinação e a sujeição

tornaram-se parte de um ambíguo terreno no qual ex-escravos e ‘livres de cor’ tornaram-se cidadãos em estado contingente: quase-cidadãos.” (Cunha, 2007, p. 13).

Entretanto, no decorrer da narrativa vemos que as consequências de um ato político feito pelo homem branco para o homem branco, são vistas como um favor aos escravos alforriados e, portanto, como algo que merecia ações retributivas de obediência e de submissão. Para a elite, aos escravos recém-libertados cabia apenas a resposta servil e obediente, como forma de retribuir o “presente”. A estes escravos restou a vida nos limites econômicos da cidade, sobrevivendo de trabalhos autônomos, situação em que muitos pereceram sob desnaturação e opressão.

Grande parte da elite maranhense via o escravo como algo passivo e necessário, e considerava a condição do mesmo como algo natural. Esta visão é então assimilada pela sociedade e permanece no imaginário do século XIX, como se a escravidão fosse inerente ao negro e ele só “servisse” para a mão de obra informal, subjugada e oprimida. A sociedade, ironicamente, impõe ao negro liberto o papel de subordinação, afastando-o da busca pela reconstrução de sua identidade. A ele resta satisfazer-se com o trabalho medíocre, o preconceito racial e social que acompanhava sua carta de alforria, e com a pequena porcentagem de esperança de que um dia poderia aprender a ler e escrever, embora a maioria tivesse passado pela catequese jesuítica – aqui, outra forma, também, de violência.

Na primeira parte do romance, a declaração de João Machado, apelidado Paletó Queimado, prediz que os negros libertos logo pereceriam por serem raça inferior, que não trabalha nem respeita a ninguém. Aqui, é nítido o racismo enraizado na estrutura da sociedade, composta por senhores que se recusavam a aceitar as novas relações entre si e os escravos libertos. À concepção da inferioridade do negro associa-se, ainda, a sua deliberada manutenção em situação de marginalidade, através da ausência de políticas públicas destinadas a prover, aos que

até então viviam na senzala, habitação e educação que os habilitasse a outras ocupações. Aos negros libertos restou o trabalho autônomo fora das obrigações do Estado. Exemplos de tal condição são Aranha, Olímpio e Zé Catraia, que eram sapateiros; Andreza, que alugava sua força de trabalho para afazeres domésticos e vendas em público; e João da Moda, que era alfaiate.

O preconceito é tal que até mesmo Armênia – filha do tenente-coronel Magalhães – é isolada e estigmatizada pela sociedade maranhense por manter um romance inter-racial com Cláudio. Os homens de São Luís não conseguiam aceitar que um “mestiço pobre” tivesse o direito de ser amante de uma senhora da sociedade. O despeito era ainda maior porque a atraente e sedutora Armênia repelira vários cortejadores brancos, recusando-se a envolver-se sexualmente com eles, e, no entanto, aceitara o amor do mulato Cláudio Olivier, razão pela qual passa a ser difamada e isolada pela elite de São Luís. Embora esse episódio se relacione, também, a intimidar, oprimir e excluir, é preciso destacá-lo como uma forma de constrangimento, pois o preconceito racial e o ciúme dos amantes desprezados levam ao desprezo pela personagem, e a sua difamação e isolamento.

A vingança social estende-se a Cláudio, que vê os colaboradores de seu jornal serem intimidados a abandoná-lo, ou serem compulsoriamente transferidos para outros estados, reduzindo a tal ponto o número de articulistas de *O Campeão* que se vê forçado a encerrar a publicação, ficando o periódico rival, *O Triunfo*, publicado pela elite, sem concorrência. Além disso, Cláudio é vítima de uma emboscada, escapando com vida pela intervenção de Aranha, seu pai biológico; frustrada a expectativa de sua morte, é-lhe retirado o sustento, já que José Machado dispensa seus serviços. Acuado, Cláudio é forçado a se mudar para o Amazonas, onde prospera.

Na sociedade maranhense, era inconcebível que um mulato afrontasse duplamente a sociedade – com seu talento e sucesso no amor.

E, no entanto, outra poderia ser sua valoração fosse ele de pele mais clara e feições mais semelhantes às arianas, como comentam as senhoras que ouvem declamar um poema: “É um rapaz bonito. Se fosse mais clarinho, um pouquinho mais aberto na cor... [...] É um rapaz inteligente, lá isso é...” (Moraes, 2000, p. 170). Esse desnaturar, que recusa a ver no negro alguém que deva ser considerado de forma semelhante àqueles que por tanto tempo dele se assenhorearam, repousa na manutenção do que o professor Bento denuncia como uma “fidalguia maranhense”, acima da qual “ninguém se colocar pode, nem pela cultura, nem pelo esforço, nem pela energia física.” (Moraes, 2000, p. 204). Essa é, pois, uma “terra perdida”, na qual o “operário vive nas trevas. Não há [...] nem mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada disso cura o Governo.” (Moraes, 2000, p. 209). Bento conclui listando formas de violência que acabaram por excluir o negro, mantendo-o à margem da sociedade, bem longe dos tão sonhados progressos e liberdade igualitária: “O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados, ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo.” (Moraes, 2000, p. 210).

Reflexões conclusivas

Iniciando com considerações sobre as multifacetadas formas de violência a partir das premissas básicas da destituição de alguém de seu *status* humano pela negação de seu estatuto de sujeito ético (Chauí), ou pela privação das necessidades básicas humanas (Galtung), este estudo progrediu para a análise da violência presente nas formas de opressão ao negro no romance *Vencidos e Degenerados*, de Nascimento Moraes.

Ao pensarmos a violência como tudo que vai contra a natureza e liberdade humana – através da força física ou psicológica – como o

faz a filósofa brasileira Marilena Chauí (2007), a escravidão afigura-se como a mais óbvia forma de violência; contudo, o pós-abolição traz à luz, ainda, outras formas de violência, como a negação de real liberdade aos ex-escravos, impedidos de se elevarem à categoria de trabalhadores livres e qualificados.

Pudemos identificar alguns padrões que se repetem no decorrer de *Vencidos e Degenerados* e que nos remetem à concepção de violência teorizada por Galtung (1990). A violência direta se manifesta através da marginalização e opressão dos negros libertos, aos quais foi prometida a liberdade econômica e social, que então foi negada pelo próprio Estado que os libertou; o racismo e o preconceito de classe da sociedade maranhense pós-abolição caracterizam-se como violência estrutural, uma vez que o abolicionismo fez parte de uma revolução social tipicamente do branco e para o branco, e nenhuma das esperanças de correção das desigualdades estabelecidas no decorrer da escravatura foi concretizada; e a violência cultural se manifesta através do comportamento da sociedade maranhense, que é composta por uma elite branca de ex-senhores de escravos e latifundiários que condicionaram o pensamento social de que o negro era inferior, sem utilidade senão ser mão de obra, e que devia à coroa, e na Nova República, ao Estado, sua submissão.

A construção das personagens João e Cláudio Olivier merece destaque. Mestiço – e, portanto, já tendo sido objeto de branqueamento que o torna mais aceitável à sociedade hegemônica branca – João Olivier domina a primeira parte do romance. Jornalista militante, esse abolicionista tipifica as esperanças de que se apossaram os escravos e seus defensores nos momentos que antecederam e naqueles que imediatamente se seguiram à abolição. Tais esperanças são singularmente resumidas no que a personagem chama de princípio da confraternidade, já que este necessariamente implicaria a inexistência de preconceitos e a equiparação de brancos

e negros no mesmo estatuto de sujeitos livres e responsáveis, detentores de direitos e da proteção do Estado. Em contraste, a continuação do romance, centrada na figura de Cláudio Olivier, filho adotivo de João, dramatiza a não concretização desse princípio, através do rechaço da personagem, claramente baseado no fator fenotípico.

Assim, Nascimento Moraes chama a atenção não apenas para o tratamento violento decorrente da objetificação do negro, como ressalta eventos que decorrem, ainda, da discriminação a esse segmento da população, e, como consequência dessa desigualdade perceptual, o desejo da manutenção do negro à margem da sociedade. Este é o caso, por exemplo, da manutenção do negro liberto e de seus descendentes em extrema pobreza, sem acesso a emprego e moradia dignas. Esta, sem dúvida, é uma forma de exclusão, e o romance expõe explicitamente, pelo menos em três episódios, ações que giram em torno da recusa do governo em dar apoio e educação aos negros libertos, marginalizando-os.

Retomamos, aqui, o pensamento de Johan Galtung, para quem a violência é o ato de violar qualquer direito civil, ético e moral do ser humano, podendo iniciar em qualquer um dos vértices do triângulo direto-estrutural-cultural: havendo sua institucionalização através da cultura, formas de violência direta tornam-se aceitas, dando início a violências como a escravidão, a desnaturação de homens e mulheres negros, e à violência direta também difundida na sociedade, naturalizada como senso comum. Há, na obra, diversas instâncias em que a violência não é somente física ou psicológica, mas corresponde, antes, a processos de inferiorização e segregação, como a marginalização das raças mais escuras em um contexto em que a abolição não pensou nestas, mas, sim, nos interesses dos brancos. Consideramos como instâncias de violar, por exemplo, casos que desrespeitam a dignidade e necessidades dos escravos que,

ao serem libertos, enlouquecem – fato que compartilha, também, a noção de desnaturar, como nos casos já citados de Aranha, Olímpio e Zé Catraia. Estas são todas formas de oprimir, como também o é o preconceito opressivo da sociedade maranhense para com Armênia, por não se submeter às necessidades/vontades dos homens. Assim, em *Vencidos e Degenerados* encontra-se o racismo institucionalizado, e exteriorizado a partir da negligência e violação do branco para com o negro.

Os dados analisados permitem perceber não só prolongado processo de objetificação do negro, que leva a práticas tais como brutalizarão, tortura, coação, opressão e intimidação, como a existência de correlação intrínseca entre as formas de violência praticadas: há a violência direta, através da marginalização do negro, a violência cultural, através do racismo internalizado, e uma concepção estrutural de que o negro deve submissão ao branco. Dessa forma, Moraes consegue criar um painel histórico de extrema importância para a compreensão do que foi a abolição e quais foram suas consequências, muito especialmente para a população negra, que tão esperançosamente a saudara.

Referências

CARREIRA, Rosângela Aparecida Ribeiro. *A paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em Vencidos e Degenerados*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. São Paulo, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. *Fundação Perseu Abramo*. 2007. <https://fpabramo.org.br/2007/04/03/contra-a-violencia/>.

CHAUÍ, Marilena. Ensaio: Ética e Violência. *Fundação Perseu Abramo*. 1998. <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-etica-e-violencia>>.

CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016. Páginas 209 – 230.

CUNHA, Olívia Maria Gomes Da.; GOMES, Flavio Dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GALTUNG, Johan Vincent. Cultural violence. *Journal of Peace Research*. 1990. Vol. 27. Nº 3. 291 – 305. Sage Publications. 1990.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, 1995. p. 41-56.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

NASCIMENTO MORAES, *Literafro – o portal da literatura afro-brasileira*. <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/339-nascimento-Moraes>>.

PEREIRA, Rafaela. O negro olhar sobre a sociedade maranhense, *Literafro – o portal da literatura afro-brasileira*. <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/28-critica-de-autores-masculinos/336-o-negro-olhar-sobre-a-sociedade-maranhense-critica>>.

VAL, Chagas. Apresentação (capa posterior). In: MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

Representações do protagonismo dos vencidos na ficção de Nascimento Moraes

Luís Oliveira Freitas

Introdução

Embora o espaço social brasileiro, particularmente o estado do Maranhão, seja majoritariamente habitado por população negra e mestiça, a cultura valorizada ainda parece ser aquela oriunda do mundo europeu. Isso é verificado em muitos aspectos, sobretudo, no tocante às obras literárias narrativas de nosso país que, em geral, apresentam uma marca branca seja na sua autoria, seja nos seus personagens protagonistas. Segundo Dalcastagnè (2011, p. 309), “são poucos os autores negros e poucas, também, as personagens – uma ampla pesquisa com romances das principais editoras do país publicados a partir de 1965 identificou quase 80% de personagens brancas”. A autora ainda afirma que isolando protagonistas e narradores, essa proporção tende a aumentar.

Os autores da literatura canônica brasileira, em sua maioria, pertencem às classes sociais de melhor poder aquisitivo constituídas basicamente pelos descendentes dos antigos colonizadores europeus. Nesse conjunto de autores, até mesmo aqueles de origem africana foram embranquecidos, como aconteceu com Machado de Assis, o principal autor do Realismo brasileiro. Durante muito tempo, o ficcionista carioca filho de um descendente de negros alforriados, foi de certa forma apresentado pela crítica como se pertencesse à elite branca fluminense.

Talvez isso tenha se dado em virtude de o autor fluminense ter sofrido intensa discriminação racial, pois “não foram poucos os críticos que – posto reconhecerem nele a mais alta expressão brasileira do homem de letras – o estigmatizaram como o bem-sucedido ‘mulato de sub-raça branca’” (Fantini, 2011, p. 148).

Além da autoria branca, observa-se que os personagens protagonistas da ficção brasileira também são caracterizados pela sua branquitude eurocêntrica, fato este que acontece também nas telenovelas e no cinema. Na literatura oficial de nosso país, o negro, além do número reduzido, normalmente aparece nos papéis subalternos ou de vilões e não raras vezes passa quase despercebido na leitura da obra.

É o que se percebe, por exemplo, com o personagem Casimiro Lopes, do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. Casimiro é um negro apresentado pelo narrador como alguém privado até de falar, pois além de dominar apenas meia linguagem com vocabulário mesquinho, ainda gagueja ao falar, sendo praticamente uma sombra do protagonista da trama, Paulo Honório, conforme afirma o narrador: “Casimiro Lopes é coxo e tem um vocabulário mesquinho. [...] Gagueja. No sertão passava horas calado, e quando estava satisfeito aboiava. Quanto a palavras, meia dúzia delas” (Ramos, 2012, p. 41). Ocorrência como esta acaba confirmando e legitimando os vários estereótipos e preconceitos existentes na nossa sociedade em relação ao negro, que o torna inferior ao branco.

Apesar dessa predominância de autores e protagonistas brancos na ficção brasileira, existem escritores negros que construíram narrativas cujo protagonismo é afrodescendente. É o que ocorre no romance *Vencidos e degenerados, crônica maranhense*, de Nascimento Moraes, autor ludovicense, que, ainda no início do século XX, traz personagens negros como protagonistas da trama capazes de resistirem a toda forma de preconceito social e racial. Quanto ao protagonismo negro na obra, Moraes dá um passo a mais ao que Maria Firmina dos

Reis já havia feito bem antes dele, pois em seu romance *Úrsula*, ela dá destaque aos personagens negros Suzana e Túlio, embora eles não sejam protagonistas da trama.¹

Este breve ensaio² de cunho bibliográfico pretende fazer uma breve análise da obra romanesca de Moraes verificando nela, sobretudo, os aspectos referentes ao protagonismo de alguns personagens negros na sociedade ludovicense no período pós-abolição que corresponde aos primeiros anos da República brasileira.

A narrativa de Nascimento Moraes

O escritor maranhense José do Nascimento Moraes nasceu em São Luís, no dia 19 de março de 1882, e faleceu na mesma cidade, em 21 de fevereiro de 1958. Era filho de Manoel do Nascimento Moraes (herói da Guerra do Paraguai, mas não condecorado por ser analfabeto) e de Maria Catarina Vitória, ambos afrodescendentes. Teve intensa atuação na vida cultural de São Luís, como professor, jornalista, romancista, contista e membro da Academia Maranhense de Letras, chegando a assumir os cargos de Secretário e Presidente. A professora Rita Santos (2011, p. 311) afirma que foi “o afrodescendente mais lutador, independente, brioso e preparado que o Maranhão já conheceu até hoje”.

Tanto na obra *Vencidos e degenerados*, como nas suas crônicas e contos, Nascimento Moraes assume uma postura de observador atento dos problemas sociais do povo maranhense, tornando-se um

1 Em *Úrsula*, há uma descrição considerada pioneira do porão de um navio negreiro na literatura de ficção brasileira. E isso está na voz de Suzana quando conta a Túlio como foi sua viagem da África ao Brasil: “Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. [...]” (FIRMINA, 2004, p. 117).

2 O presente capítulo retoma ideias e transcreve trechos já publicados no artigo: FREITAS, Luis Oliveira. Na contramão da história: preconceito e protagonismo em *Vencidos e degenerados*. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís, v. 8, n.16, 2018.

defensor dos injustiçados em qualquer nível. Segundo Duarte (2014, p. 76), em vários momentos, o escritor e jornalista “teve que se abrigar em pseudônimos para publicar artigos e crônicas em que aponta as injustiças que vitimavam os afrodescendentes”. Jomar Moraes, ao falar do romancista ludovicense, afirma que:

Vencendo as naturais restrições de um meio acanhado pelas discriminações de origem familiar e preconceitos diversos, teve o cronista de costumes que muito bem saberia sê-lo em *Vencidos e degenerados*, que retemperar forças e concentrar as energias todas de sua vigorosa personalidade para impor-se e vencer” (Moraes, 1976, p. 183).

Nascimento Moraes publicou o romance *Vencidos e degenerados, crônica maranhense* no início do século XX, período da Primeira República brasileira. A publicação dessa narrativa de ficção se deu em 1915, em São Luís do Maranhão, mas a trama romanesca se inicia “em 13 de maio de 1888 e se estende pelas décadas seguintes a fim de narrar a permanência da mentalidade derivada da escravidão” (Duarte, 2014, p. 19). Após apresentar o 13 de maio como um dia festivo em que os abolicionistas e os escravizados libertos cheios de expectativas de mudanças sociais comemoravam a vitória da luta contra a escravidão, o narrador passa a apresentar o cotidiano dos personagens negros marcado pelo esvaecer da esperança, resignação, disputas e preconceitos sociais e raciais.

Trata-se, pois, de um romance que trata da saga do negro maranhense da cidade de São Luís, o espaço dos vencidos, nas primeiras décadas da pós-abolição. O principal objetivo da trama consiste em construir o retrato da sociedade maranhense abordando as questões sociais nela existentes, como o preconceito e a pobreza extrema da maioria da população. A Lei Áurea e a Proclamação da República não trouxeram a prosperidade e a felicidade para todos, conforme se observa nesta fala do personagem João Olivier:

Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastava dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente a moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi do meu erro [...] (Moraes, 2000, p. 76).

A trama de Nascimento Moraes tem início com a descrição do evento de 13 de maio de 1888, quando os abolicionistas e pessoas de diversas classes sociais estão reunidos na casa de José Maria Maranhense, na rua de São Pantaleão, desde a noite de 12 de maio de 1888, à espera do telegrama que confirmaria a abolição da escravatura em todo território nacional. O narrador assim comenta essa reunião:

Os que lá se achavam naquela gloriosa manhã eram pessoas de diversas classes sociais, desde o funcionário público e o homem de letras até artistas, operários livres, não faltando vagabundos e desclassificados.

Principiara o rebuliço na noite passada, durante a qual ansiosamente esperavam que chegasse o telegrama transmissor da grande e luminosa notícia da redenção dos cativos, de que, há muitos dias, já se vinha falando animados todos por vigorosas esperanças (Moraes, 2000, p. 27).

O romance de Nascimento Moraes, de acordo com Duarte (2014, p. 76), é “uma das raras obras da nossa literatura a abordar a temática da abolição e suas consequências”. Ao longo da trama, é possível perceber que a narrativa é um retrato cru e realista da sociedade, pois além de mostrar a realidade do negro maranhense pós-abolição, o

romance também faz memória aos fatos do período da escravidão antes da Lei Áurea. Ao falar das relações tensas entre feitor e escravizados nas fazendas, observa-se que “era uma renhida luta, pavorosa a rugir, sedenta de vingança, sempre e sempre ateadada pela intriga, vírus deteriorador de uma resistência quase invencível [...]” (Moraes, 2000, p. 85).

A narrativa apresenta características naturalistas, pois o autor expõe de modo cru a violência que marcava as relações entre senhores e escravos, a ponto de ter cenas de assassinatos, conforme atesta o trecho: “Alfredo saltou na gola do paletó do tenente-coronel Magalhães, repuxando-a para debaixo de seu queixo. Foi rápida a cena: uma lâmina lucilou no ar, brandida pelo pulso do escravo, rápida desceu, uma, duas, três vezes, e um corpo baqueou na rua, sem um gemido” (Moraes, 2000, p. 133). O assassinato se deu por causa de uma bofetada que Alfredo recebeu de seu senhor em pleno mercado, em virtude de o escravo ter contrariado o coronel. Por ter assassinado seu senhor, Alfredo “foi enforcado no lugar em que cometeu o crime” (Moraes, 2000, p. 134).

Um outro dado importante nessa trama romanesca diz respeito ao uso que o autor faz do registro jornalístico para pintar um “retrato sociológico da sociedade maranhense do fim do século XIX e início do século XX, expondo sua face decadente e a permanência da discriminação racial” (Duarte, 2014, p. 76-77). É, pois, uma obra que denuncia o preconceito sociorracial da sociedade maranhense à semelhança do romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo.

Como o romance retrata aspectos sociais do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, é importante observar que o contexto político e social desse período é marcado por desejos de transformações, pois o Brasil tentava se afirmar no cenário mundial como uma República que buscava a modernidade. Os intelectuais da época refletiam esses anseios de mudanças e registravam nos seus textos, também na literatura, com o objetivo de colaborar na resolução dos problemas

existentes. No entanto, há um dado importante, na maioria das vezes esse intelectual era filho de ricos fazendeiros ou comerciantes, portanto, os futuros senhores, e isso impedia uma verdadeira mudança social e política.

Com Nascimento Moraes, a situação parece ser diferente, pois o escritor é intelectual, mas não descende de famílias aristocráticas. É de ascendência africana e veio de classe humilde, pobre e abandonada, a ponto de até se tornar um intruso no quadro da sociedade elitizada da época. Em *Vencidos e degenerados*, o escritor sintetiza seu pensamento político e social, apresentando as mazelas de São Luís, principalmente a existência do preconceito racial, conforme se pode atestar no trecho a seguir: “Esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridades do ser, que tem sido um dos mais vis preconceitos da nossa existência política” (Moraes, 2000, p. 67).

Desse modo, a principal preocupação de Nascimento Moraes, em *Vencidos e degenerados*, é apresentar que a vida do negro maranhense no período pós-abolição não se deu de modo digno. Todavia, na obra, ao mesmo tempo em que trata das dificuldades sociais e econômicas pelas quais os afro-maranhenses da época passaram, também ostenta a imagem positiva de resistência do negro no Maranhão. É possível afirmar que a obra apresenta o negro em uma atuação de protagonismo, ou seja, os personagens negros têm amplo desenvolvimento nas ações ficcionais.

O romancista constrói os personagens da trama no contexto da cidade de São Luís. Segundo Araújo (2011, p. 83), esta cidade dos vencidos apresenta-se como um espaço de orgulho, por conta de sua tradição literária, espaço de vergonha, devido aos preconceitos raciais e sociais, mas também espaço de resistência diante da exclusão existente na época. No ponto de vista do romancista, São Luís é uma cidade

marcada pelo preconceito racial, mas é explicitamente negra, sendo que a discriminação se tornou um obstáculo para o desenvolvimento da capital maranhense.

É importante que se perceba a forma como o autor molda seus personagens, para que haja um efeito de imagem positiva do negro do Maranhão mesmo diante da situação discriminadora em que se encontra. Dalcastagné (2011, p. 322), ressalta que dar concretude a uma personagem negra não consiste numa tarefa fácil, visto que não há na nossa literatura modelos suficientes que nos sirvam de inspiração. Mesmo diante dessa dificuldade, vale afirmar que o escritor Nascimento Moraes tem a preocupação de apresentar os personagens de *Vencidos e degenerados*, não como vítimas, selvagens, inferiores ou até bestializados, mas como pessoas honestas que vivem do seu trabalho e têm consciência de sua situação no meio social

Dando avanço à reflexão, Duarte (2011, p. 385), ao caracterizar uma obra literária afro-brasileira, ressalta que normalmente ela apresenta as seguintes características: tema afro-brasileiro, voz autoral afrodescendente, linguagem marcada pela afrobrasilidade, ponto de vista político e cultural identificado à afrodescendência e um público-leitor. Assim, é possível afirmar que *Vencidos e degenerados* é uma narrativa de ficção parte integrante da literatura afro-brasileira. A obra possui temática negra, pois trata da realidade do negro no Maranhão, pós 13 de maio de 1888; é de autoria de um afro-brasileiro, apresentando assim o ponto de vista de alguém que constrói o negro em situação de protagonismo; a linguagem tem o objetivo de fazer o resgate da história do negro e sua realidade além de ter um público-leitor interessado em conhecer melhor essa história

Protagonismo dos vencidos na trama romanesca

Além dos personagens protagonistas João Olivier e Cláudio Olivier, há vários personagens negros e mestiços na obra, como Domingos

Aranha, Olímpio, Zé Catraia, João da Moda, José Maria Maranhense, nhá Andreza e outros. Nesta parte do ensaio,³ serão apresentados apenas quatro personagens do romance: João Olivier e Cláudio Olivier, que são os que têm mais ações ao longo da narrativa; e Andreza Vital juntamente com Domingos Aranha, que, embora sejam personagens secundários, são de extrema importância para a nossa análise.

Embora na atualidade ainda seja desafiador construir personagens negros como protagonistas, sobretudo, porque a tradição literária brasileira não traz “modelos suficientemente ricos que possam servir de inspiração” (Daltastagnè, 2011, p. 322), Moraes, na sua época, já conseguiu realizar tal proeza. É o se pode constatar nos personagens João Olivier e Cláudio Olivier, conforme comentado a seguir.

João Olivier é mestiço, filho de Francisco Jorge Olivier, mulato de Alcântara, e de Dona Rita, descendente de uma orgulhosa e rica família de Alcântara. O narrador descreve Olivier como “um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos, faiscando através das lentes do pince-nez. Envergava um fato azul claro; trazia um colarinho alto, gravata parda a borboletar” (Moraes, 2000, p. 28). João Olivier é guarda-livros, pai adotivo de Cláudio, jornalista vibrante, orador fluente, com enorme atuação na imprensa, mas perseguido por causa de ideias opostas aos governantes da época.

O jornalista da narrativa é um porta-voz das denúncias sobre as condições sociais, políticas e econômicas da cidade de São Luís. É possível destacar algumas denúncias feitas por ele. Uma delas diz respeito ao regime monárquico, cujos ranços a sociedade da época ainda carregava, conforme o trecho “Este regime monárquico – diz ele em voz baixa, grave – se tem suas vantagens, têm também seus prejuízos e temo muito que estes sejam em maior número que aqueles” (Moraes, 2000, p. 64). Um outro problema apontado por Olivier é ver como prejuízo o

3 Esta parte do ensaio é praticamente uma transcrição do segundo tópico do artigo: FREITAS, Luis Oliveira. Na contramão da história: preconceito e protagonismo em Vencidos e degenerados. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís, v. 8, n. 16, 2018.

fato não só do Maranhão ter sido colonizado por portugueses, mas a permanência destes na cidade até o momento presente. Neste ponto, ele diz “[...] um dos seus irremediáveis prejuízos é a colônia portuguesa para nós maranhenses [...]” e ainda “[...] o português sustenta com a sua bolsa muito desaforo que nesta terra se pratica e humildemente se presta a todos os seus caprichos” (Moraes, 2000, p. 64-65).

O narrador mostra que as alegrias e as esperanças da abolição da escravatura só foram mesmo no dia 13 de maio. Pois, como se sabe, a Abolição e a República não promoveram mudanças significativas na estrutura social brasileira muito menos na maranhense. Nesse sentido Volney Berkenbrock (1999, p. 95) afirma que, embora a Abolição tenha sido um fato positivo, “não significou diretamente nenhuma melhora imediata na vida dos então ex-escravos”. Os que eram escravizados ficaram livres, mas não foi criada uma política de inclusão para os negros recém-libertos por parte do governo muito menos uma profissionalização, portanto ficaram à margem da produção e da sociedade. A Abolição da escravatura e a Proclamação da República constituíam motivos de forte renovação social para João Olivier. No entanto, poucos anos após esses acontecimentos, o jornalista se mostra frustrado.

Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro [...] (Moraes, 2000, p. 76).

João Olivier mostra-se como alguém preocupado com a transformação social do Maranhão, mas para isso acontecer deveria haver uma certa intelectualidade do povo maranhense. Nesta realidade, segundo o jornalista, seria preciso uma política educacional do poder público para alfabetizar principalmente os mais pobres, ou seja, os filhos dos ex-escravos.

Só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político.

Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder... (Moraes, 2000, p. 77).

Já quanto a Cláudio Olivier, é possível afirmar que é a outro personagem de muitas ações no romance de Nascimento Moraes, inclusive é quem mais aparece ao longo da narrativa. Cláudio é mulato, filho de Domingos Aranha e Andreza Vital, mas é adotado por João Olivier, sendo, portanto, criado e educado pela progenitora de João, Dona Rita. O narrador afirma que Cláudio “era o mimo da família de Olivier e este se esmerava como pai na sua educação” (Moraes, 2000, p. 48). Como a família de João não tinha muitas posses, Andreza dava sua ajuda dividindo com eles o que ganhava com seu trabalho.

O narrador descreve Cláudio como “moreno cor de jambo, com seus olhos grandes e claros, fisionomia inteligente e audaz” (Moraes, 2000, p. 68). Cláudio foi educado por João Olivier “para trabalhar com vigor em benefício de sua raça” (Moraes, 2000, p. 91). Em relação à missão de Cláudio, assim João Olivier se expressa:

Quero o Cláudio um homem destemido, e não um bacharel qualquer, forrado para resistir a insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos; um polemista terrível que faça uma época e traga com a lâmina cortante de sua prosa, que há de ser castiça e fulgurante, o pelo desses animais que nos maltratam. (Moraes, 2000, p. 92).

Após a morte de João Olivier, Cláudio toma para si a missão que lhe fora destinada. Por essa época, já havia terminado seus estudos no Liceu e para poder subsistir abriu um curso secundário particular. No entanto, esse ofício pouco rendia e não dava para o sustento da casa, pois o salário de professor era baixo. Para poder suprir todas as suas despesas, contava com a ajuda de Andreza e de Machado, que tinha sido amigo de João Olivier.

Cláudio de posse do conhecimento erudito, segue as pegadas do seu pai adotivo. Nesse sentido, Nascimento Moraes constrói um personagem negro diferente para o contexto da época, pois, segundo Ione Jovino, (2006), os personagens negros das obras do fim do século XIX e início do XX, em geral, não sabiam ler nem escrever. Já na obra maranhense, Cláudio não é analfabeto e se destaca no mundo das letras tendo imenso gosto por elas, mas também colhe seus amargos frutos. Junto com alguns moços, funda o Grêmio Gonçalves Dias bem como um pequeno periódico, *O Campeão*, cujo primeiro número contou com quatro páginas, onde havia contos, sonetos, quadras, pensamentos, charadas e um artigo de fundo, de autoria do próprio Cláudio Olivier.

Com a fundação do periódico, Cláudio é convidado para revisor e noticiário do Jornal da Tarde, serviço remunerado. Mas também é a partir desse momento que se inicia a perseguição ao seu movimento, a ponto do desembargador Tomás Brito assim se pronunciar: “Vejam o futuro que há de vir por aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados de um Cláudio Olivier, de um Plácido Monteiro, que naturalmente virão ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições” (Moraes, 2000, p. 108).

Ao frequentar a casa de João da Moda, local de encontro dos poetas não reconhecidos, Cláudio conhece Armênia Magalhães, descendente de uma rica família arruinada economicamente, e se envolve afetivamente com ela. Neste sentido, Dalcastagné (2011, p. 323) ressalta que, na literatura, quando um negro namora uma branca, “não

será negro se não receber ao menos um olhar atravessado ao longo do seu caminho, e se não sentir de algum modo em sua carne esse olhar”. É justamente isso que ocorre quando a sociedade branca de São Luís toma conhecimento de que Cláudio estava envolvido com Armênia. Além disso, esse fato acentua ainda mais a intriga que havia em relação a ele, pois a moça era uma mulher cobiçada por todos. Mas vale observar também que Armênia se envolve com Cláudio não porque o amava, mas porque queria se vingar da sociedade ludovicense que a desprezou devido à sua situação econômica e comportamental. Por causa desse envolvimento afetivo, Cláudio perde seu emprego, a ajuda mensal de Machado, além de ser atacado de madrugada quando saía da casa da moça, sendo salvo por Aranha, seu pai biológico.

O narrador mostra que Cláudio é discriminado pela sociedade ludovicence não somente por ser pobre, mas, sobretudo, pelo fato de ser negro. Vale observar isto em alguns momentos da obra, como, por exemplo, quando participa da festa de aniversário da filha de Machado. Cláudio foi convidado pelo dono da festa para declamar alguns versos e ao terminar, uma senhora diz: “É um rapaz bonito. Se fosse mais clarinho, um pouquinho mais aberto na cor...” (Moraes, 2000, p. 170).

Ao longo da trama, observa-se que Cláudio Olivier, embora tivesse tido uma educação formal, o que não era tão comum aos afrodescendentes da época, e que poderia dar-lhe certo empoderamento em relação aos outros, não esquece sua origem negra. Defende sua mãe Andreza quando esta, meio embriagada, se envolve numa pequena confusão por ocasião da festa de Santa Severa, no adro de São Pantaleão, conforme o trecho a seguir: “O policial, que se levantara atônito, magoado, sentindo a impressão da mão-de-ferro que o sacudira olhava de longe aquele rapaz simpático, de fisionomia severa e olhar irado, que defendia a mãe com tanta energia” (Moraes, 2000, p. 97). Como Andreza de vez em quando costumava se embriagar e ficar alterada, muitos aconselhavam Cláudio a negá-la, mas este lhes dava a seguinte

resposta: “– Negar minha mãe! Deus me livre! Eu nada seria sem ela e no dia em que a negar, nada, nada mais serei” (Moraes, 2000, p. 103). Embora seja visto por muitos como filho de João Olivier, Cláudio não esconde de ninguém seu verdadeiro pai, Domingos Aranha: “– João Olivier criou-me, educou-me e me deu o nome que uso; mas o meu verdadeiro pai, Armênia, é Domingos Aranha” (Moraes, 2000, p. 260).

A criação do Grêmio, a publicação do periódico, a crônica que publicava diariamente e o envolvimento com Armênia foram os principais motivos que levaram ao crescimento das inimizades a Cláudio Olivier. Diante disso, a única saída que lhe restava seria deixar o Maranhão e tentar a vida em outro lugar. O conselho de seu pai Domingos Aranha foi fundamental nessa decisão: “[...] Tenho cá uma coisa que me diz que tu deves sair daqui [...]” (Moraes, 2000, p. 277). Alguns anos depois, Cláudio, já rico, retorna a São Luís, vindo do Amazonas, com destino ao sul.

Santos (2011, p. 311) aponta que Nascimento Moraes se posicionava “de modo veemente, sobretudo quando a questão era discriminação pelo preconceito de cor e/ou atitudes quejandas”. Por meio de suas personagens, ele repreendeu com seriedade as profundas injustiças que existiam na sociedade da época. E, nesse sentido, não se pode também esquecer que, além de João e Cláudio, há outros personagens cujas ações são bastante significativas na obra. Embora eles sejam secundários na trama romanesca, apresentam certo protagonismo principalmente no que se refere a ter voz na narrativa. Dentre os personagens secundários, foi selecionado o casal Andreza e Aranha, pais biológicos de Cláudio Olivier.

Andreza Vital se caracteriza como a principal personagem feminina negra do romance do autor maranhense. Antes de comentar sobre ela, é preciso ressaltar que na literatura brasileira normalmente a mulher negra tem sido representada a partir de discursos negativos

construídos por escritores brancos (Campos, 2008). Em geral, as mulheres negras são figurativizadas para explorar temas da sedução, beleza, resistência física ao trabalho e para suas habilidades culinárias.

Com Andreza, descrita como “uma mulata alta, magra, simpática de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente” (Moraes, 2000, p. 47), não é bem isso que ocorre, pois ela, na trama, representa a imagem da mulher negra pobre que luta pela própria sobrevivência não somente da sociedade ludovicense, mas de toda a nação brasileira (Bras, 2014). Mesmo que seja retratada sob os atributos de ex-escrava, pobre, moradora de um cortiço, viciada em bebidas alcoólicas, vivendo do aluguel dos seus serviços domésticos, possui uma personalidade forte, pois era de atos comedidos, que marca sua identidade e a torna diferente de outras personagens femininas negras de obras de nossa literatura cuja temática é a escravidão. É uma mulher vaidosa que, mesmo diante das dificuldades financeiras, não perde sua feminilidade, enfeita-se com colares e brincos e traça vestidos de chita.

Andreza trajava um vestido inteiro de chita ramalhuda, que ela enrolava como toga, em volta do corpo, prendendo a ponta debaixo do braço. Desconcertara-se-lhe o penteado na cabeça; corria-lhe o suor pela fronte brônzea e pelo pescoço quase nu.

Brilhava-lhe no colo um esplêndido cordão de ouro que ela angariara outrora e, nas orelhas, grandes rosetas de diamantes, de antigo gosto (Moraes, 2000, p. 96).

Quando jovem, Andreza se envolveu afetivamente com Domingos Aranha, também escravo na época, e ficou grávida de Cláudio Olivier, logo adotado e educado por João Olivier, por quem ela tinha enorme apreço. Apesar do filho não morar com ela, mostra-se uma mãe dedicada a ele e nunca o abandonou, já que ajudava no sustento da casa da família de João com o dinheiro que ganhava nos serviços domésticos, até mesmo quando Cláudio já se tornara homem feito.

É amásia de Aranha, mas separou-se dele por um período de dois anos, por uma lamentável traição por parte dela com o rico comendador Magalhães, com quem teve outro filho, João da Moda, mas nunca soube dessa criança, acreditando que morrera ao nascer, quando na verdade o próprio comendador havia mandado algumas escravas desaparecerem com o menino. Quando adulto, João da Moda acaba descobrindo que Andreza é sua mãe e, embora faça algumas tentativas de aproximação, não consegue lhe revelar tal descoberta.

E o João ficou com outro problema a resolver... Não teria aquela mulher nenhum pressentimento de que era seu filho? Não lhe diria a alma que entre si e ele havia um elo muito forte? Nunca pensaria nesse filho que perdeu sem conhecer? Não teria saudades dessa criança que lhe fora arrancada dos braços, sem que ela o visse? Que impressão teria ao despertar da vertigem que a prostrou, quando ao relancear o olhar não encontrou mais o filho? Como receberia ela a notícia, a horrorosa notícia de que o filho morrera ao nascer? (Moraes, 2000, p. 232).

Andreza representa a força da mulher negra na obra de Nascimento Moraes, pois apesar da vida dura que leva e dos preconceitos pelos quais ela passa, mostra-se forte e competente naquilo que sabe fazer, não se acomoda nas situações difíceis, ou seja, não é tratada como uma coitadinha. É o tipo de mulher lutadora e independente que, para se sustentar, não sente necessidade de um casamento e nem fica presa a um homem em virtude do sustento de seu filho, mantendo, desse modo, sua liberdade de ir e vir.

Quanto a Domingos Daniel Aranha, observa-se que é apresentado como um ex-escravo do comendador Magalhães, de quem havia sido o melhor capanga. O narrador descreve-o como “um mulato alto de meia-idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos

crespos” (Moraes, 2000, p. 40). Possui fama de arruaceiro e valente e, enquanto era escravo, livrou seu senhor de muitas ciladas devido às aventuras amorosas em que o comendador se envolvia.

[...] Aranha fora capanga de seu senhor. Andava com ele em frequentes excursões pelo interior da província e, como o senhor se entregasse a conquistas amorosas, arriscadas e difíceis, ele tivera ocasião de muitas vezes salvar-lhe a vida poupando-a às investidas da vingança cruenta que não esmorece, nem mede perigos. (Moraes, 2000, p. 41).

Aranha foi liberto da situação de escravidão antes da abolição, por vontade de seu senhor. Logo que ganhou a liberdade, passou a morar com seu amigo Olímpio Santos, trabalhando com ele no ofício de sapateiro, que há muito aprendera. Embora os dois amigos apresentassem gênios opostos e índoles diversas, se entendiam muito bem. “Uma ponte poderosamente os ligava – aquela cana-capim especial que lhes fazia a delícia na bodega do Beco do Precipício” (Moraes, 2000, p. 42). Eles não participam da festa e da passeata em comemoração à Lei Áurea na casa de José Maria Maranhense, pois enquanto ela ocorria, aproveitaram para tomar sua deliciosa cachaça, já que a apreciavam bastante.

Além de Olímpio, Aranha tem vários outros amigos, e da mesma forma que Andreza, tem muita consideração por João Olivier e sua família, por ter educado seu filho Cláudio. “[...] Aranha e Andreza tinham pela família do moço jornalista toda consideração e respeito que suas almas incultas lhe podiam dispensar” (Moraes, 2000, p. 48). Se Andreza não o tivesse traído, fato que lhe causa bastante desgosto, ele certamente teria se casado com ela.

Aranha desempenha um papel muito importante na obra, pois é ele quem salva a vida do filho em uma emboscada numa noite escura, em virtude do envolvimento amoroso de Cláudio com Armênia. Após esse fato, Aranha aconselha o filho não somente a deixar Armênia, como

também sair do Maranhão e procurar serviço em outro lugar, da mesma forma como João Olivier havia feito, embora sem muito sucesso. Aranha se dispõe a sustentar a família de Olivier enquanto o filho estiver fora e assim fica decidido que Cláudio tentará a vida em outro lugar, como de fato acontece. Dessa forma, Domingos Aranha se revela como alguém que, apesar de não ter a cultura letrada, sabe fazer boa reflexão dos fatos e toma uma posição bastante sábia.

Conclusão

Conforme foi possível observar, a obra *Vencidos e degenerados: crônica maranhense* traz várias questões sociais vivenciadas no Maranhão nos primeiros anos da pós-abolição e da República brasileira. Uma dessas questões, segundo Navas-Toríbio (1990), é justamente o preconceito, já apontada por Aluísio Azevedo, em *O mulato*, sobretudo, aquele que se refere ao aspecto étnico-racial, existente na sociedade maranhense, desde os períodos colonial e imperial. O romance de Nascimento Moraes, por ser posterior à ação da obra de Azevedo, representa uma continuidade da temática da discriminação já abordada no romance que inaugura o Naturalismo brasileiro.

No entanto, Nascimento Moraes, talvez por ser afrodescendente, tem a preocupação de construir personagens negros, cujas ações são mais positivas do que em Aluísio Azevedo. Isto se dá porque enquanto Raimundo, protagonista de *O mulato*, não consegue se impor diante do preconceito, os personagens de Moraes são bem determinados e não se deixam abater pela situação de discriminação.

Desse modo, observou-se que esses personagens negros de *Vencidos e degenerados* exercem de fato o protagonismo, pois se sentem autônomos em suas decisões e ações. Nesse sentido, eles se diferem das imagens recorrentes em muitas obras de nossa literatura, como um negro servil, melancólico e saudosos de sua pátria, vítima, digno de pena

e que não sabe se expressar, necessitando de alguém que fale por ele. No romance de Moraes, há boa visibilidade do negro no decorrer de toda a trama, além disso, esses personagens não escondem sua identidade negra e têm sua própria voz de denúncia contra o desrespeito aos direitos sociais de seu povo.

É uma obra que, por não estar no cânon literário oficial, é pouco conhecida, até mesmo entre os professores de literatura da educação básica no Maranhão. Por isso, há necessidade de mais estudo, debate e divulgação das obras literárias que tratam da realidade do negro brasileiro e maranhense, principalmente daquelas que buscam valorizar esse grupo étnico e resgatar a identidade negra. Mesmo diante de um caminho a percorrer, vale reconhecer que muitas conquistas já foram feitas, inclusive no campo da literatura de ficção, visto que nas últimas décadas, muitas obras foram produzidas por autores negros que têm a preocupação de apresentar seus personagens em situação de protagonismo livres dos estereótipos do passado, em vista da construção de uma consciência negra que contribua para a superação do preconceito racial ainda muito forte em nosso país.

Referências

- ARAÚJO, Adriana Gama de. *Em nome da cidade vencida: a São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889-1920)*. 2011, 134f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- BERKENBROCK, Volney J. *A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRAS, Helayne Xavier. *Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes*. 2014, 121f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. *Representações da mulher negra na literatura brasileira*. 2008. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/Maria%20Consuelo%20Cunha%20Campos.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

DALCASTAGNÉ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Volume 4. História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura afro-brasileira. 100 autores do século XVIII ao XXI*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Volume 4. História, teoria, polêmica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FANTINI, Marli. Machado de Assis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Volume 1. Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FREITAS, Luis Oliveira. Na contramão da história: preconceito e protagonismo em Vencidos e degenerados. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís, v. 8, n.16, 2018.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de literatura maranhense*. São Luís: Sioge, 1976.

MORAES, Nascimento. *Vencidos e degenerados: crônica maranhense*. 4. ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

NAVAS-TORÍBIO, Luzia. *O negro na literatura maranhense*. São Luis: Edições AML, 1990.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis / Belo Horizonte: Ed. Mulheres / PUC Minas, 2004.

SANTOS, Maria Rita. Nascimento Moraes. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*. Volume 1. Precursores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Os “Vencidos e Degenerados” de São Luís¹

Isis Rost

*“Preto e pobre, humilde e sem proteção,
abriu caminho a golpes de talento e pela sua
bravura moral” – Neiva Moreira*

“Vencidos & Degenerados”?

“Preto e pobre, mas honrado” numa sociedade provinciana “onde os preconceitos raciais não eram menos intensos do que na época em que Aluísio Azevedo escreveu *O Mulato*”², Nascimento Moraes rompeu barreiras, destacando-se como professor, jornalista e intelectual. Seu trabalho mais marcante é o romance *Vencidos e degenerados* (1915), publicado em São Luís.³ Trata-se de crônica retratando o cotidiano da capital maranhense entre o final do século XIX e início do século XX: “Às oito horas da manhã do dia 13 de maio de 1888 a residência de José Maria Maranhense, na Rua São Pantaleão, uma meia morada de bons cômodos, regurgitava de gente” (Moraes, 2000, p. 27)

Desde o início, já respiramos o mesmo ar de esperança “daquela gloriosa manhã” (Moraes, 2000, p. 27), e os efeitos da Abolição numa das capitais mais escravocratas do Brasil. Para os ludovicenses, os primeiros

1 Ensaio apresentado em 12/12/2022 para o professor Fred Coelho como pré-requisito para aprovação na disciplina “Os limites do literário”.

2 Jean-Yves Mériaux, in Moraes, 2000, p. 13-14.

3 *Vencidos e degenerados* foi publicado por quatro vezes, em 1915, 1968, 1982 e 2000

anos da República foram marcados por múltiplos personagens, alguns novos, outros nem tanto: livres e libertos; pobres e ricos; gente de família, e gente com genealogias paupérrimas ou desconhecidas; moças sérias e moças de vida alegre; os que terminavam permanecendo na “terra perdida” e aqueles que, através de recursos herdados, embarcam para o Rio de Janeiro. Nascimento Moraes entendia na pele que “não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam preconceitos”. O romance, que possui fortes traços autobiográficos, é repleto de denúncias irônicas do ambiente provinciano, e a ficção histórica enrosca-se de tal forma aos acontecimentos verídicos, que os limites entre vida e obra ficam imperceptíveis.

Na orelha do romance (na edição de 2000), Nauro Machado indica que Nascimento Moraes foi uma daquelas figuras que “nunca saiu do Maranhão”, onde nasceu e escreveu “subdividido em mais de dez pseudônimos ou máscaras com que procurava moldar suas características mais variáveis e cambiantes”. E assim como Cláudio, decide: “Está resolvido: tinha que viver em São Luís, exercer ali a sua atividade, despender a sua energia em terra tão acanhada. Se tivesse que ser alguma coisa em sua terra, sê-lo-ia. Sotero dos Reis e João Lisboa foram grandes no próprio berço” (Moraes, 2000, p. 183). Através de uma linguagem direta, irônica e sem floreios, dispara: “Três defeitos há nessa terra, que dão origem a todos os seus males: 1º preto querer ser branco, – 2º burro querer ser sábio – 3º pobre querer ser rico” (Moraes, 2000, p. 188).

Marcado por uma “ideologia da decadência” não apenas econômica como intelectualmente, viveu numa época de esfacelamento de grandes propriedades rurais, fragmentadas em pequenos hectares, e pelo reordenamento da produção para o mercado nacional. Neste universo inicia a narrativa, já denunciando figuras como Coronel Lousada: “Terrível senhor de escravos” (Moraes, 2000, p. 30), e as crueldades praticadas por ele

Lousada tinha especiais e originalíssimos instrumentos de suplício, tais como: cabos preparados com estilhaços de vidros, por onde forçadamente subiam e desciam os escravos, até cortarem inteira e profundamente as mãos: redes com lâminas lacerantes e pregos onde se embalavam, num horrível balanço, aqueles infelizes até se retalharem as carnes e rasgarem os tecidos das costas e dos flancos; martelinhos para baterem na arcada do peito até o sangue espirrar ou golfar pelo nariz e pela boca; espetos de ferro que se levavam ao fogo até o rubro, para queimarem os olhos, a língua e os membros dos escravos, que endoideciam nas prisões úmidas e sufocantes do pavimento térreo. (Moraes, 2000, p. 30-31)

O autor chama atenção para os casos de escravizados que enlouqueceram com a notícia da Abolição: “muitos outros casos de loucura foram depois conhecidos com as notícias que chegavam do litoral e do interior” (Moraes, 2000, p. 44). O livro começa na manhã do dia 13 de maio de 1888:

A comemoração

Assim que a notícia da Abolição é confirmada, explodem as mais diversas emoções na Ilha. “Pelas ruas cruzavam-se grupos e grupos de escravos, a gritar, loucos de satisfação; outros berravam obscenidades que, como pedradas, iam bater nas janelas dos escravocratas: insultos soezes, ofensas terríveis, contra a família dos ex-senhores que, temendo violências físicas, fechavam as portas, apenas acabavam de sair os últimos libertos” (Ibidem, p. 35). “A alegria borbulhava e rebentava vitória no peito de todos”, e entre a alegria e a algazarra, os nomes de muitos senhores eram lembrados, sendo classificados como mansos ou cruéis, e “compreendia-se pelos gestos, pela fisionomia, pelo olhar, o que cada um dos nomes lembrados lhes avivava na alma” (Moraes, 2000, p. 39). Um grupo de mulheres “arrepanhadas, em desalinho, quase desvairadas, quase loucas do contentamento” (Ibidem, p. 38) foram recebidas “com estridentes berros canibais” numa taverna úmida e escura do Beco do Precipício, no bairro do Desterro. Por lá, festejavam, bebendo vinho verde, “esplêndido para regar peixadas”,

em copos de vidro grosso e pesado que passavam de boca em boca, até se esvaziarem, fazendo círculos. Levantavam os folgazões um grito de ensurdecer; eram sons roucos e ásperos, gargalhadas escancaradas, imprecações inexpressivas, mistura de palavras que, fora, na rua estreita e descalçada do Desterro, e no beco, chegavam qual um alarido de rolo fechado. [...]

era uma confusão dos diabos: juntavam-se infernalmente ao motim batuques incessantes, muradas valentes em cima do balcão, que tiravam um som surdo e prolongado; tinir de níquel e cobre nos pratos da balança, na madeira do balcão, nos metais do orifício da tampa da gaveta à maneira de cofres. Na ânsia de beber, batiam com os joelhos no velho encosto que, cedo de contínuo, esbaqueado, abria aqui, lascava acolá. As raparigas avançavam sofregamente nos copos, arrebatando-os das mãos dos conhecidos, ou bebiam com eles, e ao mesmo tempo, enroscando-se-lhes nos corpos suados, já decompostos, num desbragamento morno de prazer e de volúpia. (Moraes, 2000, p. 38-39).

Importante é a distinção que existia, demarcada através da presença do sapato, como sinal de superioridade. Descrevendo dois sapateiros, pretos, que bebiam cachaça na taverna, observa que, enquanto Olímpio Santos “caprichava nos calçados que usava” (Moraes, 2000, p. 39), Domingos Daniel Aranha “não calçava” (Moraes, 2000, p. 41).

Mas não eram todos os que se animavam: os comerciantes, antecipando a precariedade de condições de subsistência para os recém-libertos, quase ameaçam: “prepara-te para o fiado, pagável quando for possível [...]. eu hei de ver o governo arrependido do que fez, porque essa cambada, sem sujeição não trabalha, nem respeita a ninguém” (Ibidem, p. 42- 43). Entre os que mais sofreram com a Abolição, estão

os pobres que tinham escravos. Os pobres presumidos. Faziam economias, com prejuízo de alimentação, e ostentavam pequeno cabedal de negros. Os escravos dos pobres sofriam as mais ridículas vexações porque o espírito pequenino dos seus senhores se deliciava

em os ocupar a todo instante com as coisas mais insignificantes, bagatelas [...].

Pertencer à primeira sociedade era possuir, pelo menos, duas ou três cabeças de negros. Imagina-se facilmente o desconsolo em que ficaram esses pequenos proprietários, quando se viram, num minuto, abandonados pelos escravos que eles tinham comprado à custa de mil sacrifícios e inúmeras necessidades (Moraes, 2000, p. 37).

Breve resumo de “Vencidos & Degenerados”

Passada a primeira euforia, acompanhamos a trajetória de Cláudio. Filho dos ex-escravos Domingos Aranha e Andreza, Cláudio foi criado pela família de João Olivier, jornalista abolicionista. Assim como o autor, João Olivier é um jornalista reconhecido por comentários cáusticos, era “mestiço, e fora com dificuldades que se colocara na imprensa” (Moraes, 2000, p. 28). Por suas opiniões, precisou exilar-se de São Luís, indo para o Amazonas, onde morre.

Anos depois, descobrimos que Cláudio seguiu os mesmos passos do pai adotivo, voltando para a Ilha como um jovem jornalista; com a pena em punho, desafiante, acaba fundando em parceria com outros literatos marginalizados um Grêmio, cujo periódico *O Campeão* não tardou a criar incômodos na alta sociedade, já no início do século XX. Um grupo elitista de “pseudo-intelectuais” responde com a criação de outro periódico: *O Triunfo*, que no final das contas acaba triunfando realmente, pois os rapazes que eram ligados a Cláudio e ao *Campeão* começam a ser perseguidos, ameaçados e, após um ataque noturno, a única alternativa que restara a Cláudio era dissolver o Grêmio e o Periódico e partir para o exílio na Amazônia. Alguns anos se passam, e quando ele enfim retorna, após alcançar reconhecimento em terras estrangeiras, chega à cidade com status de intelectual, sendo admirado por todos e recepcionado com festas e louvação. Moraes critica o fato de que, para alcançar o reconhecimento na província, é preciso obtê-lo

de fora para dentro: ser renomado fora do Maranhão automaticamente legitima seu reconhecimento em terras maranhenses, onde “um Cláudio qualquer, pobretão, obscuro, que um dia se lembrara de ir lá ter, para ganhar a vida, em pouco tempo voltava rico, orgulhoso, abarrotado de brilhantes comissionado pelo governo!...” (Moraes, 2000, p. 281).

São dois períodos distintos: o primeiro é imediatamente após a Abolição, até o processo de transição para a República, expressando a esperança por transformações sociais. Acompanhamos a infância de Cláudio. No segundo momento, vamos seguindo a trajetória de Cláudio como jornalista, ao mesmo tempo em que percebemos os efeitos da instauração da República. Várias situações mencionadas em *Vencidos e degenerados* coincidem com os acontecimentos que sacudiram intelectualmente São Luís na virada do século XIX ao XX, e o debate entre o Nascimento Moraes e Antônio Lobo, cujos efeitos se mantêm ainda hoje, refletidos na apropriação da narrativa dos acontecimentos.

“Eu sou um Lutador”

Negro, filho de ex-escravos, abolicionista e republicano, José do Nascimento Moraes (19/03/1882-21/02/1958) destacava-se em seu tempo por várias razões e precisou lutar o triplo para alcançar espaço no meio intelectual e jornalístico ludovicense. De origem humilde, combateu o quanto pode os preconceitos de sua época, numa das maiores sociedades escravocratas, a maranhense. Josué Montello pondera que a “circunstância de ser negro o seu autor, com a memória nítida do cativo, dá ao depoimento de Nascimento Moraes, na literatura da escravidão, uma posição de relevo” (Moraes, 2000, p. 19). Ele jamais se intimidou, sobretudo, no tocante às relações raciais. Com escrita ferina, irônica, mordaz, o jornalista posicionava-se contra a supremacia da cultura europeia e a hierarquização das culturas.

Filho do sapateiro Manoel do Nascimento Moraes, mulato ex-combatente da Guerra do Paraguai, e de Maria Catarina Vitória, escrava liberta na Abolição, quando se torna feirante para sustentar a família, José do Nascimento Moraes possuía “empedernida couraça forjada pelo aço ou pelo ferro da sua resistência atávica, fruto que foi da união de um mulato e uma preta” (Machado, 1982, p. 7).

Manoel do Nascimento Moraes – Conhecido como Currupira pelos arredores da Rua das Hortas e Camboa, Manoel nasceu em 1839, em São Luís. Capoeirista exímio (assim como Domingos Aranha, pai de Cláudio), voltou coxo da Guerra do Paraguai, e sem qualquer condecoração: o general Osório, responsável pela condecoração dos sobreviventes, havia imposto condição: “aqueles que sabem escrever, ler e contar, dê um passo à frente”. Manoel teria jurado naquele instante que seus filhos saberiam ler e escrever, e não mediu esforços para cumprir, trabalhando como sapateiro na capital.

Dos pais sempre a advertência de que só estudando poderia vencer, sair do anonimato e conquistar na vida social da cidade um “lugarzinho ao sol”. Alertava-os o velho sapateiro contra os preconceitos sociais da época. Era a luta dos pais. Uma advertência permanente. E certamente narrava a humilhação que sofre nos campos de guerra [...]. Talvez o acontecimento, contado tantas vezes, ajudassem aos meninos a resolução de, com afinho, decidirem-se ao estudo. Alunos pobres, mas ambos estudiosos e com elogios dos seus professores (Moraes, 1972, s/p).

A imagem do pai de Nascimento Moraes se confunde com *Domingos Aranha*: Inteligente e perspicaz, frente à estupidez infame e mesquinha dos senhores (Moraes, 2000, p. 42). Com relação à mãe de José Nascimento Moraes, D. Maria Catarina Vitória, julgo que ela merece pequeno capítulo a parte, mais pra frente... ***

Mesmo com os estudos incompletos, Nascimento Moraes consegue passar no concurso de Cátedra para professor de Geografia do Liceu Maranhense, em 1914, concorrendo com professores renomados, como os irmãos Antônio e Raimundo Lopes. Este fato ressentiu Antônio Lobo a tal ponto que “No ‘Diário’, Lobo pergunta tomado de raiva, ferido pelo despeito: Onde aprendeu y quem lhe ensinou?” (Moraes, 1910, cap. IX). Manoel Martins identifica Nascimento Moraes como “figura ímpar entre os *Novos Atenienses* [...] impôs-se no concerto sócio-cultural maranhense do seu tempo após vencer, pela instrução formal, as barreiras sociais interpostas ao fato de ser ele originário de pais analfabetos, pobres e negros” (Martins, 2006, p. 159).

Participante ativo de vários jornais⁴, Moraes criticou diversos intelectuais, sobretudo Antônio Lobo: “[Lobo] repete: -‘E já viste um negro pensar?’ Mas que professor e que jornalista Republicano é Lobo!” (Moraes, 1910, cap. IX) e sua invenção proposta n’*Os Novos Atenienses*: “Continuamos a tarefa a que estamos obrigados – desancar os “Novos Athenienses” (Moraes, 1910, cap. X). Nauro Machado o considera “sob certos aspectos, a figura de jornalista mais importante das primeiras cinco décadas em nossa terra” (Machado, 1982, p. 7).

D. Armênia Magalhães

O retrato da decadência da família tradicional ludovicence pode ser vislumbrado através da personagem Armênia Magalhães, “descendente de uma rica família, a do Coronel Magalhães” (Moraes, 2000, p. 132). Na mocidade, era vista por todos como uma “estrela de primeira grandeza” dos tempos do Império. A decadência é narrada em sequência: seu pai era um “velho de índole caprichosa, que ia até

4 *Diário de São Luís; A campanha; O Maranhão; A pátria; O jornal; A Tribuna; A Hora; Diário do Norte; Diário Oficial; O Globo; Correio da Tarde; A Imprensa; Regeneração; Notícias; Diário do Maranhão; Atenas; Correio da manhã; e O imparcial.*

a malvadeza e à perversidade”. Certo dia contrariou-se com Alfredo, “meu braço direito, meu homem de confiança”. E o esbofeteou, em pleno Mercado Central. Com sangue nos olhos, Alfredo se cala e continua a trabalhar. Já no fim do dia, como de hábito, o Coronel estava jogando conversa fora, “na porta de uma taverna, na Rua de Santana” (Moraes, 2000, p. 133), onde se reuniam alguns ricos em amistosa palestra sobre os ganhos e perdas, arrotando o jantar. Alfredo, moço alto e forte, se aproxima e pede atenção. “O negro estava calmo, limpo e não inspirava receios” (Ibidem). O Coronel levantou-se e foi encontrá-lo, já na esquina com a Rua de São João. Alfredo não esperou ele chegar, lhe agarrou pela gola, e com uma lâmina o golpeia não só uma, mas três vezes “e um corpo baqueou na rua, sem um gemido” (ibidem). “- Um escravo matou o sinhô!!!”, foi o grito que correu toda cidade. Dali, Alfredo vai direto para o sobrado do Coronel Magalhães, na Rua da Palma, confessar o crime à recente viúva, mãe de D. Armênia, que o assiste pálida, com o olhar assustado:

- D. Amélia, acabei de matar seu marido. Vosmecê sabe melhor do que eu que eu era o único escravo que o estimava. D. Amélia, acredite: eu tinha até satisfação de ser escravo. Não era para o seu marido (as lágrimas desciam-lhe pelo rosto) fazer o que me fez hoje. Minha senhora, me desculpe. Mande juntar o corpo de seu marido lá na rua de Santana. Até nunca mais! (Moraes, 2000, p. 134).

Os irmãos de D. Armênia eram “ignorantes, sem prática nos negócios, sem trato social”, mimados pelo seio da família, e enquanto Alfredo era “enforcado no lugar em que cometeu o crime” (Moraes, p. 134), os irmãos tratavam de desperdiçar as economias da família. Nessa penumbra, elas foram abandonadas pelos últimos escravos que restavam, no dia 13 de maio.

Quando a matriarca faleceu, D. Armênia, que recebera “educação esmerada. Mimo de sua mãe” (Moraes, 2000, p. 135), desatou as “peias

que a atavam” e, caindo de amores por um professor italiano, amasiou-se com ele. O galã se mostrou um explorador, e a abandona no final de dois anos e alguns contos de réis. Após este escândalo, “fechadas lhe foram as portas dos clubes, negados os ingressos nos bailes, rotas as relações de família, repelidos os cumprimentos” (ibidem, p. 136). Armênia sentia, e não se calava: “Hipócritas!... Fingidos! Que sociedade bem divertida é essa em que eu andei tantos anos! – Hipócritas!... Fingidos!” O que lhe soava repugnável era aqueles que lhe fechavam as portas dos bailes serem os mesmos velhos decrépitos “respeitáveis pais de família” que babavam, cobiçando por sua carne, quando a viam nas ruas do centro “e sou tudo isso só porque não os pertenci, só porque não me souberam roubar o coração” (ibidem, p. 137). Inteligente e quase moderna, Armênia indigna-se contra a hipocrisia local e decide, “Não sirvo para dançar nos vossos salões? Pois não sirvo também para amante!...” (Moraes, 2000, p. 242):

Pois bem, eu não vos perturbarei na doce paz, nem os prejudicarei os sonhos em que viveis imerso, oh! Honestíssimos pais de família! Eu sou a flor do mal, e sei procurar meu lugar – ficarei no lodaçal, no paul nojento. Eu sou a flor do vício – reinarei na orgia, nas bacanais imundas onde encontrarei quem me aspire, que me queira assim, quem por mim dê a vida e ache a morte um consolo (Moraes, 2000, p. 137).

No romance, vamos encontrar Armênia já com trinta e tantos, quase quarenta anos, em “decadência da forma, em declínio de exuberância, mas ainda assim formosa, ainda simpática, ainda infernalmente sedutora” (Moraes, 2000, p. 115)

pela distinção do porte, pela admirável disposição de linhas, harmonia de membros, o bem lançado dos braços e dos seios entumecidos, que naquela noite arfavam num corpete cor-de-rosa, a sobressaírem com a graça sedutora, tronco esbelto repousado em soberbas colunas que se desenhavam bela na saia de cambraia branca (Moraes, 2000, p. 115).

Taxada pela alta sociedade, “a deliciosa bacante das horas caladas da noite” (Moraes, 2000, p. 129) passa a não se importar com olhares, nem ouvia os comentários, tomando a iniciativa a quem se afeiçoava: “- Queres acompanhar-me?”. E passou a viver “livre e independente”, desafiando a sociedade ao se relacionar com Cláudio: “viu-o e sentiu-se tomada de subitânea paixão ou loucura. Convenceu-se depois de que era ele, de fato, o homem que ela procurava” (Moraes, 2000, p. 141). Este fato provoca a indignação da elite: “o pessoal lá do alto queria possuir Armênia, visitavam-na, e porque ela não quisesse ceder, e dar uma causa, eles procuravam vingar-se nele, que era um obstáculo” (Moraes, 2000, p. 145). Os amigos aconselhavam Cláudio:

Não te ofendas, mas a Armênia te fez um instrumento de vingança. A Armênia, eu conheço de longas datas. Depois da queda, procurou frequentar a sociedade. Fecharam-lhe as portas. Ela, inteligente, perspicaz, lida e instruída, por sua vez fechou as portas à sociedade... dos homens! [...] Encontrou-te e agarrou-te para desfeitear o pessoal que a cerca. É uma opinião de velho: não te fica bem essa posição! (Moraes, 2000, p. 242).

Existem duas personagens femininas marcantes no livro. Uma é Armênia Magalhães; a outra é Andreza Vital.

Cláudio

O protagonista, assim como o escritor, é um jornalista mulato, inteligente desde pequeno, pobre, descendente de escravizados, que enfrenta constantes preconceitos raciais e discriminatórios por sua origem. Filho de Domingos Aranha e Andreza Vital, Cláudio é criado e instruído por João Olivier. Fica a impressão de que o personagem de João Olivier e o de Cláudio entrelacem duas faces de Nascimento Moraes.

O empenho intelectual de Cláudio no mundo literário provocou a ira de grupos elitistas, principalmente após Armênia se interessar

romanticamente por ele. Mesmo em decadência, ela era filha de Coronel e possuía renome familiar. Cláudio passa a ser perseguido pela elite conservadora, por suas ideias e relações. Vendo-se desamparado por todos, após ousar se relacionar com alguém “superior à sua condição”, segue o conselho de Aranha, seu pai, e exila-se no Amazonas.

Domingos Daniel Aranha

Ex-escravo, trabalhava como sapateiro após ser capanga por anos, até seu “senhor” o libertar, já no leito de morte. Toda Ilha o reconhecia como bom de briga, por ser exímio capoeirista. Era “um mulato alto de meia idade, mais magro que gordo, pouca barba, bigode ralo, cabelos crespos.” (Moraes, 2000, p. 40). Fora amasiado por anos com Andreza Vital, por quem nutre ainda um carinhoso cuidado.

Andreza Vital

Na algazarra do dia 13 de maio de 1888, Andreza “era uma das satisfeitas, pois que se libertara em torno da lei” (Moraes, 2000, p. 47). Liberta em virtude da Lei Aurea, Andreza Vital é forte, segura e séria (Moraes, 2000, p. 47). “Mulata, alta, magra, simpática, de trinta e cinco a quarenta anos aproximadamente”. Havia se amasiado com Aranha anos antes, com quem teve um pequeno, Cláudio. Uma mágoa antiga os separou, quando Cláudio tinha dois anos: O “senhor” de Andreza havia se afeiçoado dela, e aproveitando uma das viagens que o capanga Aranha era obrigado a fazer com o seu “senhor”, investiu brutalmente contra a honra de Andreza, que não teve outra escolha além de ceder, afinal os negros não podiam negar nada. Como resultado do estupro, Andreza fica grávida, entregando o filho para adoção assim que ele nasce. Quando Aranha retorna, descobre e, atordoado, não consegue engolir o golpe, ferido de traição e desconfianças. Separam-se. “Andreza

ficara livre e desimpedida de qualquer compromisso, vivendo sobre si, sem ter que dar conta de seus passos a ninguém. Contudo Aranha não se ausentara do primeiro cubículo do lado direito do Beco do Precipício” (Moraes, 2000, p. 51), onde ela morava.

O elo, o poderoso elo que vinculava aqueles dois corações, aquelas duas almas, era o pequeno, o mulatinho inteligente e sabido que a mãe do jornalista criava. Elo inquebrantável era esse que os prendia, havia anos, e fazia que um andasse sempre à procura do outro (Moraes, 2000, p. 52).

Mesmo com outros amantes, Andreza “tinha ainda por ele uma estima que a todo momento se manifestava”. Dividia todo o seu ganho com “as brancas” da família Olivier, que cuidavam de seu filho com Aranha. Mulher séria, Andreza era exuberante nos bares e festas, e jamais passava incólume, sendo reconhecida por todos da região.

A relação histórica entre as pessoas negras e pobres e a polícia é retratada num episódio nos arredores da Igreja de São Pantaleão, bairro onde “a polícia é mal vista por lá” (Moraes, 2000, p. 95). Era festejo e Andreza estava bêbada, trajada de “chita ramalhuda, que ela enrolava como toga, em volta do pescoço” (Moraes, 2000, p. 96). Andreza, que era “alta e fornida” estava desgrenhada, com suor escorrendo nas faces, e

gritava e insultava os circunstantes, empurrando-os violentamente, abrindo disputa entre uns e outros.

Aquilo chamou a atenção da ronda da polícia e quando um esbirro se lhe aproximou para a prender, deitando-lhe a mão, vigoroso repêlão dado por Cláudio atirou-o, de golpe, a cinco passos de distância, abrindo pequeno claro. [...] O policial, que se levantara atônito, magoado, sentindo a impressão da mão-de-ferro que o sacudira, olhava de longe aquele rapaz simpático, de fisionomia severa e olhar irado, que defendia a mãe com tanta energia.

O fato causou sensação na alma daquela gente.

Conheciam Andreza, mas nem sabiam que ela tinha filho. Uma aclamação vigorosa vitoriou o enérgico rapaz e violentas chacotas vaíram o praça maltratado (Moraes, 2000, p. 96-97).

A alegria festiva das classes empobrecidas é vista com alto teor de crítica pela elite, que legitimava apenas bailados e saraus à moda europeia. Numa sociedade preconceituosa, onde a Abolição ainda era recente, a atitude desafiadora de Andreza soava como uma afronta mais ofensiva do que ainda seria hoje. Mulher, negra, pobre e bêbada, gritando, ela é o estereótipo da vagabundagem, fornecendo motivos mais do que suficientes para apanhar e ser levada presa, no mínimo por vadiagem. Nota-se que Moraes não coloca o policial como o herói da situação, pelo contrário, é ele quem vira alvo da chacota popular. Reflexo da maneira como a polícia abordava (e ainda aborda) pessoas negras e pobres que julgam suspeitas. No entendimento do meganha, uma mulher preta chamando a atenção por estar bêbada só pode ser tratada na bordoadada, a ferros. Andreza representa uma mulher forte, que mora sozinha, independente, mergulhada em suas mágoas e tristezas, que ela carregava para bebedeiras e desatinos. Naquele 13 de maio, extrapolara: “Não estava sóbria, um pouco se excedera na pândega daquele dia feliz, de imperecível lembrança, que se acabara de findar. [...] [Andreza gritava] Viva a liberdade!...” (Moraes, 2000, p. 47). Em alguns aspectos, a figura de Andreza se toca com a de Maria Catarina Vitória, mulheres pretas escravizadas, vivendo a liberdade no período logo após a Abolição.

Maria Catarina Vitória

A posição da mulher negra recém-liberta é um ponto de ligação entre Andreza e Maria Catarina. No início do século XX, Maria Catarina trabalhava na porta de casa “vendendo arroz de cuxá e peixe frito aos presentes, conforme a tradição das negras ganhadeiras maranhenses” (Jesus, 2015, p. 73). Humberto de Campos se refere a ela como “lavadeira e cozinheira de brancos”.

Ex-escrava dos brancos, a mãe de Nascimento Moraes tem presença fortíssima no seu trabalho e nas memórias do escritor. Exímia contadora de causos, provavelmente teria sido a responsável por transmitir suas experiências, e muitas acabaram sendo reproduzidas nos escritos de Moraes. Ao longo do romance, o autor vai costurando histórias, com uma narrativa que interliga criação literária a fatos verídicos. Nessas memórias, transmitidas entre as duas gerações, são desvelados problemas sociais e relações familiares e de interesse.

Liberta com a Abolição, não existem documentos que localizem quem teriam sido os senhores que a escravizaram. Sobre o pseudônimo de Valério Santiago, Nascimento Moraes escreve no *Correio da Tarde*, caracterizando-a como uma “preta com o seu alvará de libertação da escravatura”.

Homem pobre, do povo, filho de pais paupérrimos, a mãe uma preta com seu alvará de libertação da escravatura e o pai, um mulato, que lhe trazia para identificação apenas a história de sua presença da Guerra do Paraguai, um dos soldados que lutaram soube o comando de Osório. O analfabetismo impediu-lhe de finda a guerra, conseguir uma promoção. E da preta Catariana Vitória, a mãe, a herança das lutas travadas pelos abolicionistas para a libertação dos escravos (Moraes, 1972, s/p).

O que isso nos diz, sobre uma sociedade de atravessamentos, onde é tênue a linha que separava pessoas livres e escravas? Matheus Gato arrisca: “tudo indica que ser uma mulher livre e lavadeira, era estar sujeita à constante negação de seus direitos civis” (Jesus, 2015, p. 74). Ele chama atenção que, nos anúncios de compra e venda de escravas, a função de “lavadeira” está em evidência como uma das qualidades constantemente citadas, o que “desvalorizava o trabalho de mulheres livres que exerciam a mesma função” (Ibidem). Ela também era “cozinheira dos brancos”, e usava sua experiência com a culinária para ajudar a sustentar a própria família após a Abolição. “Dos pais, sempre a advertência que só estudando poderia vencer [...] [seus filhos eram]

alunos pobres, mas ambos estudiosos e com elogios dos seus professores” (Moraes, 1972, s/p.). Importante atentarmos que Nascimento Moraes nasceu sob o jugo da Lei do Ventre Livre (28/09/1971). Ser um “homem preto livre” numa sociedade escravocrata representava problemas. A Lei do Ventre Livre é vista como paliativo, suscitando debates sobre o futuro dos pequenos a partir desta data, pois as crianças em tese nasceriam livres, porém era o Estado quem decidia quando e quanto essa liberdade custaria. Ainda assim, esta teria sido a maior vitória dos abolicionistas até 1888, apesar da cláusula que obrigava a criança a trabalhar para os donos das mães até que completassem 21 anos.

No Maranhão, a questão dos pequenos fervilhou em 1876, após a Baronesa do Grajaú, D. Ana Rosa Viana Ribeiro, foi acusada do assassinato do pequeno escravizado Inocêncio, na época com 8 anos. Os requintes de crueldade usados pela esposa do líder do Partido Liberal, Sr. Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú, foram amplamente repercutidos na imprensa. “Os relatos publicados no jornal dos inúmeros ferimentos na cabeça do garoto afora o boato de que agressão fatal resultou da introdução de um garfo no ânus da criança chocaram a sociedade maranhense” (Gato, 2015, p. 101). A situação em que todos esses “moleques” se encontravam era bastante incerta, sem tempo para estudos, pois precisavam exercer toda sorte de serviço, e mesmo assim não era raro serem vistos como prejuízo por seus senhores.

Pobreza preta

A manutenção da escravidão através de construções coletivas é percebida no lugar estabelecido para essa população. No romance, o foco é a Rua São Pantaleão, uma das áreas que concentrava a população negra e a pobreza da capital.

No adro de São Pantaleão, em dias de festa, não se encontra à ufa leões da moda, os princípios da elegância e do bom tom. O bairro pode-se

dizer que é da pobreza, e por isso é ela quem se diverte nesses dias, mal vestia, em geral, modesta e simples: mas arruaceira, armada de grossos cacetes e vozes ásperas para os moços bonitos da cidade, como dizem os rapazes, em tom de mofa, enfezadamente agressivos. E por – da cá aquela palha – o pau é o triunfo e há pancadaria de criar bicho. A polícia é mal vista por lá, a cabroeira dos outros bairros também não é bem recebida e, assim, quando menos se espera, por causa de raparigota qualquer, que se faceira e requebra com indivíduo estranho ali, o fecha, a capoeiragem se desenfreia e quem puder que se salve: fecha-se o tempo, atoa os ares um alarido medonho, correm as doceiras com as bandejas, os vendedores de garapa e rolete, com os seus apetrechos, fecham-se, batendo com violência, as portas das casas vizinhas, e alguns cidadãos pacatos que queriam divertir-se, frustrados nos seus intentos de flagrar e conquistar as caboclinhas novas que vão fariscar doces e malacachetes em festas de arrarial, puxam do apito e trilha demoradamente chamando a polícia que não pode conter nem resistir o charivari, especialmente quando há na dança o pessoal do Carrapatal, núcleo do bando mais terrível de desordeiros de todo o bairro. (Moraes, 2000, p. 95)

“Paradigmaticamente filho do povo” (Machado, 1982, p. 11), Moraes escreve este livro, “no sobrado do mirante sito na Rua da Cruz então sob o nº 61” (Moraes, 2000, p. 23), onde o protagonista é o “negro” na sociedade recém republicana e abolicionista. Para os libertos que eram analfabetos, restava apenas a perspectiva de enfrentar os preconceitos, sem oportunidades em São Luís, assolada pelo desemprego e pela fome. Poucos, que já tinham algumas habilidades adquiridas no tempo que eram “escravos de ganho” tiveram mais habilidades para trabalhos autônomos nos centros urbanos.⁵ No livro, tanto Domingos Aranha como Olímpio trabalhavam como sapateiros, enquanto Andreza “trabalhava de aluguel”, ou seja, alugava seus serviços, geralmente em tarefas domésticas. A manutenção da subordinação dos ex-escravizados passava pela não alfabetização, tampouco quaisquer habilitação desta população, explorada nos trabalhos subalternos. A esperança que havia

5 Para maiores informações, ver o livro *Trabalho e Rua* (2008), de Paulo Roberto P. Câmara.

no início da narrativa de “renovação social” dá lugar a desilusões, afinal “só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito político” (Moraes, 2000, p. 77). Nascimento Moraes discute também a existência de uma elite literária oficial, e o papel do pobre com relação ao saber literário:

Ignora, porventura, que parte dos homens de letras desta terra vive às custas dos cofres públicos, ou protegidos pelos potentados do mundo oficioso e que, a outra parte vegeta, passa horríveis privações, sem emprego e semproteção? [...] Há muita gente aqui que sabe mundos e fundos [...] Nascem obscuramente, e obscuramente desaparecem do palco da vida (Moraes, 2000, p. 65-66)

Na dinâmica ludovicense do início do século XX, homens livres da elite dividem os lucros das fábricas têxteis instaladas em São Luís, onde se amalgamam pobres e ex-escravizados, que vão fazer parte do operariado, responsável por povoar os cortiços em bairros ao redor do centro, como Camboa, Madre Deus e Liberdade, considerada hoje um dos maiores quilombos urbanos da América Latina.

Enlaçando as pontas

O início do livro é marcado por uma bricolagem de emoções que envolviam a Ilha “naquele glorioso dia”, entre euforia, delírios, expectativas, frustrações, ódios e desesperos. “Eram cinco horas da tarde e a cidade fulgia de delírio, ardia de febre ruidosa e empolgante de sugestionadora alegria” (Moraes, 2000, p. 35). Somos apresentados ao cenário social em São Luís através de dois eventos: a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889), e as consequências destes eventos no cotidiano de São Luís. O tema central das denúncias presentes em *Vencidos e Degenerados* gira em torno de uma cidade que continuava

com seus problemas, pois mesmo no século XX, a província se mantinha atrelada a preconceitos de toda sorte, afinal, “não foram os verdadeiros republicanos que se apossaram do poder...” (Moraes, 2000, p. 77).

Na balbúrdia que tomou conta da cidade, algumas mulheres mais ousadas aproveitavam para ir à desforra, contra as cruéis senhoras:

Momentos depois de proclamada a Lei, começou a divulgar-se a notícia de que uma escrava ao passar pela Rua dos Afogados, dera uma bofetada numa senhora que estava à janela. Esta senhora passara por amarga decepção: viu saírem, portas afora, sem um adeus, desvairados pela comoção da notícia, todos os seus escravos. Diziam os que a conheciam que era uma mulher má, sedenta de cruéis castigos [...] a arrebatada, que lhe batera no rosto, fora uma de suas escravas [...].

Cozinheiras que abandonaram os patrões, sem lhes apresentar o jantar; outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde [...] escravos dando expansão à raiva e ao ódio cometeram desatinos de toda a espécie, quebrando móveis e louças, e mais objetos que se lhes deparavam, e deixavam, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram, atirando ferinos e brutos impropérios que se iam quebrar, como garrafas e vidros, nas rótulas das janelas, nas portas, e na alma aniquilada dos infelizes ricos de ontem, que se viram em grande parte, pobres de um momento para o outro (Moraes, 2000, p. 36).

Note que as histórias de revolta envolvem em sua maioria, a de mulheres escravizadas, e sua reação com a abolição, reafirmando a indignação da mulher negra perante a condição de escravidão. Embora o narrador seja masculino, é possível que as memórias presentes em *Vencidos e degenerados* sobre o instante da Abolição tenham sido narradas por sua mãe, Maria Catarina Vitória, e seu olhar sobre aquele instante, tendo em vista que o autor, em 1888, contava apenas seis anos de idade.

Nem só de sobrados é feito São Luís. Entre os “sobradões e os pés-de-escada” existe a argamassa social composta dos mais variados tipos de gente, que habitam desde palafitas e casas de palha até os

sobrados, já em processo de ocupação no início do século XX por classes marginalizadas. O autor nos dá pistas de para onde foram os libertos, após a Abolição, numa época marcada por instabilidades políticas locais e nacionais. Considerado um livro de denúncia da

elite postiça, que ali se ostentava como deusa, escolhendo posição sobranceira e lugar que lhe parecesse apropriado e inconfundível, ofendendo com a sua soberba a modéstia simples; os ricos imaginários a arrotar uma grandeza enganosa, e escarninha superioridade de condição (Moraes, 2000, p. 160),

Vencidos e degenerados (1915) é hoje “considerado uma das narrativas de maior impacto sobre a escravidão no Brasil e suas consequências, tanto no plano individual e psicológico, quanto em termos sociais”⁶. Com uma linguagem popular realista, o romance inspira-se na perspectiva de mudanças políticas radicais no país – e especificamente no Maranhão, uma das províncias com maior número proporcional de mão-de-obra escrava – após os efeitos da Lei assinada em 13/05/1888. As consequências da Abolição são acompanhadas desde o primeiro dia, e vamos mergulhando no universo de pessoas escravizadas e seus descendentes, compondo um raro vislumbre sociológico sobre esse impacto (Martins, 2006). Moraes denuncia também as dificuldades que muitas vezes impossibilitavam a publicação de autores pobres, pretos. O tempo passava, porém os problemas triplicavam, e a mudança que todos esperavam no início se desfaz. Nesse cenário, negros alforriados viraram pessoas sem teto, sem comida, sem trabalho ou dignidade.

Mesmo após a Abolição e a consolidação da República, os velhos hábitos aristocráticos permaneciam inalterados, e os libertos sobreviveriam com poucos recursos, sem educação, pois “não se apressaram a matar o analfabetismo os que se apossaram do poder”

6 PEREIRA, Rafaela. *O negro olhar sobre a sociedade maranhense*. In: site *LiterAfro*, 15/02/2022. Acesso em 29/11/2022

(Moraes, 2000), e sem nenhuma perspectiva de melhora. Possuir origem negra e pobre continua significando atestado de inferioridade em nossa sociedade, que engatinha para tentar não ser racista, mas precisa compreender que é preciso ir além, e ser antirracista.

Referências

JESUS, Matheus Gato de. *Racismo e decadência: Sociedade, cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão*. Tese [PPGSociologia – USP]. São Paulo, 2015.

MACHADO, Nauro. *A escrita polêmica de Nascimento de Moraes*. In. *Neurose do medo e 100 artigos*. São Luís: Civilização Brasileira, 1982. p. 7-39.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da Saudade: os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís, EDUFMA, 2006.

MORAES, Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4ª edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

_____. *Puxos e Repuxos*. São Luís: Typographia dos Artistas, 1910.

_____. *Contos de Valério Santiago*. São Luís: SIOGE, 1972.

Caderno de Letras Pelotas, n. 36, jan.-abr. (2020) <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/>

Os sonhos acordados de Vencidos e Degenerados

Ubiratane de Moraes Rodrigues

Introdução

Entre muitas possibilidades de abordagem de *Vencidos e degenerados*, de Nascimento Moraes, o presente texto opta pela filosófica pelas seguintes razões: a primeira é a condição docente de quem o escreve (sou professor de filosofia); a segunda, é a inclusão dessa obra em um projeto de pesquisa sobre o pensamento filosófico afromaranhense que desenvolvo desde 2019; a terceira e mais importante, é a potência discursiva, conceitual e filosófica dessa obra.

Dito isso, cabe ressaltar que a abordagem filosófica da referida obra pode ser realizada em diversas perspectivas, a que escolho, para este escrito, segue uma orientação que tenho estudado e acredito ser uma chave consistente de entrada desde a filosofia. Assim, o percurso deste escrito é marcado pelos fragmentos utópicos no estudo de Moraes desde a relação entre Filosofia e Literatura.

O conceito de sonhos diurnos está presente nas falas dos/as personagens de *Vencidos e degenerados*. Não que Moraes o tenha desenvolvido intencionalmente ou estudado esse conceito em Ernst Bloch, mas porque o realismo de sua obra não é estático, fechado, ao contrário, nos impulsiona para a frente. Ademais, os sonhos acordados são a matéria da arte, e a literatura de Moraes é moldada pelos sonhos de um mundo melhor e pela esperança de cidadania *de jure* e *de facto*

para todas as pessoas negras. A utopia da liberdade, do progresso, da cidadania plena, da educação para todos, da igualdade etc., em Moraes, é concreta porque as condições materiais estão dadas, se não em sua plenitude, pelo menos nas leis e na estrutura. Para melhor compreendermos a leitura filosófica que estou propondo a partir da ideia dos sonhos acordados, farei uma breve exposição do conceito para, em seguida, mapeá-lo na obra de Moraes desde alguns fragmentos.

Para demonstrar que há elementos de esperança em *Vencidos e degenerados* parto da filosofia de Ernst Bloch. Deste, retiro a metodologia e o conceito de sonho diurno que acredito ser facilmente encontrados na obra citada. Deste modo, no primeiro momento estabeleço os conceitos filosóficos que me permitem identificar na obra em pauta sua estreita relação com a filosofia; no segundo momento do texto, apresento os elementos filosóficos que fazem de *Vencidos e degenerados* um romance filosófico. Por fim, apresento algumas considerações finais.

Os Sonhos acordados¹

Para sustentar o conceito de sonhos acordados, Bloch parte da crítica à prioridade dada aos sonhos noturnos por Freud. Os sonhos diurnos são importantes para a psicanálise, entretanto, existe outro tipo de sonho que também inspira as artes e a literatura; são denominados sonhos diurnos, sonhos de vigília, ou, ainda, sonhos despertos. É a este tipo de sonho que Ernst Bloch se dedica para demonstrar, entre outras coisas, a importância destes na relação direta entre arte e utopia, pois os sonhos diurnos são a base de sua filosofia da esperança.

Sabe-se que a preocupação de Freud com os sonhos é de caráter clínico-terapêutico; as imagens oníricas lhe servem de material para a compreensão e o tratamento de sintomas psicológicos. No prefácio à

¹ Os argumentos desse sobre o pensamento de Ernst Bloch expostos nessa primeira fazem parte do livro RODRIGUES, *Ubiratane* de Moraes. *Estética, transgressão e utopia concreta em Ernst Bloch*. São Luís: Edufma, 2023.

primeira edição de *A interpretação dos sonhos*, Freud afirma que o valor teórico do sonho é paradigmático (Freud, 2017, p. 3), revelando aí que não tem nenhum interesse prático pelos sonhos noturnos. Ao contrário, para Bloch, os sonhos, particularmente os sonhos despertos, têm importância *teórico-prática*.

Os sonhos diurnos são trabalhados teoricamente pela primeira vez na obra *A interpretação dos sonhos* de Freud. Bloch parte das descobertas freudianas sobre essa categoria para levá-las às últimas consequências teóricas para sua filosofia. O sonho acordado não é uma “descoberta” de Freud, que reconhece que os poetas já o conheciam. Assim, qual é a importância de Freud em relação a esse conceito para as questões estéticas? Mesmo Freud tendo apresentado os sonhos diurnos como matéria essencial da arte, são os noturnos que ganham relevância em sua teoria. A tese freudiana de que esses sonhos são realizações de desejos recalçados, lembranças da infância ou do dia anterior, possuem uma lógica interna que Freud denominou elaboração onírica, compreendendo as seguintes fases: condensação, deslocamento, figurabilidade e elaboração secundária. Em síntese, a *condensação* é o processo do sonho em que o material onírico passa por uma compressão: omissão de elementos. Tem-se aí a deformação do conteúdo e a introdução do conteúdo latente no conteúdo manifesto (Freud, 2017, p. 301-327). No *deslocamento*, o sentido do sonho está em outro lugar, ou seja, há um deslocamento da atenção do lugar mais importante do sonho para outro sem importância, disfarçando o verdadeiro sentido do sonho (Freud, 2017, p. 328-332). A *figurabilidade* é a transformação que o material do sonho sofre para fazer as imagens aparecerem; ela faz a combinação de vários elementos em um único manifesto (Freud, 2017, p. 333-362). Todo esse trabalho do sonho, somado à última etapa, que é a *elaboração secundária*, tem como finalidade deformar a representação do desejo, disfarçá-lo, apresentá-lo de outra maneira através do sonho. O sonho é, assim, um desejo reprimido e codificado. É na última fase do trabalho do sonho, isto é, na *elaboração secundária*, que surge o problema e os primeiros esboços de Freud sobre os

sonhos diurnos. Na exposição do capítulo VI “A elaboração dos sonhos” de *A interpretação dos Sonhos*, a *elaboração secundária* aparece como a última parte do trabalho do sonho. No tratamento teórico desta parte, Freud estabelece uma relação fundamental entre os sonhos diurnos e a criação poética, ou criação artística.

Ainda sobre os sonhos diurnos, Freud acrescenta que eles seriam simplesmente atalhos para uma melhor e mais rápida compreensão dos sonhos noturnos. Este argumento, junto com os supracitados, levou Bloch a criticar Freud e a estabelecer uma teoria onírica para dissociar os sonhos diurnos dos sintomas de histeria, fornecendo suporte para a compreensão do correto lugar dos sonhos noturnos e diurnos em sua obra *O princípio esperança*. A partir disso, podemos entender como as imagens produzidas pelos sonhos despertos têm um estatuto ontológico cujo valor de verdade não é apenas subjetivo, e, portanto, relegado ao julgamento do ilusório, mas também objetivo, dadas as determinações concretas utilizadas na produção das imagens. Se os sonhos diurnos são prelúdio da arte, como intuído por Freud e aprofundado teoricamente por Bloch, então, para que as imagens, produtos da criação artístico-poética, tenham teor de verdade e suas interpretações não se tornem quimeras e/ou sintomas patológicos, tais imagens devem estar bem fundamentadas naquilo que Bloch denominou de possível-real.

Faz-se necessária uma distinção importante entre aquilo que Freud chama de sonho diurno e o sonho diurno fundamentado por Bloch. Para este há uma intencionalidade concreta que guia o sonho diurno. E ainda, enquanto em Freud as fantasias são complicadas, deformadas, mal-entendidas pelas instâncias psíquicas conscientes, em Bloch são as instâncias da “consciência” que moldam as fantasias dos sonhos diurnos; portanto, estes não são devaneios. A própria caracterização da pessoa devaneando, caminhando ligeiro, sorrindo repentinamente, falando sozinha, correspondem em Freud a sintomas histéricos. Ao contrário, em Bloch, os sonhos diurnos não servem como etiologia das neuroses ou das psicopatologias, eles devem ser comunicados e colocados em prática

no mundo real, não devem ficar restritos à esfera psíquica do sonhador. Bloch não faz uma etiologia e sim uma fenomenologia dos sonhos diurnos, embora não se possa descartar o diagnóstico freudiano. Mas ao contrário deste, o sonho diurno para Bloch “[...]” pode proporcionar ideias que não pedem interpretação, e sim elaboração, ele constrói castelos de vento com as plantas já desenhadas e nem sempre meramente fictícias” (Bloch, 2005, p. 88).

Sonhos noturnos e sonhos diurnos

A primeira tarefa de Bloch é caracterizar os sonhos noturnos freudianos e os sonhos diurnos que fundamentarão filosoficamente seu projeto utópico concreto, garantindo assim, aos dois modelos oníricos, seus devidos valores teóricos. Para isso, apropria-se da principal descoberta de Freud: os sonhos são a realização de desejos reprimidos, e não são bolhas de sabão nem oráculos proféticos. Esta apropriação leva-o ao aprofundamento do lado diurno do sonho, que também é a realização de um desejo impedido/reprimido, embora impossibilitado pelas condições do presente, sejam elas materiais ou subjetivas. O passo seguinte de Bloch é demonstrar a diferença entre os dois tipos de sonhos e sua opção pelos sonhos diurnos². Mesmo reconhecendo que na consciência utópica também há lugar para os sonhos noturnos, ele aponta neles três características fundamentais que o faz optar pelos sonhos diurnos:

Primeiro, no sono o eu adulto está enfraquecido, não podendo mais censurar o que lhe parece inoportuno. Segundo, da vigília e de seu conteúdo restam apenas as chamadas sobras do dia, isto é, representações associativas bastante inconsistentes, às quais a fantasia onírica se incorpora. Terceiro, em conexão com o eu

2 Uma interpretação interessante sobre a diferença entre sonhos diurnos e sonhos noturnos é apresentada por Suzana Albornoz, em: ALBORNOS, Suzana. **Ética e utopia**. Porto Alegre: Movimento, 1985, p. 107.

enfraquecido, o mundo exterior – com suas realidades e propósitos práticos – está bloqueado (Bloch, 2005, p. 88).

Bloch retoma os passos de Freud para demonstrar que além destas três características, os sonhos noturnos têm como material fundamental as lembranças da infância, a qual ele associa à pré-história, à regressão e ao passado. Outro ponto da crítica blochiana a Freud é em relação à censura, pois o eu censurador não dorme, mas está apenas enfraquecido. Assim, a realização do desejo no sonho é, em grande parte, feita por um simbolismo que o sonhador não consegue compreender sozinho. Isso significa, para nosso autor, que os desejos não são realizados completamente nos sonhos noturnos, como pensou Freud.

A realização do desejo nos sonhos noturnos por meio dos símbolos encontra na análise dos sonhos feita pela psicanálise o caminho para sua elucidação, ou não. Essa interpretação torna-se de início difícil porque o eu está desperto e resiste à análise. Por não ter claro o conteúdo do sonho noturno, Freud, segundo nosso autor, busca através da análise os significados dos sonhos, pois nem mesmo o sonhador conhece os significados por trás dos conteúdos manifestos de seus sonhos. A conclusão de Bloch sobre os sonhos noturnos é que eles não trazem nada de novo, mas reforçam apenas o inconsciente como lugar do esquecido e do recalcado. Dito isto, ele avança para outra esfera: os sonhos diurnos.

Bloch se esforça para fundamentar uma teoria dos sonhos diurnos descolada da tese freudiana de que os sonhos diurnos são prelúdios do sonho noturno (Freud apud Bloch, 2005, p. 88). Como contraponto aos elementos infantis do sonho noturno, temos a marca da juventude nos sonhos despertos e os desejos de mudança, o que o fez estabelecer a relação intrínseca entre os sonhos diurnos e a esperança. Ele tensionou de tal forma os sonhos diurnos que fez deles uma categoria filosófica fundamental na engrenagem de seu pensamento utópico,

principalmente na arquitetura de sua obra *O princípio esperança*. Os sonhos diurnos são despertados pela carência, esse princípio gera uma dialética entre sonhos diurnos, desejo e espera, que podem ser sonhos dos mais banais e individuais, como os da infância e da adolescência, bem como os sonhos da maturidade, que podem ser mediados e de caráter utópico. Sendo o princípio a carência, enquanto ela não for extinta não se cessará de sonhar, visto que o humano deseja sempre uma vida melhor ainda ausente. O sonho diurno está em relação com o mundo e, portanto, na esfera da ação. Nesse sentido, uma fenomenologia dos sonhos diurnos é capaz de revelar sua relação direta com a arte, visto que esta é a expressão de uma antecipação, pelo trabalho do artista, no qual primeiro e melhor se concretizam os sonhos diurnos como paisagens do desejo.

Bloch estabelece quatro características principais dos sonhos diurnos: a primeira é o ego preservado na hora do sonho diurno; a segunda é o livre curso da imaginação; a terceira é melhoria do mundo e a quarta é ir até o fim. Assim, para ele, nas duas primeiras características, o sonhador pode controlar suas fantasias, ele pode determinar o objeto de seu sonho, ao contrário do sonho noturno, onde o ego está enfraquecido. Para ele, “[...] justamente o relaxamento, do qual participa também o eu do sonho diurno, pode resultar numa sensação de exaltação, ainda que questionável, pois então o eu torna-se um ideal desejante para si mesmo, libertado da censura” (Bloch, 2005, p. 90). O relaxamento é nos dois sonhos fundamental, mas enquanto o sonho noturno mergulha no passado, o sonho diurno rumo para o futuro, antecipando-o. Os sonhos diurnos são produtos de uma consciência que almeja uma vida melhor, individual ou coletiva. Diante disso, o ego é preservado e a imaginação é livre e guiada pelo eu consciente e desperto que tem o controle do processo da produção das imagens. Não há *deformação*, há embelezamento das formas desejadas, os sonhos diurnos apresentam um reforço utopizante que nos leva a assumir compromissos com um mundo melhor, pelo menos como fantasia objetiva.

A terceira característica dos sonhos diurnos é a melhoria do mundo. Essa característica só pode ser realizada se o eu estiver inalterado e diante do livre curso da imaginação. É o exercício de saída da própria egoidade e transcender para a alteridade, ou melhor, é quando o sonho diurno passa do sonho de uma vida melhor do eu para o sonho de um mundo melhor para outrem e para nós. Nessa passagem temos a comunicabilidade dos sonhos, já “nos sonhos diurnos, os ideais assumem forma exterior imediatamente, num planejado mundo melhor ou ainda num mundo esteticamente elevado, sem desilusão” (Bloch, 2005, p. 95). No sonho diurno o eu tem compromisso com o coletivo, passa da busca do melhor para a vida privada ao melhor para a vida pública, pois mesmo em sonhos diurnos de natureza individual há interesse coletivo, como por exemplo, o quarto livro das *Confissões* de Rousseau (Bloch, 2005, p. 93), que ao comunicar o conteúdo de seu devaneio expressou um mundo melhor e mais bonito para o coletivo.

O quarto caráter do sonho diurno é *ir até o fim*. Isso é possível pelo fato de que o ego não está enfraquecido e é senhor do processo de formação das imagens do desejo, ou seja, ele permite o livre curso da imaginação por querer o melhor para si e para o mundo. A realização do desejo nos sonhos diurnos é levada de forma consciente até o fim. Eles têm um correlato com o real, com o mundo exterior, por isso, “composições significativas da fantasia do sonho diurno não produzem bolhas de sabão: elas abrem janelas e, por trás destas, o mundo do sonho diurno é no mínimo uma possibilidade a que se pode dar forma” (Bloch, 2005, p. 100). Isso é possível porque no sonho diurno o eu projeta sem interrupções as imagens do desejo, imagens autênticas possíveis de comunicação e realização. Por isso Bloch estabelece o sonho diurno como expansão do si-mesmo e do mundo para a frente, e reconhece o anseio como característica das duas espécies de sonhos. Todavia, ao contrário dos sonhos noturnos, os sonhos diurnos têm um alvo e o buscam pela força da imaginação em estado desperto. Estas quatro características fundamentais dos sonhos diurnos são subsídios

da fundamentação de uma antropologia transgressiva e dos sonhos diurnos como modeladores da arte. Isto leva Bloch a afirmar que a partir do sonho diurno “[...] a arte contém essa natureza utópica, não para tudo dourar levemente e sim para ter dentro de si também a *privacio*, que com certeza não será superada apenas pela arte, mas não será esquecida por ela, sendo envolvida pela alegria como uma forma vindoura” (Bloch, 2005, p. 96).

Os sonhos acordados de Nascimento Moraes

O livro *Vencidos e degenerados* surge em um período de renovação social e política no Maranhão e no Brasil, portanto, de sonhos de dias melhores. Pelo menos no papel e nos discursos. De São Luís, Nascimento Moraes lê as entrelinhas da história ao mesmo tempo em que faz história no cenário educacional, jornalístico, intelectual e literário. É um período em que se esperava a concretização dos sonhos acordados de outrora: abolição do regime escravista no Brasil e a proclamação da República. Podemos dizer que essa obra é um escrito de esperança e pessimismo: que, por um lado, testemunha a continuação do pensamento da elite escravocrata e a negação da humanidade aos/as libertos/as deixando-os/as na indigência da sociedade e à própria sorte; mas também, por outro, é uma obra que testemunha ideias revolucionárias para uma sociedade justa e próspera. Cabe a nós, leitores/as adentrarmos nessa dialética entre esperança e pessimismo para atualizar a obra e os sonhos acordados em suas linhas e entrelinhas.

Entre as personagens cujos sonhos acordados têm alcance coletivo, temos a figura de João Oliver, “jornalista vibrante e orador fluente que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos” (Moraes, 200, p. 28). Ele também oprimido, como mostra a narrativa: “Era mestiço e fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente e sustentava no jornal as graças e as louçanias do dizer castiço

e vernáculo” (Moraes, 200, p. 28). A identificação ideológica entre biografia do autor e personagens da obra é uma fronteira tênue que o/a pesquisador/a deve respeitar.

Outro personagem cujos sonhos acordados têm alcance coletivo é Cláudio Oliver, filho de criação de João Oliver. Cláudio desde criança era inteligente e se destacava. E era o projeto do pai de criação fazer dele *um grande homem*. Dizia João Oliver o que desejava com a formação de Cláudio:

[...] Eu estou criando um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça, é que eu o estou preparando. Um homem que tenha alguma coisa de leão é o que estou preparando. Instruo um cérebro e educo um coração. Cérebro que pense nos altos problemas de sua terra e de seu povo, coração que saiba amar e odiar, amar o bom e odiar o mau (Moraes, 200, p. 91).

Essa passagem mostra bem os sonhos acordados de alcance coletivo de Nascimento Moraes. Pois, embora estivesse pensando na formação de uma pessoa, o desejo era que “sua raça”, “sua terra” e “seu povo” fossem beneficiados por meio de Cláudio. Esse desejo do bem coletivo era consequência de uma leitura da realidade do Brasil, posto que os dois eventos supracitados são de ordem nacional, principalmente o 13 de maio de 1888, que representava, no plano ideal, uma nova vida, um novo começo, a realização de uma utopia outrora impossível. Esse evento ainda não havia transformado qualitativamente a vida dos/das libertos/as do ponto de vista da integração social com dignidade e cidadania.

No dia 13 de maio de 1888, na casa de José Maria Maranhense, o livro inicia uma narrativa de esperança. A Lei assinada nesse dia não dava *de jure* apenas a liberdade das pessoas cativas, mas trazia consigo a possibilidade de se poder sonhar outros sonhos além do sonho da liberdade: progresso, educação, trabalho, moradia, saúde, dignidade humana, entre outros.

Flagramos um exemplo desses sonhos acordados no pensamento de João Olivier sobre a educação de Cláudio, e era a educação um dispositivo confiável e possível naquele momento, capaz de iniciar uma transformação social: “O pequeno, que se chamava Cláudio, era o mimo da família de Olivier e este se esmerava como pai na sua educação (Moraes, 1915, p. 48).

A pena de Moraes descrevia não só a realidade contraditória de sua São Luís, trazia as esperanças vigorosas e as esperanças fracassadas, não somente de uma pessoa, mas de uma população. Sua escrita reverberava a inquietação dos intelectuais que viviam à margem. O refrão do velho Bento representa bem o pessimismo de Moraes: “terra perdida! *Perdidos sonhos de uma população* ávida de progresso e desenvolvimento!” (Moraes, 1915, p. 212, grifo meu).

Há uma crítica feroz ao decadentismo do Maranhão. Não podemos perder de vista que Nascimento Moraes tece críticas à sociedade maranhense que eram direcionadas para o cultural, o político, o social e o econômico do Estado. Num pessimismo extremo, lemos: “Uma calamidade o Estado do Maranhão” (Moraes, 1915, p. 212).

Entretanto, não é esse pessimismo que nos interessa e, sim, os sonhos diurnos. Era o desejo de todos/as o progresso e o desenvolvimento do Maranhão, contudo, esses sonhos alcançavam poucas pessoas. A grande massa liberta estava à margem, empobrecida e impedida de participar da vida social, econômica e cultural do Maranhão. Tratava-se de uma estratégia ideológica revelada por Cláudio:

Essa barreira que se levanta contra os pequenos, essa força com que nos repelem do progresso, essa violência com que nos querem obrigar a servos, escravos, vis e ignorantes, são, porventura, para se desprezar? E desprezar como? Submetendo-nos, convencendo-nos de que nada somos e nada podemos ser amanhã? Pois para mim, é uma questão séria. Sinto não poder pensar nela como devera. Acho,

porém, que ela se ramifica, que essa opressão se estende a diversas classes, e que nós não somos, senão, uma parte, uma pequena parcela da grande classe dos perseguidos! (Moraes, 1915, p. 73).

A ideia de vida nova para os/as libertos/as não era um sonho, era a realidade, encaravam a Lei como um novo nascimento. A vida nova, porém, não era aceita com tranquilidade por grande parte da elite maranhense, a exemplo do diálogo, que se segue, entre o personagem Aranha e o português Machado. O tom de Aranha era o prenúncio da mudança radical na sociedade, nas relações de poder:

- Tu hoje não estás bom da bola. Este rebuliço te tem soado mal aos ouvidos. Também não é para menos. *Tua vida vai entrar noutra fase, galego! Viverás de agora em diante com as orelhas murchas e os cascos encolhidos.* Estás a contar com as maduras, e eu cá te espero com as verdes.

- Verde já estás tu, só com esse lamiré da *vida nova*. Prepara-te para o fiado, pagável quando for possível!

[...]

- Este labrego pensa com certeza que isto *tudo é um sonho* ou que o rei de Portugal vem tomar conta disto amanhã. (Moraes, 2000, p. 43, grifo meu).

Um sonho, uma fantasia era o que isso tudo parecia para Machado, um homem branco médio que acaba por representar a voz de uma sociedade inconformada com a libertação dos/as escravizados/as e sua própria decadência. Contudo, ressalta-se que as páginas de Moraes desenhavam ainda uma São Luís próspera, uma *São Luís-Cocanha*, como vemos no Panfleto do Velho Bento:

E alguns havia que, quando se enfaravam de tanto bem-estar e tanta comodidade, quando sentiam perto a pletora dos gozos, tocavam para esta São Luís então de tantos sonhos, de tanta sociedade e convivência, onde se tomava chá com gostosas torradas, na pompa nababesca das recepções fidalgas, em freqüentadas reuniões em que

se perdiam e ganhavam alguns contos de réis, no jogo pacato e sério que se pode tomar ainda como significativo dos bons caracteres daqueles gordos e anafados anos de liberais e conservadores que longe vão, na ampulheta do tempo (Moraes, 2000, p. 82, grifo meu).

Era uma São Luís perfeita se dela todos/as pudessem participar. Infelizmente essa São Luís entrou em decadência econômica, social e moral. Os eventos de 1888 e 1889 não contribuíram para a permanência desse paraíso e para a inserção nele dos/as que agora, livres, podiam dele participar.

Isso talvez fosse a prova de que aquela sociedade vivia oniricamente, como encontramos na denúncia da personagem Armênia que adjetiva bem essa sociedade, ou pelo menos os homens desse meio, que a excluíam e a menosprezavam. Armênia nos diz que eles são hipócritas e fingidos, que vivem com falsas virtudes e retrata exatamente o modo como vivem: “[...] eu não vos perturbarei na doce paz, nem os prejudicarei *os sonhos em que viveis imersos*, oh! honestíssimos pais de família!” (Moraes, 2000, p. 137, grifo meu). A ironia de Armênia é atemporal, de fato, o que mudou nessa sociedade?

Os pequenos sonhos acordados povoavam também a mente de Cláudio, ele queria justiça social, desejava o melhor para todos/as, mas, além disso, tinha seus pequenos sonhos diurnos, sonhos que o impulsionavam, e que, entretanto, não puderam ser concretizados. Enfim, tratava-se de um sonho médio e individual, de uma vida como um “honestíssimos pai de família”, como dizia Armênia. Cláudio tinha um sonho bom em uma sociedade perversa; pensando em Amélia Rodrigues cogitava:

[...] era o seu tipo; era o seu ideal em carne e osso. Quanto à sintaxe facilmente ele corrigiria, seria seu professor, e com que satisfação lhe ensinaria o dizer vernáculo e castiço! O Machado lhe arranjaría um emprego melhor, e ele alugaria uma morada inteira, em boa rua. Viveria modestamente, com a sua mulher e os filhos, se os tivesse.

Quanto conhecia assim, e que se tinham por muito felizes, porque não lhes faltava o necessário para a subsistência física, nem a tranquilidade do espírito, o sossego d'alma para o coração (Moraes, 2000, p. 181).

Era uma vida perfeita, uma vida integrada, livre das contradições nas quais ele vivia imerso. O realismo aberto de Moraes não enclausura seus personagens em um destino fático da indigência, num presente absurdo ao ponto do niilismo, como lemos, Cláudio “Tinha *um largo futuro aberto diante de si*, diziam-lhe os companheiros, os velhos amigos de Olivier (Moraes, 2000, p. 181)”, mas precisaria sair de São Luís. Ele conhecia bem a realidade de sua terra para os libertos,

Sabia de muitos que ele vira vegetar, sem eira nem beira, em piores condições que as suas, quase em completa miséria, e que um dia, fazendo um esforço, tinham saído, barra afora, e que presentemente se achavam colocados na Capital da República, alimentando esperanças fagueiras que se lhes desenhavam brilhantes e promissoras no horizonte, doirando-lhes os sonhos e os ideais (Moraes, 2000, p. 181, grifo meu).

Essa é a principal leitura que fazemos da obra de Moraes, um realismo aberto. Um livro que entre a esperança e o pessimismo apresenta um horizonte possível-real, um horizonte de possibilidades concretas. Ele sabe que os sonhos, principalmente os pequenos sonhos, são frágeis sem as condições concretas para se realizarem, ele sabe que muitas esperanças fracassaram, mas, mesmo assim, não deixa de fazer com que Cláudio continue a sonhar, nem seus amigos, nem mesmo seu pai Aranha. Os sonhos de uma vida melhor povoam a obra como ornamentos e ao mesmo tempo como colunas fixas que sustentam as narrativas e o pensamento do autor.

A esperança pode fracassar, os pequenos sonhos diurnos não devêm sonhos de uma vida melhor para todos, um personagem, um

Mulato lembrava disso citando uma crônica de Olivier, que mostrava que uma das formas de controle dos pobres era dominá-los com as migalhas dos ricos, mas especialmente os de talento. Moraes faz um desenho de como as esperanças de dias melhores, apoiadas pela elite decadente, na verdade, eram uma ilusão que impedia o verdadeiro desenvolvimento total dos artistas e intelectuais de sua terra, ilusão que acabava com o sonho, acomodando-os:

E assim, o tempo vai passando, e o talento se vai gastando em produzir, o mais das vezes, imperfeitos trabalhos que os falsos protetores usufruem, e assim as energias vão enfraquecendo em auxiliar os tais fidalgões a constituir fortuna. Constituem família, enchem-se de filhos, e *está acabado o sonho*, está morta a vontade, tudo está consumado! (Moraes, 2000, p. 200, grifo meu).

Era o caso de Cláudio, uma potência intelectual que viva sob a proteção de Machado, e, às vezes, cultivava sonhos de uma família e um bom emprego. Entretanto, Cláudio era muito mais que um protegido de Machado, ele era, como chamou-lhe o Velho Bento, um “- Jovem ateniense, *futura estrela da constelação do Cruzeiro* [...]” (Moraes, 2000, p. 201, grifo meu).

Essa proteção e a constante trapaça para dificultar o desenvolvimento das jovens promessas atenienses que se destacavam na ilha e não faziam parte da elite, era a tônica da crítica de Moraes. Vejamos, porém, o caso de Simas: aqui, a tentativa de boicote foi, na verdade, uma ajuda bem vinda à revelia do malfeitor. O Castanheiro, tentando prejudicar Júlio Simas, o enviou para o Rio, mas era justamente neste lugar que Simas queria e sonhava estar.

- O que me traz aqui é agradecer-vos a fineza que tivestes para comigo, empregando vosso valimento para que eu fosse transferido para o Rio.

[...]

- O meu desejo, o *meu ardente desejo*, desde o dia em que me iniciei com largas esperanças na vida literária, era residir no Rio.

Escrevi a amigos e conhecidos que por lá trabalham, pedindo-lhes que me ajudassem nos *meus sonhos* de viver no grande centro mental do país. E... nada! (Moraes, 2000, p. 244, grifos meus).

Entretanto, nem todos partilhariam dessa sorte, de maneira que a realização dos sonhos de uma vida melhor, para Cláudio, passava pela cruel decisão de cortar na própria carne. Ele sabia o que deveria fazer: colocar frente a frente sonho e realidade:

Era preciso, pois, travar luta tenaz consigo mesmo, mais árdua, mais cruel, mais heroica, talvez que a que ele vinha sustentando com sacrifício e valor contra o meio que o queria abater, destruindo-lhe a vontade de ter nome, e contra aqueles que investiam cegamente para o matar por causa de uma mulher que se lhe entregara voluntariamente. Era uma luta de leões a que se ia travar: *era o sonho e a realidade que se iam bater*; a revolta da alma que aspira a subir e a conveniência palpável dos fatos; a utopia da fama e a verdade esmagadora do ganha-pão (Moraes, 2000, p. 267, grifo meu).

O preço era deixar a mulher que amava: Armênia. A vida plenamente feliz, fama, amor e bens materiais são impossíveis em uma sociedade assentada nas contradições de classe, raça e gênero. Mas o amor é sem dúvida uma realização utópica, principalmente nessa sociedade. Ressalte-se, então, a coincidência entre esperanças coletivas e individuais na noite de 15 de novembro: no dia da Proclamação da República, também era celebrada a utopia do amor. Pois o matrimônio é uma bela utopia. Aquela utopia do “felizes para sempre” estava se realizando com o poeta Trancoso: “Trancoso, *realizando o seu sonho de muitos anos*, que era esposar D. Lídia de Freitas, nada mais teve que fazer senão mandar limpar os trastes e comprar uma cama. [...] o casamento era da vontade de todos, sem contrariedades e caprichos”. (Moraes, 2000, p. 286, grifo meu).

A obra de Moraes é um fragmento de esperança necessário ao nosso tempo. Ela aponta as contradições em todos os setores da vida maranhense pós-abolição. As coisas não iam bem, ainda não vão! Mas é preciso continuar sonhando acordado acima de tudo. É preciso investir na esperança de dias melhores para “nós”, para o coletivo, sem esquecer de cultivar os pequenos sonhos diurnos necessários ao enfrentamento do cotidiano. A vida dos vencidos e degenerados não se resume à opressão do parcialmente vencedor, o horizonte está aberto, o real está em movimento, ainda é possível pensar e sonhar com a Liberdade em sua plenitude, Nascimento Moraes nos ensina isso.

Para não concluir

Existem algumas nuances sobre os sonhos diurnos em Nascimento Moraes que desenvolvo em outro texto, apontando a presença do tema da utopia em seus escritos. Por enquanto, gostaria apenas de demonstrar que é possível fazer uma leitura filosófica, ou a partir de conceitos filosóficos, da obra *Vencidos e degenerados*. Em nosso caso, optamos por explorar alguns fragmentos da obra e indicar provisoriamente que ela apresenta uma utopia concreta, um realismo aberto, e que, enquanto obra de arte, esse romance pode muito bem se enquadrar como um romance filosófico. A hipótese de fundo, que tenho trabalhado, é que, acima de tudo, essa obra é um romance de formação. Desenvolvo essa tese em outro escrito, porém, é possível afirmar que as obras de Moraes apresentam forte teor filosófico, podemos mesmo dizer, sem ofender o autor, que ele é um grande filósofo.

Moraes tinha a certeza, pelo menos escreveu isso, de que as grandes obras de arte possuem fortes conexões com o mundo onírico, afinal, ele nos diz: “Concepção artística é *um sonho* que nem se sabe contar bem...” (Moraes, 2000, p. 297, grifo meu). O livro expõe, ao lado de uma sociedade fechada e racista, um Brasil de possibilidades, embora saibamos que, em todo o país, haviam dificuldades extremas

para a inserção da pessoa negra nos espaços intelectuais, de poder ou mesmo de trabalho. No entanto, Moraes não encerra seus personagens oprimidos em uma ilha, ao contrário, abre-lhes horizontes, não faltam referências de saídas/fugas de intelectuais de toda sorte para outros estados:

Os pobres, os desprotegidos, que confiam no futuro, experimentando as suas forças, batidas, vergastadas, pelos patrícios, que os cobrem de chufas e impropérios, por não terem eles uma recomendação que venha dos ominosos tempos, à força de inúmeros sacrifícios, conseguem fugir para outro Estado, onde o futuro se lhes apresenta mais fácil e encontram a satisfação de seus ideais realizados. [...] *O Sul está repleto de maranhenses ilustres, a Amazônia é um viveiro deles.*” (Moraes, 2000, p. 206, grifo meu).

A questão é a valorização dos intelectuais e artistas que não pertencem à elite, Moraes clama por um futuro, futuro este que se inspira no passado, não para ficar no passado ou repeti-lo, mas para “[...] ser mais maranhense, cuidar do torrão natalício, livrá-lo das peias dos preconceitos, educar a sociedade, administrar com probidade, satisfazer a todas as classes, facilitando-lhes o ganha-pão; socorrer as aspirações dos que têm vontade [...]” (Moraes, 2000, p. 217). Isso porque: “[...] a fidalguia, senhora dos principais elementos de vida do Estado, seus proclamados poderes, levanta-se carrancuda, ameaçadora, e num relâmpago, esgana, *estrangula o sonhador, o utopista que um dia se lembrou de ter as suas aptidões* (Moraes, 2000, p. 204, grifo meu). Esse desabafo do Velho Bento reflete exatamente a dialética entre pessimismo e esperança que atravessa o livro, reflete a angústia de um intelectual, consciente de seu papel e seu lugar social, que, por ser negro e pobre, sofreu as consequências de uma libertação de papel e de uma República sem a sua principal *res*: a dignidade humana, a cidadania plena.

Esse é o mote do livro, esperanças de dias melhores, era isso que Oliver carregava em seu peito, era isso que Moraes queria expor ao lado da denúncia das condições inumanas vividas pelos/as libertos/as na

São Luís do início do século XX. Os sonhos de uma vida melhor eram coletivos. Ora, o livro se inicia no coletivo, todos se reuniam *naquela gloriosa manhã*, inclusive os *vagabundos e desclassificados*: “Principiara o rebuliço na noite passada, durante a qual ansiosamente esperaram que chegasse o telegrama transmissor da grande e luminosa notícia da redenção dos cativos, de que, há muitos dias, já se vinha falando, animados todos por *vigorosas esperanças*” (Moraes, 2000, p. 27, grifo meu). Os personagens da obra vivenciaram a decepção da promessa não cumprida com a chegada da República, também não sentiram com ardor os efeitos da Lei de 13 maio de 1888. Lembremos do diagnóstico preciso de Oliver ao velho Bento,

[...] Quando se proclamou a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias (Moraes, 2000, p. 76, grifo meu).

A situação era de extrema precariedade econômica e social para o povo negro. Contudo, mesmo diante desse cenário degradante Oliver foi capaz de manter viva as chamas da esperança em dias melhores. Há esperança por todos os lados do romance, seja nas palavras de Oliver, seja na casa de João da Moda. O romance expõe uma difícil dialética entre pessimismo e esperança, esta, que em nossa leitura, acaba por se sobrepor ao derrotismo. Assim, sintetizamos nossa tese sobre essa dialética em um fragmento do *PANFLETO (SÍNTESE SOCIAL E POLÍTICA)* do velho Bento:

A terrível e esmagadora opressão moral-social, que a mais e mais se estreita nesta terra destruindo energias, aniquilando vontades, esfacelando músculos, ainda não pôde vencer no ânimo de seus bons filhos a nobre altivez de princípios que professam, hauridos nos livros dos mestres, feitos do saber que razão e experiências alicerçaram.

A crise, ou melhor, esta tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material, ainda não subjugou o pensar daqueles nem a influência perversa e perniciosa de seu aspecto desanimador e enervante, foi até os dias presentes, de tal sorte, que os arrastasse a concluir, como muitos: - que não há mais salvação para esta infeliz terra que é nosso berço, maior padrão de glória inatingível e imorredoura, nosso mesquinho presente, e que será, *se o quisermos, se trabalharmos, se soubermos querer, nosso futuro feliz e olímpico*. (Moraes, 2000, p. 79, grifo meu).

Este capítulo de livro, buscou assim, afirmar a vida e a esperança na obra de Nascimento Moraes, um homem que coloriu com a arte um mundo melhor para todos nós, apontando as contradições de uma sociedade em transformação, mas acima de tudo, apontando o futuro aberto e pleno de utopias concretas.

Referências

- ALBORNOS, Suzana. *Ética e utopia*. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Vol. I. Trad. Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos Vol. I*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2017.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos Vol.II*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM POCKET, 2012.
- NASCIMENTO MORAES, José do. *Vencidos e Degenerados*. 4ª edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.
- RODRIGUES, Ubiratane de Moraes. *Estética, transgressão e utopia concreta em Ernst Bloch*. São Luís: Edufma, 2023.

Entre vozes silenciadas e lutas interrompidas: A intelectualidade subalterna em *Vencidos e Degenerados* de Nascimento Moraes

Claudia Silva Lima

Introdução

No limiar entre a experiência histórica e a construção narrativa, certas obras literárias ultrapassam o campo ficcional e assumem a função de registros de denúncias sociais. É sob essa perspectiva que o romance *Vencidos e Degenerados*, publicado em 1910¹, pode ser compreendido. Longe de restringir-se ao entretenimento, a narrativa elaborada por Nascimento Moraes configura-se como um dispositivo crítico de leitura da realidade social do seu tempo, permitindo acessar dimensões históricas, simbólicas e políticas que, muitas vezes, permanecem

1 No artigo da Professora e Pesquisadora Mariléia dos Santos Cruz, intitulado: *Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo com as escolas para crianças pobres*, publicado em 2018, a autora deixa claro que embora o romance-crônica de Nascimento Moraes seja uma obra para qual se atribui a primeira publicação ao ano de 1915, seus estudos demonstram que o livro teve sua primeira publicação, pela Typografia Ramos de Almeida, em 1910, conforme pode ser conferido no Correio da Tarde de 30 de junho de 1910 e em VIVEIROS, J. História do comércio do Maranhão: 1612-1890. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 351, v. 2. Nesse sentido, utilizarei o ano de 1910 para me referir à obra supracitada e não 1915.

invisibilizadas em abordagens historiográficas tradicionais. A obra, assim, constitui-se como um espaço de enunciação dos intelectuais e sujeitos subalternizados, articulando literatura, história e crítica social no cenário do pós-abolição maranhense.

O presente capítulo analisa como Nascimento Moraes constrói, no interior da ficção, uma crítica social às continuidades estruturais que atravessaram a transição do regime escravista para a República. A narrativa evidencia que o ideal emancipatório após o fim da escravidão converteu-se em um desafio permanente, não apenas para os jovens intelectuais, mas também para seus familiares e contemporâneos marcados por origens sociais e condições econômicas desfavoráveis. Tal cenário explicita os limites do projeto republicano e revela a persistência de mecanismos de racialização que continuam a incidir sobre os sujeitos subalternizados pela lógica perversa da diferenciação hierarquizada da desigualdade² e da diferença³.

Ao conferir visibilidade aos conflitos, às adversidades e às estratégias de afirmação de intelectuais marginalizados, a obra tensiona o silenciamento histórico imposto a essas vozes e expõe uma realidade profundamente atravessada pela lógica da colonialidade⁴. Intelectuais

2 A “desigualdade”, que aqui apresento, é um delírio do capitalismo moderno, uma estrutura político-econômica, social e cultural, que lança o *Outro* para a invisibilidade da existência material, gerando uma negação da negação, um sujeito de corpo negro, um sujeito de raça, um sujeito pobre, enclausurado pela própria sombra, na sua tão dura invisibilidade (Mbembe, 2014) econômica, social, cultural, religiosa, existencial.

3 A “diferença” na perspectiva de (Mbembe, 2001; 2014; 2017 e Fanon 2008) se fortalece pela redução do outro ao mesmo. Esse “outro” não é apenas uma entidade isolada, mas é enclausurado dentro dessa estrutura moderna que busca reduzir a diferença, tornando-a equivalente ao mesmo eurocêntrico. Essa tentativa de nivelar o “outro” ao “mesmo” reflete uma dinâmica de homogeneização que opera dentro das estruturas hegemônicas da modernidade.

4 O intelectual peruano Aníbal Quijano (2005; 2009;) enfatiza que a “colonialidade do ser, poder e saber”, refere-se às estruturas de opressão e desigualdade que continuam a influenciar as sociedades pós-coloniais. Envolve a persistência de hierarquias raciais e étnicas nas identidades, a manutenção de elites de poder após a independência política e a marginalização de formas de conhecimento não hegemônicas. Essa concepção destaca como a colonização não é apenas um evento histórico, mas uma matriz de poder que molda diversas esferas da vida.

como José Maria Maranhense e, sobretudo, *João Olivier*, *Cláudio Olivier* e *Carlos Bento Pereira* condensam, na narrativa, os dilemas, os anseios e as formas de engajamento de uma intelectualidade subalterna que, mesmo situada à margem dos espaços hegemônicos de poder, buscou intervir criticamente no debate público e no campo literário maranhense do início do século XX em busca da tão sonhada emancipação para si e seus contemporâneos.

No desfecho de *Vencidos e Degenerados*, essa crítica atinge um ponto de inflexão marcado por um tom melancólico e introspectivo, sobretudo na figura de Cláudio Olivier, personagem confrontado pelo peso do passado e pela experiência da decadência social em São Luís. Sua desilusão não se apresenta como rendição, mas como expressão das fraturas deixadas por um processo histórico que prometeu emancipação sem, contudo, romper com as estruturas de exclusão. Nesse contexto, a recorrente menção ao “panfleto do velho Carlos Bento” assume forte dimensão simbólica: *trata-se de um projeto intelectual inacabado, atravessado por obstáculos materiais e sociais, que nunca chega à publicação, mas permanece como emblema da resistência, da crítica e da memória das lutas coletivas empreendidas por intelectuais comprometidos com a transformação social.*

Assim, ao rememorar essas trajetórias e recuperar a exortação crítica de Carlos Bento, Nascimento Moraes não apenas denuncia o fracasso das promessas republicanas, mas também reafirma a importância de não esquecer as lutas intelectuais silenciadas. A literatura emerge, desse modo, como espaço de preservação da memória, de contestação das hierarquias e de disputa de sentidos em torno da experiência subalterna no pós-abolição.

Ora, sabe-se que é pelas lentes dos intérpretes da história e pelo seu olhar do presente que se estuda o passado e não o seu contrário. Como muito bem nos ensinou Marc Bloch: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a

pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente” (Bloch, 1997, p.100). Faz-se importante destacar que nesse processo de interpretação do tempo, cada sujeito situa-se de forma singular como intelectual responsável por essa significação, acerca do retorno ao vivido, à sensibilidade e a ação humana no tempo, vinculados por sua vez, a historicidade das experiências humanas em diferentes contextos, tempos e espaços (Rüsen, 2007; Ricoeur, 1968).

Assim, este capítulo busca instituir o que Fanon (2008) denomina de “entre-lugar”: um espaço intermediário, rico em significados, que abarca a experiência de vida, em seus múltiplos espaços de fala. É precisamente nesse “espaço intermediário” de um intelectual que fala, que detém autoridade no discurso, que Nascimento Moraes dá voz aos sujeitos subalternizados pela diferença. É nesse espaço que encontramos narrativas de resistência que, de fato, merecem ser ouvidas (Spivak, 2010). O entre-lugar da interconexão entre o texto literário, o autor, e a sociedade da época, para que o intelectual possa, de forma criativa, interpretar esses elementos de maneira holística para compreender as dinâmicas sociais, históricas, culturais mais amplas que impactam a realidade dos indivíduos.

A literatura conectada à leitura histórica não se limita ao seu valor estético e ao entretenimento que oferece. Ela desempenha um papel importante na sociedade e na cultura, muitas vezes subestimado. Quando se diz que a literatura é uma “linguagem carregada de significados”, como mencionado por Pound (1997), isso enfatiza a ideia de que os textos literários são mais do que apenas palavras no papel. Eles carregam consigo muitas possibilidades de interpretações e representações, abrindo espaço para uma diversidade de significados e reflexões históricas. Nesse sentido, os textos ficcionais vão além de simples histórias imaginadas; eles representam codificações dos conflitos e tensões da época em que foram escritos. Quando nos envolvemos com uma obra literária, não estamos apenas mergulhando

em um mundo fictício, mas também em uma simulação das realidades do período, moldada pela perspicácia, mas, sobretudo, pela capacidade interpretativa do autor.

Isso fica evidente quando consideramos como as obras literárias capturam o “atravessamento do ideológico”. Ideologias, sendo sistemas de crenças que moldam nossa percepção do mundo. A literatura, então, torna-se um palco onde essas ideologias são tanto apresentadas quanto contestadas. Ela serve como um terreno fértil para o debate e reflexão, onde as ideias dominantes de uma época podem ser endossadas, desafiadas ou até subvertidas (Foucault, 1980).

Além disso, a literatura é uma manifestação da memória coletiva. Ela carrega ecos de eras passadas, permitindo que as gerações futuras tenham um vislumbre dos sentimentos, aspirações e lutas de seus antecessores. Esta memória coletiva é, no entanto, historicamente dinâmica. É um testemunho coletivo do passado, uma reflexão do presente e, muitas vezes, uma resignificação para o futuro

Ora, a compreensão da realidade do Maranhão é complexa e multifacetada, ela foi influenciada, no âmbito da literatura, pelas visões individuais e distintas de vários intelectuais do final o século XIX e início do XX. Cada um trouxe sua própria bagagem de experiências, perspectivas e influências para suas reflexões, contribuindo para uma compreensão diversificada e enriquecedora da realidade maranhense, tais como: Gonçalves Dias; Miguel Vieira Ferreira; João Dunshee de Abranches Moura; Manuel de Bithencourt; Raul Astolfo Marques; Maria Firmina dos Reis; Aluizio Azevedo; Nascimento Moraes e tantos outros.

Nesse contexto, cada intelectual possui uma perspectiva singular para enxergar a realidade do seu tempo, acompanhada de suas próprias crenças, valores e maneiras peculiares de interpretação social. Assim, não existe interpretação e leitura do passado neutra. Isso implica afirmar que as reflexões e obras dos diversos autores não foram influenciadas apenas pela realidade objetiva do Maranhão, mas

também pela perspectiva única que cada um tinha de seu mundo e pela posição que ocupavam em vários aspectos: social, político, cultural e econômico. Ou seja, essa influência abrange não apenas o local de onde falam, mas também os motivos que os levaram a abordar certos temas em detrimento de outros. Como afirma Certeau (1982), qualquer campo do conhecimento está relacionado a um local de produção que autoriza e proíbe.

A escrita da obra também representa as tensões socioculturais subjacentes, nuances da atmosfera abafada da decadência, reveladoras do desequilíbrio vigente em todo corpo social tomado como objeto da narrativa (Martins, 2002, p. 36). É uma obra ficcional, chamada de “documento sociológico” por Martins (2002) que oferece uma análise crítica da sociedade maranhense.

Cada personagem descrito pelo autor ao longo da narrativa é constantemente impactado pela memória e pelas representações do período da escravidão. Nascimento Moraes utiliza esses personagens para explorar o universo simbólico das diferenças e as várias facetas das desigualdades que, aparentemente, estavam sendo modificadas pelas ideias de progresso e civilização provenientes da Europa.

A obra também pode ser compreendida como um entre-lugar discursivo (Fanon, 2008), no qual se articulam experiência histórica, sensibilidade literária e crítica social. É nesse espaço intermediário que emerge uma intelectualidade subalterna, capaz de tensionar as narrativas hegemônicas e de dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas. Tal perspectiva dialoga com a reflexão de Spivak (2010) sobre a possibilidade de fala do subalterno, evidenciando como a literatura pode operar como mediação simbólica para a emergência dessas vozes.

Dessa forma, *Vencidos e Degenerados* configura-se como uma escrita profundamente engajada, que denuncia as promessas não realizadas da modernidade republicana e explicita as condições adversas

enfrentadas pelos intelectuais subalternizados. O romance retrata uma sociedade marcada por profundas desigualdades, na qual o acesso à cidadania permanece restrito aos grupos detentores de capital social, econômico e simbólico, enquanto os “vencidos” seguem submetidos à precariedade, ao desemprego, à violência e ao apagamento social, realidade reiteradamente denunciada por esses intelectuais ao longo da narrativa.

O texto articula-se, portanto, a dois marcos históricos fundamentais para a compreensão do período analisado: a memória da Abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Longe de se configurarem como acontecimentos plenamente emancipatórios, esses eventos são apresentados como processos atravessados por continuidades estruturais, cujas contradições incidem diretamente sobre as trajetórias dos intelectuais subalternizados e sobre a experiência social dos libertos, reafirmando a literatura como um espaço privilegiado de interpretação histórica, crítica social e disputa de sentidos no contexto do pós-abolição brasileiro.

Vencidos e degenerados: desvendando os múltiplos significados do 13 de maio e da República nascente

Personagens: José Maria Maranhense e João Olivier

É na memória da escravidão e experiência do racismo, que os sujeitos são classificados e as relações sociais estabelecidas na sociedade ludovicense do final do século XIX e início do século XX. Outrossim, a riqueza e a complexidade dessa narrativa e a abordagem diversificada na historiografia e nas narrativas populares destaca como o evento é um campo de batalha interpretativo, onde as vozes de diferentes atores e grupos encontram expressão. Através dessa multiplicidade, a história do 13 de maio é enriquecida, tornando-se não apenas uma data

histórica, mas um testemunho vivo da complexidade da experiência brasileira/maranhense em relação à escravidão, liberdade, diferença, desigualdade e os variados espaços de poder.

É importante ressaltar que, provavelmente, com a idade de 28 anos, após 22 anos do anúncio da tão esperada Lei áurea, Nascimento Moraes publicou a obra *Vencidos e Degenerados*. Isso significa dizer que tenha colhido muitas informações de pessoas da família, seus pais, e até mesmo de amigos próximos que vivenciaram o que exatamente aconteceu no dia 13 de maio de 1888 na cidade de São Luís do Maranhão.

Nessa perspectiva, falar de uma memória a partir dos subalternos, traz à tona a experiência de uma nova e ousada historiografia, uma história que possibilita o protagonismo daqueles que, até então, foram sempre silenciados pelo poder hegemônico oficializado. Além disso, a memória do 13 de Maio, portanto, insere-se dentro de um contexto de conflito e luta pela formação de uma Identidade Nacional na perspectiva dos subalternos. É uma experiência sempre em disputa por ser historicamente construída. Ou seja, “A memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 4). É claro que a narrativa foi construída em um estilo de romance. Aliás, esse foi o único romance escrito por ele, no arcabouço do seu conjunto de escritos. Mas visa deixar uma mensagem de uma memória coletiva acerca do que exatamente estava acontecendo na sociedade ludovicense. Por isso, ele parte sempre dos lugares de memória de São Luís, para escrever seu enredo.

“Tudo aconteceu às oito horas da manhã do dia 13 de maio de 1888 na residência de José Maria Maranhense” (Moraes, 2000, p. 27). Maranhense, nome sugestivo, para conceder a casa para tão linda e importante celebração. Segundo Nascimento Moraes:

Maranhense era mulato, mais baixo que alto, e careca. Contava quarenta e tantos anos, grisalho, gordo e simpático. Marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Tinha decidido gosto pelas letras, pela ciência, por tudo enfim que fosse do domínio

da inteligência humana. Se bem não lhe fosse possível cultivar o espírito com o trato constante do estudo, em disciplinas regulares, fazia contudo o que estava ainda à altura de suas forças; procurava relaciona-se com os literatos da terra, chegava-se àqueles de quem apregoavam um espírito esclarecido; e, como era inteligente, de uma assimilação fácil, deu força à sua loquacidade (Moraes, 2000, p. 32-33).

É importante ressaltar, no contexto maranhense, o fenômeno do acesso às letras e à educação tornou-se um catalisador crucial para a emancipação dos subalternizados pela diferença colonial. Maranhense é um exemplo eloquente dessa possibilidade real de mudança. O fato de ter uma profissão e uma boa eloquência concedeu a ele melhores possibilidades de existência. “Sua casa, situada na Rua São Pantaleão, uma meia- morada de bons cômodos [...]” (Moraes, 2000, p. 27), foi o local escolhido para reunir um número significativo de gente para a anunciação da tão esperada lei.

É possível afirmar, portanto, que sua residência era um local central de reunião para abolicionistas e intelectuais da época na cidade de São Luís. Isso proporcionou um espaço crucial para a troca de ideias e estratégias entre os defensores da Abolição. Lembrando que os abolicionistas na sua grande maioria nesse contexto “eram, ao contrário, aqueles que defendiam a abolição imediata do trabalho escravo sem indenização de proprietários de escravos por estarem embebidos pela ideologia do progresso, a qual se expressava na defesa da urbanização, do trabalho livre e da industrialização” (Pereira, 2009, p. 5).

José Maria Maranhense era visto pelos escravos como um aliado de grande importância, pois “eles o consideravam como um de seus protetores; e porque ele era sincero na causa que defendia, procuravam-no constantemente para tratar de sua liberdade” (Moraes, 2000, p. 33).

Na descrição do acontecimento do dia 13 de maio de 1888, a cena retrata uma reunião diversificada de indivíduos provenientes de variadas

classes sociais, todos congregados na casa do abolicionista, naquela manhã memorável, a saber: funcionários públicos, artistas, homens de letras, operários livres, não faltando “vagabundos e desclassificados” (Moraes, 2000, p. 65). Esse ambiente se revelava inclusivo, acolhendo todos aqueles dispostos a celebrar a conquista da tão esperada lei.

A interação entre variadas classes sociais evidencia as tensões e as contradições presentes na sociedade, onde o simbólico e o real muitas vezes divergiam. Portanto, essa cena serve como ponto de partida para uma análise mais profunda das percepções e realidades em torno da Abolição e das mudanças sociais que a acompanharam e a tessitura do jogo de discursos subjacentes ao evento.

O autor apresenta o personagem, João Oliver, “Um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos [...] Envergava um fato (*Linguagem da época que significa: cauça, camisa, poletó e gravata*) azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda a borboletear” (Moraes, 2000, p. 28). Identificado por Nascimento Moraes, como um “jornalista mestiço”, com muita dificuldade encontrou espaço na imprensa de sua época e ocupava a profissão de guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente, um vibrante orador e que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos (Moraes, 2000).

O personagem João Oliver representa uma subalternidade resistente que buscou uma condição social através das letras. João Oliver, ao se engajar na imprensa e na escrita, desafiou as normas e hierarquias estabelecidas, buscando não apenas uma condição social melhor para si mesmo, mas também lutando pelos direitos e pela dignidade de outras alteridades. Assim, sua trajetória exemplifica a importância da expressão literária em promover a conscientização e a transformação social dentro de contextos de subalternidade. A conversa entre José Maria Maranhense e João Olivier, inicialmente, é de grande expectativa pela notícia. Ressaltaram no diálogo que ninguém dormiu

na noite passada, escravos e senhores, estavam muito ansiosos pela chegada do telegrama da Princesa Isabel. Ademais, segundo Nascimento Moraes, a boa notícia tão esperada, o telegrama, só veio às três horas da tarde. A alegria coletiva deixou as ruas de São Luís, repleta de pessoas felizes, eufóricas, a festa se estendeu por vários dias e diversas cenas aconteceram, sobretudo, no dia da Abolição.

Na realidade ludovicense, Nascimento Moraes explicita na sua narrativa, que no dia da festa, a princesa Isabel foi aclamada como uma Santa por uma parcela significativa da população, incluindo os abolicionistas. Estes, ao empunharem uma bandeira branca de forma simbólica, sugeriam que a abolição havia trazido paz e liberdade após um longo período de opressão. Segue abaixo a citação:

[...] da casa de Maranhense ainda tinham de ir muitas dúzias de foguetes, de balões, pequenos andores para os retratos, velas, alguns archotes e um retrato da Princesa Isabel, já colocada no andor lantejoulado, trabalho imperfeito quanto às particularidades, mas tratável e completo nas linhas gerais [...] No canto da rua mangueira um grupo de abolicionista desfraldando uma bandeira branca, cabeças descobertas, a gritarem incessantemente: Viva a Liberdade! Viva Patrocínio! Viva a rainha Isabel! E o pessoal respondia: Viva! Viva! (Moraes, 2000, p. 33- 34;45).

Essa perspectiva é reforçada pelo fato de que a Abolição no Brasil foi efetivada sem grandes revoltas ou insurreições significativas, o que pode ter contribuído para a interpretação mais complacente e menos contestadora desse momento crucial na história do país (Schwarcz, 2007). Nesse sentido, autora sinaliza:

[...] como se a libertação fosse um “contrato privado” entre duas partes, evidentemente desiguais. Por isso mesmo abundam verbos como “conceder, dar, oferecer”, referentes ao senhor, e qualificativos como “lealdade, obediência, servidão, dedicação [...] Assim, pouco antes do ato oficial que aboliu a escravidão, uma série de matérias fazia da libertação um ritual: uma grande festa, na qual desfiles,

comícios e festejos celebravam a “boa e meritosa” ação dos senhores brancos, com a participação quase passiva dos negros (Schwarcz, 2007, p. 34).

Contudo, observamos também alguns outros significados acerca da Abolição em São Luís. Para tanto. Nascimento Moraes descreve alguns delírios e desatinos coletivos realizados no dia da comemoração:

[...] os escravos dando expansão à raiva e ao ódio cometeram desatinos de toda a espécie, quebrando móveis e louças, e mais objetos que se lhes deparavam, e deixaram, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram, atirando ferinos e brutos improperios que iam quebrar, como garrafas e vidros, nas rótulas das janelas, nas portas, e na alma aniquilada dos infelizes ricaços de ontem, que se viram em grande parte, pobres de um momento para outro (Moraes, 2000, p. 36- 37).

De acordo com Silva (2000) na realidade de Campinas, na celebração delirante do 13 de maio, “os libertos queimaram todos os materiais de tortura que puderam encontrar e, de forma simbólica, exerceram o direito de caminhar livremente, segundo suas vontades, sem haver a necessidade de permissão senhorial” (Silva, 2000, p.45). Esses atos, como a quebra de móveis e louças por escravizados recém-libertos, representam uma forma de resistência impulsionada por anos de opressão e acumulação de angústias. Além de uma manifestação física, eles exploram as dimensões emocionais e simbólicas desse gesto, desafiando a ordem social e a autoridade dos senhores. Ao expressarem indignação e desprezo, os escravizados não apenas quebram objetos, mas também confrontam a dominação que os manteve oprimidos por tanto tempo.

A imagem dos escravos deixando o local onde sofreram reforça a ideia de uma mudança de poder ou uma inversão de papéis. O espaço, antes dominado pelos senhores, agora é abandonado pelos escravos revoltados, como se o próprio ambiente fosse invertido, pela revolta e pela insatisfação que eles sentem.

Nesse contexto, a alusão feita por Nascimento Moraes aos proprietários ricos, que subitamente se viram “empobrecidos de um momento para outro”, no último parágrafo da citação, destaca com ênfase a vulnerabilidade dos opressores quando se deparam com a insurgência dos oprimidos. Essa súbita inversão sugere a fragilidade intrínseca da estrutura de poder quando é confrontada com a força da resistência, expressa não apenas por atos tangíveis, mas também por meio das manifestações discursivas dos subalternos.

Retornando à efervescência da boa notícia, Nascimento Moraes descreve de maneira trágica e, ao mesmo tempo, cômica, a euforia coletiva que tomou conta dos libertos:

[...] uma escrava ao passar pelas ruas dos afogados, deu uma bofetada na sua patroa que estava na janela [...] provocaram fortes gargalhadas e pilhérias picantes os inesperados cômicos que se deram: cozinheiras que de tanta alegria abandonaram seus patrões sem lhes apresentar o jantar e outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde [...] magotes de negros que passavam, à-toa sem destino, a gritarem pela rua abaixo ou acima numa alucinação bem declarada (Moraes, 2000, p.36/45).

Esse súbito acesso à liberdade oficial foi realizado nas ruas, mas também gerou reações diversas, algumas das quais foram extremamente intensas, como ilustradas pelo comportamento dos libertos Sabino e Florença:

a celebração foi tamanha, que um preto de nome Sabino, escravo do tenente-coronel Casemiro Sousa, condenado a duros e cruéis castigos, quando sentiu que era livre e lhe abriram de par em par as portas, enlouquecera. Igualmente se dera com a preta de nome Florença, escrava do Sr Silva. Muitos outros casos de loucura foram depois conhecidos com as notícias que chegaram do litoral e do interior (Moraes, 2000, p. 44).

Importante ressaltar que, em contraste com essa celebração pública e festiva, a ocorrência envolvendo Sabino e Florença, que

enlouqueceram ao perceber sua liberdade, fornece uma perspectiva profundamente emocional e pessoal da Abolição. O ato público oficial da tão esperada “liberdade” não representou apenas o fim de uma prática, mas também um momento de profunda significância social e psicológica. Os escravizados, que por tanto tempo foram privados de sua liberdade, direitos e humanidade, de repente se viam livres.

O impacto desse momento foi avassalador para esses dois escravizados libertos e para tantos outros que enfrentaram situações semelhantes. A narrativa sobre essa loucura é simbólica e historicamente reveladora. O “enlouquecer” de Sabino e Florença pode representar o trauma acumulado e o impacto emocional de anos de escravidão, manifestando-se no momento de sua liberdade.

O passado de Sabino, marcado por punições severas, destaca o abuso e a crueldade dos sistemas de escravidão, tornando sua resposta à liberdade ainda mais compreensível e trágica (Moraes, 2000). Por outro lado, a liberdade recém-adquirida também pode ser vista pela lógica da explosão interna pela tão sonhada libertação ou como uma fonte de medo em relação ao desconhecido que estava por vir. Pois, pergunta-se: como viveriam os negros e mestiços após a proclamação da sua liberdade? Questões identitárias em busca de sobrevivência pessoal e familiar inevitavelmente surgiram: quem sou eu agora? Para onde vou? O que o futuro reserva para mim? Como vou sobreviver sem a tutela do meu proprietário? Essas reflexões destacam a complexidade da experiência do liberto, evidenciando as dimensões psicológicas, sociais e simbólicas que permearam muitas histórias ao conjunto de narrativas acerca do 13 de maio.

O literato, de forma repentina, dar um salto histórico de um período a outro, em vista de explorar os significados e impressões acerca da República nascente e, quatro anos depois, 1892, destaca ainda os sentimentos recorrentes em relação a festa do 13 de maio. Para tanto, utilizou-se do intelectual Olivier como porta-voz, para expressar seus

sentimentos em relação a nova República. Olivier conversando com o português Machado, conhecido como Paletó Queimado, assim adverte em forma de denúncia, evidenciando a situação difícil de muitos intelectuais subalternos:

[...] o Maranhão era uma terra fértil de homens ilustres [...] no entanto, só aqui há meia-dúzia de homens competentes, verdadeiros sábios – Meia-dúzia!... Suba[...] Aqui há inúmeros homens de merecimento, de incontestável valor. Estes, porém, vivem afastados, vergastados por um desprezo ridículo e mesquinho. Ninguém mais ignora a perseguição política daqui até onde vai. Ou capitula ou morre!... Então você não sabe que nós temos uma literatura oficial? Ignora, porventura, que parte dos homens de letras vive à custa dos cofres públicos, ou protegidos pelos potentados do mundo oficioso e que, a outra parte, vegeta, passa horríveis privações, sem emprego e sem proteção? [...] Há muita gente aqui que sabe mundos e fundos, ilustrações sólidas, inteligência de escol, homens de rara habilidade e apreciável preparo [...] nascem obscuramente, e obscuramente desaparecem do palco da vida – Mas por que não chegam ao governo? Por que não se fazem lembrar? – Não é isso, não. É uma questão de disciplina moral, de caráter, de princípios. São homens que se educam com os livros em punho, que passam a mocidade a ler e que não conhecem superioridade a não ser a do talento e a da competência. Fácil é concluir que, espíritos assim educados, não se curvam jamais ante um senador do Império que mal assina um nome, nem podem baixar a cerviz ante o funcionário que não sabe somar, mas que a proteção política altamente colocou, como que querendo humilhar o preparo dos que estudam [...] Realmente dói e compunge viver numa terra assim (Moraes, 2000, p. 65-67).

A citação apresentada é um desabafo poderoso que revela as complexidades e desafios enfrentados por intelectuais e literatos no contexto do Maranhão republicano e por sinalizar uma realidade experimentada em vida pelo próprio Nascimento Moraes, sobretudo ao enfatizar a existência de uma “literatura oficial” financiada pelo governo.

Alguns letrados dependem do apoio do governo para sua subsistência, enquanto outros literatos enfrentam uma série de privações como falta de emprego, proteção e reconhecimento literário.

O Maranhão, na interpretação de Nascimento Moraes, é um lugar onde a produção de homens ilustres é farta, com literatos altamente preparados para assumir qualquer função profissional. No entanto, paradoxalmente, apenas uma pequena parcela deles é reconhecida como competente e sábia.

O autor também questionou por que indivíduos talentosos e competentes não conseguem chegar ao governo ou receber o reconhecimento que ganham. A resposta, segundo a narrativa, está relacionada a uma questão de disciplina moral, caráter, princípios provenientes dos valores adquiridos pelos intelectuais, mas, sobretudo, por decisão política, pelo fato de darem certos cargos às pessoas sem nenhum conhecimento e preparo. Isso indica uma divisão nítida entre aqueles que têm acesso às oportunidades e reconhecimento e aqueles que são marginalizados, muitas vezes devido a questões políticas e dificuldades de acesso aos espaços de fala e poder. Embora João Olivier, tenha feito esse desabafo e denúncia sobre a realidade de vida de muitos intelectuais de seu tempo, ainda existe dentro dele uma faísca de esperança que foi acesa no dia da comemoração do 13 de maio:

[...] eu ainda não perdi as esperanças em dias melhores. Obscuro e pobre como sou, sem aspirações [...] tenho ainda fé que isto não permanecerá neste estado por dilatados anos. O grande acontecimento de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa da sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças o peito. A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar novas forças, novos elementos, novos aspectos... esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridade do ser que tem sido um dos mais vis preconceitos de nossa existência política (Moraes, 2000, p. 67).

Nascimento Moraes destaca pelas palavras do João Olivier, as esperanças e aspirações dos pobres que ainda acreditavam que a Abolição da escravidão seria um ponto de virada para a sociedade, um momento significativo de melhores oportunidades.

Certamente, ao examinarmos os variados sentidos e significados do 13 de maio por meio das histórias desses personagens, percebemos como a Abolição foi recebida e vivenciada de maneiras distintas pelos diferentes sujeitos sociais. A alegria da liberdade, muitas vezes, se misturava com o medo do desconhecido e com os desafios da inserção, sobretudo nas questões trabalhistas em uma sociedade que ainda perpetuava preconceitos e desigualdades em todas as esferas da vida social, impedindo a grande maioria da população o verdadeiro acesso à cidadania.

O personagem João Olivier enfrentou dificuldades financeiras e recebeu ajuda frequente do português Machado, apelidado de Paletó Queimado. Essa amizade se desenvolveu a partir da admiração de Machado pelo discurso marcante de Olivier no dia 13 de maio. Essa relação vai além das questões raciais, destacando a capacidade de transcender diferenças de “cor” em momentos de solidariedade e amizade genuína.

Apesar de sua notável capacidade no universo das letras, João Olivier enfrentava uma forte perseguição, em parte ocasionada pela imprensa à qual ele servia por amor à arte (Moraes, 2000). Sua situação financeira tornou-se cada vez mais difícil, com o aumento do número de suas obrigações para com a família. Sua irmã mais velha, que muito o auxiliava com a costura, adoecera, e sua mãe, debilitada por uma terrível enfermidade, tornou-se fonte de despesas (Moraes, 2000). Por esses e tantos outros motivos, ele resolveu deixar São Luís e mudar-se para Belém. Olivier faleceu em Belém, decorrente de problemas no fígado, “sucumbiu numa manhã de abril, deixando a família em completa pobreza” (Moraes, 2000, p. 100).

O personagem João Olivier, deixou uma crônica significativa acerca das intempéries vivida por muitos subalternos no contexto do período narrado, segue alguns fragmentos:

Aquilo é que era escrever! Lá ele dizia que a proteção que os ricos e cabeçudos desta terra dispensam aos pobres é prejudicial, e até um dos meios que empregam para impedir o desenvolvimento e o progresso, dos que saem do pó. Porque, diz ele, essa proteção que não passa de proporcionar aos pobres pequeninas migalhas que os impedem de morrer de fome, e com as quais eles se contentam, é que os detém aqui, nesta cepa torta, nutrindo esperanças de dias melhores. E assim, o tempo vai passando, e o talento se vai gastando em produzir, o mais das vezes, imperfeitos trabalhos que os falsos protetores usufruem, e assim as energias vão enfraquecendo (Moraes, 2000, 97).

Há uma passagem na primeira parte da obra que expressa de forma evidente essa situação:

não obstante, alguns ex-senhores não ficaram completamente abandonados porque não eram maus. Ao abrirem as portas, ao franquearem a saída aos de há pouco escravos, ofereceram abrigos aos que quisessem continuar na sua companhia. Muitos aceitaram o convite, na maioria velhos, já inválidos para uma existência laboriosa, e moças que eram crias de muita estima e algum conforto, em geral filhos de escravas com senhores moços (Moraes, 2000, p. 37).

A permanência na subalternidade e a luta diária pela sobrevivência mantiveram muitos libertos sobre a tutela do seu senhor. Essa realidade dos ricos ou de pobres que tinham “duas ou três cabeças de negros” (Moraes, 2000, p. 37) em manter os ex-escravos em uma posição de submissão e subalternidade através de uma suposta “proteção” que, na realidade, perpetua a pobreza e a dependência. Isso ressalta a importância de abordar questões de justiça social e equidade para que as pessoas tenham a oportunidade de buscar uma real emancipação genuína e não sejam limitadas por uma falsa generosidade dos mais abastados.

Nesse cenário marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, destacam-se personagens como José Maria Maranhense e, sobretudo, João Olivier. Embora marginalizado pelos círculos intelectuais hegemônicos e com acesso restrito aos espaços de prestígio da imprensa, João Olivier, encontrou na escrita e no exercício do jornalismo um campo possível de afirmação, resistência e elaboração crítica da realidade social. Sua atuação intelectual não se limitou à busca por ascensão individual, mas se configurou como um compromisso ético e político com a denúncia das injustiças, a defesa dos oprimidos e a problematização das hierarquias sociais vigentes.

Cláudio Olivier e Carlos Bento pereira: subalternidade intelectual, conflitos, preconceito e os limites das lutas coletivas

Nesse tópico é analisado aspectos da vida e os embates/enfrentamentos/resistências de mais dois grandes intelectuais, Claudio Olivier e Carlos Bento, dois personagens centrais para análise da narrativa literária de Nascimento Moraes. Sob a orientação do polemista e professor Carlos Bento Pereira, João Olivier e Claudio Olivier, ambos, pai e filho, representam um exemplo vívido da influência profunda e rigorosa que um mentor pode exercer sobre seus alunos. Esses dois indivíduos, influenciados pelo seu professor Carlos Bento, foram munidos de uma visão crítica e um comprometimento inabalável com as questões sociais e políticas que assolavam o Maranhão no intervalo entre os séculos XIX e XX.

Carlos Bento, foi descrito por Moraes (2000) como um notável poliglota e uma das maiores erudições do Maranhão na época. Foi jornalista e professor. No entanto, ele enfrentou sérias dificuldades devido a intensas lutas políticas que impediram o trabalho com os grupos liberais e conservadores. Isso o levou a se afastar da imprensa,

onde havia conquistado respeito, e acumulou diversos desafetos. Certamente, as divisões políticas e as rivalidades frequentemente os deixavam em situações precárias, dependendo da ajuda de outros para sobreviver.

Sua única fonte de renda era o ensino particular, mas o que ele ganhava mal cobria metade das despesas mensais. Carlos Bento, apesar de seu renome e caráter, vivia em uma situação de quase completa miséria, junto com sua esposa e um jovem que adotou. Para sobreviver e evitar a fome, ele precisava contar com a ajuda ocasional de antigos amigos, ex- alunos que, naquele momento, já trabalhavam (Moraes, 2000). Apesar da escassez e pobreza em que vivia, Carlos Bento fora um intelectual cheio de esperanças ao pensar na República nascente, isso fica mais evidente quando afirma:

[...] conto que os fatos exigirão que os homens façam da sua fraqueza força e que, abandonando a posição censurável em que até hoje se têm mantido, procurem enfim os que podem com energia e competência intelectual, e firmados princípios morais, reconstruir o templo arruinado (Moraes, 2000, p. 76).

Foi Carlos Bento que escreveu um panfleto (síntese social e política) com a intenção de ganhar algum trocado (Moraes, 2000). O mesmo foi lido, inicialmente, por João Olivier. Nele está expresso uma crítica contundente a uma série de problemas de cunho moral e ético, sobretudo no que se refere a um quadro de corrupção, nepotismo e má gestão de recursos públicos que marcaram o início da República em São Luís. Essas temáticas mais uma vez aparecem nos relatos de Nascimento Moraes, dessa vez de forma mais contundente. Segue na íntegra o trecho do primeiro parágrafo do panfleto:

a terrível e esmagadora opressão moral-social, que a mais e mais se estreita nesta terra destruindo energias, aniquilando vontades, esfacelando músculos, ainda não pôde vencer no ânimo de seus bons filhos a nobre altivez de princípios que professam, hauridos

nos livros dos mestres, feitos do saber que razão e experiências alicerçaram (Moraes, 2000, p. 79).

O panfleto, inicialmente, expressa sua preocupação com a grave situação social e política que aflige a sociedade de São Luís. Ao mencionar que essa “esmagadora opressão moral-social que mais e mais se estreita nessa terra” (Moraes, 2000, p.79) indicando que a sociedade está passando por um período de profunda opressão, tanto em termos morais quanto sociais.

No entanto, Carlos Bento também destaca que, apesar dessa opressão, “bons filhos” da sociedade ainda mantêm uma “nobre altivez de princípios”. Ele está se referindo a pessoas que possuem princípios éticos sólidos, provavelmente fundamentados em conhecimentos adquiridos a partir da leitura dos “livros dos mestres” e enraizados na razão e na experiência, pois “a crise, ou melhor, esta “tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material” (Moraes, 2000, p. 79) ainda não os subjugou. Esses intelectuais, têm o potencial de liderar a transformação e a renovação da sociedade, levando-a um futuro melhor e mais glorioso. Ele enfatiza a importância do trabalho e o desejo de querer e acreditar nessa mudança (Moraes, 2000).

Ora, como afirma Pereira (2018, p. 9) além da dificuldade de produzir e difundir seus escritos, esses intelectuais, “sofriam as consequências por vincularem-se a paradigmas ideológicos destoantes aos pressupostos daqueles considerados, no enredo, de uma opinião dominante” que entraram em conflito com as ideias dos novos atenienses, (grupo do próprio Nascimento Moraes) que nutriam o forte desejo de uma revivência intelectual política e social.

Portanto, esse discurso da decadência moral, intelectual e material, resulta-se de um clima forte, proveniente da instabilidade e estagnação econômica, ligada à crise do sistema agroexportador, conforme

mencionado por Pereira (2018). Além das turbulências econômicas, Moraes (2000) resalta o papel desanimador da governança que por meio do “indiferentismo” tem gerado líderes políticos, completamente indiferentes à realidade da população em geral, sobretudo daqueles que mais precisam. Estão a priorizar seus próprios interesses e os de seus aliados políticos. Isso fica mais evidente na passagem que segue:

[...] a canga da inconfessável cobiça, de mal interpretada prática de serviços pessoais que se estriba em dar propinas aos amigos e correligionários, sem troca de serviços reais ao Estado, como se o erário público fosse um cofre particular de que o seu dono se pudesse dispor à vontade para satisfazer a vaidade, as pretensões, os desejos, e o bem-estar dos eleitos da amizade, na hipótese de ser esse suposto dono um anfitrião de contrapeso e medida (Moraes, 2000, p. 81).

Nascimento Moraes, mais uma vez, se utiliza de algum personagem intelectual, para denunciar práticas que corroeram as bases do novo regime e refletem uma realidade que, infelizmente, ecoa em muitos momentos da história política brasileira.

Carlos Bento, no seu panfleto, como evidenciado acima, também denuncia a prática de “serviços pessoais” e o nepotismo e aponta o desvio de recursos públicos, indicando que o erário público era tratado como um “cofre particular” por aqueles que detinham o poder. Esse comportamento foi e continua sendo prejudicial não apenas para a eficiência do governo, mas também para a confiança da população nas instituições republicanas.

Fernandes (1972) ajuda a compreender como essas questões eram intrínsecas à estrutura social brasileira e como contribuíram para a perpetuação das desigualdades e injustiças. História essa, descrita por uma série de práticas e sistemas: como o escambo e a escravidão, o colonialismo e o imperialismo, bem como os processos de urbanização

e industrialização desenvolvidos, em primeiro lugar, para a formação de uma sociedade dividida em castas, onde as pessoas eram estratificadas de acordo com sua origem étnica e condição sócio-econômica.

Portanto, o panfleto de Carlos Bento é um chamado à ação e à perseverança, destacando a importância de manter princípios éticos e intelectuais sólidos em meio às dificuldades sociais e políticas. Ele acredita que esses princípios são fundamentais para a sobrevivência da sociedade e para a resistência contra a opressão. O panfleto vem novamente à tona na narrativa de Moraes, dessa vez sendo lido por Claudio Olivier. Esse novo personagem, protagonista do romance, é filho de Andressa Vital, escrava liberta pela lei e Domingos Daniel Aranha, liberto pelo seu senhor no leito de morte. Ele foi adotado ainda pequeno pelo João Olivier e sua mãe

D. Rita, família que foi capaz de dar a ele, dentro das suas possibilidades, melhores condições de vida e estudo. Claudio Olivier foi descrito por Nascimento Moraes da cor morena cor de jambo, olhos grandes e claros, fisionomia inteligente e audaz (Moraes, 2000). Quando tinha doze anos, seu pai adotivo, assim expressou: “É um diabinho. Travesso e esperto só ele! Quero ver se faço deste bolas um grande homem” (Moraes, 2000, p. 68). A saber:

[...] um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça, é que estou preparando. Um homem que tenha alguma coisa de leão é que estou preparando. Instruo um cérebro e educo um coração. Cérebro que pense nos altos problemas de sua terra e de seu povo, coração que saiba amar e odiar, amar o bom e odiar o mau [...] Quero um Cláudio um homem destemido e não um bacharel qualquer, forrado para resistir a insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos; um polemista terrível que faça um época e traga com a lâmina cortante de sua prosa [...] (Moraes, 2000, p. 91).

Os termos da citação acima acerca da expectativa formativa que João Olivier tinha em relação ao seu filho, revelam a visão de

Nascimento Moraes relativa ao papel do intelectual na sociedade e suas responsabilidades quanto ao enfrentamento dos desafios sociais, sobretudo para superar os preconceitos para “fazer do preto um cidadão” (Moraes, 2000, p. 94). Assim, ele enfatiza a necessidade de uma educação que capacite os indivíduos a serem agentes de mudança em suas sociedades, em vez de meros conformistas.

Após a morte de seu pai adotivo, Nascimento Moraes escreve que Claudio Olivier naquele período, havia conseguido completar seus estudos no liceu. “Para ajudar a família, ele abriu um curso secundário particular. Além disso, conseguiu alguns trabalhos de redação para tabernas, embora isso não fosse suficiente para cobrir todas as despesas, uma vez que seu salário como professor era bastante baixo” (Moraes, 2000, p.85). Sua mãe biológica, a liberta Andressa Vital, também fez o possível para contribuir financeiramente dentro de suas possibilidades. Após o falecimento de D. Rita, ele passou a morar com sua mãe Andressa, enfrentando muitas situações adversas devido à sua embriaguez diária.

Claudio Olivier tinha decidido gosto pelas letras embora, infelizmente, não lhe proporcionasse melhores condições de vida, pois, fora, portanto, um intelectual pobre, assim como seu amigo “Sr. Júlio Bezerra [...] filho de uma mulher pobre, que vivia numa casinhola de porta e janela, no Beco do Seminário, a engomar para sustentar o filho nos estudos” (Moraes, 2000, p. 104). A menção a essa mãe, no texto de Nascimento Moraes, torna-se extremamente significativa para compreendermos melhor os meandros e as histórias cotidianas que fizeram parte da realidade ludovicense e de tantos outros espaços, de pessoas comuns, que a liberdade “presenteada pela Princesa” e as promessas de progresso e melhorias, de fato, nunca existiram.

A realidade do jovem intelectual Cláudio Olivier, Júlio Bezerra e de tantos outros jovens que viveram em São Luís, no início da República, está muito próxima das relatadas por Leo Spitzer (2001) àquelas do afro-brasileiro André Rebouças; do austro-judeu Stefan Zweig e do serra-

leonense Cornelius May (Spitzer, 2001). Esses homens faziam parte de gerações de famílias que, no contexto do século da emancipação iniciado com a Revolução Francesa saíram da escravidão e dos guetos, ingressaram na sociedade burguesa, mas tiveram que se defrontar com o novo racismo na primeira metade do século XX.

Essas famílias, mesmo vivendo em contextos diferentes (Brasil, Serra Leoa e Alemanha) “tinham em comum importantes experiências e características, como herdeiras de um longo contato histórico entre povos de poder desigual” (Spitzer, 2001, p. 18). A geração desses homens, socialmente assimilada no mundo dos dominantes, ao longo e, sobretudo, ao final de suas vidas, tiveram que lidar com a evidência de que a cor da pele, a origem étnica, econômica, era algo determinante na sociedade moderna e que não se poderia desconsiderar nas relações sociais (Barros, 2012).

Na narrativa de Nascimento Moraes, em diálogo com a leitura proposta por Spitzer (2001), a integração dos sujeitos negros e mestiços à sociedade republicana aparece como um processo tenso e inacabado. A participação nos privilégios sociais após o fim da escravidão transforma-se em um desafio constante, não apenas para os jovens intelectuais, mas também para seus familiares e contemporâneos menos favorecidos pela origem social e pela condição econômica. Tal dinâmica evidencia os limites do projeto republicano e explicita a permanência das estruturas de racialização que incidem sobre todo sujeito subalterno no pós-abolição.

Esse processo de assimilação em busca da tão sonhada emancipação cidadã, fica evidente na importância que esses pobres intelectuais nutrem pela educação, como único caminho possível que eles teriam, pelo fato de pertencerem a origens humildes e condições econômicas precárias. Ou seja, eles escolheram o caminho da instrução e do desenvolvimento intelectual para enfrentarem e combaterem o cotidiano das diferenças.

Por outro lado, a menção ao Sr. Júlio Bezerra, filho de uma mulher pobre que trabalhou como lavadeira para sustentar a educação do filho, realça o papel fundamental que as mães desempenham na busca por melhores oportunidades para seus filhos. O sacrifício e a determinação dessas mães muitas vezes são motores que impulsionam seus filhos a perseguirem o conhecimento e a educação como um meio de mudar suas vidas.

Claudio Olivier seguia admiravelmente as pegadas de João Olivier de quem lia, sempre que podia, os escritos. Talvez por isso tenha se motivado a fundar, com alguns moços que lhe eram afeiçoados uma associação literária (*o grêmio Gonçalves Dias*), do qual tornou-se presidente e depois junto com Plácido Monteiro e Jorge da Cruz, um jornal intitulado O Campeão nome indicado pelo velho Bento (Moraes, 2000).

O Campeão tinha quatro páginas, uma folha de papel dobrada. A impressão estava nítida e a paginação agradável. Trazia farta colaboração dos sócios do grêmio: contos e sonetos, quadras, pensamentos e charadas. O artigo de fundo, da lavra de Cláudio, retocado pelo velho Bento, como tudo o mais, ocupava duas colunas e meia (Moraes, 2000, p. 106).

O grêmio e o jornal receberam críticas, calúnias e foram alvo de muitas perseguições, a ponto de despertar invejas e preconceitos “Vejam o futuro que há de vir por aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados de um Claudio Olivier, de um Plácido Monteiro, que naturalmente virão a ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições (Moraes, 2000, p. 108). A inteligência e o destaque que Claudio Olivier e Plácido Monteiro estavam causando no cenário social da época, era vista como uma ameaça à ordem estabelecida.

Claudio Olivier viveu alguns romances, mas se enamorou perdidamente por uma jovem de outra classe social, Armênia Ribeiro de Magalhães, filha do coronel Magalhães. Ele, com medo de permanecer na relação, expressa seus receios para Armênia: “temo de uma agressão...

Tu és nobre, és fidalga, eu sou plebeu, sou uma insignificância, um átomo perdido. Deixa-me em paz” (Moraes, 2000, p. 130). Sobre Armênia, Nascimento Moraes assim escreve:

[...] recebera uma educação esmerada. Mimo de sua mãe, seu conforto e alegria, fora, desde muito moça, entregue aos cuidados de professores que a lecionavam no lar. Aprendera o português, o francês, o inglês, o latim de que fizera até um sensacional exame num afamado colégio da capital. Versada nos autores clássicos e literatura contemporânea, seu espírito tinha cintilações belíssimas. Frequentava a sociedade, onde superiormente brilhava pela formosura e pela inteligência, mas nunca pudera dar expansão ao seu gênio irrequieto, à sua sensibilidade acessível e tocante (Moraes, 2000, p. 135).

Contudo, devido à sua condição feminina e ao fato de ter perdido a virgindade fora do casamento com um pianista italiano que veio para São Luís temporariamente e que, movido por interesses financeiros, a abandonou, Armênia viveu, por isso, um ostracismo social. As portas dos clubes foram fechadas para ela, foi-lhe negado acesso aos bailes, as relações familiares foram cortadas e cumprimentos rejeitados (Moraes, 2000). Por esse motivo, repetidas vezes, Armênia classificou a sociedade de São Luís como hipócrita. Enquanto era publicamente excluída e menosprezada:

[...] nos cantos sombrios, nos lugares isolados, trêmulos, medrosos, covardes, se haviam arrojado a seus pés, pedindo-lhe um beijo, um abraço, uma trança do seu cabelo, uma pétala de rosa [...] sob mil protestos de segredo, de nunca o revelarem a ninguém, sob os mais sagrados juramentos (Moraes, 2000, p. 136).

No entanto, com o passar do tempo, Armênia recuperou o seu prestígio social, principalmente devido à sua origem familiar. Claudio Olivier, nesse sentido, enfrentou inúmeras perseguições, sofrendo até um atentado de morte devido ao seu relacionamento com Armênia. Machado se viu obrigado a tomar uma decisão devido às pressões da

classe alta que não aceitava o relacionamento com Claudio Olivier - um professor e jornalista de origem humilde, com uma jovem da aristocracia. Nesse contexto, Machado expressou:

[...] na verdade, se ele continuar, eu me vejo na dura obrigações de o abandonar, aí, às moscas [...] um moço pobre a afrontar uma sociedade inteira, com uma amante! Dupla afronta, até porque a tal Armênia era uma moça de família. E contou-lhe a história dos pais de Armênia, para lhes provar a distinção, a grandeza, a superioridade da família (Moraes, 2000, p. 220; 238).

Haja vista que o tio do governador estava muito interessado na Armênia. Não querendo contrariá-lo, Machado, abandonou Claudio Olivier à própria sorte, ele que tantas vezes socorreu e ajudou seu amigo João Olivier nos momentos mais difíceis. A carta de demissão expressava:

Sr. Claudio Olivier: Comunico-lhe que nesta data estão terminados os seus serviços nos estabelecimentos comerciais em que escrevia por minha conta, podendo quando quiser, receber os honorários a que tem direito até essa data [...] José Joaquim de Sousa Machado (Moraes, 2000, p. 275).

Claudio Olivier muito transtornado ao ler a carta de demissão e sentindo-se perdido, pois ele que estava ajudando nos gastos da casa, pois sua mãe, avó, dependiam dele para sobreviver. Eis que seu pai Aranha assim expressa:

[...] tu pensa que essas coisas me desanimam? Sou cá homem de tremer? Quanto mais pretas elas ficam, com mais coragem eu me sinto! [...] Um homem como tu não morre de fome! Eu não morro de fome! O Sr. Olivier, quando um sujeito estava com receios de qualquer bobagem, costumava dizer: deixa de convenções! É o caso agora! Então sem o Machado tu não vives? E se o Machado morresse? Queres que te diga uma coisa? Há males que vem pra bem! Tu te estavas acostumando a viver às sopas deste homem. E depois de viciado, estava tudo perdido! [...] Saia daqui, embarca, vai-te

embora, vai para outra terra, vai para o Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul [...] fica sabendo que nada aqui faltará [...] quando puderes iras ajudando, enquanto não puderes trabalha tranquilo, cuida da tua vida [...] É uma opinião, é um conselho de homem rude [...] Tenho cá uma coisa que me diz que tu deves sair daqui; por tudo e por tudo! Deus há te ajudar. Hás de ser mais feliz que o Sr. João. Coitado! Cada um com sua sorte que Deus lhe deu! (Moraes, 2000, p. 276).

O amor de Claudio Olivier e Armênia, não foi o suficiente para vencer os preconceitos e as diferenças sociais que atravessava essa história, fruto dessa sociedade em decadência. Por esse motivo, o jovem literato embarcou, foi embora para o Amazonas. Armênia se casou com um comerciante chamado Rodolfo Carvalho. Numa manhã de celebração ao dia de alusão à República, dia 15 de novembro, Claudio Olivier de passagem por São Luís de forma triunfal chega na cidade “rico, orgulhoso, abarrotado de brilhantes, comissionado pelo governo” (Moraes, 2000, p. 281) ao lado de uma peruana que “atraía a atenção pela peregrina beleza” (ibidem).

Claudio não sabia a quem atender e, como tudo interessasse, voltava-se atencioso para um e para o outro, a todos ouvindo. Ele mesmo interrompia a conversa, perguntando por pessoas de quem se lembrava, pedindo explicações disto ou daquilo [...] Alguns rapazes que conheciam o recém-chegado, olhavam-no com certa admiração, outros aparentavam indiferentismo, e despeitados, passavam e repassavam, trocando trivialidades. A criadagem improvisada apressava-se para melhor servir [...] Nisto alguém começou a gemer com voz cansada e surda. - Coitado! - diz D. Corina - este pobre velho há muitas noites que não dorme. Faz pena ouvi-lo gemer. - É aqui? - perguntou Cláudio com o mesmo ar preocupado, a bater com o talher no prato. - Não, é um vizinho. É o velho Bento Pereira! - É um esqueleto, - diz uma voz de mulher. - Também ele não come! - exclama a mãe de Trancoso - Passa os dias a fazer cruzeiros na boca. Não sei de que lhe servem tantos livros! - Com certeza a publicação do folheto acabou de esmagá-lo, - lembra o Cláudio. - Um folheto que cá no meu entender, é mais um desabafo. Uma cólera incendiada. Que folheto? - perguntaram algumas vozes. - Então ele não publicou o panfleto? - Com que recursos? - pergunta vitoriosamente Onésimo. Uma espessa nuvem toldou a fisionomia do

Claudio. Seu espírito fez uma viagem ao passado, e lá de suas brumas surgiu o vulto de João Olivier, que lhe repetiu esta frase: “O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia”. E Claudio, sentindo-se aquele silêncio da varanda, que parecia pesar-lhe na alma, puxando o lenço e disfarçando enxugar o suor do rosto, abafou duas lágrimas traidoras que tinham corrido como duas mensageiras vindas do seu peito, para lhes atestarem que lá dentro a dor antiga vivia silenciosa e esquecida, asmagada pela boa fortuna daqueles dias que desfrutara, mas, que, quando morriam os fulgores da felicidade, ela, sincera e pura, ainda tinha pérolas para se ornar e vir chorar pelos amigos de ontem (Moraes, 2000, p. 294-296)

O final da obra “Vencidos e Degenerados” de Nascimento Moraes revela um momento de reflexão e nostalgia por parte de Claudio Olivier. A menção ao panfleto do velho Carlos Bento desencadeia uma série de memórias em Claudio Olivier. Ele lembra as palavras de João Olivier, que descreveu o panfleto como uma “obra de Santa Engrácia”. Um verdadeiro desabafo acerca da sociedade republicana. Dada a importância do panfleto na narrativa de Nascimento Moraes, segue fragmentos da segunda parte do Panfleto do seu memorável mentor:

A administração dos diversos departamentos públicos está entregue a descendentes de antigas famílias da Província. Só a esses descendentes ou quem a eles subordina é dado administrar [...] se não fosse o preconceito asfixiante que infelizmente domina em toda a sociedade [...] os pobres, os desprotegidos, que confiam no futuro, experimentando as suas forças, batidas, vergastadas, pelos patrícios, que os cobrem de chufas e impropérios, por não terem eles uma recomendação que venha dos ominosos tempos, à força de inúmeros sacrifícios, conseguem fugir para outro Estado, onde o futuro se lhes apresenta mais fácil e encontram a satisfação de seus ideais realizados [...] O Sul está repleto de maranhenses ilustres, a Amazônia é um viveiro deles [...] Sofre com essas lastimáveis pendências a terra maranhense, que não mais gozou a dita de reunir em seu seio os seus filhos ilustres [...] pelos que tem merecido o nome de intelectuais em todo o País e fora dele [...] De maneira que os próprios filhos dos nobres, que aspiram a alguma coisa pelo preparo que têm, são obrigados a acompanhar os pobres no desgraçado êxodo de todos os anos. Mas nem assim emendam a mão e dão volta a pensar. Nem

assim abrem os olhos à luz e à verdade! Persistem no erro que os vergasta, que os põe em fuga da terra que os viu nascer; e os atira muitas vezes as plagas inóspitas onde encontram a morte! Terra perdida! O operário vive nas trevas. Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada disso cura o governo. O analfabetismo cresce. O operário é ignorante. O caixeiro é ignorante, o caixeiro que passou alguns anos em escolas primárias. O funcionário público estadual é tímido e servil, o funcionário que passou alguns anos no liceu. [...] Se queres leitor amigo, quadro pior, indaga do que se passa no litoral e no interior. Há vilas que há anos não possuem um professor! Contam-se os felizardos que sabem ler e escrever em certas localidades. Depois do 13 de maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem [...] O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo [...] Terra perdida! Onde o coronelato é uma instituição! [...] terra perdida! Perdidos sonhos de uma população ávida de progresso e desenvolvimento! Os antigos fazendeiros ainda não se esquecerão dos saudosos tempos que se foram! Ainda vêem nos filhos dos que foram seus escravos, uma propriedade sua! Os filhos dos fazendeiros seguem o exemplo e não vêem com olhos de amigos esses rapazes mestiços que destemidos e fortes, à custa de sacrifícios, estudam e aproveitam. Uma calamidade o Estado do Maranhão. A civilização ainda não penetrou mesmo nas camadas mais adiantadas [...] A família maranhense ressentida-se de faltas imperdoáveis, falhas lastimáveis que são a causa de muitos males desta infelicitada terra – Mas isto está muito forte é uma acusação terrível... O mestre vai arriscar-se. – Mas é a verdade. Não achas que digo a expressão da verdade? É preciso quebrar as cadeias do medo e afrontar esta sociedade, lançando-lhe em rosto, nuas e cruas. É preciso romper com o acanhamento, acabar com a consideração que sempre se dispensou a esses tipos balofos, hipócritas e maus, que nada valem, que transforma o lar num alcance, e falam com fingida arrogância no santuário da família! Uns patifes! E depois... isto é um panfleto; a linguagem é esta: veemente, cortante, esmagadora. E é verdade é que estes períodos não me estão cheirando bem! Estão um pedacinho frouxos (Moraes, 2000, p. 203-213).

Nessa última parte do panfleto de Carlos Bento, que ele sonhou tantas vezes em publicá-lo, além das reflexões sobre a falta de oportunidades e valorização dos talentos locais no Estado do Maranhão, ou seja, maranhenses ilustres migram para outras regiões do país em busca de melhores oportunidades. Essa situação é lamentável, pois impede que as pessoas mais talentosas e comprometidas com o bem comum possam ocupar os cargos públicos e contribuir para o desenvolvimento do Estado.

O texto também apresenta críticas à presença de preconceitos e discriminação em relação aos negros/mestiços e aos menos favorecidos na sociedade maranhense. O trecho destaca uma São Luís onde o poder e os privilégios são monopolizados por um grupo específico descendentes das famílias mais antigas da Província. Esta aristocracia local, ainda que possa ter recebido uma educação formal, perpetua práticas discriminatórias e preconceituosas contra aqueles que não pertencem ao seu círculo social. Os efeitos prejudiciais deste domínio oligárquico são sentidos pelas várias camadas da sociedade, sobretudo para os livres pobres que são forçados ao exílio em busca de melhores oportunidades. A insinuação é de que a educação formal disponível é inadequada, refletindo talvez as prioridades distorcidas daqueles no poder.

Um ponto especialmente perturbador é a forma como os negros foram tratados após a abolição da escravidão em 1888. Em vez de serem integrados como cidadãos iguais, enfrentaram preconceitos profundos e foram alienados das instituições educacionais.

O panfleto surge novamente como uma forte denúncia acerca das injustiças sociais, da estagnação cultural e da resistência ao progresso em São Luís do século XIX. É um clamor pela quebra das correntes do preconceito, pela emancipação da educação e pelo reconhecimento e integração dos marginalizados (dos sujeitos subalterizados pela

diferença e desigualdade). Carlos Bento, sob o olhar e a escrita interpretativa de Nascimento Moraes, em sua exortação, não apenas busca destacar a degradação socioeconômica e cultural da região, mas também instigar uma reação e mudança contra as estruturas opressoras da sociedade.

No final de “Vencidos e Degenerados”, portanto, a epifania desse panfleto vem à tona. Nesse sentido, encontramos Cláudio Olivier, um personagem central, confrontado pelo peso do passado e pela realidade da decadência social em São Luís. O tom melancólico e introspectivo do personagem, ilustra a tristeza e a desilusão que permeiam a narrativa da obra. *Nascimento Moraes destaca a importância de não esquecer as lutas coletivas empreendidas por intelectuais comprometidos com a causa, tão explícita na exortação literária de Carlos Bento.*

A menção ao “panfleto do velho Carlos Bento” evoca um episódio simbólico que serve de metáfora para as vozes silenciadas, as aspirações frustradas e a crítica contida que buscava transformar uma sociedade apática e resistente à mudança. O panfleto, de fato, é uma obra de “Santa Engrácia” sugere um projeto inacabado, algo eternamente em construção, mas que nunca chega a uma conclusão. Embora o panfleto nunca tenha sido publicado, devido às barreiras econômicas e sociais, ele permanece como um emblema da resistência intelectual e da luta contra as estruturas desiguais e a arquitetura da diferença.

As “lágrimas traidoras” de Cláudio Olivier, derramadas no desfecho da obra, ressoam o peso da memória e o lamento por não ter auxiliado seu professor, mesmo possuindo meios financeiros, a concretizar um sonho que tantas vezes foi incentivado por seu pai, João Olivier. Essas lágrimas são um lembrete tangível do perigo que o intelectual subalterno enfrenta ao negligenciar lutas coletivas, priorizando seu status pessoal. Elas alertam sobre o risco de esquecer

as “memórias subterrâneas”, tão intrínsecas aos grupos minoritários, quando estas estão em tensão com as memórias oficializadas, conforme apontado por Pollak (1989).

Dessa forma, a obra de Nascimento Moraes oferece uma crítica incisiva à sociedade maranhense da época, iluminando a relação entre a tradição e a mudança; as aspirações individuais e as barreiras sociais, e entre o esforço para criar um futuro melhor e a dura realidade de um presente estagnado.

Considerações finais

À luz dessas considerações, “Vencidos e Degenerados”, de Nascimento Moraes, afirma-se como uma obra de profunda densidade crítica, ancorada nas experiências de sujeitos historicamente marginalizados e comprometida com a interpretação das fraturas sociais do Maranhão no pós-abolição. Nesse percurso, os personagens oriundos de diferentes posições sociais tornam visíveis as contradições entre os ideais de progresso, liberdade e cidadania e a persistência das desigualdades estruturais herdadas do regime escravista. A convivência entre funcionários públicos, homens de letras, trabalhadores livres e sujeitos socialmente estigmatizados expõe um cenário atravessado por tensões e hierarquias, no qual a abolição não se traduziu em inclusão social efetiva nem em reconhecimento pleno para os libertos e seus descendentes.

A intelectualidade retratada por Nascimento Moraes é marcada por precariedades materiais, raciais e políticas, mas também por práticas de resistência e engajamento crítico. Personagens como *João Olivier*, *Cláudio Olivier* e *Carlos Bento Pereira* expressam distintas formas de atuação intelectual, que se configuram como instrumentos de denúncia, reflexão e intervenção social. Mesmo situados à margem

dos espaços hegemônicos de poder, esses sujeitos elaboram leituras críticas da realidade e alimentam projetos de transformação social, especialmente no contexto ambíguo da República nascente.

Nesse sentido, o simbólico “panfleto” de Carlos Bento assume papel central como metáfora das lutas intelectuais interrompidas, das vozes silenciadas e dos projetos emancipatórios inacabados. Ainda que jamais publicado, ele permanece como signo da resistência intelectual e da recusa ao esquecimento, condensando a crítica às promessas não cumpridas da modernidade republicana. Assim, “Vencidos e Degenerados” articula vozes, narrativas e experiências que permitem compreender a intelectualidade subalterna não apenas como expressão da exclusão, mas como um campo de disputa simbólica, no qual a palavra escrita se afirma como instrumento fundamental de memória, crítica social e construção de outras possibilidades históricas no pós-abolição brasileiro.

Referências

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. As faces de John Dube: Memória, História e Nação na África do Sul. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd, 1997.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 5, n.11, p. 173-191, jan./abr. 1990.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FOUCAULT, Michel. 1980. "Truth and power". In: GORDON, C. (ed.) *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. New York: Pantheon Books.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930. *Dissertação* (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPE: Recife, 2002.

MBEMBE, Achille. *As Formas Africanas de AutoInscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

_____, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona Editores, 2014.

_____, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

_____, Achille. *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola: Edições mulemba, 2014.

MORAES, José do Nascimento. *Vencidos e degenerados*. 4 ed. São Luís, Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

_____, N. *Da boca dos pequenos sei contudo...* Diário Oficial. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 17, 21 jan. 1941

_____, Nascimento. *Vencidos e degenerados & Contos de Valério Santiago*. São Luís: SECMA; SIOGE, 1982. 332 p. (edição da biblioteca particular da família Nascimento Moraes).

MORAES, Renata Figueiredo. As festas da Abolição: o 13 de maio e seus sinificados no Rio de Janeiro (*Tese de Doutorado*). Programa de Pós-graduação em História Social. Potifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880. ANPUH – XXV *Simpósio Nacional de História* – Fortaleza, 2009.

_____, Josenildo. Vida de escravos: vida e cotidiano no Maranhão do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JR. Reinaldo dos Santos (Orgs.). *O Maranhão e a Escravidão Moderna*. São Luís: Editora UEMA, 2018.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200- 212, 1992

POUND, Ezra. *O ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2006.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

_____, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino- americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de janeiro: Forence, 1968.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UNB, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPITZER, Leo. *Vidas de Entremeio. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 141 2010.

Uso metodológico de escritos de Nascimento Moraes no ensino de história da educação: pela visibilidade de intelectuais negros na formação de professores¹

Mariléia dos Santos Cruz

Introdução

A memória coletiva consiste em um processo cultural forjado pela seleção dos acontecimentos e das interpretações compartilhadas sobre o passado de um grupo com experiências comuns que “[...] fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (Pollak, 1989, p.3).

Enquanto conjunto de lembranças compartilhadas socialmente, a memória coletiva serve para manter a coesão em uma sociedade, sendo resultante de um jogo de poder e manipulação que inclui também o esquecimento e o silêncio como elementos importantes da construção social do passado (Pollak, 1989).

Michael Pollak (1989), ao analisar a memória de dissidentes, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores soviéticos,

1 Texto teve versão publicada em 2022, na coletânea *História da educação: formação docente e a relação teoria-prática*, organizada por Ariadne Lopes Ecar, Surya Aaronovich Pombo de Barros, com o título *Escritos do professor Nascimento Moraes em jornais da década de 1930 como material de aprendizagem na disciplina História da Educação Brasileira: pela visibilidade de intelectuais negros na formação de professores*.

entende a memória coletiva como um espaço de disputa entre narrativas, onde de um lado, existe a memória oficial, construída por instituições e governos; de outro, as chamadas memórias subterrâneas, que pertencem a grupos marginalizados ou silenciados. Para ele, o esquecimento e o silêncio não são apenas ausência de lembrança, mas processos sociais e políticos impostos por censura e repressão, ou escolhidos como forma de proteção diante de traumas.

Nesse mesmo sentido, Le Goff (1982, p.12) explica que:

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Com base nas contribuições dos autores sobre o jogo de poder que influencia na construção social da memória coletiva, parece essencial que as memórias silenciadas dos grupos marginalizados possam se afirmar em disputa contra as narrativas oficiais. Em sociedades marcadas pela pluralidade de grupos e culturas, como a brasileira, torna-se necessária a revisão da história oficial, como forma de fortalecer o sentimento de pertencimento, fundamental para a construção de uma identidade nacional mais plural e inclusiva.

No contexto do campo da história da educação brasileira podemos visualizar um movimento interessante em torno da revisão da nossa história oficial, que se iniciou com emergência da crítica historiográfica, desenvolvida entre as décadas de 1980 e 1990. Tal movimento teve papel decisivo ao evidenciar a necessidade de contemplar a diversidade que compõe a realidade nacional, sobretudo no que diz respeito a considerar a pluralidade social e cultural do país (Cruz, 2005).

No mesmo período, de forma paralela e complementar, estiveram em evidência as denúncias do Movimento Negro Brasileiro sobre a exclusão social, econômica e escolar da população negra. Essas denúncias impulsionaram uma demanda pela revisão da história oficial do Brasil, crítica ao conteúdo racista presente em livros didáticos e reivindicação de implementação de políticas de inclusão.

As interpretações sociais sobre o silenciamento e exclusão social das populações negras no Brasil trazidas para o campo da história da educação brasileira influenciaram para identificação de uma lacuna na produção histórica sobre a educação nacional. Essa lacuna estava configurada pela omissão da participação da população negra na história da educação brasileira (Pinto, 1992). A partir dessa constatação, delineou-se um quadro inicial que estimulou o interesse teórico em aprofundar o conhecimento sobre as especificidades da relação entre as comunidades negras e a escolarização no Brasil.

Desde 2005, com a publicação da obra “História da educação dos negros e outras histórias”², observamos uma virada na historiografia nacional, que vem a confrontar a ideia de inexistência de uma história da educação da população negra. Trata-se de uma obra composta pela reunião de um conjunto de trabalhos sobre o tema, que veio a contribuir com a ampliação da compreensão sobre as desigualdades educacionais atreladas às populações negras. Naquele momento, já se fazia notar uma tendência de ampliação do interesse pelo estudo da história da educação na ótica dos negros, com forte influência do Movimento Negro brasileiro.

Na atualidade, é inegável o nível de abrangência que esses trabalhos têm alcançado. Entre as obras mais recentes, destaca-se

2 A referida obra foi organizada por Geruse Romão, como iniciativa do Ministério da educação e apoio da Unesco. Apresenta uma reunião de estudos voltados a introdução da categoria raça para as reflexões do campo da história da educação brasileira, visando responder “... como foi o processo de acesso do negro à escolarização?” (Romão, 2005, p. 11).

“A história da educação dos negros no Brasil”³, de 2016, que expõe claramente o retrato da ampliação dos trabalhos sobre a história da educação das populações negras, demarcando a diversificação em períodos históricos, regiões e enfoques. Deve-se destacar o habilidoso trabalho de Barros (2016), descrito em um dos capítulos, com a pesquisa sobre o estado de arte do tema.⁴

No ano de 2020, a coletânea “Territórios Negros: percepções históricas e educacionais sobre relações étnico-raciais no Nordeste brasileiro”⁵, apresenta a reunião de textos resultantes de estudos sobre relações raciais e educação, contemplando tanto o recorte de natureza histórica, quanto reflexões contemporâneas “[...] tendo a singularidade de partir dos contextos específicos dos estados da região nordeste” (Arantes; Luz; Santos, 2020, p. 5).

São diversificados os novos conteúdos produzidos na recente historiografia. Finalmente já está negada a ideia bastante difundida no campo, da não existência de experiências formais de escolarização das populações afro-brasileiras em período da escravidão (Fonseca; Barros, 2016). Também, já parece consagrada a ideia de que a presença destas populações em processos escolares, em tempos mais recuados, não indica existência de inclusão do segmento, já que se nota uma história singular de acesso e permanência. Trata-se de uma história particular dos negros na escola, marcada pela busca do acesso, recheada de obstáculos impostos por práticas racistas.

Apesar dos avanços observados no campo de história da educação, ainda se percebe a necessidade de incluir conhecimentos de perfis biográficos e obras de professores e professoras negras na história nacional, desconstruindo representações estereotipadas

3 Obra organizada por Surya Pombo Barros e Marcus Vinícius Fonseca (2016).

4 Barros (2016), autora do capítulo e uma das organizadoras da obra, descreve o resultado do trabalho de seleção de 397 estudos identificados sobre o tema da história da educação dos negros no Brasil até 2013.

5 Obra organizada por Adlene Silva Arantes, Itacir Marques da Luz e Maria Emília Vasconcelos dos Santos.

amplamente difundidas sobre as populações afro-brasileiras. Barros (2020) elenca vários intelectuais negros que têm sido pesquisados por historiadores de várias regiões do Brasil, indicando um recente interesse por estudos que contemplam a atuação destes sujeitos como “docentes em diversos níveis educacionais” e em “variados âmbitos da sociedade como política, literatura, artes, jornalismo, direito e medicina” (Barros, 2021, p. 5).

Outra demanda, está voltada para a formação docente, já que tais conhecimentos históricos precisam figurar como conteúdos importantes nos currículos de formação de professores, em conformidade com o que dispõe a lei 10.645 de 2003, voltada para introdução dos conteúdos de história e cultura da África e dos afro-brasileiros na educação básica.

O presente artigo chama atenção para a necessidade de combater a política de esquecimento que exclui intelectuais negros da memória coletiva, sugerindo, a título de exemplo, o uso de textos produzidos pelo professor e jornalista negro do Maranhão, José do Nascimento Moraes, na disciplina história da educação brasileira. Este professor foi catedrático de *geografia* do Liceu Maranhense e docente da Escola Normal, onde lecionou várias disciplinas (aritmética, álgebra, geometria, português, pedagogia e história da educação), publicou quatro livros,⁶ e deixou extensa produção em vários jornais do Maranhão, em mais de meio século de imprensa.⁷

6 O primeiro livro que Nascimento Moraes escreveu foi o romance *Vencidos e Degenerados*, publicado pela primeira vez em 1910. Depois publicou *Puxos e Repuxos* (1910), *Neurose do Medo* (1923) e *Contos de Valério Santiago* (1972) (Cruz, 2017). Quatro anos antes de morrer, Nascimento Moraes declarou, em entrevista, que estava escrevendo um livro com suas memórias de jornalista intitulado “Meio Século de Imprensa” e que tinha um livro inédito de poesias, chamado de “Círculos” (Nascimento..., 1954, p. 4).

7 Ele participou da fundação e da direção da maioria dos jornais da primeira metade do século XX, tais como: *Diário do Maranhão*, *O Maranhão*, *A Hora*, *O Momento*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Regeneração*, *A Pátria*, *A Imprensa*, *Correio da Tarde*, *O Globo*, *A Campanha*, *Tribuna*, *Notícias* (Nascimento..., 1954, p. 4). Em outros jornais, esteve entre os principais colonistas.

É extensa a obra de Nascimento Moraes deixada nos jornais da primeira metade do século XX. Neste estudo, restringimos a abordagem a textos publicados em impressos da década de 1930, período bastante evocado na história da educação brasileira, representativo de um tempo inicial de estruturação do sistema nacional de educação, para o qual convergiam expectativas de superação do analfabetismo, massificação da escolarização e melhoria da qualidade de ensino.

O presente artigo está organizado em três partes: na primeira, apresentamos a passagem de Nascimento Moraes pela imprensa da década de 1930; na segunda parte, realizamos a análise de alguns escritos de Nascimento Moraes sobre a educação maranhense na década de 1930. Por último, na terceira parte, apresentamos algumas orientações metodológicas para utilização dos escritos desse autor negro no ensino da disciplina história da educação brasileira.

Sobre Nascimento Moraes e sua passagem por jornais da década de 1930

José do Nascimento Moraes nasceu em 19 de março de 1882, de Catarina Maria Vitória, uma mulher escravizada, com Manoel do Nascimento Moraes, homem liberto que exerceu ofício de sapateiro, vigilante do Tesouro Estadual e foi, também, ex-combatente da Guerra do Paraguai (Cruz, 2016).

Nascimento Moraes poderia ter nascido sob a condição jurídica de escravo, não fosse a lei 2040, de 28 de setembro, já que as crianças protegidas por essa lei, vindas ao mundo a partir de 1871, eram juridicamente consideradas livres. A escolarização primária de Nascimento Moraes foi cursada em casas particulares, mérito que atribui ao esforço do seu pai, sobre o qual descreveu, em 1954, “como “obscuro operário, que se multiplicara no trabalho, pela educação de dois filhos” (Cruz, 2020, p. 27).

Nascimento Moraes foi um dos mais ativos intelectuais maranhenses da primeira metade do século XX e deixou, nas páginas dos jornais da época, uma vasta obra composta por crônicas, debates em polêmicas editoriais, poesias e artigos. Apresentou uma extensa carreira jornalística com mais de 50 anos de exercício da profissão. Foi extensa também a sua carreira docente, iniciada em 1901 (em sua própria casa) e encerrada em 1953, quando foi aposentado do serviço público pelo governo do Estado, após ter se destacado como professor da escola Normal, a partir de 1911, e do Liceu Maranhense, a partir de 1914 (Cruz, 2018).

A década de 1930 registra a passagem do autor por quatro jornais do Maranhão: *Diário Oficial do Estado* (1931), *Notícias* (1932-1934), *Pacotilha* (1934-1935) e *O Imparcial* (1936 a 1940).

O *Diário Oficial do Estado do Maranhão* passou a circular a partir de 1906. Consistiu em veículo de informação e órgão oficial do Estado, usado para publicações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Nascimento, 2007). Nascimento Moraes foi redator do *Diário Oficial*, em 1931, no governo de Astolfo Serra⁸, o segundo interventor do Maranhão da Era Vargas.

Neste período, Astolfo Serra sofreu diversos ataques dos adversários por meio da imprensa, e se utilizou do *Diário Oficial do Estado* como veículo de defesa do seu mandato, tornando-o em “órgão noticioso e de polêmicas editoriais” (Meireles, 2001, p. 317). Quem esteve em defesa de Astolfo Serra, por meio do *Diário Oficial*, foi Nascimento Moraes, com a sua participação na segunda página do impresso.

De 1932 a 1934, Nascimento Moraes participou da fundação e trabalhou como redator-chefe do *Notícias*, jornal de propriedade de Astolfo Serra, que foi fundado em março de 1932 e fechado em 19 de agosto de 1934. *Notícias* tratava-se de um veículo noticioso, com grande quantidade de anúncios. Foi também um jornal de enfrentamento com

⁸ Astolfo Serra era um jovem padre, intelectual, poeta, político e jornalista, que teve rápida passagem pelo governo do Maranhão (ficou no poder de 9 de janeiro a 18 de agosto de 1931).

o governo do sucessor de Astolfo Serra na interventoria do Maranhão⁹, na década de 1930, e por isso, sofreu penalidades. Saía seis vezes por semana, tendo sofrido duas interrupções. Na primeira, deixou de circular após o número 103, em julho de 1932 (Nascimento, 2007),¹⁰ por ordem do governo estadual, sendo a reabertura em 30 abril de 1933¹¹. Sua reabertura ocorreu para cumprimento de ordens do Ministério da Guerra, que por telegrama mandava que fossem reabertos os jornais fechados na capital do Maranhão pelo governo. Depois da reabertura, ainda deixou de circular por dois dias, por terem sido quebradas, “misteriosamente [...] as chapas de anúncios” (Notícias, 1933. p. 1).

Quando *Notícias* fechou as portas, Nascimento Moraes seguiu para *Pacotilha*,¹² participando da reabertura deste jornal em 1934, ficando como seu diretor até 1935. Em 1934, quem estava no governo, era o capitão Martins de Almeida. Neste governo, os jornais *Tribuna* e *O Combate*, que em 1932 foram censurados junto com *Notícias*, seguiram em oposição ao governo, enquanto, *Pacotilha*, jornal dirigido por Nascimento Moraes após fechamento de *Notícias*, serviu para defesa do novo interventor.

9 Com a saída de Astolfo Serra do Governo do Maranhão, assumiu o poder o capitão Lourival Serôa da Mota, que governou de 8 de setembro de 1931 a 30 de abril de 1933. Quando foi demitido, Serôa da Mota já se encontrava fora do Maranhão, desde 10 de fevereiro. Nas ausências, era substituído interinamente pelo Secretário Geral do Estado, Amerino Wanick (Meireles, 2001).

10 Não foi possível o acesso aos impressos publicados em 1932; o mês de fechamento do jornal foi deduzido a partir da obra Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007 (Nascimento, 2007), onde se identifica a circulação do jornal em dois períodos, de março a julho de 1932 e de abril a junho de 1934. Verificamos, pela observação do último volume de 1934, que o fechamento se deu no mês de agosto e não de junho, conforme indicado no referido catálogo.

11 Neste período, outros dois impressos também sofreram censura: *O Combate*, órgão do Partido Republicano, de propriedade de Marcelino Machado, que deixou de circular em julho de 1932 e retornou em 1 de maio de 1933; e *Tribuna*, órgão independente de propriedade de Agnello Costa.

12 Fundado em 30 de outubro de 1880, por Víctor Lobato, inicialmente com uma publicação semanal, saindo no domingo, com quatro páginas. Sua publicação ficou suspensa por um período pequeno, de 23 de janeiro a 10 abril de 1881, visando à melhoria do jornal, que assumiria uma periodicidade diária, saindo 6 dias na semana. Posteriormente, deixou de circular por um período maior, de 30 de setembro de 1930 a 21 de agosto de 1934. Deixou de circular em definitivo, em 1938.

De 1936 a 1940, Nascimento Moraes colaborou em *O Imparcial*,¹³ sendo que a partir de 14 de janeiro de 1940, além de assinar artigos na primeira página, figurou como diretor do impresso, ao lado de J. Pires¹⁴. Na oportunidade, o professor jornalista publicou diversos artigos analisando problemas sobre a política e a educação maranhense, assinando com seu próprio nome e com os pseudônimos *Sussuarana*, *S. Simplicidade* e *Oscar Moreno*¹⁵. Neste período, Nascimento Moraes também não fazia oposição ao governo do interventor Paulo Ramos, e desta proximidade desfrutou, além de privilégios, uma fase de consolidação profissional, chegando a influenciar na implantação de políticas educativas.

A escrita de Nascimento Moraes sobre a educação maranhense na década de 1930

Neste trabalho, selecionamos para análise escritos de Nascimento Moraes deixados em três jornais, dos quatro impressos que registram a sua passagem como jornalista na década de 30, a saber: *Notícias* de 1933, *Pacotilha*, de 1934 e *O Imparcial*, de 1937 e 1938.

No quadro abaixo, registram-se dados sobre os textos analisados:

Quadro 1: Demonstrativo dos textos publicados por Nascimento Moraes, em três jornais da década de 1930, selecionados e analisados

Data	Jornal	Título	Assinatura
9 maio de 1933	Notícias	Ainda Educação Popular: um caso Maranhense	Não consta

13 *O Imparcial* entrou em circulação em 1.º de maio de 1926, e é atualmente considerado o jornal mais antigo em circulação do Maranhão. Foi fundado em maio de 1926, por João Pires Ferreira e em 1944, foi adquirido pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

14 João Pires Ferreira ficou conhecido como J. Pires, empresário maranhense que transformou a sua gráfica no jornal *O Imparcial*.

15 Oscar Moreno foi um pseudônimo usado por Nascimento Moraes em artigos sobre teatro e literatura, na coluna Artes e artistas, em 1936, e assuntos variados nos anos de 1937 e 1938.

10 maio 1933	Notícias	Um brocardo popular	Não consta
28 maio 1933	Notícias	4000 carteiras! A escola nova. A escola tradicional	Não consta
27 jul. 1933	<i>Notícias</i>	Educação popular	Não consta
15 set.1934	<i>Pacotilha</i>	A Escola Nova.	Nascimento Moraes
29 dez.1937	<i>O Imparcial</i>	Prosa incondicional	Sussuarama
26 jan. 1938	O Imparcial	Pelo Imparcial, por mim e pelos pobrezinhos	Nascimento Moraes
12 maio 1938	O Imparcial	Escola de Socialização	Nascimento Moraes

Fonte: *Elaborado pela autora a partir do levantamento de publicações sobre educação deixadas por Nascimento Moraes em jornais da primeira metade do século XX.*

Os textos foram selecionados tendo como critério, a abordagem do autor sobre educação, durante a década de 1930. Naquele momento histórico, os intelectuais da educação que apostavam na refundação da república brasileira, comungavam a esperança de que o Brasil estivesse iniciando um novo período de desenvolvimento intelectual, moral e material.

Nascimento Moraes escrevia muito sobre a política internacional, mas sua predileção era a política nacional, em especial a maranhense. A preocupação com a educação era uma constante nas publicações do professor negro, para ele este era um dos maiores problemas nacionais. Sua escrita sobre a temática contemplava abordagens históricas, questões metodológicas, discussões teóricas sobre concepções de ensino, registro dos problemas enfrentados no dia a dia das escolas públicas primárias e sugestões que influenciavam na adoção ou mudança da política da educação.

A defesa da escolarização em massa como forma de combater as desigualdades sociais está em evidência nos escritos de Nascimento Moraes. Em 1933, no artigo *Ainda educação popular: um caso maranhense*, publicado em *Notícias* de 9 de maio (p.1), ele demonstra que acreditava que a escolarização em massa seria uma demanda do novo regime. Algo que não havia sido contemplado com a instituição da Primeira República no Brasil, e que com a Segunda República, seria finalmente resolvida, já que esta questão se impunha como condição para o desenvolvimento do país. Nas palavras de Nascimento Moraes:

O maior problema que a Revolução Brasileira tem que resolver é o da educação popular.

Mas a 2ª República, certamente, não há de continuar com os erros da república que a Revolução pôs abaixo. Então teria sido inútil tanto sacrifícios, e entre estes a perda de vidas tão preciosas para o Brasil. Um dos erros do regime passado foi justamente o pouco que fez para combater esse analfabetismo que se alastrou pelo País, devorando a vitalidade. Enquanto existir esse analfabetismo o Brasil não poderá dar grandes passos, pois apenas uma minoria terá franco desenvolvimento. O progresso do Brasil será parcial, manifestar-se-á por frações, como até agora. [...].

Enquanto esse analfabetismo dominar as nossas coletividades todos os grandes ideais, lançados pela cultura nacional, para se transformarem em realidades, serão prejudicados na sua forma e na sua essência. Levantar-se-ão belas construções, como as que foram levantadas, mas não terão base sólida, nem produzirão os resultados que poderiam realizar, se o analfabetismo não existisse no Brasil, em tão escandalosa porcentagem (Ainda..., 1933, p.1).

Nascimento Moraes defendia a educação em massa contra o analfabetismo, e como saída para os problemas econômicos e políticos do Brasil. Algo não incomum na fala de reconhecidos intelectuais da educação do período como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, autores comumente visitados quando se estuda o pensamento educacional brasileiro da década de 30.

A fala de Nascimento Moraes em defesa da escolarização dos pobres e contrária a ação de gestores que se empenhavam em fechar,

mais do que abrir e aparelhar escolas, constitui-se como fonte histórica que retrata a realidade da educação maranhense, marcada, durante a década de 30, pela precariedade.

Nesta época do governo provisório de Getúlio Vargas, o Maranhão contava com Serôa da Mota, na interventoria. Nascimento Moraes, usava o *Notícias* como espaço de denúncia sobre a administração do interventor, e demonstrava que permanecia uma política de exclusão social, em um contexto cuja obrigatoriedade escolar ainda não se fazia presente como um princípio efetivo na realidade escolar. Segundo Nascimento Moraes:

Impõe-se a obrigatoriedade do ensino em todo o País. Sem esta medida jamais desaparecerá o analfabetismo do Brasil. Aqui em o nosso Estado, o que se observa é a decadência da educação popular. O departamento da Instrução Pública determinou ao ano passado o fechamento de alguns grupos escolares nesta cidade. E sabem o motivo dessa medida que a todos encheu de consternação? Segundo nos informam, foi a falta de frequência nesses grupos escolares. Notem bem: não foi a falta de matrícula. Isto quer dizer que os pais não puderam preparar os filhos para frequentar a escola! Não lhes puderam dar o necessário — roupa, calçado, livros e cadernos! Só a obrigatoriedade do ensino resolverá este problema que tem sido adiado em nosso Estado, sendo um dos inadiáveis. Que o governo tome conta das crianças pobres e desprotegidas, que existem em todo o Estado, e o Maranhão começará então a respirar pelos próprios pulmões (Ainda..., 1933, p.1).

Quando Nascimento Moraes afirmava que a obrigatoriedade de ensino se impunha como uma medida para concretização da educação popular, ele estava denunciando que este princípio, tão antigo da educação, e que desde o século XIX foi proclamado nas legislações de ensino do Brasil, ainda não se encontrava efetivado até as primeiras

três décadas. Ele via com estranheza o ato do interventor de fechar grupos escolares por falta de frequência. Explicava o desinteresse dos pais pela escolarização dos filhos, o que seria percebido pela falta de matrícula, e não pela falta de frequência. Para ele, a infrequência era um indicativo da pobreza das famílias que se viam impossibilitadas de manter materialmente os pequenos na sala de aula com as exigências de apresentarem com roupas e calçados, além de livros e cadernos exigidos para o curso primário.

Em *Um brocardo popular*, publicado em *Notícias*, de 10 de maio de 1933, Nascimento Moraes retoma o problema do fechamento de grupos escolares na capital, acrescentando o dramático feito do governo com o fechamento de escolas do interior. Ele criticava a má utilização dos recursos públicos pelo governo de Serôa da Mota, alegando que:

Por isso pudemos dizer que enquanto o governo fala na aplicação de métodos e processos de ensino moderno, enquanto o governo manda para a Capital da república e para os Estados Unidos estudar e observar as organizações mais aperfeiçoadas das escolas primárias; enquanto o Maranhão se faz apresentar em Congresso de Educação, gastando com isto tudo algumas dezenas de contos, o governo fecha grupos escolares na capital e escolas primárias por falta de frequência! (Um Brocardo..., 1933. p.1).

Além das análises sobre a precariedade da educação na capital, Nascimento Moraes registra o abandono das escolas públicas do interior, descrevendo as dificuldades enfrentadas pelos professores que ensinavam em prédios inadequados instalados em lugares extremamente pobres. Descreve o atraso no emprego dos métodos de ensino no interior do Estado, onde ainda predominava o ensino individual, apesar da grande propaganda que estava em vigência em torno dos métodos modernos:

Segundo nos informam o Maranhão está ficando sem escolas no interior. Este fato, se é verdadeiro, é profundamente desolador.

As escolas do interior já produziam pouco, com raras exceções. Desaparelhadas na sua maioria, instaladas quase todas em prédios impróprios para o seu funcionamento, não eram lisonjeiras as suas condições quanto à frequência. A pobreza da maioria dos pais era causa desse mal.

Contudo as crianças, em muitas escolas, aparecem em horas desencontradas para dar suas lições. As professoras lutam debalde contra essa irregularidade, porque não lhes é possível estabelecer o horário. São por bem dizer aulas individuais, dadas, sabe Deus como! Não obstante, alguma coisa de aproveitada. Pode-se apreciar uma percentagem mínima da população escolar da maioria dos municípios. Essa percentagem insignificante, é sem dúvida, uma reação contra o analfabetismo apavorante que lavra no Maranhão. Se, porém, se fecham escolas; se não se nomeiam professoras para as escolas criadas, o vírus corruptor domina soberanamente (Um Brocardo..., 1933. p.1).

Conforme já se adiantou *Notícias* era um jornal de oposição ao governo Serôa da Mota, de modo que o fechamento de escolas, na capital e no interior, não passaria despercebido por Nascimento Moraes. O encolhimento do sistema escolar nos primeiros anos da década de 1930, sobretudo entre 1932 e 1934, são perceptíveis nas estatísticas oficiais.

Em 1932 havia no Maranhão, 951 unidades escolares e o corpo docente na ordem de 1.191 professores. Desse período em diante ocorreu queda significativa nos dados relativos ao crescimento do sistema de ensino maranhense. Em 1933, o número de escolas decaiu para 643, e o de professores para 921. A mesma tendência, de forma mais acentuada, se observa no ano de 1934, quando o número de unidades escolares sofreu diminuição, ficando em 411 o número de escolas e 776 o número de docentes. Nesse período, consta que o orçamento geral do Estado sofreu um corte de 100% nos recursos destinados às escolas do interior, que funcionavam precariamente em torno da área central dos municípios (Cruz, 2019).

Em *4000 carteiras! A escola nova. A escola tradicional*, publicado por *Notícias* em 28 de maio de 1933, Nascimento Moraes reforça a crítica ao governo do interventor Serôa da Mota e do ex-secretário Amerino Wanik, pela encomenda de quatro mil carteiras para as escolas do Estado. Alegava que além do recurso empregado em outros estados com a compra de carteiras que poderiam ser encomendadas no Maranhão, o Estado havia adquirido um mobiliário impróprio para a pedagogia moderna, que era o objeto da formação dos docentes nos cursos de aperfeiçoamento financiados pelo governo, conforme segue:

A Diretoria Geral da Instrução Pública de há muito que se entrega à reforma do ensino primário e para o conseguir, criou um curso de aperfeiçoamento para as professoras normalistas, e não satisfeito com esse curso, achando que não é suficiente e bastante, ainda, faz mais: manda turma de professores, aperfeiçoadas aqui, estudar na Capital da República.

Ora, a reorganização consiste em abandonar a escola tradicional e adotar a escola nova. E que diz escola nova, diz novos princípios, nova sistematização, nova arrumação, aparelhamento novo!

Aqui no curso de aperfeiçoamento é Decroly, é Montessori, é Dewey. O que as professoras normalistas leem é Lourenço Filho, que é o maior propagandista dos princípios da escola nova.

Como é, pois, que o Dr. Amerino Wanik faz um pedido de 4000 carteiras para as nossas escolas primárias?

[...] A escola nova é incompatível com essas carteirinhas, que ainda se encontram em nossas escolas. Também é incompatível com esses prédios escolares. A organização Decroly que as professoras normalistas aprendem no curso de aperfeiçoamento, é muito diferente. Não se parece, absolutamente, com a organização da escola tradicional.

[...] compreender que as professoras normalistas estejam a estudar Decroly e Montessori, se as escolas continuam armadas de acordo com a escola tradicional? Como se compreender isto? Escola nova, em teoria, e escola tradicional na prática? (400 Carteiras..., 1933, p.1).

O que de fato o professor Nascimento Moraes denunciava era algo que já se praticava no Maranhão em sucessivas gestões. Emprego de recursos na formação docente pelos métodos modernos e pouco investimento efetivo no “chão da escola”. Na década de 1930, quase a totalidade das escolas públicas eram isoladas, unidocentes e funcionavam pelo método individual. Os professores, na grande totalidade eram leigos, já a escolas normais primárias públicas, existiam apenas duas em todo Estado, uma em São Luís, e outra em Caxias, fechada em 1939. Na capital existiam também algumas escolas normais particulares, enquanto todos os demais 65 municípios não ofertavam nenhum tipo de formação docente.

No artigo *Educação popular*, de Notícias, de 27 de julho de 1933, o professor descreve o estado precário das escolas primárias dos bairros periféricos de São Luís, visitadas pelo novo interventor, o Capitão Martins de Almeida:

S. Ex.mo, certamente, não teve boa impressão desses estabelecimentos de ensino, desaparelhados que se acham do material mais simples e rudimentar, necessário ao desenvolvimento dessa escola, que é, por excelência, escola de ensino integral, a única indispensável à formação intelectual do homem.

E se S. Ex.mo considerou que essas escolas podiam estar em melhores condições, se o governo que passou houvesse empregado nelas os dinheiros que gastou mantendo no Rio e nos Estados Unidos professoras para aperfeiçoarem, lastimará, sem dúvida, a eloquência de tamanho desprezo (Educação..., 1933, p. 1).

Nascimento Moraes apoiava o governo de Martins de Almeida e nutria esperanças de que a educação pública do Estado melhorasse em qualidade de ensino e em quantidade de escolas. Nesse período, já criticava as exigências que se fazia nas escolas em torno da boa indumentária como condição para a frequência escolar; crítica que mais tarde influenciou a criação das escolas dos pés descalços:

[...] Não pudemos manter sistematizações pedagógicas, porque as nossas condições econômicas não o permitem, mas não se segue daí que não pudemos ter escolas. Devemo-las ter, como nos for possível ter, dentro de nossas possibilidades financeiras. Não importam sejam escolas pobres. O que convém é que sejam eficientes e rigorosamente fiscalizadas. Um professor armado de um globo, um quadro negro e giz está preparado para desenvolver a contento da sociedade um programa útil aos seus discípulos. Se, porém, o globo pesar na economia do estado, que se não faça a aquisição do globo! O quadro negro e o giz bastam ao professor que o é de verdade e de fato.

Ensaie-se o método experimental. A escola nova não preconiza o livro para o educando. Que se abram os portões das fábricas e das oficinas! Que abram as portas dos laboratórios! Que se franqueiem os hospitais! Que se visitem, os jardins, as baixadas, os pomares! Que se estudem os fenômenos da vida dentro da natureza! E quando isto não for possível, que se improvisem aparelhos e instrumentos necessários ao estudo das leis psico-naturais. [...] Escolas para todos os que precisam de saber ler, escrever e contar; escolas para crianças calçadas, mal calçadas e descalças! Escolas para crianças que se apresentem às aulas como derem! Com ou sem camisas, com ou sem paletó! É a escola revolucionária! (Educação..., 1933, p. 1).

Em 1937, no artigo *Prosa incondicional*, estampado na metade da primeira página do jornal *O Imparcial*, de 29 de dezembro, Nascimento Moraes assina como Sussuarana, e mais uma vez, reclama as mesmas questões sobre as dificuldades enfrentadas pelas escolas do interior e da capital. O diferencial deste texto é que o seu autor, aproveitando-se da credibilidade que desfrutava junto ao interventor Paulo Ramos, propõe soluções diferenciadas para a capital e o interior.

Inicia o texto com a frase: “Se eu fosse estadista, como o Dr. Paulo Ramos se revela, pelos sentimentos cívicos pela mentalidade e pela tenacidade férrea a serviço do Maranhão ...”, e segue apresentado

propostas para melhorar a educação do Estado. Para o interior, propõe a instalação de internatos, onde os alunos não precisassem de deslocamento, e pudessem aproveitar melhor o tempo de estudo, considerando a distância entre as escolas e as casas em um território extenso com uma população rarefeita. Outro tipo de escola que ele sugeriu para funcionamento no interior, foi a ambulante, “que percorresse o Estado, difundindo a instrução” (Sussuarana, 1937, p. 1). Para a capital, sugeria criação de escolas específicas para crianças pobres, sem condições materiais para cumprir as exigências das escolas frequentadas por crianças abastadas. Nestas escolas tudo deveria ser fornecido pelo governo, desde a vestimenta, os calçados até o material escolar. Ele defendia a implantação das “escolas para pés descalços” da seguinte forma¹⁶:

Si eu fosse estadista criaria, aqui na capital, escolas “para as crianças descalças”. São Luiz não pode passar sem escolas deste typo. Os nossos grupos escolares, as nossas escolas agrupadas e insuladas, não comportam crianças descalças. Estas sentem-se humilhadas em presença das crianças calçadas e bem-vestidas.

Esses rapazinhos e rapazelhos que enchem as praças e as ruas de S. Luiz, gritando, assoviando, “intitando” com os transeuntes precisam de escolas do typo dos Educandos Artífices”, a maior obra política do Dr. Nillo Peçanha.

Essas escolas para as crianças descalças foram criadas aqui, pelo poeta Souzaândrade, e deram excelentes resultados [...] (Sussuarana, 1937, p.1, grifos do autor).

Com esta publicação Nascimento Moraes foi considerado o inspirador da escola dos pés descalços, que passa a ser um tipo

16 “Escola de pés descalços” foi a denominação usada para identificação de um conjunto de quatro escolas fundadas pelo interventor Paulo Ramos em 1938 e 1939, voltada para atendimento de crianças pobres, sem a exigência de que os alunos se apresentassem bem-vestidos e calçados, conforme a cultura corrente do período. Além das quatro escolas de “pés descalços criadas na capital, os municípios foram estimulados pelo interventor a abrir instituições congêneres. Esse assunto foi tratado especificamente em outros trabalhos (Cruz, 2018; 2020).

específico de escola, constando entre os outros tipos na documentação do período, a exemplo de escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares. As três primeiras escolas dos pés descalços foram fundadas em São Luís pelo decreto-lei de nº. 27, de 21 de janeiro de 1938, em homenagem a três intelectuais do Maranhão de origem pobre¹⁷ e a quarta, em 1939, por meio do decreto-lei de nº 229, de 16 de março, em homenagem ao próprio professor Nascimento Moraes.

O autor citado também procurou influenciar na nomeação das professoras para as escolas dos pés descalços, conforme pode ser observado no texto *Pelo Imparcial, por mim e pelos pobrezinhos*, de 26 de janeiro de 1938. Neste texto ele se manifestou defendendo o perfil das professoras que deveriam assumir a docência nas referidas escolas. Para ele, a forma de concretizar uma educação realmente socializadora, capaz de formar as crianças pobres e a seus pais, em cadeia, seria colocando nestas escolas “professoras capazes”. Essas professoras deveriam ter as seguintes características:

Em pedagogia, a expressão “professoras capazes” tem um sentido técnico particular. No caso em apreço, as professoras capazes de presidir os trabalhos com as crianças descalças, serão as que estiverem moralmente preparadas para fazer do sagrado mister, um apostolado. Professoras que tratam as crianças como as mães tratam os filhos [...]. Professoras que saibam atrair as crianças a sua intimidade, pela confiança que lhes devem inspirar, pelos elos da mais persuasiva amizade, pela simpatia que lhes deve despertar, pela força da paciência e do devotamento, de modo que os seus conselhos, sejam bem recebidos pela inteligência e pelo coração do educando. Professoras que atendam o raio de ação, até o lar destas

17 Essas escolas receberam nomes de ilustres maranhenses de origem humilde que se tornaram reconhecidos profissionalmente, por “seu saber e por mérito próprio”. Os três primeiros homenageados foram: Hemetério dos Santos (negro, filólogo e professor da Escola Pedro Segundo); Belarmino de Mattos (foi um dos principais tipógrafos do Maranhão durante o século XIX); e José Eulálio (foi Militar e autor de um Curso de Matemática Elementar e Superior reconhecido no Brasil e na França).

crianças; que saibam, por meios suasórios aproximar da escola os pais destas crianças e conversando, explicando, exortando, transmitindo os preceitos edificantes de uma higiene elementar, mas preciosa, prevenindo-as a toma-los para que aprendam a estimar os seus filhos, obrigando-os tanto quanto possível, dos males que a falta de recato, lhes atacará o organismo, destruindo-lhes, por muito tempo ou para o sempre, a vitalidade (Moraes, 1938).

Pelo perfil das professoras apontado por Nascimento Moraes se constata que elas deveriam apresentar a formação docente adequada, sendo descartadas professoras sem a diplomação da Escola Normal. De fato, todas as professoras nomeadas para a escola de pés descalços foram normalistas. O que se esperava de uma normalista é que fosse uma professora bem qualificada, versada tanto na sociologia quanto na psicologia, dentro dos preceitos da filosofia da Escola Nova. Para ele, a “professora capaz” seria aquela qualificada nos modernos métodos de ensino, ao contrário da professora leiga, afeita aos costumes da memorização e emprego da pedagogia do medo.

Em trabalho anterior, em 1934, Nascimento Moraes já havia se referido ao papel da professora frente às dificuldades da falta de investimento do governo, no aparelhamento necessário para uma eficiente implantação da pedagogia moderna. Esta questão é posta em *A Escola Nova*, de 15 de setembro de 1934, estampado na segunda página de *Pacotilha*. Neste artigo ele defendia que para a escola nova se efetivar fazia-se necessário, uma atmosfera social criada por uma mudança de mentalidade de toda a sociedade. Essa mudança incluía a compreensão dos pais, para que o lar da criança, pudesse funcionar como continuidade da escola. Incluía também, grande investimento do governo no aparelhamento escolar, o que se constituía um obstáculo ao emprego da escola nova, que o Brasil precisaria vencer. Enquanto todo o cabedal de condições materiais inviabilizava a efetivação da Escola Nova nas salas de aula do Brasil, Nascimento Moraes defendia que os professores deveriam fazer o que dependesse deles:

O que depende de nós são os métodos, são os processos de ensino que os professores deveriam ir reformando à medida que conhecimentos novos são adquiridos. É a maneira de fazer a lição, de transmitir conhecimento, de elucidar, de fazer sequência dos fatos, tendo isto sujeito disciplinarmente ao senso das proporções. [...]. Porque a verdade é que quando se diz Escola Nova, não se quer dizer somente aparelhamento novo, mas uma didática também nova, e uma nova didática que se alicerça a didática evoluída (Moraes, 1934, p. 1).

Em 12 de maio de 1938, em *O Imparcial*, foi estampado o discurso feito por Nascimento Moraes na inauguração da Escola Belarmino de Mattos. No discurso o professor atribuiu a iniciativa do interventor Paulo Ramos, a uma ação fundamentada na Pedagogia Social, adaptada pelos sociólogos norte-americanos, defendida pela Escola Nova. Segundo ele:

O que o eminente maranhense está fazendo à socialização da escola. O que ele está tecendo com a escola dos pés descalços é a justaposição da escola com o meio social. O que ele está orientando é a vida das classes pela vida da escola. O que ele quer é fazer da escola o elemento diretor dos núcleos das populações que vivem, pelas crianças em torno da escola. O que ele pretende, criando a escola dos pés descalços é conseguir que as lições do professor se transmitam, não dos pais aos filhos, mas dos filhos aos pais! O que ele quer é que os filhos arrastem os pais para dentro da escola, vivam na escola recebendo a influência salutar dos ensinamentos que lhes faltam, para se sintam obrigados a gastar com os filhos as suas economias, para que compreendam que devem ajudar o governo na educação dessas crianças pobres que vivem sem higiene, sem moral, sem conforto, sujeitas a todas intempéries porque os pais, ignorando tudo, não fazem o menor esforço no sentido de lhes dar uma vida sadia, alimentação sadia e o prumo da dignidade humana

que é preciso incutir-lhe no espírito.

Sem a socialização é perdido, é inútil todo o trabalho educacional do professor! [...]. Como educar uma criança, se ela dentro de casa paterna não encontra os bons exemplos, não respira um ambiente propício ao seu desenvolvimento? [...]. É preciso que se estabeleça o intercâmbio mental entre o professor e a escola, que, amiúde se devem entender! É por isso que abrir a escola aos pés descalços, é quase paradoxalmente acabar com os pés descalços! (Moraes, 1938, p. 5).

Para o autor, não bastava a oferta do ensino, o contexto social e familiar das crianças precisava ser modificado. A escola deveria servir não só para a educação das crianças, mas também para a educação dos pais.

Proposta de trabalho para o ensino na disciplina história da educação brasileira a partir da vida e obra de Nascimento Moraes

A proposta de introduzir textos escritos por intelectuais negros em aulas de cursos de licenciatura, possibilitará, aos que estudam para assumir a docência, acesso a conhecimentos sobre a relação entre as populações negras e o sistema de ensino nacional, desmistificando a ideia de que há carência de conteúdo sobre o tema.

Sendo assim, o ensino da disciplina história da educação brasileira deve ter o papel de subsidiar os futuros docentes sobre processos de desigualdade e exclusão implementados contra as populações pobres e negras no Brasil. Os licenciados precisam compreender que os princípios da universalidade e obrigatoriedade foram parcialmente efetivados no processo de difusão do saber escolar no Brasil, dado a um contexto histórico dualista que impulsionou a exclusão social e escolar de crianças pobres e negras. Tal exclusão foi, por muitas vezes, protagonizada pelo próprio Estado, quando permitiu e até promoveu

a aplicação de dispositivos restritivos ao amplo acesso, ou quando se omitiu de fornecer os meios necessários para a permanência e para a escolarização de qualidade.

Os textos escritos por Nascimento Moraes sobre a educação, produzidos durante a década de 1930, podem ser utilizados como material de aprendizagem, levados para a sala de aula dos cursos de licenciatura, seguindo metodologia específica para análise de jornais em aula, contemplando tanto a análise externa, quanto a interna.

Segundo Bittencourt (2008) para análise de textos de imprensa no ensino de história deve-se “destacar o papel do jornalista na criação do fato histórico”, e proceder a análise externa, “considerando o jornal como objeto cultural”, “como mercadoria” (p. 336), evitando assim considerar o jornal como uma fonte neutra.

O estudo da biografia do autor e a utilização dos seus textos sobre temáticas bastante frequentadas na disciplina História da educação Brasileira em cursos de licenciatura permitirá a relativização do perfil de intelectual que se cristalizou na história nacional, na qual se atribui relevância apenas a trajetórias e ideias de grupos acomodados no topo da hierarquia social. Trata-se de introduzir no currículo, a diversidade étnico-racial, como também de gênero (Valdez; Alves, 2019).

Neste sentido, o conhecimento da biografia do autor será imprescindível. Conforme demonstrado por Valdez e Alves (2019) as biografias são recorrentes obras clássicas de história da educação e têm ressonância nas aulas da disciplina, embora seja dado destaque a sujeitos sociais de perfil masculino e de origem socioeconômica abastada. Do mesmo modo, há necessidade do levantamento da história do jornal, atividade que poderá envolver muito os estudantes das licenciaturas. O acesso às informações biográficas e à história do jornal estudado pode se efetuar de duas formas: pela busca na internet de artigos e ou pela consulta em sítio da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional (memoria.bn.br), onde se tem um acervo vasto de periódicos nacionais e internacionais.

A consulta a jornais publicados nos dois séculos passados, enriquecem as aulas, pois favorecem a “introdução do aluno no pensamento histórico” e propiciam “a iniciação aos próprios métodos do trabalho do historiador” (Bittencourt, 208, p.327), devendo-se salvaguardar a diferenciação entre o uso do documento como fonte histórica e como material de ensino, evitando pretensões equivocadas que visam transformar o aluno em historiador, conforme suscitado por Bittencourt (2008, p. 328).

O resgate da história da imprensa pelo estudo da história da circulação do impresso selecionado na atividade proposta pelo docente da disciplina permite aos discentes, maior domínio sobre a história local, além da compreensão do jogo de poder que se estabelece a cada tempo, o qual se manifesta na concessão ou proibição da liberdade de publicar cedida a cada jornal.

O passo seguinte, deverá contemplar análise interna, de textos previamente selecionados pelo professor e disponibilizados para os alunos. Tais materiais, podem servir como textos geradores em aulas de História da Educação Brasileira.

Neste caso, sugere-se os textos de Nascimento Moraes sobre a educação, publicados durante a década de 1930, como objetos de análise para compreensão do contexto educacional no período. Observa-se nos escritos do professor Nascimento Moraes a recorrência de alguns problemas apontados de forma simultânea ou sucessiva, em seguidas publicações quando se refere ao tema da educação pública maranhense. Estes problemas foram os seguintes: a falta de recursos e mobiliário necessários para o ensino de qualidade; a mal utilização do financiamento público; a ausência da efetivação da obrigatoriedade escolar diante da permanência da cultura da boa aparência, que impedia matrícula de crianças muito pobres; a situação de pobreza das crianças que se tornavam infrequente por não cumprirem as exigências de portarem materiais escolares; e a desatualização pedagógica dos professores nos métodos modernos.

Sendo identificadas as temáticas abordadas pelo intelectual em estudo, a exemplo da Escola Nova, a precariedade do sistema público de ensino e a exclusão social promovida aos pobres pela desigualdade escolar, que são abordados por Nascimento Moraes nos jornais de 1930, pode-se visualizar o contexto da realidade escolar maranhense, contando com descrições construídas sob a visão do jornalista, imerso no cotidiano da época. Faz-se necessário, por outro lado, uma leitura crítica dos textos, destacando os interesses políticos do autor, a crítica ou a defesa do governo. Nascimento Moraes, durante a década de 30, atuou mais como apoiador do governo do que como oposição. Em quase toda a década, estava com o governo, sendo oposição apenas no governo de Serôa da Mota, entre 1931 a 1934, embora tenha mantido em todas as gestões do período, uma postura de crítico da situação precária da educação pública.

Neste momento, extraídas as informações sobre a educação, pode-se recorrer a procedimentos comparativos, em dois aspectos: no primeiro, comparando a educação pública do Maranhão com outros estados, no mesmo período; e por último, comparando as ideias defendidas pelo professor em destaque, com as ideias de outros intelectuais que são visitados de forma clássica, quando se estuda a história da educação no século XX. Para esta comparação pode-se recorrer a um conjunto de autores brasileiros citados por Saviani, em “História das ideias pedagógicas no Brasil” (2008), tais como: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Clemente Mariano, Lauro de Oliveira Lima, Paulo Freire e outros.

Considerações finais

Todo o conhecimento recentemente produzido sobre as relações entre e as populações negras e o sistema de ensino nacional devem fazer parte do currículo de formação dos professores, com destaque

para a disciplina História da Educação Brasileira; a qual deve ter o papel de subsidiar os futuros docentes sobre processos de desigualdade e exclusão implementados contra as populações pobres e negras ao longo da nossa história.

Apesar do incremento das abordagens sobre escolarização que constam na historiografia destas últimas três décadas, ainda se nota pouca ênfase na memória dos professores e professoras negras. Carecemos ainda de estudos voltados para a visibilidade da atuação social desses professores e professoras, tornando conhecidas suas produções, o engajamento social contra as desigualdades, e toda sorte de práticas relativas ao espectro da intelectualidade.

O conhecimento das biografias de docentes negros e obras devem fazer parte da memória coletiva nacional, já que o desconhecimento sobre o tema não é sinal da inexistência ou do pouco impacto da atuação destes professores na época em que viveram, mas sim, o indicativo da existência de uma política de esquecimento, que tem produzido a invisibilidade dos intelectuais negros.

Referências

AINDA Educação Popular: um caso Maranhense. *Notícias*, São Luís, 9 maio, 1933.

ARANTES, A. S.; LUZ, I. M. da; SANTOS, M. E. V. dos (Orgs.). *Território negro: percepções históricas e educacionais sobre relações étnico raciais no Nordeste brasileiro*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Intelectuais negros entre o século XIX e início do XX: novas perspectivas para a história da educação brasileira. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-14, jan./abr.2021. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19826>

Acesso em: 20 jul. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

4000 CARTEIRAS! A escola nova. A escola tradicional. *Notícias*, São Luís, 28 maio, 1933.

CRUZ, M. S. A trajetória social da primeira geração de uma família negra escolarizada do Maranhão no século XIX. In: ARANTES, Adlene Silva; LUZ, Itacir Marques da; SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos Santos (org.). *Território negro: percepções históricas e educacionais sobre relações étnico raciais no Nordeste brasileiro*. Recife: UFPE, 2020. p. 26-39.

CRUZ, M. S. “Escola dos pés descalços” como modelo de difusão do ensino primário no Maranhão no período do Estado Novo. In: *Políticas educacionais na educação básica: impactos e perspectivas para escolas públicas*. 1 ed. São Luís: EDUFMA, 2019a, p. 79-95.

CRUZ, M. S. Obrigatoriedade, homogeneização e tardia expansão da escola primária no interior maranhense (1930 a 1960) In: FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Analete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Orgs.). *Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão da escola primária no Brasil (1930- 1961)*. 1 ed. Maringá: EDUEM, 2019b, p.219-242.

CRUZ, M. S. Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo com as escolas para crianças pobres. *Outros Tempos* (Online), v. 15, p. 1-23, 2018. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/viewFile/592/pdf/. Acesso em 27 jun. 2020.

CRUZ, M. S. A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX. *Revista Brasileira de História (online)*, v. 36, p. 209-230, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Q9mT4xs6pNRWWdGvRcHsP6G/abstract/?lang=pt> Acesso em: 27 jun. 2020.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Geruse (org). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, pp.21-34.

EDUCAÇÃO popular. *Notícias*, São Luís, 27 jul. 1933.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*, vols. I e II. Lisboa: Edições 70, 1982.

MEIRELES, M. M. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MORAES, Nascimento. A Escola Nova. *Pacotilha*, São Luís, 15 set. 1934.

MORAES, Nascimento. Pelo Imparcial, por mim e pelos pobrezinhos. *O Imparcial*, São Luís, 26 jan. 1938

MORAES, Nascimento. Escola de Socialização. *O Imparcial*, São Luís, 12 maio, 1938.

NASCIMENTO, A. C. (Org.). *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007*. São Luís: Edições SECMA, 2007.

NASCIMENTO Moraes escalou... *Pacotilha- O Globo*, São Luís, 10 jun. 1954.

NOTÍCIAS. *Notícias*, São Luís, 6 maio 1933.

PINTO, Regina Pahim. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCC, nº. 80, p 41-50, fev. 1992. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1001/1010>

Acesso em: 20 jan. 2020

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 13 fev. 2020.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SUSSUARANA [Nascimento Moraes]. Prosa incondicional. *Imparcial*, 29 dez. 1937.

UM BROCARDO popular. *Notícias*, São Luís, 10 maio, 1933.

VALDEZ, Diane; ALVES, Miriam Fábila. Espaços de educar: biografias femininas e ensino. de história da educação. *Revista brasileira de história da educação*, v. 19, pp. 1-20, 2019 Disponível em: Vista do Espaços de educar: biografias femininas e ensino de história da educação (uem.br) Acesso em :20 jul. 2021

Nascimento Moraes: uma proposta de análise literária para o conto Desmoronamento

Natércia Moraes Garrido

Introdução

Por mais de cinquenta anos a figura de José Nascimento Moraes se fez presença efetiva e preponderante na vida literária e política do Maranhão. “Durante mais de cinco decênios, sua vida correu paralela às ações transformadoras que se fizeram atuar em nosso meio, delas se fazendo testemunho e sobre elas deixando sua análise quase sempre contundente e muitas vezes apaixonada (Machado, 1996, p. 33)”.

Este homem, em todos os sentidos, pertencente à alta intelectualidade maranhense da primeira metade do século XX, nasceu em 19 de março de 1882 em São Luís (MA) e faleceu em 21 de fevereiro de 1958, na mesma cidade. Filho de pessoas simples e analfabetas, seu pai, Manoel Nascimento Moraes, era negro livre e tinha por ofício a profissão de sapateiro; sua mãe, Catarina Maria Vitória, também negra e livre, era dona de casa, trabalhava como lavadeira e tinha uma banca de comidas na rua da Paz, no Centro de São Luís, onde vendia peixe frito com cuxá, dentre outros quitutes.

Moraes era dono de uma verve multifacetada, atuando como poeta – bem pouco – e muito mais como professor, jornalista, contista,

romancista, crítico literário e ensaísta; era em suma, um grande polígrafo. Negro, ascendeu na vida pelos estudos, tanto formais como autodidata; concluiu o ensino secundário no Liceu Maranhense, mas não chegou a frequentar nenhum curso universitário. A urgência em sair da pobreza levou-o cedo a trabalhar como professor, lecionando Português, Latim e Francês em sua própria escola, o Instituto Nascimento Moraes e depois em casas de família e escolas de prestígio em São Luís, como a Escola Normal, o Colégio Ateneu Teixeira Mendes e o Rosa Castro.

Segundo Nauro Machado (1996), um dos principais estudiosos da obra de Nascimento Moraes, este iniciou suas atividades jornalísticas sob a orientação e incentivo do professor Manuel Bithencourt; mas a influência não se resume a apenas isso:

Conhecedor da literatura de sua época, Manuel Bithencourt difundiu entre aqueles que lhe frequentavam a casa, para ouvi-lo discorrer sobre literatura e arte, nomes de escritores da sua contemporaneidade, praticamente desconhecidos ou mal assimilados na província, como os russos Tolstoi e Turgueniev, os escandinavos Ibsen e Strindberg, o inglês Dickens, o francês Zola [...] E o jornalismo, assim iniciado por José do Nascimento Moraes, foi continuado em praticamente todos os periódicos aqui impressos (Machado, 1996, p.36-37).

Desta forma, Moraes colaborou como jornalista e às vezes como editor e redator-chefe durante toda sua vida em vários jornais e revistas maranhenses, a exemplo de *A Pacotilha*, *O Diário de S. Luiz*, *Diário Oficial*, *Diário do Norte*, *A Tribuna*, *Correio da Tarde*, *O Dia*, *Revista Athenas* e *O Imparcial*. Por isso, ele é reconhecido pela Associação de Imprensa do Maranhão como um dos maiores contribuintes para o jornalismo maranhense. Por sofrer perseguição política em várias épocas da vida, usou e abusou de muitos pseudônimos, sendo os mais famosos Valério Santiago, Zé Maranhense, Brás Cubas, João Ninguém, Braz Sereno e João Sem Terra; só assim conseguia publicar seus contos, ensaios, editoriais e crônicas, expressando seus descontentamentos com as

práticas clientelistas que assolavam o Maranhão. Os governantes mais combatidos por Moraes, segundo Machado (1996, p. 38), foram Benedito Leite, Urbano Santos e Raul Machado.

A trajetória pessoal e intelectual de um homem negro

Nascimento Moraes fundou e integrou o grupo literário Oficina dos Novos (1899), do qual também fizeram parte Antônio Lobo, Fran Paxeco, Astolfo Marques, João Quadros e Francisco Serra, dentre outros. Depois de dois anos, sai e funda a Renascença Literária (1901), a qual não dura muito, mas junto com ele estão outros dissidentes, como I. Xavier de Carvalho, Otávio Galvão, Rodrigues de Assunção e Caetano Sousa. No breve período de existência, o grupo edita seu próprio periódico oficial: A Renascença.

Moraes fez parte da geração de intelectuais que buscava a renovação nas letras no início do século XX, período especialmente complicado para o Maranhão no tocante à situação política e econômica, época em que o Estado enfrentava uma decadência em grande escala. Para Jomar Moraes (1977, p. 203-204), a cisão ocorrida na Oficina dos Novos foi altamente benéfica para o debate de ideias e o que importa observar é o sentimento generalizado de decadência literária e a comum motivação para superá-la através de uma ação regeneradora. Este crítico literário comenta adiante o seguinte:

A 28 de julho de 1900 era fundada em São Luís a Oficina dos Novos, cujos objetivos assim podemos resumir: culto aos grandes vultos do passado; incentivo ao autor contemporâneo pela publicação de seus livros; promoção de solenidades cívico-literárias; organização de uma biblioteca do autor maranhense; manutenção de um periódico literário (Moraes, 1977, p. 204)

Essa espécie de estatuto constituiu a base para a criação, em 1908, da Academia Maranhense de Letras, denominada posteriormente

de Casa de Antonio Lobo. Desta fundação Nascimento Moraes não participou já que era um dissidente da formação original do grupo literário ao qual pertencera. Nessa época, ele se defendia de constantes ataques à sua inteligência, aquisição de estudos e ao fato de ser negro e não merecer estar no rol de intelectuais da Atenas Brasileira, conforme defendia Antonio Lobo e seus apoiadores. No entanto, Moraes foi eleito em 1934 para integrar esta casa de cultura ocupando a cadeira de número 11, onde serviu como Secretário e Diretor em várias ocasiões. Ele também foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), de onde é patrono da cadeira de número 11.

Há que se ressaltar que na primeira década do século XX, Moraes já gozava de bastante popularidade entre seus leitores e alunos, ao passo que também, como já fora mencionado, enfrentava ataques racistas vindos de vários lados da sociedade ludovicense, a exemplo daquelas perpetradas por Antonio Lobo. Mesmo assim, ao publicar seu livro *Os Novos Atenienses – Subsídios para a História Literária do Maranhão* (1909), Lobo faz menção à escrita de Nascimento Moraes no capítulo intitulado, *Outros Poetas*, ainda que muito sucinta, reduzindo-o a um simples verbete no qual caracteriza-o como “autor de produções poéticas inspiradas e vibrantes” (2008, p. 90). Para além disso, registra nas páginas de seu compêndio crítico o poema “Mãe”, soneto que revela a técnica de estilo parnasiano de Moraes aliada ao uso de uma linguagem bastante elaborada, próprias de um homem que não cultivava as letras de modo superficial:

*Doce eflúvio de amor que minh'alma enobrece
Frouxa luz vespéral que em meus olhos adeja!
Sinto bem quanto vale a expressão desta prece
Com que pedes a Deus que meus passos proteja.
Traga eu n'alma o rancor que a existência enlutece
Traga em mão o punhal que nas trevas lampeja,
Sempre encontro em teu lábio o sorrir que floresce
E em teus olhos a luz que me anima a peleja.*

*Leve, sem compaixão, ao teu seio querido,
O desgosto fatal que tua alma depura
Donde sangra inexausto o pranto dolorido;*

*Leve embora, inconsciente, a ferir-te a desgraça
Que provoco, sempre és, na maior amargura,
Mãe! A mesma mulher que me beija e me abraça!*

(MORAES apud LOBO, 2008, p.109)

Em uma leitura analítica, percebemos na 1ª estrofe que o eu lírico louva à resistência e nobreza de alma de sua mãe, ao rezar por sua proteção constante. Em seguida, na 2ª estrofe, observamos que o filho trava uma luta que não é necessariamente corporal, mas se origina de um rancor da alma, que transforma sua existência em luto; seria uma alusão autobiográfica à sobrevivência em uma sociedade racista, à constante necessidade de se defender e justificar sua própria existência no mundo. Apesar de fazer referências a um “punhal”, entende-se que o embate diário empreendido seja contra aqueles que o ataquem de alguma forma, e o sorriso e olhar luminoso da mãe o animam a “pelejar”. Depois, na 3ª estrofe, a voz poética ressalta o sofrimento materno e o profundo desgosto de ver o filho passar por essas atribulações. Por fim, na 4ª estrofe, consciente de que tudo que faz só leva a amargura de sua genitora, o eu lírico louva a resiliência desta mulher que apesar de tudo, ainda o beija e o abraça.

Quanto aos ataques racistas sofridos por Nascimento Moraes, há um sem-número deles registrados nas páginas que compõe *Puxos e Repuxos* (1910). Esta obra revela as polêmicas trocas de acusações entre ele e Antonio Lobo, que nesta época já exerce a função de Inspetor da Instrução Pública do Maranhão. Ambos assumem pseudônimos: Moraes é Valério Santiago e Lobo é Gonçalves Galliza. Ambos se valem dos espaços dos jornais para os quais colaboram para atacarem-se e defenderem-se de acusações mútuas: Moraes sofre com ataques racistas;

Lobo, é acusado de mentir e manipular com discursos mentirosos e difamatórios. Moraes escreve no Correio da Tarde; Lobo, na Pacotilha e Diário do Maranhão. Com certeza era um despendimento de energia gigantesco para Nascimento Moraes, mas um xingamento em forma de poema escrito por Antonio Lobo, da natureza como a reproduzimos abaixo, não podia passar sem réplica:

O casco do Nascimento/ É feito de geringonça/ Taca é comê de nêgo/
Nêgo é comê de onça./ É mais duro que o pau-ferro, / É mais duro que
o cimento / É duro como ele mesmo / O casco do Nascimento. Diz a
gente, preta ou branca / Gente fraca e gente sonsa / Que o casco do tal
moleque/ É feito de geringonça. Casco sim...cabeça dele?! Só cabeça de
algum prego.../ Por isso prepara o lombo, / Que taca é comê de nêgo. Ele
é negro e sujo / Como sua prosa chilra e insossa.../ Onça eu sou, por isso
chegue / Que nêgo é cumê de onça... (Pacotilha, 9 de ago. 1910, p. 2)

O trecho acima foi transcrito do ensaio da pedagoga e pesquisadora em História da Educação, Marileia dos Santos Cruz (2023, p. 271), que em vários momentos demonstra as atitudes racistas e excludentes de Antonio Lobo para com Nascimento Moraes e atesta que o projeto do primeiro era excluir o nome do último da história literária maranhense. No entanto, esse projeto obviamente não foi adiante, pelo simples fato de que Antonio Lobo falece muitas décadas antes do professor: em 1916. Para Machado;

Moraes pertenceu a uma geração sacrificada não apenas pelo insulamento em que vivia, mas sobretudo pela falta de condições sociais, como até agora ocorre, para o pleno exercício da função do escritor. Só lhes restava, àqueles remanescentes de uma glória passada e que procuravam a afirmação de uma nova hora, a fuga da província pela aventura no sul do país, ou o entregarem-se, por força da sobrevivência pessoal, ao jornalismo quase sempre asfixiante e castrador de verdadeiras vocações literárias (Machado, 1996, p. 38-39).

Jomar Moraes (1977, p. 214) também corrobora com esse pensamento e acrescenta que “Nascimento Moraes venceu as naturais

restrições de um meio acadêmico pelas discriminações de origem familiar e preconceitos diversos, denominando-o um ‘cronista de costumes’”. O crítico literário coloca-o em pé de igualdade com Antonio Lobo e Fran Paxeco, chamando a tríade como os centros de liderança em volta dos quais gravitaram as mais representativas manifestações de nossa vida literária.

Como homem negro, destacamos dois fatos que Nascimento Moraes enfrentou em decorrência do racismo. O primeiro diz respeito a sua vida pessoal, quando ele conhece e se casa em 1908 com Ana Augusta Mendes, então sua aluna particular. Carinhosamente chamada pela família de Sinhá, ela “descendia da elite maranhense, era branca, culta, falava francês fluentemente e tocava piano, como a maioria das moças da classe média alta de São Luís” (Rego, 1997, p. 58). A história dramática do relacionamento do casal é narrada por Nascimento Moraes Filho em depoimento à então acadêmica Eliana Rego:

E desse ensino surgiu o namoro. Ele, negro, sem precisar dizer que era pobre e da plebe. Ela, branca, culta, da elite maranhense. O namoro foi avançando e como era de se esperar, a oposição social. As origens do professor Moraes! Só restou o rapto! A reação da família foi imediata. Romperam relações com a filha. Colocaram luto fechado, como se ela tivesse morrido. Depois da fuga, a casa de seus pais ficou fechada durante 40 dias. As janelas fechadas e a porta semiaberta. Assim, nunca mais tiveram qualquer relacionamento (Rego, 1997, p. 58).

Do casamento com dona Sinhá nasceram quatro filhos: Ápio Cláudio, Paulo, Nadir e João José. De seu relacionamento extraconjugal com Francisca Bogéa, iniciado e terminado ao longo da década de 1920, Nascimento Moraes teve três filhos: José Nascimento Moraes Filho (que foi adotado e criado por Sinhá), Talita e Raimundo. Eventualmente, Moraes e Sinhá se separam de corpos e não voltam mais a morar juntos a partir da década de 1930. Apesar disso, mantém uma relação de respeito mútuo e cuidado até a morte dele em 1958.

Em 1914, Nascimento Moraes se inscreve no concurso público do Liceu Maranhense. A situação exigia que o professor mais uma vez provasse seu valor e inteligência em detrimento da cor da pele. O então governador do Maranhão, Luís Domingues (1910 a 1914), nomeia uma banca examinadora para o concurso da cadeira de Geografia e Corografia e a prova acontece no Palácio do Governo – um território considerado neutro.

O governador Luís Domingues sabia do antagonismo que marcava os concorrentes do concurso. De um lado, os irmãos Lopes, Antônio e Raimundo, descendentes da aristocracia rural no município de Viana; do outro, um negro, da plebe, lutando sozinho, postulando uma vaga de professor de Geografia. [...] Ressalte-se ainda que o pai dos concorrentes, Manoel Lopes da Cunha, havia sido juiz, em seguida desembargador e, por último, governador do Estado em 1902. [...] Realizado o concurso, coube a Nascimento Moraes o 1º lugar, daí a razão de ter ficado com a cadeira de Geografia. [...] A Raimundo Lopes coube a cadeira de Corografia (Geografia Regional), a qual foi anexada também a de História do Brasil (Rego, 1997, p. 70-72).

Acrescentamos que, em anos posteriores, Nascimento Moraes também exerceu a função de Diretor nesta tradicional instituição de ensino. E como professor, deixou marcas indeléveis em seus alunos, alguns de nome bem ilustres como o romancista Josué Montello. Este, que também era jornalista do Jornal do Brasil, escreve em 01 de abril de 1958 uma crônica em homenagem à memória de seu mestre por ocasião de seu recente falecimento. Montello destaca a atuação ímpar de Moraes, que venceu mesmo sem nunca ter saído da província e conseguiu se firmar como jornalista, escritor e analista político. Para além disto, a memória mais tocante do célebre autor de *Os Tambores de São Luís* para com seu professor está descrita assim:

Minhas dívidas de escritor para com a pessoa e a obra literária de Nascimento Moraes não são pequenas. Tive-o entre os meus mestres do Liceu Maranhense. Tive-o entre os guias de algumas de

minhas leituras essenciais. E contei-o sempre entre os meus amigos. Pude sentir, assim, numa convivência demorada, a grandeza de sua inteligência e de sua cultura. E posso avaliar o que ele teria feito, se houvesse se deslocado dos horizontes da província o cenário de suas ilusões. Haveria de perder algumas, como todos nós. Mas pelo menos o benefício de uma irradiação maior de seu nome ele teria tido. Porque essa irradiação Nascimento Moraes a merecia, pelas virtudes de seu talento e de seu saber (Montello, 2017, p. 48-49).

As obras publicadas de Nascimento Moraes incluem: *Puxos e Repuxos* (1910; polêmicas literárias travadas em editoriais no jornal Correio da Tarde com seu então oponente Antonio Lobo); o romance *Vencidos e Degenerados* (1915); a coletânea de ensaios políticos *Neurose do Medo* (1923) e *Contos de Valério Santiago* (publicado postumamente em 1972).

Uma proposta de análise literária para o conto “Desmoronamento”

O livro *Contos de Valério Santiago* foi editado e publicado originalmente em 1972 de forma póstuma e configurou-se como um projeto organizado por um de seus sete filhos, o também professor, poeta e pesquisador Nascimento Moraes Filho. Ele sempre teve a preocupação de reunir a obra do pai, espalhada até hoje em muitos jornais ludovicenses e aguardando por olhos perscrutadores mais pacientes. Nesta primeira edição há muito já esgotada, porém disponível para leitura e consulta no acervo da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite em São Luís (MA), contamos com uma reunião de apreciações críticas e memorialistas sobre a vida e obra do autor, tais como a exaltação da escrita ferrenha de Moraes pelo ilustre autor Domingos Vieira Filho em sua *Breve História das Ruas e Praças de São Luís* (1971): “na cátedra ou no jornalismo era o combativo de sempre, esgrimido, em prosa amena, a argumentação

cerrada e fulminante que surpreendia o adversário. Octogenário quase, ainda era o mesmo escritor da mocidade, fluente, impressionante, claro, como as coisas boas e simples da vida” (Vieira Filho *apud* Moraes, 1972, p. 12).

É essa característica tão marcante, de crítica e de denúncia social, que encontramos presente nos dez contos de Valério Santiago. Os textos foram publicados entre os anos de 1940 e 1941 quando Moraes escrevia para a Revista Athenas (do qual também era editor), um suplemento literário mensal do jornal O Imparcial, cujo fundador foi o jornalista João Pires Ferreira, seu amigo próximo.

Sobre o estilo dos contos, seu filho, Paulo Nascimento Moraes, poeta e jornalista político, ressalta o contexto vivido pelo pai e as dificuldades enfrentadas por um homem negro que teve como única arma sua inteligência e sua escrita. Esse olhar analítico salta da vida do indivíduo para as páginas literárias:

Em todos [os contos] sente-se a sua preocupação constante em mostrar a decadência de uma época social que ele, menino, estudante, ao lado da mãe preta, defrontou-se para depois nela sentir o aparecimento de seus primeiros cabelos brancos. Em cada conto há uma mensagem, há uma lição de sociologia, há uma paisagem filosófica. Causticante até. São estes contos que, aqui, enfeixados neste livro, nós apresentamos uma oferta de ontem e de amanhã. Uma prestação de contas com o Passado que fica sempre, que se debruça sempre para alumiar os caminhos do Presente e do Futuro (Moraes *apud* Moraes, 1972, p. 51).

O conto que selecionamos para analisar, *Desmoronamento*, reflete o caso clássico da decadência moral e financeira de pessoas de classe abastada da sociedade ludovicense. A elite agrária e agroexportadora de nosso Estado rui vertiginosamente com o tardio advento da abolição da escravidão e com o fim do Segundo Império no Brasil, restando-lhe apenas o sobrenome de família para servir de moeda de troca no novo regime político – a República.

A família do Coronel Coutinho, cuja narrativa está centrada, descende daqueles que lucraram muito com a posse e o cultivo de terras e mão de obra escravizada; porém, a geração seguinte, a dos filhos, não teve muito sucesso em preservar seus bens e herança. Na primeira parte do conto, o leitor sabe que o referido coronel mora “num daqueles sobradões que se erguem no último quarteirão da rua Cândido Mendes (hoje da Estrela)” (Moraes, 1972, p. 155) e tem um casal de filhos com a esposa Amélia: Américo é dado a irresponsabilidades e à vida boêmia; e Vitória é educada com esmero, como era de se esperar das mulheres pertencentes à elite da época:

O Américo não dera para nada. Aos 20 anos era apenas um gozador. Só falava em festas e em pagodeiras. A Vitorinha era vinho de outra cepa. Aos 17 anos já era uma moça prendada. Estudava no Recolhimento com as freiras. Falava bem o francês, o inglês e o italiano. Escrevia bem com elegância o português. Tocava com admiração o piano. Estudava o canto com a esposa do poeta Cláudio Tigreiro, educada em Paris. Três vezes por semana, lá se ia Vitorinha para a aula, acompanhada de uma escrava (Moraes, 1972, p. 155).

Apesar de o narrador não dizer o ano especificamente, sabemos por este trecho em que aparece a figura de uma escravizada que com certeza a época antecedia a 1888. Portanto, esta poderia muito bem ser uma das várias histórias que a mãe de Nascimento Moraes, Catarina, lhe contou a respeito das famílias ilustres ludovicenses para as quais trabalhou como lavadeira e cozinheira e que depois faliram. Histórias que depois o filho transformaria em ficção, já que esta também serviria para retratar a realidade difícil de decadência econômica que se vivenciou no Maranhão ao menos nos primeiros trinta anos do século XX.

Notamos que os irmãos Américo e Vitória são bem diferentes: o rapaz, dado ao luxo e à impulsividade; a moça, mais simples e amável. Seu único pecado foi se apaixonar pelo Manuel Arruda, “caxeirinho

da Praia Grande e estudante de escrituração num curso comercial.” (Moraes, 1972, p. 156). Quando o Coronel Coutinho descobre o namoro, é amplamente contra, assim como todos os parentes e amigos da família; Vitória rebate o tradicionalismo proferindo um discurso bem pragmático: “- Pobreza não é defeito [...] Dinheiro não é grandeza. Nome de avós nem sempre é um título honroso. Meu pai está muito errado nas suas convicções. Mas o coronel Coutinho não podia aceitar esse modo de ver da filha. Ouvindo-a, ficou escandalizado. Teve a impressão de que ouvia uma louca” (Moraes, 1972, p. 156).

É muito claro que o coronel sabe a qual hierarquia social pertence. Assim, para justificar o pensamento esclarecido desta personagem feminina, o qual já reflete uma mente afinada com os tempos de mudanças que logo se sucederiam, o narrador oferece uma análise sobre a sociedade maranhense no mínimo interessante, utilizando uma linguagem crua e ferina:

Em São Luís a sociedade estava dividida em castas, bem caracterizadas, pelos recursos, pelo traje, pela habitação e pelos bairros. Os indivíduos dessas castas eram plenamente convencidos de sua condição. O operário estava conformado com a sua pobreza e não procurava sair dela. O que ganhava dava para suas despesas. Era feliz por isso. Os filhos frequentavam uma escola primária e depois aprendiam um ofício qualquer e, por vezes, o próprio ofício do pai. [...] Os funcionários também viviam modestamente. Esses não tinham outra ambição que não fosse esperar que o mais graduado morresse ou se aposentasse. Pela sua pouquidade de recursos materiais, viviam encostados, numa atitude de inferioridade, aos ricos da Praia Grande, padrinhos de seus filhos. [...] Havia os ‘camisas fora da calça’, os ‘camisas curtas’, ambos descalços, que não eram operários propriamente ditos, mas artesãos, trabalhadores de serviços pesados. [...] Os pobres não podiam levantar a cabeça diante dos ricos. Os ricos olhavam com desprezo para a pobreza. Os simples levantavam-se à passagem de um rico. [...] Em qualquer parte,

homens e mulheres eram conhecidos pelos seus trajes. Os pobres não moravam nos bairros dos ricos. (Moraes, 1972, p. 156-157).

Aí está descrita a pirâmide social no cenário escravocrata agroexportador maranhense. Entende-se a razão do escândalo que o coronel Coutinho faz ao ver a filha namorando um simples funcionário de comércio, pois não havia possibilidade de essas “castas” se misturarem. Misturar-se significava igualar-se e isso não era esperado de Vitória, herdeira do mais alto nível e educada à moda francesa. Fato é que aqui o narrador assume claramente uma posição de observador e a arte literária serve à crítica social, pois ela fala do que é intrínseco ao ser humano.

É importante pensarmos que Nascimento Moraes, enquanto autor, revela em seu texto a ideia de sinal e sintoma conforme disposto na teoria literária por Jouve (2012). Podemos considerar o conto *Desmoronamento* como um sinal do pensamento do autor, pois ele exprime, a partir do texto, intencionalmente, suas ideias e críticas. Mas o conto também se configura um sintoma, pois o autor identifica o que seu texto significa enquanto produto de uma determinada época dadas as circunstâncias atreladas a um determinado contexto.

Isso justifica a atualidade da discussão dos contos de Moraes, pois é através deles que os leitores da Revista Athenas, da década de 1940, puderam conhecer ou reconhecer seu passado histórico nessas narrativas. É também por meio do ponto de vista do narrador, imparcial e direto, que nós, leitores do século XXI, reconstruímos e rememoramos nossas origens. Como sintoma, *Desmoronamento* não precisa somente transmitir uma mensagem específica, aquela que foi pensada inicialmente pelo autor. Se o texto literário persiste e ainda interessa a novos leitores, a ele se agregam novos sentidos e mensagens, pois “a obra significa sempre mais, até mesmo outra coisa, do que aquilo que o autor tinha em mente” (Jouve, 2012, p. 85).

Ao longo da leitura do conto, podemos conferir novos sentidos e olhares que não apenas a de sua característica mais visível: a de crítica social. Seguindo o desenvolvimento da história, o que acontece com Vitorinha é que ela sucumbe às súplicas familiares e de suas amigas íntimas para finalizar o relacionamento com o namorado pobre, porque simplesmente não convinha a uma moça de sua posição social. O rapaz, desolado, vai para Belém do Pará. Em seguida, arranjam um pretendente de alta estirpe para Vitória: Armando Saraiva.

O Saraiva era um rapaz elegante, acostumado às rodas sociais. Falava várias línguas sem correção, mas contava com muita graça o que fora sua vida nas grandes capitais europeias. [...] A educação de Armando, à europeia, era em São Luís um simulacro de educação. Armando bebia [...] e passava as noites em orgias nas casas horizontais mais afamadas de S. Luís. Depois das reuniões familiares a que comparecia, entregava-se em companhia de mulheres vadias a excessos, que por vezes avultavam como escândalos. [...] Aliás Armando não escondia suas diabruras. Acostumara-se nos grandes centros de civilização a fazer tudo às claras. Mulheres, prazeres, vinho, que havia de mais?" (Moraes, 1972, p. 159).

Aí temos outro recorte honesto e irônico da elite ludovicense: por trás de tanto dinheiro e de tanta educação ofertada a seus filhos na Europa, persiste a decadência moral. E mesmo assim, o coronel Coutinho decide que esse homem é o melhor partido para a filha, pois nada mais natural do que o casamento entre pessoas da mesma classe social. No entanto, deu-se um casamento totalmente destoante em mente e hábitos, pois Vitorinha, agora esposa, teve que se acostumar ao comportamento desregrado do marido, pois claro está que ele não abandonou os costumes da vida de solteiro:

Quando chegava de madrugada em casa, Armando ainda fazia questão de narrar com detalhes suas aventuras extraconjugais, levando Vitorinha à indignação e revolta. Praticava contra ela o que chamaríamos nos dias de hoje uma violência psicológica sem

medidas, pois dizia-lhe: “Deixa-te de bobagens! E acredito que sou um marido exemplar, porque não te engano, não te minto e sempre te falo com a franqueza que caracteriza um homem bem educado. Precisas, minha filha, de dar um passeio pela Europa” (Moraes, 1972, p. 160).

A segunda parte do conto aproxima o leitor do desfecho da história e funciona bem como um epílogo, já que narra fatos decisivos que sucedem após uma grande passagem de tempo, denotada pela idade avançada das personagens Armando, Vitória e Américo. Entendemos que o cenário político-econômico-social maranhense não é mais aquele da opulência descrito na primeira parte, haja vista a condição de derrocada do casal principal: “Vitorinha rolara devagar, depois da morte do pai, que se acabara numa meia morada, à rua da Misericórdia, depois que o Armando, já sem um vintém da herança paterna, também o arruinara” (Moraes, 1972, p. 160).

Cada um então, resolveu continuar a vida por si próprio e se adaptaram, por assim dizer, aos novos tempos: Vitorinha se amancebara com um caboclo vendedor de frutas, Coriolano, que também bebia muito. Já Armando trabalhava com aluguel de burros e cavalos e “vivía no Beco do Pregó, junto ao Zé do Coxo, com uma cocheira muito ordinária” (Moraes, 1972, p. 161) Américo, o outro filho do coronel Coutinho, “perdera jeito de gente e era um autêntico caboclo do Pindaré onde cultivava umas terras que houvera de seu pai.” (Moraes, 1972, p. 161)

O que se denota subliminarmente é que Armando, Vitorinha e Américo já não viam mais necessidade de dar satisfações à sociedade ou mesmo se ater às convenções sociais se a família, por não ter dinheiro, também havia perdido o prestígio; eles agora tinham que sobreviver como podiam, nas circunstâncias em que se encontravam. Como a moça um dia expressou, o nome que lhe restara não servia para mais nada, com certeza nem para pleitear cargos no funcionalismo público.

A educação de elite que os três receberam, a melhor que o dinheiro podia comprar, de nada serviu para se adaptar a esta nova realidade, pois ao que parece os três não possuíam uma disposição para lutar e defender sua moral; donos de índoles fracas, os três não conseguiram se reerguer diante do golpe da falência. Obrigados a trabalhar, sobreviviam já excluídos da sociedade e se misturaram àqueles pertencentes à classe trabalhadora que um dia desprezaram.

O desfecho da história é bem interessante e se dá nos dois últimos parágrafos: o antigo namorado de Vitorinha, o caxeirinho Arruda, havia prosperado em Belém do Pará e veio passear em São Luís. Qual não foi sua surpresa ao se deparar com ela vendendo frutas na porta do hotel em que estava hospedado. É assim que o conto finaliza. A reviravolta surpreende o leitor pois entendemos que esse encontro propõe, de certa forma, um acerto de contas sob o viés social, promovendo uma justiça.

É uma característica da escrita de ficção de Nascimento Moraes colocar representantes das classes sociais mais baixas em uma posição superior a seus opressores de outrora, quando a narrativa se encaminha para o desfecho. Esse estilo é observado, por exemplo, no capítulo final de seu famoso romance *Vencidos e Degenerados*, no qual o personagem principal, Cláudio Olivier, faz uma breve passagem por São Luís após uma temporada no Amazonas. Ele, mulato, que um dia sofrera muitos preconceitos aqui na província e que foi impedido de ascender socialmente por não se render ao clientelismo, agora retornava em uma condição muito diferente: a de jornalista respeitado nacionalmente e com boa envergadura econômica.

Isso demonstra não só uma crítica social de Nascimento Moraes como também expressa uma vontade de ver a justiça acontecendo por meio do fruto do trabalho de seus conterrâneos um dia excluídos, que ao serem impedidos de prosperar em sua terra, tinham que migrar alhures, lutar arduamente, vencer e voltar novamente ao Maranhão para demonstrar que escalaram a pirâmide que um dia lhes foi negada.

É um desvelar constante que o autor faz: o maranhense precisava provar seu valor fora daqui para se fazer respeitar. Coelho Netto (apud Garrido, 2022, p. 51-52) explica que:

a decadência econômica maranhense vinha de muito antes da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, pois as grandes fazendas produtoras de algodão e açúcar sofriam constantemente de ataques de ladrões de gado, fuga de escravos e falta de investimentos dos donos. Houve um ‘surto industrial’ de fábricas têxteis a partir da década de 1880, das quais as mais importantes se localizavam em Caxias e posteriormente em São Luís, a exemplo da Fábrica de Fiação e Tecidos Industrial Caxiense e da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil (a maior de São Luís). A outra atividade econômica que predominou largamente no Maranhão – de antes e depois da República – foi o comércio. Restava ainda o funcionalismo público, mas na Primeira República maranhense, com exceção dos poucos concursos para o exercício do magistério, para trabalhar em algum órgão era necessário a indicação de um político ou de alguém da elite.

Uma terra sem grandes perspectivas de ascensão social e educacional para a maior parte de seu povo, como o Maranhão da Primeira República, ecoa na produção e formação de seus intelectuais, como bem sugere a crítica literária Arlete Nogueira da Cruz (2003). É ela quem faz uma boa leitura sobre esse panorama histórico-social tantas vezes evocado por Nascimento Moraes em suas narrativas e que incide fortemente no eterno dilema experimentado por nossos letrados: ficar e batalhar ou ir embora em busca de novos horizontes e oportunidades:

O Maranhão sempre foi lugar de um povo entregue à própria sorte, vivendo em grande pobreza. Essa história de que esta terra é um paraíso, não me convence. [...] Se em alguns instantes, houve certa euforia econômica trazendo benefícios, esses benefícios passaram ao largo da maioria da população, que todo tempo viveu miseravelmente e analfabeta. Essa é que é a grande verdade. Aquela euforia favoreceu apenas a uma classe que, mandando seus filhos estudar e viver fora, negava os reflexos dessa frágil economia a

quem, de fato, a produzia, sabendo-se que o compromisso da maioria desses filhos, após os estudos, não redundava a favor desses produtores (Cruz, 2003, p. 17-18).

Por meio dessa reflexão, encontramos uma boa justificativa do porquê os filhos do Coronel Coutinho e de seu genro Armando não terem utilizado sua nobre educação, à moda europeia, a favor do progresso de sua terra e de sua gente: não era esse o pensamento da elite à qual pertenciam. O melhor era manter a situação favorável a eles pois assim se perpetuariam no poder com o velho discurso manipulador da classe dominante.

É importante lembrarmos que o texto literário demanda interesses múltiplos e à sua maneira, reveste-se como um documento muitas vezes impregnado de mensagens e olhares voltados para a época de seu autor e de sua produção. Para Jouve (2012), o interesse de um texto reside na multiplicidade de conteúdos que ele veicula, aqueles que ele transmite intencionalmente e aqueles que ele exprime “por acidente”.

Sob esse ponto de vista, pensemos com um olhar de leitor e de indivíduo do século XXI: por mais que o conto *Desmoronamento* traga explicitamente o debate voltado para a denúncia e crítica da sociedade maranhense, poderíamos lê-lo e debatê-lo a favor de um viés crítico feminista, pois Vitorinha desempenha um papel forte atrelado à imagem da decadência de sua classe. Como ela pode desabar, para além da ruína econômica, em direção a sua própria ruína pessoal e moral? De que serviu sua educação formal em escola religiosa? Ela não teria outra alternativa de sobrevivência, dona de mente sensata, uma vez decepcionada com as atitudes do pai, do marido e do irmão?

A questão se volta, por um lado, para a autoconfiança e autoestima feminina, lentamente minadas pela força do poder e da cultura patriarcal. Na juventude, Vitorinha acreditara que possuía inteligência suficiente para analisar suas opções de futuro; no entanto, quando a

vida real bate à sua porta e a convivência com pessoas degeneradas (o marido e o irmão) se estabelece – para utilizar um adjetivo típico do próprio Nascimento Moraes – ela não tem mais força para se opor.

Por outro lado, pensemos nas possibilidades de trabalho que ela encontraria. Pela própria condição de mulher pertencente a uma elite empobrecida, Vitorinha teria poucas alternativas laborais que condissesse com sua reputação. Mas algumas são elencadas pelos estudos da historiadora Mary del Priore, voltadas especificamente para a região Nordeste:

As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar. Eram treinadas para desempenhar o papel de mães e exercer as prendas domésticas. As menos afortunadas, viúvas ou membros da elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, davam aulas de piano e solfejo, ajudando, assim na criação e educação da numerosa prole que costumava cercá-las. Tais atividades além de não serem valorizadas, não eram tão pouco bem vistas socialmente. As mulheres que as exerciam tornavam-se alvos fáceis da maledicência masculina, por isso muitas vendiam o produto de sua atividade através de outras pessoas por não querer aparecer. Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro (Del Priore, 2010, p. 138).

Poucas opções e muitos julgamentos: essa era a vida destinada às mulheres de origem igual a de Vitorinha. Propor uma leitura do conto *Desmoronamento* agregando uma análise da posição histórica da mulher na sociedade patriarcal permite alargar a dimensão desse texto literário; não estamos reinventando-o, mas sim atualizando-o, pois ele demanda mais um caminho de percepção.

Para Jouve (2012, p. 87) “uma obra não é apenas suscetível a várias interpretações: ela contém efetivamente os diversos saberes que ali se desvelam”. Talvez a intenção primordial de Nascimento Moraes, um autor com uma linguagem combativa, não fosse refletir a fundo a

respeito da condição feminina no período pré e pós-Proclamação da República, porém ele não se mostra indiferente. Assim, é na voz de uma personagem feminina que lemos uma declaração poderosa no conto: que pobreza não é defeito; que nome de família não pressupõe garantias; e que dinheiro não é grandeza.

Considerações finais

Neste capítulo objetivamos, em um primeiro momento, situar brevemente a trajetória pessoal e intelectual do autor maranhense José Nascimento Moraes. Negro, descendente de escravos alforriados, ele teve como direcionamento de vida a ideia de que sua ascensão social viria por meio dos estudos e de amplos esforços para sobreviver em uma sociedade que, para além de racista e excludente, enfrentava uma decadência econômica após o advento de dois importantes marcos políticos no Brasil: a Lei Áurea e a Proclamação da República.

Iniciando sua trajetória profissional nesse contexto social e histórico no Maranhão, Moraes atuou bravamente nos primeiros cinquenta anos do século XX como jornalista em quase todos os jornais maranhenses sob inúmeros pseudônimos; além do mais, publicou o seu livro *Puxos e Repuxos* (1910), uma reunião de editoriais em que se defende dos ataques racistas e do preconceito social de seu conterrâneo Antonio Lobo, fundador da Academia Maranhense de Letras. Nascimento Moraes escreveu um romance, *Vencidos e Degenerados* (1915), inúmeros ensaios políticos publicados na coletânea *Neurose do Medo* (1923) e tantos outros contos, a exemplo deste que selecionamos, *Desmoronamento*, o qual integra a obra póstuma *Contos de Valério Santiago* (1972).

No segundo momento deste capítulo, ofertamos uma análise literária mais detida sobre alguns pontos imanados da leitura do referido conto, visto que a arte possibilita sempre novas interpretações e olhares, deslocando o texto ficcional de uma determinada época e espaço para diálogos mais atuais. Assim é que discutimos denúncia e crítica social

e a obra como meio de intenção, sentido e sintoma elaborados pelo teórico Vincent Jouve, mas também ressaltamos o olhar em direção ao contexto econômico e histórico maranhenses bem como a posição da mulher na sociedade, pois são fatos evidenciados na obra em questão.

Por fim, entendemos que falar de Nascimento Moraes e de sua escrita literária significa resgatar uma frase emblemática que ele repetiu bastante ao longo da vida e ouvida por todos aqueles que conviveram em seu círculo: “EU SOU LUTADOR”. Como diz Nauro Machado (1996, p. 39) “essa foi sua apostasia maior, a sua configuração mais objetiva, a sua primacial questão, pois este autor negro da Literatura Maranhense era filho do povo, fruto do desconcerto social em seus desníveis gritantes”. Finalizamos com a reprodução de um poema escrito por Nascimento Moraes Filho para seu pai, como homenagem por sua vida de combate incansável contra a exclusão social, contra o racismo e sempre a favor da educação, utilizando somente o poder de sua pena.

EGO SUM QUI SUM¹

**A Nascimento Moraes
Pai, não ficou em vão teu nome.**

*Corre sangue de heróis nas minhas veias;
Descendo da nobreza dos gigantes;
As flamas das batalhas conservei-as,
Forjadas na bigorna dos atlantes!*

*Atenas – meu brasão!... e das cadeias
Olímpicas dos sonhos deslumbrantes,
As vertigens azuis arrebatei-as
Aureolando-as com os raios dos levantes!*

¹ Este soneto foi composto na década de 1940 e publicado pela 1ª vez na 1ª edição de *Esfinge do Azul* (1972) quando Moraes Filho completou 50 anos.

*Legionário da glória, dos umbrais
Da luz dardejo coruscante astas
Contra o furor dos vis iconoclastas!...*

*A ressoar as trompas aurorais
Formarei novos mundos dos escombros
- Carregarei os séculos nos ombros!...*

(Morais Filho, 1996, p. 17)

Referências

- COELHO NETTO, Eloy. *Geo-história do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1985.
- CRUZ, Arlete Nogueira da. *Nomes e nuvens: considerações em torno da paisagem literária maranhense pós-1889*. São Luís: UNIGRAF, 2003.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do professor e jornalista negro Nascimento Moraes na história literária maranhense no início do século XX. In: MATOS, Marco Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo (Orgs.). *200 anos de imprensa no Maranhão v.2*. São Luís: EDUFMA, 2023, p.153-182.
- DEL PRIORE, Mary. Mulher, mulheres: ontem e hoje. In: FIÚZA, Regina Pamplona. *A mulher na Literatura: criador e criatura*. Academia Cearense de Letras. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010, p.133-154.
- GARRIDO, Natércia Moraes. *Nascimento Moraes Filho e o Modernismo no Maranhão*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária (Tese de Doutorado). São Paulo, 2022, p. 201.
- JOUBE, Vincent. *Por que estudar literatura?* São Paulo: Parábola, 2012.
- LOBO, Antonio. *Os Novos Atenienses: subsídios para a História Literária do Maranhão*. 3ª edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

- MACHADO, Nauro. *As esferas lineares: 4 estudos maranhenses*. São Luís: Edições SECMA, 1996.
- MONTELLO, Josué. *Escritores maranhenses 1955-1965*. Vol.1. São Luís: Edições SECMA, 2017.
- MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. 2ª edição. São Luís, Maranhão: SIOGE, 1977.
- MORAES, Nascimento. Desmoronamento. In: *Contos de Valério Santiago*. São Luís, Maranhão: SIOGE, 1972.
- MORAES, Nascimento. *Neurose do medo e 100 artigos de Nascimento Moraes*. São Luís, SECMA/ Civilização Brasileira, 1982.
- MORAES, Nascimento. *Puxos e repuxos*. São Luís, Maranhão: Typographia do Jornal dos Artistas, 1910.
- MORAES, Nascimento. *Vencidos e Degenerados*. 4ª ed. São Luís, Maranhão: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.
- MORAIS FILHO, Nascimento. *Esfinge do Azul*. 2ª edição. São Luís: SIOGE, 1996.
- REGO, Eliana Campos Moraes. *O perfil de um lutador negro na primeira metade do século XX em São Luís do Maranhão*: José do Nascimento Moraes. Universidade Estadual do Maranhão. Centro de Ciências Exatas e Naturais. Curso de Licenciatura em História. (Trabalho de Conclusão de Curso). São Luís, 1997. 203 p.

Antônio Lobo x Nascimento Moraes

“O maranhense é um nababo, que vive da riqueza acumulada no passado” Nascimento Moraes

Isis Rost

A Carta

Em 1908, o jornalista Sebastião Sampaio percorria alguns estados do norte brasileiro, a fim de colher subsídios para a Exposição Nacional de 1908, que estava sendo organizada no Rio de Janeiro, “em regozijo pela chegada de D. João VI a estas terras” (Gaspar, ano, p. 204). Seu intuito era elaborar um balanço do material cultural e intelectual do país, num trabalho que se chamaria *O Brasil de hoje*. O jornal *Pacotilha* dá as boas vindas a Sebastião Sampaio, que chega a São Luís no dia 14 de maio de 1908. Ciceroneado por nomes como Antônio Lobo e Domingos Barbosa, “Sebastião Sampaio anda a fazer, para a ‘Gazeta’, uma enquete sobre a situação real dos Estados do Brazil e aqui está, de volta do Pará e do Amazonas” (*Pacotilha*, 23/05/1908, p. 01).

Com banda de música e ingressos à venda “nos escriptorios d’a ‘Revista do Norte’”, (*Pacotilha*, 26/05/1908, p. 01), Sampaio executa duas conferências, a primeira em 27/05/1908 intitulada *O Rio de hoje* (“uma detalhada exposição do Rio velho e do Rio novo”) - (*Pacotilha*, 28/05/1908, p. 01) e a segunda em 30/05/1908, chamada *A Mulher*¹, “apreciando-a sob todos os aspectos, como um exemplo a seguir”

¹ As mesmas conferências já haviam sido realizadas por Sebastião Sampaio em Manaus (março/1908) e em Belém, no caminho para São Luís. Segue depois para Fortaleza, Natal e Maceió, onde a conferência teve “uma concorrência relativamente pequena” (*Pacotilha*, 07/05/1909, p. 01).

(*Pacotilha*, 01/06/1908, p. 01). Já em 12/06/1908. O conferencista suplica que. “tendo de seguir para o Ceará, o nosso confrade Sebastião Sampaio pede a todos que tomaram bilhetes para a sua conferência no S. Luiz e ainda não enviaram a respectiva importância, o favor de o fazerem com a possível brevidade” (*Pacotilha*, 12/06/1908, p. 01). Sampaio permanece em São Luís até 14 de junho. No porto, “foram erguidas várias saudações ao itinerante, falando Antônio Lobo, J. Magalhães, Fran Paxeco, A. Assis e Edgard Almeida. Sebastião Salgado agradeceu mais esta manifestação de sympathia, declarando-se ‘paulista de nascimento e maranhense de coração’” (*Pacotilha*, 15/06/1908, p. 01). Uma das “recordações que quis levar do Maranhão o Sebastião Sampaio foi o retrato se não de todos, ao menos de alguns membros da ‘Oficina dos Novos’” (*Pacotilha*, 20/06/1908, p. 01).

Logo após a partida de Sampaio, e “a pedido do nosso confrade, Antônio Lobo escreveu sobre o movimento intelectual do Maranhão” (*Pacotilha*, 16/06/1908, p. 01). A carta, recheada de elogios aos conhecidos, foi publicada sob o título: “O Maranhão literário”. Nesta “resenha ligeira do nosso atual movimento literário” (*Pacotilha*, 17/06/1908, p. 01-02) Antônio Lobo tece uma listagem de poetas, oradores e jornalistas que estariam atuando no Estado. Contudo, uma série de nomes simplesmente não são citados, mesmo com atuação profícua na cidade. Antônio Lobo logo foi acusado por várias pessoas, como Manuel Jansen Ferreira, Alcides Pereira e Nascimento Moraes, de omitir propositalmente aos nomes de seus desafetos (que não eram poucos), privilegiando a maioria dos seus amigos, “na esperança de lhe haver com imparcialidade e justiça desempenhado da tarefa” (*Pacotilha*, 17/06/1908, p. 02).

Manuel Jansen Ferreira² e Alcides Pereira encerram a pendenga, que ficou delimitada à compreensão do que seria o “literato”, ainda em

² *Pacotilha*, 26/06/1908, p. 01 – *Pacotilha*, 07/07/1908, p. 01.

1908. No entanto, a contenda com Nascimento Moraes duraria anos, trazendo à tona nuances profundas da construção que se operava nas tradições ludovicenses.

Em 1908, Nascimento Moraes era diretor do jornal *A Pátria*. Imediatamente após a publicação da carta escrita por Antônio Lobo no jornal *Pacotilha*, Nascimento Moraes dá início a uma série de artigos, utilizando vários pseudônimos. No dia 18 de junho de 1908, Moraes publica no jornal *A Pátria* alguns “embargos às ligeirezas literárias de Antônio Lobo”, Sob o pseudônimo de Bento Oliveira, Nascimento Moraes acusa Antônio Lobo de propositalmente omitir diversos nomes na carta que publicou no jornal *Pacotilha*, endereçada à Sampaio. Nascimento Moraes ironiza Lobo, pois “do que ele não esqueceu foi da carteira³.” (*A Pátria*, 18/06/1908).

Neste artigo, Nascimento vai enumerando diversas pessoas, incluindo ele próprio, e aproveita para desqualificar os indicados por ele, “um deles até filho do Rio Grande do Sul (é boa!)”. Nascimento chama a atenção que “vocês não conhecem o Dr. Lobo!”. “Agora, considerem o seguinte: não citamos uma dezena de rapazes hábeis que cultivam as letras entre nós, por serem desafetos do Dr. Lobo. Propositalmente lhes excluímos os nomes.” (*A Pátria*, 18/06/1908).

Atacando o *modus operandi* adotado pelos Novos Atenienses, com “suas conferencias [que] não influenciam no espírito”, Moraes ironiza Lobo, que “numa graça toda dengosa: e o meu romance ‘*A carteira de um neurastênico*’...! Vejam a preocupação: ‘e o meu romance’! como quem diz: - oh! Sebastião, não te esqueças dele, do meu romance, *A carteira*! Não lhe vás trocar o nome!” (*A Pátria*, 18/06/1908,).

A resposta de Lobo é rápida e ferina. A primeira providencia é desvelar a identidade de “Bento de Oliveira”, como “o diretor de *A Pátria*” (*Pacotilha*, 19/06/1908, p. 02). Usando o pseudônimo de João

3 Referindo-se ao romance *A carteira de um neurastênico*, publicado em 1903 por Antônio Lobo, através das edições da *Revista do Norte*.

Paulo de Braz Cubas, responde que Nascimento Moraes “pode entrar quando muito para uma escola de primeiras letras, mas nunca para uma resenha de movimento literário, seja ele embora até mesmo de qualquer aldeiasita da costa d’África” (*Pacotilha*, 19/06/1908, p. 02). Justifica que citou Xavier de Carvalho, que era seu desafeto, e só não lhe citou “por julgar que você não está na altura de figurar ao lado dos escritores maranhenses apontados na carta a Sebastião Sampaio. Essa que é a verdade” (*Pacotilha*, 19/06/1908, p. 02). Finaliza chamando-o de “figura muito triste, um despeitado e nada mais”, e ameaçando: “espere pelo resto” (*Pacotilha*, 19/06/1908).

Nascimento Moraes acusa tipos como Lobo de serem “os tentáculos que estrangulam uma ideia”. A resposta de Lobo é a tentativa de cercear a fala de Nascimento Moraes, apontando erros de concordância gramatical. Lobo desconhece no outro o direito de fala, desqualificando-o imediatamente, sem se preocupar em compreender o seu raciocínio, pois não reconhece que ele tenha esse direito. O importante de fato, não eram as ideias. Acaba buscando ridicularizá-lo através da fala, do controle de quem pode e como pode falar.

“Eu sou a revolução”

Nascimento Moraes sofreu inúmeras perseguições ao longo de sua trajetória, sempre denunciando tudo nos jornais. “Consta-se que, devido a uma vingança mesquinha dos situacionistas da terra, foi hontem dispensado da intendência municipal o sr. Nascimento Moraes. O facto liga-se a escriptos para a imprensa local” (*Pacotilha*, 08/05/1902, p. 02). Helayne Bras lembra que o grupo dos *Novos Atenienses* via em Moraes um alvo perfeito para ataques provocados pela “falta de reconhecimento de seu trabalho, preconceito racial e um desejo por parte de Antônio Lobo e seguidores de manter a elite branca como a única herdeira e continuadora da glória ateniense” (Bras, 2014, p. 34). Rosangela Carreira lembra que Nascimento Moraes

desenvolveu sua intensa vida profissional [escrevendo] em quase todos os jornais de São Luís, como colaborador ou redator-chefe, como *A Campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luís*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Regeneração*, *Diário do Maranhão*, *O Imparcial* e outros. Quase sempre oposicionista, cedeu parcialmente ao Estado-Novo, que o nomeou redator chefe do *Diário Oficial do Maranhão*, por seu prestígio jornalístico. Embora continuasse a expor as deficiências e mazelas do governo. (Carreira, 2020, p. 56).

O poeta Nauro Machado classifica Moraes como um escritor outsider e um dos jornalistas mais importantes de São Luís no início do século XX. Nauro lembra que “Nascimento Moraes atravessou, quase sempre acirrada oposição, nos governos, entre muitos outros (sobretudo da fase intervencionista)” (Machado, 1982, p. 9). Descendente de escravos, Nascimento Moraes lutou através dos jornais contra os preconceitos, sobretudo raciais, e jamais se calou diante das ofensas racistas, rebatendo matérias que considerava discriminatórias ou racistas. Por essa abordagem audaciosa e crítica ao preconceito racial, Moraes era visto como atrevido por setores da sociedade ludovicense, se envolvendo em algumas polêmicas travadas através dos jornais durante os primeiros anos do século XX.

Os escritos de Nascimento Moraes acerca da polêmica com Antônio Lobo foram compilados no livro *Puxos e repuxos*, publicado em 1910 por Moraes, um ano após Antônio Lobo publicar *Os Novos Atenienses* (1909). Enquanto Nascimento Moraes, através de uma linguagem popular e por vezes sarcástica, insistia que os “vencidos” deveriam possuir algum espaço e lugar de fala, Antônio Lobo se portava como um “autor conservador, tradicionalista, racista e reproduzidor de um pensamento ainda escravocrata do jornal *Pacotilha*” (Carreira, 2020, p. 57). Durante meses, a briga escoa entre os jornais, através de pseudônimos variados de ambos os lados⁴, até 1910, quando vamos

4 Antônio Lobo usou João Paulo de Brás Cubas, Juquinha, Guimarães Galliza, entre outros, enquanto Nascimento Moraes usou Bento de Oliveira, João Paulo, Valério

encontrar Moraes no *Correio da Tarde*, ainda pelejando com Antônio Lobo. Até a edição 00192, de 1910, a coluna de Nascimento Moraes neste jornal intitulava-se *Fluxos e Refluxos*. De tom apartidário, contudo extremamente politizado, Moraes escrevia sob o pseudônimo de Valério Santiago, tecendo diversos comentários sobre acontecimentos políticos que envolviam o grupo responsável pelo jornal *Pacotilha*, incluindo Antônio Lobo e o próprio governador da comarca. Neste período, Nascimento Moraes

Ora ataca diretamente Antônio Lobo, e utiliza somente seu sobrenome, ora utiliza seu pseudônimo Galliza, de modo que essa contenda cresce e, na edição 00193, de 27 de julho de 1910, a coluna passa a se chamar Puxos e Repuxos, em que o texto surge maior, mais encorpado, com três colunas ou mais, diretamente dirigido à réplica a Lobo. (Carreira, 2020, p. 58).

Como lembra Carreira, o uso de pseudônimos era uma “tradição adquirida dos portugueses de escrever desta forma e, sobretudo, como estratégia contratual comunicacional de proteção da face para “atacar” o outro sem identificação direta, ainda que, muitas vezes, fossem de domínio público, suas identidades originais.” (Carreira, 2020, p. 57). Moraes deixa claro que “Galliza” tratava-se na realidade de Antônio Lobo. A intensa rivalidade entre Moraes e Lobo e as polêmicas percorridas nos jornais chacoalharam a produção literária na cidade. Com senso crítico apurado, Nascimento Moraes se transforma num incômodo para parte da elite intelectual ludovicense, que considera praticamente intolerável o fato de Moraes, sendo preto, pobre e descendente de escravos, galgar qualquer posição intelectual.

Ataques e achaques atenienses

Durante vários dias entre julho e agosto de 1910, Antônio Lobo escreve através do pseudônimo Guimarães Galliza, matérias sob o título “Intervenção pacífica”, direcionadas a “Sr. Valerio Santiago (vulgo

Santiago, etc.

Nascimento Moraes)”, na *Pacotilha*. Entre xingamentos e ameaças, Lobo afirma que “ninguém o leva a sério, Moraes. Enquanto você insulta, a gente ri da tua danação. Veja como você é necessário: - mesmo danado, faz bem aos nervos do próximo” (*Pacotilha*, 28/07/1910, p. 2). Dois dias depois, em 30 de julho, Lobo escreve, novamente sob o pseudônimo de G. Galliza

O negro é sempre isto: ou tem talento
Ou não tem raciocínio e é perú;
Ou Patrocínio é, ou é jumento;
Ou Luiz Gama, ou tu. [...]
Podes tu me xingar no teu *Corsário*,
Sobre mim derribar uns mil sonetos,
Desfiar todo dia um bom rosário
De teus fluxo... pretos. [...]
A prevenção, porem, fazer-te quero agora
E com ella bem sei que te desbanco:
Si o publicares, meto-te a espora
E o relho crú, até ficares branco.
(*Pacotilha*, 30/07/1910, p. 02)

Dia 01/08/1910, chama os companheiros de Moraes de formigas, menosprezando a “nulidade dos pobres” e julgando “certo, certíssimo Valério, que essa gente não entende do riscado.” (*Pacotilha*, 01/08/1910, p. 02). Protegido por pseudônimos, Lobo enriquece sua escrita com xingamentos diminuindo Moraes, a quem chama constantemente de “meu negro”. Insinua que ele praticava “capoerices” na juventude, acusa de erros de concordância verbal, chegando a elaborar questões gramaticais⁵: “responda, por ora a estas. Depois formularei outros, mas responda seriamente a todos. Pense que está em jogo a sua honra de professor com dez anos de prática.” (*Pacotilha*, 01/08/1910, p. 02).

5 Outras questões são elaboradas por Lobo, em *Pacotilha*, 05/08/1910, p. 02

O preciosismo com a língua portuguesa foi uma questão para a elite deste o final do período colonial, através da ânsia de dominar a forma culta da palavra. Para tal, investiu na educação europeia de seus descendentes. Com o tempo, passou a utilizar a escrita como parâmetro de divisão das classes sociais, menosprezando os textos não através da ideia central, mas preocupada com erros gramaticais e concordâncias verbais e nominais. Esta era uma trincheira usada para a desqualificação dos escritos, usada à exaustão por Antônio Lobo, pinçando deslizes de Nascimento Moraes.

Comentando um artigo de Moraes, Lobo vai enumerando os erros que encontra: “... o território Nacional (de onde veio aquelle n maiúsculo?) ... um bellissimo artigo, no qual discute certas... (No qual? Qual o quê, grande Moraes! Em que, si faz favor...). ... extranjeiras... (estrangeiras é que se escreve em português)” (*Pacotilha*, 28/07/1910, p. 02). Antônio Lobo acusa Nascimento: “Diz você, na sua crônica de 13 deste mês, que tem dez anos de pratica de ensino. Como é, pois, que se explicam os erros notados em seus artigos, erros tão primares que não seriam, de certo, cometidos por creanças pouco enfronhadas em estudos?” (*Pacotilha*, 25/08/1910, p. 02), usando o restante do artigo para enumerar os erros que conseguiu elencar. Listagem que continua no dia seguinte: “prossigo hoje na lista, hontem encetada, dos erros descommunaes de portuguez, perpetrados por ‘um professor com dez anos de pratica de ensino’” (*Pacotilha*, 26/07/1910, p. 02). Moraes reage entrando no mesmo jogo e apontando os erros de outras “phrases alheias”: “Achamos, porém, que para ensinarem grammatica ao Galliza, basta que se sirvam das asneiras que escrevem nos livros que publicam e nos jornaes que redigem. Exemplifiquemos” (*Correio da Tarde*, 26/07/1910, p. 01).

Dentre os erros citados por Moraes, está uma carta repleta de

“asneira que Lobo escreve, e nada mais [...] o leitor não compreendeu, nem nós, mas é o mesmo”. (*Correio da Tarde*, 26/07/1910, p. 01).

Lobo rebate provocando:

“Ora, provei que você errou e errou muito; prove você o contrário e estará tudo acabado” (*Pacotilha*, 27/07/1910, p. 02).

Moraes dá a tréplica:

“O leitor examine as duas construções e me diga qual a mais elegante, qual a de pronuncia mais fácil e bonita” (*Correio da tarde*, 27/07/1910, p. 01).

No dia 30/07/1910, Galliza publica este poema:

Tu, pobre Valério esqualido,

Com o teu “fluxo” *asneirotico*,

Só podias ficar pallido,

Faverdeado ou chlorotico.

Agora, no fero arranco

Dos teus “puxos” (oh, que arrocho!)

Não consegues ficar branco,

Só consegues ficar rôxo.

(*Pacotilha*, 30/07/1910, p. 02).

Moraes então fica espantado que “sujeitos que se dizem representantes das letras maranhenses” (*Correio da tarde*, 01/08/1910, p. 01), pudessem agir de forma tão rasteira. Protegido pelo “anonimato” dos pseudônimos, Antônio Lobo, que muitas vezes havia discursado em favor da Abolição e da República, mostrava-se um racista inveterado, capaz de ameaças grotescas. Possuía uma personalidade complexa, chegando a brigar com vários amigos, fazendo inúmeros inimigos ao longo dos anos. Passional, não admitia ser vencido em discussões,

utilizando sempre a expressão “a última palavra é sempre minha” (Gaspar, 2008). Lobo considerava-se um intelectual de alta estirpe, ocupante de um patamar superior. Sem modéstias, confessa:

E foi por isso que eu me senti crescer cada vez mais na admiração dos meus contemporâneos. Na admiração e no amor. Porque eu sou uma glória da minha raça, modéstia a parte, um progenerado, uma dessas cerebrações privilegiadas, que só raro em raro podem gerar as forças prodigiosas e longamente acumuladas da hereditariedade psíquica (*Pacotilha*, 04/08/1910, p. 02).

Ainda assim, sentia que algo lhe faltava. Como uma pessoa que se tem em tão alta estima, Lobo ficou ofendidíssimo quando foi afrontado por Nascimento Moraes, que julgava inferior em vários sentidos. “E foi assim que eu, em plena grandeza, sofri dias e noites de tristeza amargurada” (*Pacotilha*, 04/08/1910, p. 02). Quando Lobo leu o primeiro artigo de Moraes, conta que as “mãos desde logo começaram a tremer-me. [...] o jornal escorregou me por entre os dedos, um calafrio gelou-me, uma grande tremura apossou-se de toda a minha pobre pessoa” (*Pacotilha*, 04/08/1910, p. 02). Lobo passa a atacar Moraes quase diariamente, com xingamentos e ameaças quase sempre de cunho racial, como no dia 07 de agosto, em que afirma que Nascimento era “com certeza, o elo zoológico que prende o macaco... ao burro” (*Pacotilha*, 07/08/1910, p. 02).

Nascimento insinua que Lobo teria raiva de pessoas negras, por bater constantemente nesta tecla. Lobo admite que “É menos verdade. O que eu não tolero é negro besta e pernóstico, como v. Isso sim. tenho vontade de desandar o ralho até o pôr de quatro [...] entendeu? E uma coisa, ó coisa, porque é que v. não se lava? Talvez clareasse um pouco...” (*Pacotilha*, 07/08/1910, p. 02). Em textos cheios de adjetivações, Lobo chama Moraes de “quadrúpede”, “Tartufo da costa da África”, “imbecil”, “moleque”, “infeliz”, etc., sempre ameaçando em tom senhorial e escravocrata: “Amanhã, arrumo-lhe um pau grosso nas

costas” (*Pacotilha*, 12/08/1910, p. 02). Para Lobo, a violência é a única resposta possível para um descendente de escravizados, em situação financeira abaixo da sua. Moraes era visto automaticamente como intelectualmente inferior, sem espaço para discussão.

Os textos prosseguem, em dias alternados, mas sempre com o mesmo tom inflamado. Lobo não responde aos questionamentos de Moraes, mas continua atacando: “v. é mais sabujo do que o mais pirento cão das nossas ruas” (*Pacotilha*, 17/08/1910, p. 02). Através de pseudônimos, justificava o “silêncio” de Antônio Lobo: “que lhe não dará resposta, nem escrita nem de outra espécie” (*Pacotilha*, 17/08/1910, p. 02).

Apagamento da memória

Nos jornais, Nascimento Moraes acusa de forma veemente Antônio Lobo desta tentativa de literalmente apagar o seu nome do rol de participantes do Grupo *Officina dos Novos*, que posteriormente seria apontado como um dos pilares elencados por Antônio Lobo para o surgimento da geração dos *Novos Atenienses*, já sob a batuta de Lobo e companhia. Sobre a participação de Nascimento Moraes no grupo dos “Novos”, Marileia Cruz esclarece que Moraes não apenas participou como foi o primeiro presidente eleito pelo grupo,

Em 1900, quando essa agremiação literária foi fundada, ele consta como sócio fundador e seu 1º presidente (*Diário do Maranhão*, 30/jul/1900, p. 3). No ano seguinte, em 1901, ainda como presidente da *Oficina dos Novos*, publicou no *Diário do Maranhão* (07/mar/1901, p. 2) a sua saída da agremiação e a criação de outra agremiação, denominada *Renascença literária* (*Pacotilha*, 13/mar/1901, p. 1). (Cruz, 2016, p. 216).

Nascimento Moraes foi o presidente e membro fundador da *Oficina dos Novos* (nº1, 05. ago. 1900). *Pacotilha* também registra a inauguração da “Officina dos Novos”, comunicando que o novo grupo

literário “foi instalado nesta cidade, [...]”. Foram eleitos para os cargos administrativos os seguintes membros: Presidente: José do Nascimento Moraes; Secretário: Octavio d’Almeida Galvão; Tesoureiro: Raul Astolpho Marques” (*Pacotilha*, 28/07/1900, p. 02). Nascimento Moraes foi eleito pela comissão central, chegando a representar “Os Novos” na homenagem à Gonçalves Dias em 03/11/1900, (*Pacotilha*, 15/10/1900, p. 03).

Nesta ocasião, houve “a festa de homenagem à memória de Gonçalves Dias, comemorando o 36º aniversário do passamento do lyrico imortal dos Cantos” (*Pacotilha*, 03/11/1900, p. 02). Planejaram uma “*marche aux flambeaux*” saindo do largo da Biblioteca, através da “Rua do Sol, Largo do Carmo, Rua Grande, Rua de S. João, Rua do Sol novamente e Rua dos Remédios”. Nos pés da estátua, falaram Antônio Lobo, Nascimento Moraes, Fran Paxeco, e vários outros. As duas bandas de música que acompanharam o cortejo tocaram efusivamente até às 19h.

Porém, como forma de protesto pela forma como se deu a entrada de Antônio Lobo e do português Fran Paxeco, recebidos com honrarias por alguns membros da *Officina dos Novos*, Nascimento Moraes acabou saindo do grupo, junto com mais da metade dos integrantes (Cruz, 2016, p. 219), indo formar a “Renascença Literária”. Em 12 de março de 1901, foi instituída “nesta cidade uma associação de moços que se entregam ao estudo das letras, o que é denominada *Renascença Literária*. A eleição da diretoria se deu o seguinte resultado: Presidente: Manoel George Gromwell; 1º Secretário: Nascimento Moraes;” (*Pacotilha*, 13/03/1901, p. 02). O grupo surge prometendo que “brevemente aparecerá a ‘Renascença’, órgão da Associação”. A partir da saída dos antigos integrantes, Os *Novos* que restaram passam a se preocupar cada vez mais em resgatar o prestígio intelectual e literário que a capital do Maranhão havia experimentado na primeira metade do século XIX. Um dos mais fervorosos nesta defesa do ideal de São Luís

como Athenas Brasileira era Antônio Lobo. Ao publicar o livro *Os Novos Atenienses* (1909), Lobo suprime totalmente a figura de seu primeiro presidente, Nascimento Moraes, contando uma versão particular para a origem da *Oficina*, que seria “ideia diretamente inspirada em Fran Paxeco” (Lobo, 2008). Nas palavras de Antônio Lobo:

Em seguida às conferências do Centro Caixeral, surgiu a ideia diretamente inspirada de Fran Paxeco, da fundação de uma agremiação literária, destinada a congregar, em uma harmonia completa de vistas e de esforços, todos os jovens espíritos maranhenses que se sentiam inclinados ao cultivo das letras. Essa agremiação, instalada 28 de julho, de 1900, sob o patronato de Gonçalves Dias, por Francisco Serra, João Quadros e Astolfo Marques, foi a *Officina dos Novos*, que ainda hoje se mantém nesta Capital, e a cuja direção ficou assim composta. Presidente, Francisco Serra; vice-presidente Luiz Carvalho; Secretário Geral, Astolfo Marques; Tesoureiro, Monteiro de Souza; 1º Secretário e Bibliotecário, Maranhão Sobrinho. (Lobo, 2008, p. 50).

Francisco Serra assumiu a presidência quando Nascimento Moraes e outros deixaram a associação em 1901. Esta obliteração ao nome de Moraes, que havia se iniciado no ano anterior, com a carta enviada a Sebastião Sampaio e publicada na *Pacotilha*, é uma tentativa vingativa de Antônio Lobo de simplesmente suprimir a história de Nascimento Moraes no grupo. Seu nome é citado de passagem, e de forma a diminuir sua presença literária

em 1901, desligava-se da *Oficina dos Novos*, um grupo de moços, para ir fundar uma nova sociedade: A Renascença Literária, representada logo na imprensa por um mensário: A Renascença, que viveu de 1901 a 1902, redigido por I. Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, M. George Gromwell, Otávio Galvão, Rodrigues de Assunção, Leoncio Rodrigues, Leslie Tavares e Caetano Sousa. [...] Em 1903, nova revista apareceu no Maranhão, condenada, infelizmente, a uma vida por demais efêmera. Foi a Nova Atenas, cujo corpo redacional ficou assim composto: I. Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, Oscar Galvão, Leônicio Rodrigues, Maria Azedo Matos, Maria Parga Nina, Hermínia Soares e Genésia Santos (Lobo, 2008, p. 51-52).

Destaca-se que, diferente do grupo de Antônio Lobo, representado somente por homens, seja nos grupos e Associações literárias, seja no quinzenário *Revista do Norte*, “sob a direção literária de Antônio Lobo e artística de Alfredo Teixeira” (Lobo, 2008, p. 52), a revista *Nova Atenas* possuía a metade de seu corpo redacional constituído por mulheres, um feito inusitado em 1903.

Nascimento Moraes retruca a versão apresentada por Lobo no livro *Os Novos Atenienses* no jornal *Correio da Tarde*, em 02 de agosto de 1910, p. 1:

Conta uma história de onça sobre a fundação da Officina dos Novos com o maior descaro desse mundo, porque todos os rapazes desse tempo sabem que a Officina dos Novos nasceu de uma ideia de João Quadros, que nos convidou para escrever um jornal humorístico. Seu distinto irmão Costa Gomes foi quem nos lembrou que escrevêssemos um jornalzinho literário, e foi assim que convidamos Astolfo Marques e Francisco Serra para fazermos uma sociedade de letras. E daí nasceu a Officina dos Novos.

De acordo com Moraes, nem Lobo nem Fran Paxeco faziam parte do grupo fundador, fato que é confirmado ao consultarmos o primeiro número d’*Os Novos*, datado de 05 de agosto de 1900. Os equívocos de Lobo não se resumem a apagar a memória de Moraes e dos outros dissidentes do grupo, como também reconstrói os fatos, apontando que o 1º presidente teria sido Francisco Serra, e apresentando uma composição de membros da administração da agremiação não identificada nem na primeira e nem na segunda gestão da *Officina*, que se iniciou em março de 1901, mesmo mês em que houve o racha n’*Os Novos* e a posterior criação do grupo *Renascença Literária*. Moraes continua a crítica no dia seguinte:

Fala o homem no seu celebrado livro [*Os novos atenienses*] em uma dissidência literária e então explica que um grupo de moços se desligou da Officina para formar a Renascença Litterária, e diz mais que esses moços foram: Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, M.

George Cronwell, Octávio Galvão, Rodrigues de Assunção, Leôncio Rodrigues e Octávio de Souza. Perguntamos: que membros ficaram na Officina dos Novos? Três, apenas João Quadros, Astolfo Marques e Francisco Serra, porque todos fugiram do contacto de um estragado que chegava, e que Lobo, sem nada ser na Officina, simples amigo e colega de Francisco Serra, queria impor como a sabença das sabenças. (*Correio da Tarde*, 3 ago. 1910, p. 1)

Moraes explica que ele e mais da metade do grupo, incomodados com o comportamento considerado presunçoso de Antônio Lobo, desligaram-se da *Officina*, onde ficaram apenas três representantes da formação original. Estes que restaram, junto com os novatos recém-chegados Antônio Lobo e Fran Paxeco, dariam seguimento à *Oficina dos Novos*, e ao periódico *Os Novos*, que passaria a ser impresso nas dependências da *Revista do Norte* a partir de 1902.

Nascimento Moraes ficou enfurecido com esta tentativa de apagamento da memória deste grupo anterior. Considera um disparate a sugestão de que Fran Paxeco teria influído na iniciativa de formação do grupo literário *Oficina dos Novos*. Moraes continua no dia 05/08/1910, denunciando o racismo velado de Antônio Lobo:

Nada mais falta a Lobo para completar. Professor, ensina os discípulos brancos e despreza os negros, mulatos e cafuzos e etc. Diz mesmo aos discípulos que entre o branco e o negro há um abismo intransponível, afirma-lhe que o negro é um condenado, a quem se deve tratar com desprezo. Na verdade não pode haver educador da mocidade republicana que se lhe compare. Estamos convencidos de que assim, ele preparará uma geração supimpa! Jornalista, prega as mesmas ideias: julga que insulta o adversário lançando-lhe em rosto a cor, e não satisfeito, ameaça de surra de relho cru! Edificante! Literato, mente, com o maior sangue frio possível. Mente por quantas juntas tem (*Correio da Tarde*, 05, ago. 1910, p. 1).

E provoca a fúria de Antônio Lobo, afirmando e demonstrando que ele mentira no livro *Os Novos Atenienses*

Continuemos a análise dos Novos Athenienses. Quando trata do Francisco Serra diz: Presidente da Officina dos Novos desde a sua fundação. Mentira! Sempre mentira! Fomos nós o primeiro presidente da Officina dos Novos. Ainda temos os primeiros números do *Jornal Os Novos* pelos quais os leitores poderão chegar a evidência do quanto Lobo mente. Para enaltecer os serviços de Serra não precisa mentir. Sabem todos que ele muito trabalhou e que presidiu a Officina, mas não é preciso avançar uma mentira cujo fim é fazer com que o nosso nome não apareça!! Vejam a preocupação!! Vejam a pequenez do espírito tacanho do homem! (*Correio da Tarde*, 5 ago. 1910, p.1).

O que deixava Moraes enfurecido era que “sujeitos que se dizem representantes das letras maranhenses” pudessem simplesmente inventar os fatos descaradamente. Com ironia, Nascimento escreveu dezenas de artigos retrucando Lobo (ou seus heterónimos) com frases como “Um pequeno cavaco antes de continuarmos o esphacelamento de mais uma obra de Antonio Lobo”, ou então finalizava com “E a pancadaria continuará a descer amanhã” (Moraes, 1910, s/n). E também desafiava “Eis ahí uma afirmativa que Lobo não prova, uma proposição que elle não demonstra.” (Moraes, 1910). Embalado pelo preconceito racial de sua época, Antônio Lobo insultava de modo apelativo a Moraes, que rebate

Negro! Eis aí o insulto, a palavra com que eles pensam que nos esmagam, que nos reduzem à última expressão! Que não diriam se fossemos brancos da ilha, ou mesmo caboclos! Negro! É o grito de temor, de medo e de ódio, é o grito do vencido, do nulo, do inabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que todo mundo sabe – insultar! Negro! Repetem tomados pela cólera, possuídos da mais idiota indignação! [...] Estamos satisfeitos com esta amostra que deram com seu elevado preparo e grandeza intelectual e moral. Na verdade, é digno de nota, que um homem talentoso e de muito saber escreva versos ameaçando de chicote, relho cru, etc. o adversário!!! Nada mais edificante, majestoso e eloquente para quem brilha como estrela de primeira grandeza literária, para quem guie espíritos de moços inexperientes que lhes seguem as lições (*Correio da Tarde*, 01 ago. 1910, p. 1).

Baseado nas declarações racistas que Antônio Lobo fazia na imprensa e dos diálogos que teciam cotidianamente, vai ficando claro que sua preocupação era desvincular o nome de Nascimento Moraes da presidência da *Oficina dos Novos*. Quando questionado sobre este “erro”, Lobo atacava ferozmente, pois era extremamente preocupado com a sua imagem, seu nome perante a sociedade. Chega a causar espanto os ataques de Antônio Lobo, visto que na época ele cumpria a função de Inspetor da Instrução Pública. A ira de Lobo contra Nascimento Moraes pode ser compreendida através dos conceitos de luta de classe, tendo em vista que Antônio Lobo fazia parte da elite ludovicense, enquanto Moraes era descendente de ex-escravizados, preto e pobre.

Através de “Guimarães Galliza”, Antônio Lobo possuía relações próximas com o corpo editorial responsável pelo jornal *Pacotilha*, que naquela época tinha a maior circulação do Estado. Nascimento Moraes respondia pelo *Correio da Tarde*, um jornal com circulação mais modesta. Em 1910, encontramos Moraes concentrado nas críticas ao livro *Os Novos Atenienses*, ressaltando tudo o que considerava como inverdade. Lobo geralmente responde desqualificando o discurso do outro, apontando deslizes gramaticais. Contudo, jamais se encaminha diretamente para o debate, desviando-se para ofensas com agressões de cunho racista. Protegido pelo anonimato, Antônio Lobo escreve em 09/08/1910:

Mas v. é besta! V. tem, lá isso é verdade, o direito de ser burro. Direito, porém, que não assiste é o de abusar desse direito./ É para que v. não venha dizer amanhã, que você não pode ser as duas coisas a um tempo só, explico logo: v. é uma alimária de dois sexos. É besta e burro misturadamente./ Olhe, v. nesse andar, se põe qualquer dia a quatro e sai relinchando pela rua, eis um professó feito quarláu. O diabo é que cavalo preto quando sua, catinga tal qual ninho de xexéu!.../ Aquele foié dos Puxos que v., como bom mina, que é, serviu ontem, esse português da Costa d’África, aos habitués do frege intitulado “Correu já Tarde”, onde o mestre cuca de avental e gorro branco, esturra o feijão furado dos Laços Frouxos, está em vastidão de sandice, comparável unicamente ao Guanabara./ Então v. queria,

ó coisa, figurar no livro do Lobo, como quê? Gramático? Jornalista? Ora vá se lavar, a ver se descasca./ Aquele soneto que o Lobo por extraordinária benevolência, incluiu no livro, lá entrou contra a opinião de toda a gente. E só v. figurou aquela casquinha porque o soneto foi emendado pelo Corrêa de Araújo. Se não, v. figurava nem como etcetera. [...] Cá fica, armado de imensa paciência e de um bom chicote – o poeta – G. Galliza” (*Pacotilha*, 9 ago. 1910, p. 2).

Junto com este violento artigo, Lobo publica o seguinte poema:

O casco do Nascimento
É feito de Geringonça,
Taca é comê de nêgo
Nêgo é comê de onça.
E metta-se v. em GLOSA
É mais duro que o pau-ferro,
É mais duro que o cimento
É duro como ele mesmo
O casco do Nascimento.
Diz a gente, preta ou branca
Gente franca e gente sonsa
Que o casco do tal moleque
É feito de geringonça.
Casco sim... cabeça dele?!
Só cabeça de algum prego...
Por isso prepara o lombo,
Que taca é comê de nêgo.
Ele é negro e sujo
Como sua prosa chilra e insonsa...
Onça eu sou, por isso chegue,
Que nêgo é cumê de onça...
(*Pacotilha*, 9 ago. 1910, p. 2)

No mesmo dia, Nascimento Moraes publicava no *Correio da Tarde* que todos os projetos de Lobo foram fracassados, “incluída uma tentativa de se tornar membro da Academia Brasileira de Letras, o que teria deixado esse autor em completo desespero, a ponto de declarar o que pensava para a educação dos negros” (Cruz, 2016, p.

223). Seria possível que essa negativa tenha sido uma das sementes que germinaram a fundação de uma Academia Maranhense de Letras⁶? Apoplético por continuar sendo confrontado, Lobo responde no dia seguinte:

v., ó Negro vil, além de burro e petulante, é pérfido e caluniador. [...] Veja como v. é um negro patife! [...] E você, ó cretino, que nem ao menos teve coragem de mandar à impressão aquella choldra intitulado *Vencidos e degenerados*, que as suas *formigas* tanto apregoavam? Vencido tem sido v. por mim; e degenerado é, porque, em vez de estar na Escola dos Aprendizes Artífices, aprendendo a ser sapateiro, mete-se a discutir com branco. Seja menos asno, ó negro sórdido! (*Pacotilha*, 10 ago. 1910, p. 2).

Mostrando que não existe oposição entre pensamento liberal e escravidão, Lobo considera que os negros deveriam aprender alguma profissão manual, prática, sugerindo que Nascimento Moraes vá trabalhar como sapateiro, mesma profissão de seu pai, Manoel Nascimento Moraes. Antônio Lobo chega a chamar o próprio Moraes de “degenerado”, por “meter-se a discutir com branco”, fazendo troça sobre o romance de Nascimento Moraes que seria publicado em 1915, sendo hoje reconhecido como um dos livros abolicionistas mais realistas do século XX.

Para Lobo, era simplesmente intolerável Nascimento Moraes desafiar os limites entre “quem manda e quem obedece”. Ele costumava advertir Nascimento Moraes de que a Lei de 13/05/1888 poderia ser revogada à qualquer momento, e ele seria posto à venda para servir de engraxate aos membros do grupo dos *Novos Atenienses*. Segundo Lobo, “O Hermes vem ahi e, com certeza (eu sou civilista), revogará a lei de 13 de maio. Você será comprado e só pode ser aproveitado como

6 Fundada a 10 de agosto de 1908, por Antônio Lobo, Fran Paxeco, Ribeiro do Amaral, Astolfo Marques, I. Xavier de Carvalho, Alfredo de Assis Castro, Barbosa de Godóis, Corrêa de Araújo, Clodoaldo Freitas, Domingos Barbosa, Godofredo Viana e Armando Vieira da Silva. Hoje a Academia Maranhense de Letras é conhecida publicamente como “A casa de Antônio Lobo”.

engraxate. Imagine quando você, inexperiente no ofício, passar uma dedada de graxa nas meias de algum do Sistema!... É bolo até pagar tudo quanto é desaforo!” (*Pacotilha*, 02/08/1910, p. 02).

Chega a ficar incomodado com Moraes, pois “todas as vezes [que] se refere a Antonio Lobo, escreve: ‘Si Lobo demonstrar...’, ‘...por Lobo...’, sempre assim.” Para Lobo, este não seria o comportamento adequado, considerando que “isso já é atrevimento. Não seja petulante. Negro não chama branco por tu. ‘Sinhô Lobo’, é que é, que elle nunca comeu na cuia com você” (*Pacotilha*, 02. ago. 1910, p. 2). As críticas relacionadas à cor da pele de Nascimento Moraes são uma constante na retórica de Lobo, como fica explícito neste longo recorte, assinado por “Correa de Araújo”, em que relaciona a origem de Moraes com a impossibilidade de escrita

Nascimento Moraes, um pretinho pernóstico e apresentado, que vive a atassalhar a reputação de todos aqueles que, por higiene moral e mental, fogem do seu contato, salpicou ontem as minhas botas com algumas das sujidades que lhe encham alma e lhe dão aquela cor escura à pele. [...] As suas críticas são falhas como os seus bigodes, anêmicas de ideias como os seus olhos brancos de linfático, e cheios de arestas (de asneiras) como o seu rosto é cheio de espinhas. Os seus versos são mal feitos como a sua alma, tenebrosos (nefelibatas) como a sua pele e encarapinhadas como os seus cabelos. Os seus contos são sujos no tema como as suas unhas, chatos na forma como o seu nariz, mais compridos do que o seu pé e mais tortos e mais defeituosos do que os dedos do dito.

Junto de Antônio Lobo, o Nascimento é como uma vela de carnaúba perto de um astro, como um urubu dos matadouros, como um habitante indolente da Hotentotia, de rosto escuro, de olhos ferozes e de gestos felinos, vibrando o machado de pedra ou o arco primitivo perante o habitante civilizado do ocidente, elegante, forte, espiritualizado, irradiando inteligência e energia dos olhos, pronto a brandir uma espada ou a escrever uma canção de amor. Como o hotentote, o sr. Moraes tem a barbaria que se revela em sua linguagem, o instinto sanguinário que explode no seu ódio,

a covardia que grita nos seus olhos e todas as paixões inferiores que lhe animalizam o espírito. E Antônio Lobo tem, como a raça caucásica, a que pertence a predisposições hereditárias que dão ao povo do ocidente o papel superior que desempenham no mundo (*Pacotilha*, 13 ago. 1910, p. 2).

No *Correio da tarde* do dia 17 de agosto de 1910, Nascimento Moraes provoca, afirmando que não fora Correa, mas o próprio Antônio Lobo quem escreveu aquele texto. Adriana Araújo explica que Antônio Lobo, por ser de um “grupo que possuía articulações políticas desde antes da proclamação da República [...] dispunha de um aparato institucional que garantia a notoriedade do seu nome” (Araújo, 2011, p. 49-50). A desavença entre Nascimento Moraes versus Antônio Lobo, ou seja, Valério Santiago versus D. Galliza, era uma situação criada por posicionamentos políticos distintos, em que Moraes é nitidamente abolicionista e republicano, enquanto o germanófilo Antônio Lobo, que era republicado e até proferiu discursos a favor da Abolição, se mostrou conservador, escravocrata e racista. Por motivos obtusos. Lobo tenta apagar o nome de Nascimento Moraes como uma presença intelectual em São Luís no início do séc. XX.

Sobre o caráter escravocrata de Antônio Lobo, Moraes pondera, em tom jocoso, que “na verdade, é digno de nota que um homem, que um homem talentoso e de muito saber, escreva versos ameaçando de chicote, relho crú etc. o adversário!!!” (Moraes, 1910, p1.).

Heranças epigônicas

Enquanto Nascimento Moraes estava à frente de um grupo de jovens intelectuais, “encontrando-se entre eles elementos de origem racial e/ou econômica semelhante à dele” (Cruz, 2016, p. 226), surgia *O Sistema*, grupo que era formado por abastados jovens intelectuais da ilha, como planetas “girando em torno do Sol, o senhor Antônio Lobo” (Lincar, 2012, p.126).

O principal método de Antônio Lobo é atacar Nascimento Moraes com base em sua raça, classificando-a como intelectualmente

inferior. Era vital para Lobo e seu grupo se transformar numa “importante referência para aquele momento da história da literatura maranhense, de tentativa de reerguimento cultural da Atenas Brasileira, já decadente” (Cruz, 2016, p. 226). Na verdade, uma Athenas Brasileira imaginada, fruto de convicções e saudosa pelo que poderia ter sido.

Hoje, as determinações feitas por Antônio Lobo a partir d’Os *Novos Atenienses*, são seguidas “desde então, pela maioria dos analistas dessa temática, sem maiores controvérsias” (Martins, 2002, p. 86). Lobo é considerado um “agitador cultural em luta permanente contra a atmosfera refratária à concretização de projeto não alinhado com a expectativa de uma sociedade tradicional, preconceituosa e decadente” (Martins, 2002, p.87). Lobo também é um dos pilares fundamentais para a criação da Academia Maranhense de Letras. Fundada em 1908, ainda hoje é conhecida como Casa de Antônio Lobo.

Perturbado por moléstias incontroláveis, sentindo-se perseguido e moralmente abalado, Antônio Lobo isolou-se cada vez mais em sua casa, no Largo de Santo Antônio, onde se enforcou com uma corrente, na madrugada de 24 de junho de 1916.

Além da AML, os *Novos Atenienses* foram posteriormente responsáveis pela criação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e pela Faculdade de Direito, instituições que funcionaram para congregar os prestígios dessa ressurreição intelectual construída, que ainda hoje preenche o imaginário maranhense.

A atitude de Nascimento Moraes e seus companheiros provoca uma desorganização na estrutura social ao ocupar o espaço literário, destinado apenas à elite, e elaborando assim uma nova discursividade que afronta essa elite, problematizando a questão racial, numa postura de resistência ao lugar de permanência servil. Nascimento Moraes, que atravessou toda ira racista de Antônio Lobo e companhia, denuncia que tanto Lobo quanto Fran Paxeco (Mano)

nada ensinaram a ninguém. A verdade é esta! Não sabemos em que consistiu o trabalho, o esforço, e a dedicação do Lobo e do Mano, para o reerguimento literário do Maranhão. O que o Lobo queria fazer com a Officina dos Novos, e o que conseguiu depois, era um grupo de rapazes que o apoiasse, que lhe batesse palmas. (*Correio da Tarde*, 3 ago. 1910, p.1)

A principal crítica de Nascimento Moraes era a de que essa casta intelectual jamais teria libertado São Luís (quicá o Maranhão) do analfabetismo. A concentração de letrados na capital foi responsável por criar o mito da “Atenas Brasileira”, construído e alimentado por uma minoria elitizada, autoproclamada “Ateniense”, para o insuflamento do próprio ego provinciano. Viver ainda hoje sob o jugo deste “passado glorioso” é somente continuar nutrindo o mito.

A virada desta história vai acontecer em 1935, quando vamos encontrar Nascimento Moraes recém-eleito para ocupar a cadeira nº 11, cujo patrono é João Lisboa, na Academia Maranhense de Letras, tomando posse em 12.10.1938. Durante o período do Estado Novo, fica próximo do interventor Paulo Ramos. Neste período, chega a ser presidente da Academia por três mandatos: o primeiro é o mais longo, entre 17.01.1941 e 22.01.1945; seu segundo mandato foi entre 02.06.1946 e 02.01.1947; por fim, ocuparia a presidência entre 13 e 21 de setembro de 1947. Falece em 22 de fevereiro de 1958, aos 75 anos de idade. Seu filho, Nascimento Moraes Filho, seguiu os passos do pai, sendo reconhecido como jornalista e agitador cultural. É responsável pela redescoberta da obra de Maria Firmina dos Reis, até então praticamente desconhecida e até renegada pelos integrantes da AML. Após pesquisa de mais de uma década, Nascimento Moraes Filho escreve a primeira biografia da escritora maranhense: *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*, em 1975. Mas essa já é outra história.

Referências

ARAÚJO, Adriana Gama de. *Em nome da cidade vencida. A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes* (1889 a 1920).

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011

BRAS, Helayne Xavier. *Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes*. Dissertação (Mestrado) –PPGHis, UFMA. São Luís, 2014.

CARREIRA, Rosangela. *Paratopia e proxêmica discursiva: discurso e resistência na literatura*. São Paulo: Editora Blucher, 2020.

CORREA, Frederico José. *Um livro de Crítica*. 2ª edição. São Luís: Pitomba, 2015.

CRUZ, Mariléia dos Santos. *A produção da invisibilidade intelectual do professor negro Nascimento Moraes na história literária maranhense, no início do século XX*. Revista Brasileira de História, vol. 36, nº 73; pp. 209-230.

LOBO, Antônio. *Os Novos Atenienses (subsídios para a História Literária do Maranhão)*. 3ª Edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

MACHADO, Nauro. A escrita polêmica de Nascimento Moraes (prefácio), In: *Neurose do medo e 100 artigos*. São Luís: Civilização Brasileira e Secretaria de Cultura do Maranhão, 1982.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos: sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. 2ª ed. São Luís: Sioge, 1977.

MORAES, Nascimento. *Puxos e repuxos: Polêmica sustentada do Correio da Tarde, pelo professor Nascimento Moraes contra Antônio Lobo e seus dirigidos que o agrediram das ineditoriais da Pacotilha e Diário do Maranhão, sob o pseudônimo de G. Galliza*. São Luís, MA: Correio da Tarde: Folha diária, 1910.

LINCAR, Ana Caroline N. C. “*Escrepta Rudimentar*”: uma polêmica entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis. São Luís: Café e Lápis; Fapema, 2012.

OS NOVOS. Boletim da oficina dos novos, São Luís: Typografia Teixeira, nº 1 (1900) – nº 9 (1901).

Jornais

Correio da Tarde;

Diário do Maranhão;

Pacotilha.

Oligarquia e medo

Flávio Reis

Publicado em 1923, *Neurose do Medo: um ensaio de psicologia política*, de Nascimento Moraes, é uma fotografia em cores vivas de um momento da história política do Maranhão em que traços centrais do exercício do mando oligárquico mostraram sua face mais absurda e caricata. Estamos diante daqueles escritos luminosos, feitos no calor da hora, onde a descrição de cunho jornalístico possui fundo sociológico e psicológico mais amplo, na indagação dos fatores que teriam propiciado um período de total desvario do poder, quando as marcas do arbítrio e da violência revelaram seu outro lado no medo e na covardia mais infames.

Misto de ensaio, reportagem e novela, reporta-se ao tempo da terceira interinidade de Raul Machado, desta feita como vice-presidente do estado (designação dada pela reforma da constituição, em 1919), aguardando a chegada do presidente eleito, Godofredo Viana. Nas duas vezes anteriores, substituíra, como 2º vice-governador, a Urbano Santos, o chefe político do situacionismo. Nascimento Moraes anota que findo o seu período governamental, em 21 de fevereiro de 1922, “continuou em Palácio o sr. Urbano Santos a determinar tudo como se estivera em exercício”. Mesmo quando se mudou para a sua residência, “continuou a governar o Estado, lá da Villa Flora. Os deputados estaduais, os chefes de repartições públicas, não acertavam com a porta do Palácio, e tocavam para a Villa Flora, onde iam todos receber as ordens do chefe e respectivamente trocar idéias sobre o orçamento e comunicar os fatos passados nas suas repartições. A essas reuniões também comparecia, por último, o sr. Raul Machado, pelo que ainda mais triste ficou a sua situação”. Por fim, Urbano Santos partiu para o Rio de Janeiro a 21 de

abril, já eleito novamente vice-presidente da República na chapa de Arthur Bernardes, mas “se a morte não o surpreendesse em viagem, continuaria a governar o Estado e, então, pelo telégrafo!”

Afinal, quem era o personagem que se submetia desta forma? “O sr. Raul Machado é advogado, que no foro goza de bom nome, notadamente no comercial. É jornalista e professor de lógica e filosofia no Liceu Maranhense. Possui vasta e variada cultura literária e jurídica. Como funcionário público, organizou, pela primeira vez, a Repartição de Estatística. Foi Secretário do Interior no governo do sr. Herculano Parga, e é o preposto político do seu irmão, desembargador Cunha Machado, deputado federal”. Apesar de instruído, “seus conhecimentos não lhe deram um ideal, não lhe esboçaram uma construção política”. Raul Machado seria um “produto patológico de sua biblioteca”, fruto de uma “leitura fragmentada, sem método, sem ponderações racionais e lógicas, sem predileções científicas e filosóficas”. Entretanto, mesmo agregando-se a falta de “educação prática”, vale dizer, o desconhecimento do povo do Maranhão, “porque vive longe dos seus agrupamentos, longe de suas manifestações, longe de seu ruído, desfrutando os proventos de sua posição”, ainda não seria suficiente para explicar seu comportamento após os acontecimentos do dia 26 de abril de 1922.

O quadro político nacional naquele ano estava agitado com a campanha da Reação Republicana, capitaneada por Nilo Peçanha, o acirramento das disputas oligárquicas, algumas mobilizações nos centros urbanos, o irrompimento das revoltas tenentistas e muita repressão, todos os ingredientes que iriam estourar com mais intensidade na década seguinte. No Maranhão, a bandeira da Reação foi empunhada pelo PRM, o Partido Republicano Maranhense, organizado por Herculano Parga, um ex-governador posteriormente afastado do situacionismo.

O PRM conseguiu a adesão do capitão Manuel Nogueira, oficial do Corpo Militar do Estado, para um “movimento revolucionário de caráter nacional chefiado pelos drs. Nilo Peçanha e J.J. Seabra”, conforme relata

o próprio capitão em suas memórias sobre o ocorrido. No dia 26 de abril, o então vice-presidente do estado, em exercício, Raul da Cunha Machado se viu diante de um golpe totalmente inesperado. “Surpreendido pela força pública e por um grupo de cidadãos, às cinco horas da madrugada, entregou o governo sem pestanejar. A junta governativa foi assim composta: dr. Tarquínio Lopes Filho, presidente, dr. Leôncio Rodrigues, dr. Carlos Augusto de Araújo Costa e o desembargador Rodrigo Octavio Teixeira. [...] O sr. Raul Machado, convidado a renunciar ao cargo, negou-se a fazê-lo, ficando detido em Palácio”.

Desde o governo de Urbano Santos, a Força Pública vinha sendo desprestigiada com a utilização cada vez maior de capangas e mercenários do interior, onde o clima de violência imperava, principalmente depois dos acontecimentos de julho de 1921, quando as notícias de um movimento comandado pelo camponês Manoel Bernardino numa localidade do município de Codó, ocasionaram o deslocamento de tropas estaduais e um massacre em que teriam sido fuziladas cem pessoas. A situação era de descontentamento entre as praças. “Os ânimos estavam exaltados e nas companhias murmurava-se contra o governo. [...] Sem uniformes, sem calçados, sem capotes, sem camas, mal acomodados, não havia dentro do quartel do Corpo Militar quem se mostrasse satisfeito com o governo”. Para Nascimento Moraes, este foi o fator fundamental para explicar o golpe, pois “quem depôs o governo, alguns dias depois do embarque do sr. Urbano Santos para a capital da República foi o Corpo Militar do Estado, insubordinado pelo capitão Manuel Aurélio Nogueira”. Este último se viu em rota de colisão com o Palácio, por conta dos desdobramentos de um rumoroso caso ocorrido em Turiaçu, onde um juiz de direito foi agredido em plena audiência pelo promotor. O chefe político da localidade colocou-se do lado do promotor e intimou o juiz de direito a deixar a cidade em 24

horas. Enviado por Urbano Santos para apurar o caso, seu relatório não agradou, pois não implicava o juiz de direito, e, pouco depois, o capitão deixaria o cargo de delegado de polícia da capital.

A questão principal era a posição das forças federais do 24º BC, para onde sempre se olhava quando o assunto era a possibilidade de uma derrubada. O comandante teria garantido isenção aos membros da Junta. Mas não ocorreu golpe em nenhum outro estado e “essa situação, porém, durou um dia porque o comandante do 24º BC, tenente-coronel Cunha Leal, recebeu ordens do governo federal para repor o sr. Raul Machado, e sua reposição efetuou-se às 11 ½ horas da noite”. O presidente do estado escreveu um documento comprometendo-se a não perseguir os membros da Junta nem os oficiais envolvidos na tentativa de deposição.

Contornado o episódio, no entanto, “fez o sr. Raul Machado a crítica do seu gesto e achou-se pequeno. Seus amigos achavam-no também”. Entre eles, avultava Theodoro Rosa, “um político sem história”, seu secretário do Interior, que passou a orientar-lhe as decisões, “segundo é voz corrente entre seus próprios correligionários políticos”. Querendo apagar qualquer impressão de frouxidão, deu mesmo entrevista afirmando ter sido coagido a assinar o documento. “Essa publicação deu lugar a um atrito entre o sr. Raul Machado e o tenente-coronel Cunha Leal, na própria residência daquele. [...] Desta entrevista resultou o medo que se apoderou do presidente reposto, em forma de neurose francamente ameaçadora”. O governador, por um lado, não confiava mais nos oficiais da polícia militar e, por outro, tinha receio do exército. Começaria, então, a desenrolar-se a “alta comédia do medo” retratada no estudo.

“Pois que! O sr. presidente do Estado, reposto no governo pela força federal, desconfiou, suspeitou dessa força que o governo federal mandou que o mantivesse à frente da administração do Estado. Fosse qual fosse o pensamento político do seu comandante, não podia fazer outra coisa

senão mantê-lo! E confia que celerados e mercenários agarrados a esmo no interior do estado pudessem garanti-lo!”. Nascimento Moraes insiste que este é o ponto principal do seu trabalho, “porque a sua análise, ou consideração, dá uma idéia justa das condições morais em que se achava o chefe do Estado, incapaz no momento de raciocinar, de refletir. Tal foi o inesperado abalo que seus nervos sofreram com a deposição”.

A residência de Raul Machado, na praça João Lisboa, e o Palácio do governo foram se enchendo de capangas, enquanto a polícia era encarregada de efetuar rondas nas cercanias. Foi criado um corpo de espões e logo surgiu todo tipo de boato sobre as atitudes dos homens da Reação, chamados “reacionários”. Com quem falavam, aonde iam, quem entrava e saía do quartel, tudo virava indício da trama imaginada. Nas hostes governamentais, o temor aumentava a cada vez que algum informante chegava afirmando “É hoje!”, pois já se sabia que era uma referência ao presumido ataque do 24º BC. “Qualquer murmúrio, qualquer ruído produzia movimento de atenção! Em cima, nos salões, bacharéis, médicos e outras pessoas de alta consideração no meio social e político, de rifle em punho, vigiavam. Passavam, atravessando os salões, de pijama, em passos tardos”.

A população, que de início assistira a tudo atônita, logo começou a fazer pilhérias e os boatos mais alarmantes passaram a circular, sendo devidamente aumentados pelos próprios espões, já identificados e apontados como “os terríveis”. “Quando se aproximavam das rodas, todos se preparavam para conversar coisas que pudessem alarmar o governo”. Chegou ao ponto de colocarem sacas de algodão nas janelas do Palácio, e “o riso explodiu por todos os cantos desta cidade, porque era verdadeiramente caricato o espetáculo”. Neste momento, por influência do capitão da marinha e deputado federal Magalhães de Almeida, genro de Urbano Santos, um oficial e seis sargentos do exército vindos da capital federal chegaram para iniciar a modificação da guarnição. “Foram recebidos pelos situacionistas com visíveis provas de satisfação,

e a maior de todas foi um banquete que, na copa do Palácio, foi oferecido aos sargentos recém-chegados, pelo sr. Presidente do Estado, no qual, segundo se propalou pela cidade, serviram de criados pessoas de alta posição oficial”.

A 2 de junho, sabendo que seria preso no dia seguinte com os demais membros da Junta, suicidou-se o dr. Leôncio Rodrigues, uma figura de proa do PRM, ex-secretário da Justiça no governo de Herculano Parga. O ato extremo, consumado com veneno, fez o governo recuar da prisão dos outros envolvidos, requerida pelo procurador fiscal da República, Armando Vieira da Silva. Dias depois uma romaria ao túmulo, no cemitério do Gavião, levou a novo episódio significativo. “Às seis horas desceu o préstito por entre ruidosas reclamações, vivas ao PRM e morras ao situacionismo”. A multidão vinha no rumo do Largo do Carmo e quando um dos informantes chegou esbaforido falando em três mil pessoas, “o medo em a residência do sr. Raul Machado tornou-se indescritível. Os sargentos, serenos diante do pânico presidencial, procuravam acalmar os ânimos”. Mas, depois que a multidão chegou ao Largo e foi se dispersando, os situacionistas então se revestiram novamente de violenta fúria. “Que o piquete de cavalaria saísse imediatamente do quartel da praça Luiz Domingues, ordena o secretário de Justiça, pelo telefone. E que espaldeirassem os manifestantes que ainda se achavam na praça João Lisboa e ruas vizinhas; e se reagissem que com a sua responsabilidade atirassem!”

Nesta escalada do medo, “o governo precisa de homens de coragem e de músculos; de homens que tenham o hábito da faca e do revólver; que matem com um murro, como o touro mata com uma chifrada. Quem conta uma bravata é como quem dá um atestado de habilitação. O governo aproveita, indistintamente, todos os valentes, rolistas e arruaceiros. Seu interesse é cercar-se de gente capaz de afrontar pessoas, de pugilatos e de agressões. [...] Um dos escolhidos e vantajosamente colocado aqui na capital foi o dr. José Carlos da Cunha,

juiz municipal de São Vicente Férrer”. Este personagem, que estava mais para valentão e arruaceiro do que para integrante da magistratura, com fama em diversas localidades do interior, protagonizaria uma tragédia, verdadeiro enredo por dentro deste enredo, fruto do desvario que tomava conta do círculo palaciano, movido pela exploração do medo incrustado na mente do chefe do executivo estadual.

“José Carlos tornou-se, então, o homem de inteira confiança do sr. Raul Machado. Acompanhava-o de automóvel, invariavelmente, por toda parte. Não o deixava. Com os seus músculos atemorizou aos da roda palaciana. Quando deixava o Palácio ou a residência particular do sr. Presidente do Estado era para blasonar valentias pelos botequins, barbearias e rodas de camaradas pelas praças. [...] Em Palácio, ele dizia nos grupos: ‘Sou homem. Não vejo aqui quem me meta medo! Quebro a cara de quem quer que seja!’”. Doido para arrumar confusão, avistou na praça João Lisboa um antigo desafeto, que, “segundo ele dizia, lhe insultara o venerando pai, na sua ausência, em Caxias, bem que não se apurasse até hoje a verdade dessa alegação, parecendo até contrariamente ao que afirmava José Carlos que essa afronta não foi praticada”. Sem mais, simplesmente chegou até o advogado João Soares e sapecou-lhe violento murro no rosto. Ameaçou um guarda civil que lhe deu voz de prisão e, em seguida, “desafiou a censura de quem quer que fosse, e como ninguém lhe respondesse, voltou à casa do sr. Raul Machado”. No dia seguinte, ainda colocou no jornal A Pacotilha a seguinte nota: “Declaro eu abaixo-assinado que, ontem, às 10 ½ horas, na praça João Lisboa, em frente da Confeitaria Vitória, quebrei, com uma bofetada, a cara do patife que atende pelo nome de João Soares de Quadros. As pessoas de minha amizade, que sabem o que há entre mim e o patife, poderão verificar: lá está a prova na cara do sacripanta. Provavelmente hoje estará azul”.

João Soares ficou recluso na rua do Ribeirão remoendo sua vergonha. “Que nome iria legar aos filhos? Uma humilhação, nada mais! Como poderia ele aparecer em público daquele dia em diante? Como

encarar com os seus amigos?” Para piorar, chegavam-lhe aos ouvidos, informações alarmantes, novas ameaças de José Carlos, “que assim que ele saísse dar-lhe-ia outro soco, para que ficasse equilibrado, e se custasse a sair que iria lá mesmo à sua residência dar-lhe um segundo ensinamento”. Dá para imaginar os dias terríveis de João Soares, prisioneiro em sua própria casa, na expectativa de que o juiz valentão a invadisse a qualquer momento. “A impunidade de José Carlos era a sua sentença de morte. A polícia não valia contra o seu agressor. Era como se não existisse!” A cidade, no entanto, seria novamente surpreendida com a notícia da manhã do dia 24 de julho: João Soares havia assassinado a tiros de rifle o dr. José Carlos da Cunha! Como isto veio a acontecer?

José Carlos saía para embarcar os filhos rumo a Caxias. Encaminhando-se para a estação ferroviária, atravessou a praça João Lisboa, entrou na rua Nina Rodrigues e dobrou para a rua do Ribeirão. “Quando passou em frente da casa de João Soares de Quadros, ouviu-se uma detonação. Era João Soares que o alvejava. José Carlos, armado apenas de um punhal, correu pela rua do Ribeirão, dobrou pela rua dos Afogados. Outra detonação. Dobrou para a travessa do Teatro, tornou a dobrar para a rua Nina Rodrigues. Outra detonação. É que João Soares de Quadros, vendo-o dobrar para a travessa do Teatro, não correu ao seu encalço. Voltou pela rua do Ribeirão, e chegara ali à esquina da rua Nina Rodrigues com essa rua, ao tempo que José Carlos com a carreira enfraquecida chegava também à rua Nina Rodrigues, na esquina do quarteirão acima com a travessa do Teatro. [...] Outra detonação, mais outra. [...] José Carlos alcançou a praça João Lisboa, dobrando a esquina do prédio onde foi estabelecido o Sul Americano onde caiu após alguns passos da residência do sr. Raul Machado”. O ato de desespero de João Soares, encurralado pelo medo e pela vergonha, oprimido com a omissão cúmplice dos responsáveis pela segurança pública, não foi reprovado

pela sociedade. “Todos lastimaram a sorte do infeliz advogado, chefe de família, que foi impelido, pela desafronta, ao crime. A uma voz todos apontaram o sr. Raul Machado como o único responsável da tragédia”.

Enquanto a rebelião dos alunos da Escola Militar de Realengo e do Forte de Copacabana estourava no Rio de Janeiro, outro caso interessante se verificou na cidade, chamado de “o caso das tabuletas”. Naquele tempo, os jornais exibiam em tabuletas o resumo do serviço telegráfico. “O povo aglomerava-se em frente das redações, lendo e relendo os resumos. Reacionárias, as notícias provocavam discussões acaloradas, que não passavam disso”. Mas não era o que pensavam os palacianos. “Às 13 horas, quando os curiosos eram poucos defronte das tabuletas do Diário, um oficial do Corpo de Segurança Pública, montado, apareceu ali e logo em seguida mais alguns homens de pé, mal vestidos, arremangados, acompanhados de um soldado daquela milícia. A um aceno do oficial investiram contra as tabuletas, quebrando-as de encontro às pedras do calçamento. Soldados do piquete de cavalaria, que apareceram por acaso na ocasião, espaldejaram os populares, que protestaram contra o ato selvagem”. De nada adiantou o diretor do Diário, J. Pires, mostrar ao delegado a correspondência recebida, provando que não se tratava de invenções com o intuito de insuflar os ânimos, como dizia abertamente o secretário da Justiça, pois “foi o medo quem motivou o quebramento das tabuletas, em que se lia o sumário dos acontecimentos do Rio”.

“Não tardou muito para que todos os que cercavam o sr. Presidente do Estado se convencessem de que ele estava possuído do mais tenebroso pavor. Radicou-se no espírito de todos os palacianos essa verdade, e depois toda a cidade soube que o sr. Raul Machado vivia apavorado a agarrar-se como um desesperado a tudo que presumia garantia de vida!” Na verdade, ninguém respeitava mais a sua autoridade. Enquanto os situacionistas deitavam e rolavam, com arbitrariedades e abusos, que ele não tinha coragem de conter, “a população passou a vê-lo entre o indiferentismo e a compaixão”. Casos de indisciplina entre os oficiais

se sucediam, com cenas de pugilato acontecendo em qualquer lugar, como num festejo das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, quando um oficial se pegou aos tapas com o comandante na presença da maior autoridade estadual e de figuras da sociedade.

Enfim, todos “os desregramentos que nublaram desgraçadamente o nosso meio, perturbaram a ordem pública e encheram de descontentamento, de receio a todos”, acabaram a 15 de novembro com a posse de Arthur Bernardes. Temia-se que o movimento reacionário conseguisse impedi-la, determinando uma alteração na situação política em vários estados. Um pouco antes, a 7 de novembro foi expedido o mandado de prisão contra os integrantes da Junta governativa, exatamente pelo medo de uma virada na política nacional e uma repetição dos acontecimentos de abril. “A indignação foi geral. [...] O povo e as famílias se declaravam contra as prisões, revoltados contra o juiz seccional”. Recolhidos ao 24º BC, as lideranças políticas, com o médico Tarquínio Lopes Filho à frente, receberam visitas e solidariedade até a realização do júri no dia 19 de dezembro, quando foram absolvidos e saíram nos braços do povo. “Ao tempo em que o júri se realizou o governo era apenas uma sombra. Caíra por si mesmo”. No dia 20 de janeiro de 1923, Raul Machado passou o governo a Godofredo Viana e, eleito deputado federal, renunciou à vice-presidência, indo para o Rio de Janeiro.

Personagem medíocre, alçado ao cargo mais alto do estado por força das injunções da política oligárquica, o caso da interinidade de Raul Machado no ano de 1922 serve à observação de um poder que se exerce assentado no capricho, nas motivações individuais, sempre mentiroso e covardemente violento, mas que vive em sobressalto com a possibilidade de mudanças no centro político nacional, onde se encontram de fato seus fiadores. Desnaturadas pela prática oligárquica, as noções de direito e república não significavam nada em termos efetivos. Na república oligárquica, a política não substitui o medo

individual ou é engendrada a partir dele para superá-lo, como na tradição do pensamento político moderno. O medo corroía a sociedade de alto a baixo e se assentava largamente na utilização privada da política, na perseguição aos oponentes, no empastelamento de jornais, na confusão entre capangagem particular e força policial, elementos que encontravam eco no conformismo da população. Referindo-se ao receio de Urbano Santos e Raul Machado de algum atentado a suas vidas, Nascimento Moraes afirmou: “o povo maranhense tem pelos seus dirigentes políticos, pelas suas autoridades, sejam quais forem, o maior respeito, até quando exorbitam de suas funções, ou por falta de elevada linha de conduta se colocam abaixo do plano moral que lhes é imposto pelo cargo”. A visão de um valentão desafiando a todos pela cidade, propondo mesmo desmoralizar os líderes da oposição desrespeitando-os pelas ruas e aplicando-lhes surras, é de uma violência primária que expõe a nu os nervos onde se assentava o domínio político. Sempre atuando com larga margem de arbitrariedade, a dominação oligárquica impunha um medo baseado no “código da taca”, para usar uma expressão local, na intimidação violenta que se individualiza e anemiza a vontade coletiva, gerando um sentimento difuso de revolta contra o situacionismo, cujo escopo mantinha-se nos limites da linguagem acalorada dos jornais e sua repercussão nas rodas de conversas. No fundo, era olho na tabuleta e sebo nas canelas.

Para terminar exatamente onde Nascimento Moraes inicia seu texto, cumpre registrar que não havia prevenções da população contra o governador referente às duas primeiras interinidades, pois “erros de finança e economia, já que não atinjam um descalabro escandaloso, são vulgares no governo do Maranhão”, exceto por um fato que indicou aos maranhenses “o critério, o temperamento e o caráter do sr. Raul Machado”. “Em Caxias, o delegado de polícia mandou espancar barbaramente Estelino de Moraes. A sociedade caxiense protestou contra o vilipêndio. O partido oposicionista tomou a defesa do espancado. Telegramas foram

passados ao sr. Raul Machado, narrando-lhe com pormenores o delito e acusando a autoridade arbitrária e violenta como responsável pelo clamoroso atentado. Nada disso, porém despertou o sr. Raul Machado de sua surpreendente inatividade governamental. Declarando que não podia deixar de dar crédito ao delegado de polícia de Caxias, ficou impassível”. Este simplesmente relatou ao governador que o preso “se esbaqueara, propositadamente, dentro da cadeia!”. E não adiantou o exame de corpo de delito, nem a presença da própria vítima, vinda do interior e trazida ao Palácio pelo jornalista Teixeira Júnior. “O governador não se convenceu, nem se comoveram os que o acompanhavam na sala! Ninguém se aproximou do homem! E o governador, o sr. Raul Machado, declarou que não podia deixar de dar crédito às afirmativas do delegado de polícia de Caxias! [...] Foi, então, que viram todos de que o sr. Raul Machado era capaz!” Na base da verdadeira fobia, para usar o termo mais apropriado, que ele desenvolveria em relação à questão da intervenção é possível perceber a arbitrariedade que o mando oligárquico lhe facultava, passar por cima de qualquer evidência e apoiar-se no puro capricho para manter e justificar o seu teatro de horrores. Negro e pobre, filho de um sapateiro analfabeto, jornalista brilhante, Nascimento Moraes sabia bem do que estava falando.

VALÉRIO SANTIAGO E JOSÉ NASCIMENTO DE MORAES: UMA REFLEXÃO SOBRE AUTORIA E AUTORALIDADE¹

*Rosangela Aparecida Ribeiro Carreira
Jarbas Vargas Nascimento*

Ponto de partida: a morte do autor

O poder criativo da linguagem está em pauta desde que o Homem existe. Flagrar um discurso representativo, tomar a palavra ou nomear a palavra de alguém são atitudes que fazem parte do cotidiano de todas as sociedades em qualquer época. Entretanto, se os séculos XIX e XX foram pautados pela outorga de posse da palavra e propriedade intelectual, o século XXI, talvez, seja marcado pela desintegração ou reconfiguração da posse autoral.

Em entrevista ao jornal *The Guardian*, reproduzida e traduzida pela Folha de S. Paulo em 22 de julho de 2011, o cineasta Jean Luc-Godard diz “O autor está morto” e complementa a fala dizendo:

“Não sou um autor, bem, pelo menos, não agora”, ele responde tão

1 Texto originalmente publicado em: Caderno de Letras, Pelotas, .36, jan-abri. (2020)

casualmente como se deixar de ser autor fosse como deixar de fumar. “Houve uma época em que pensávamos que fôssemos autores, mas não éramos. Realmente não fazíamos ideia. O cinema acabou. É triste que ninguém esteja explorando o cinema realmente. Mas, fazer o quê? De qualquer maneira, com os celulares e tudo o mais, hoje todo o mundo é autor”.²

Não por acaso, o título da notícia é “O autor está morto, diz Jean-Luc Godard”, a frase de impacto, obviamente, funciona quase como um *slogan* do discurso de Godard e consegue a adesão, inclusive, de quem não conhece sua obra para a leitura do discurso de alguém que assume a ausência de autoria. Provavelmente, para alguns, ler ou ouvir esta frase seja tão agressivo quanto ler “Deus está morto”, lembrando Nietzsche (1979)

A interdiscursividade presente na frase de Godard, não ocorre aleatoriamente, ambas as assertivas referem-se ao “poder de criação” que associado à formação discursiva de sua época refere-se à crise existencial humana. Nietzsche (1979) nega a existência de um poder criador que seja capaz de conduzir as ações humanas, os valores e a moral na sociedade, ao imprimir seu pensamento relativista em que toda realidade ou fenômenos seriam passíveis de dúvida, quiçá, reinventa a autoria, em que o homem seria o criador de si e da divindade, bem como, de tudo o que o controla, talvez, seja já um prenuncio de que o homem, de posse de seu dom criador, negaria a própria criação e negaria o próprio ato de criar, assim, do mesmo modo que Godard nega ser criador nessa época pautada na (re)criação do discurso alheio, na (re)produção, na (re)invenção de autoria ou, na não-autoria marcada pelas ferramentas da internet como o *Youtube*, citado pelo cineasta na mesma entrevista. Para Barthes (2004) o autor morre e perde sua autoridade sagrada no exato momento em que dá

2 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/946713-o-autor-esta-morto-diz-jean-luc-godard.shtml>. Acesso em: 13 set. 2013.

voz ao texto, já não é mais o autor, o sujeito físico perde sua identidade, o discurso transforma-se apreendendo múltiplas vozes, inserindo-se em diferentes realidades.

Todavia, arriscamos dizer que essa crise sempre existiu, não a partir de Nietzsche, mas a partir do contexto de inserção do “autor” e de sua necessidade, ou não, de legitimação, de autoria ou de propriedade. A autoria está intimamente relacionada à ideia de legitimação do sujeito do discurso por meio de *um dizer* que signifique ou que tenha poder de significação social.

Aparentemente, não é isso que ocorre com os pseudônimos, na medida em que o sujeito não tem essa necessidade, seja por uma questão ideológica ou estilística, o sujeito lança mão do artifício de sublimação ou simulacro da sua autoria, a ideia está em legitimar o *dizer e o sentido do que foi dito* e não o autor.

Partindo dessa ideia central, este artigo objetiva tratar da questão da utilização do pseudônimo como forma de valorização do dizer e favorecimento de questões ideológicas de forma paratópica com o intuito de demonstrar, com base Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa, principalmente na obra de Maingueneau (2008-2010), como essa questão se apresenta na obra de José do Nascimento de Moraes³, quando da utilização de seu pseudônimo Valério Santiago na obra *Puxos e Repuxos* (1910), trata-se de um ponto de partida para reflexões futuras sobre autoria e AD com relação a pseudônimos.

3 Escritor maranhense José do Nascimento Moraes (1882-1958) autodidata foi professor, jornalista, poeta, crítico literário e romancista. Principais trabalhos publicados são o conjunto de ensaios críticos intitulados *Puxos e repuxos* (1910), o romance *Vencidos e degenerados* (1915), corpus de nossa tese de doutorado, e o ensaio político *Neurose do medo* (1923) publicou em diversos jornais utilizando diferentes pseudônimos. Deixou inédito o livro de poesias *Círculos*, sem que seja possível precisar a data de composição, além de uma gama de contos não publicados. Foi fundador da revista literária *Athenas* e, como jornalista, trabalhou para diversos jornais maranhenses como, dentre outros, *A Campanha*, *O Maranhão*, *A Pátria*, *Diário de São Luis*, *O Jornal*, *A Tribuna*, *A Hora*, *Diário do Norte*, *Diário Oficial*, *O Globo*, *Correio da Tarde*, *A Imprensa*, *Notícias*. Formava parte da *Renascença Literária ludovicense*.

Autoria: da morte ao deslocamento

A questão da autorialidade está presente no âmbito das discussões dos estudos atuais da linguagem e da teoria literária sob diferentes perspectivas, considerar o sujeito criador e suas nuances é sempre delicado. A AD reputa as condições de produção imanentes ao discurso e os sujeitos envolvidos nas redes comunicativas e nos diferentes campos semânticos ativados por um determinado discurso. Para Foucault (1992) a existência do autor relaciona-se intimamente à existência primeira de um discurso, ressaltando que o princípio do discurso não se encontra em características individuais, mas se constitui, a partir dos diferentes lugares de que ele procede, ou ainda, dos lugares discursivos de onde o “sujeito” profere como marca ou representação das diferentes formações discursivas, de sorte que, ninguém é dono de seu dizer, porque o discurso está marcado socio-historicamente.

Maingueneau (2010) destaca que a questão da autorialidade deveria ser tratada como uma das principais no contexto da Análise do Discurso, uma vez que o autor é uma categoria que está entre o tempo e o espaço de produção discursiva, sendo uma

categoria híbrida, que implica ao mesmo tempo o texto e o mundo do qual esse texto participa, o autor é uma instância que enuncia (atribui-se-lhe um *ethos* e a responsabilidade de alguns gêneros de textos, em particular os prefácios), mas também certo estatuto social, historicamente variável. (Maingueneau, 2010:26)

Estatuto social que varia historicamente graças ao maior ou menor prestígio que a Obra de arte tenha em determinado contexto histórico. Na Antiguidade, por exemplo, a obra se sobrepunha ao autor, sendo essa questão de menor importância, a ponto de alguns estudiosos questionarem na atualidade a existência de Homero. Com o capitalismo, o surgimento do mercado editorial leva à valorização da obra de arte, enquanto produto comercial e a possibilidade de uma

propriedade autoral adquire outro valor, em que o mostrar-se dono de um dizer passa a ter um valor monetário que, algumas vezes, ultrapassa o estético. Nesse sentido, Benjamin (1985) chama a atenção para o fato de que a contemporaneidade muda as relações impostas pela Arte, antes relacionada à magia e ao prazer, tornando-a, então, mais relacionada à técnica e à política comercial, em que o autor passa a ser produtor e reproduzidor de questões políticas de seu tempo, as quais intervêm em seu olhar. Além disso, essa reprodução maciça somada à modernidade tecnológica transforma o processo de produção artística, trazendo outros tipos de autor para a cena da criação: o fotográfico, o cineasta, o diretor de teatro, o produtor etc.

Maingueneau (2010), por sua vez, analisa que essas transformações levaram a uma cisão entre o produtor textual e a obra, ocasionando um afastamento daquele “modelo” da antiguidade. Nessa alteração de postura, o estudioso identifica as seguintes posturas possíveis em relação à autoria e à obra:

- o *autor-garante* é a dimensão historicamente identificável como produtor de um texto pertencente a qualquer gênero de texto;
- o *autor-ator*, é o profissional do texto, o sujeito que organiza sua função social em torno da produção de textos, da relação com editores;
- o *auctor* é aquele em cuja dimensão o autor é correlato de uma obra, ou seja, um autor não de textos dispersos, mas de uma *Opus*, ou seja, uma obra de prestígio social, cujo prestígio estende-se ao autor.

Maingueneau (2010b: 142) assevera que todo texto é autorizado ou garantido por alguém, o que ele chama de *autor-garante*, entretanto, nem todos os indivíduos assumem o papel de *auctor*, pois, para isso é necessário que terceiros o instituem como tal, mediante a produção de enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma “imagem de autor”.

Pseudônimo: a morte discursiva do autor

Entendemos que a criação de um pseudônimo participa da criação discursiva e desintegra discursivamente o autor para transformá-lo em algo ou alguém ideal, cujo discurso idealizado participa de determinados propósitos conjunturais, normalmente, envolvendo questões políticas, segregações, proibições, ou seja, o pseudônimo, muitas vezes, é uma entidade marginal criada para dar voz a um sujeito que não quer se identificar e com ele se camufla para dar voz a uma retaliação, por exemplo, ou aos excluídos.

Se por um lado, o pseudônimo concretiza a morte discursiva do autor, por outro, sua criação carregada de sentidos outros pode estar ancorada na figura de um autor, que no contexto de produção, se erige paratopicamente na formação discursiva a qual pertença o discurso; o pseudônimo não é um pseudo-autor, no sentido pejorativo, mas um autor inteiro que desintegra dada organização vigente e desloca o discurso original, que dá voz a quem não seria ouvido ou mascara o dizer de um auctor, que por razões diversas, não quer revelar-se no dizer ou quer ser a autoridade a assumir este discurso, assim, o pseudônimo pode servir de simulacro para um *pseudo-autor*, *pseudo-garante* ou um *pseudo-auctor*. De qualquer forma, quando descoberta sua identidade, ocupa o lugar duplo de “pseudo” e de “garante”-autor. Evocando Barthes (2004) essa multiplicidade de “eus” seria como a revelação teológica do Autor-Deus, que cria um “ser” a “sua imagem”, ou seja, o pseudônimo seria, a nosso ver, o reverso de um autor, cuja complexidade está duplicada na situação de quem cria um ser que o representa.

De sorte que o pseudônimo seria, assim, uma espécie de autor, que pode ser criado por *um autor-garante*, *um autor-ator* ou *um autor-auctor*, ou seja, expressa ideias que se deslocam do discurso original do sujeito criador sem deixar de se ancorar nele, pois, quando é levado a público que determinado pseudônimo pertence ao autor x ou y, a relevância do pseudônimo pode variar, de acordo com o prestígio social deste autor,

seu discurso autoriza o dizer do pseudônimo caracterizando-o de certo modo. Assim, sendo descoberto, ou não o autor por trás do pseudônimo, há uma paratopia autoral a ser considerada, principalmente, quando o reconhecimento da autoralidade intervém na aceitação ou contemplação da obra. Maingueneau (2010a:160) lembra ainda que não há paratopia que não seja associada a uma atividade de criação enunciativa, porque

No caso do discurso literário, por exemplo, a paratopia caracteriza, assim, ao mesmo tempo, a “condição” da literatura como cena englobante e a condição de todo criador. Que só se torna criador assumindo de modo singular a paratopia constitutiva do discurso literário.

Assim, de certo modo, ao utilizar um pseudônimo, essa paratopia se duplica na autoralidade de um autor presente-ausente, que por si só já é paratópica, e na “presença” paratópica desse autor, enquanto sujeito criador de um pseudônimo ancorado nas razões que levaram a essa criação.

O corpus: Valério Santiago puxos e repuxos de um pseudônimo

Figura I – *Excerto do Jornal Correio da Tarde do Maranhão*



Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/hotpage/hotpageBN.aspx?bib=388459&pagfis=785&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Nosso *corpus* foi extraído dentre os textos de “Puxos e Repuxos”, coluna publicada no jornal “Correio da Tarde” de São Luís do Maranhão, foco dessa análise, foram escritos em 1910 por José Nascimento de Moraes⁵ sob o pseudônimo *Valério Santiago* em repúdio à publicação feita por Antônio Lobo¹, sob o pseudônimo “o poeta D. Galiza II”, nos jornais “A Pacotilha” e o “Diário”, há várias questões que envolvem a criação desses pseudônimos, mas, fato é que era de conhecimento de seus parceiros, intelectuais e acadêmicos que estes pseudônimos pertenciam a eles.

A formação discursiva que instaura esta polêmica é aquela onde se encontra o discurso republicano, sendo Lobo representante do discurso da elite burguesa, arraigado pelo discurso racista e Nascimento, aqui, defensor e representante do discurso abolicionista, reforçado pelo discurso anti-monarquista e fortemente republicano.

O posicionamento desses dois escritores reflete o de gerações de literatos e de intelectuais, bem como, denota a efervescência política e intelectual da ilha de São Luís do final do século XIX, início do século XX.

1 Antônio Lôbo é o nome literário de Antônio Francisco Leal Lôbo que nasceu em São Luís, capital do Estado do Maranhão, a 4 de julho de 1870. Professor, jornalista e escritor, tendo-se destacado, nesta última profissão, como ensaísta, poeta, romancista e tradutor. Como funcionário público, exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governo do Estado, da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Liceu Maranhense e da Instrução Pública. Juntamente com Fran Paxeco, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godois, Corrêa de Araújo, Astolfo Marques, Godofredo Viana, Clodoaldo de Freitas, Inácio Xavier de Carvalho, Domingos Barbosa, Alfredo de Assis e Armando Vieira da Silva, fundou, na noite de 10 de agosto de 1908, a Academia Maranhense de Letras, uma extensão da Oficina dos Novos. Congregou e aglutinou, em torno da projeção intelectual de seu nome, os escritores de expressão da época. Em virtude de perseguições políticas, moralmente traumatizado, no último ano de sua existência, recolheu-se a sua residência e, na madrugada de 24 de junho de 1916, enforcou-se com uma corrente. Principais obras: *Carteira de um Neurastênico*, romance publicado, inicialmente sob a forma de folhetim, na Revista do Norte, em São Luís, sob o pseudônimo de Jayme Avelar, em 1903; *Pela Rama*, crônicas, São Luís, 1912; *Os Novos Atenienses*, ensaio, São Luís, 1909. Traduziu as seguintes obras: *Debalde*, romance da autoria de Stenkiwicz, cuja publicação inicial foi sob a forma de folhetim na Revista do Norte, São Luís, 1901; em parceria com Fran Paxeco, *O Juiz sem juízo*, comédia da autoria de Bisson; *Henriqueta*, da autoria de François Coppée. In: <http://www.guesaerrante.com.br/2005/11/30/Pagina395.html>

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sobretudo, com a Companhia do Comércio e os jesuítas, o Maranhão é foco de evangelização e registro de diferentes gêneros, os quais refletiam a realidade política da ocasião, embora não haja desenvolvimento literário efetivo. Todavia, ao acolher Pe. Antônio Vieira a ilha não somente tem contato com boa literatura com a qual evangelizava, mas também contato com as produções de Vieira, que tendiam a ser mais simples devido ao público-alvo, mas não de qualidade menor, seus sermões. Durans (2009:16) citando Moraes (1977) afirma que:

a forma como Vieira pregava nos púlpitos de São Luís diferia completamente do jeito como ele o fazia na Europa: lá, o pregador se preocupava em impressionar os ouvintes com seus jogos barrocos cultistas e conceptistas, enquanto aqui ele sabia se fazer entender com mais clareza e simplicidade por aqueles que o ouviam.

Somente após a independência do Brasil, o Maranhão observa o surgimento de produções literárias relevantes, de sorte que a produção literária nasce arraigada de conotações políticas, antes mesmo que a região se posicionasse com relação à República, pois só aderiu ao processo republicano um ano depois.

Com base nisso, é consenso, na historiografia maranhense, dividir-se a vida literária maranhense em ciclos ou gerações, que diferem um pouco dos períodos literários propostos para a Literatura Brasileira em geral, indicando especificidades quanto à sua composição e ao seu surgimento. Muitos autores que se lançam no delineamento das bases para a história da literatura maranhense, como Reis Carvalho, Antônio Lobo, Mário Meireles e Jomar Moraes, entre outros, adotam um mesmo tipo de divisão, demarcando, entre o século XIX e o início do século XX, a existência de três ciclos literários: o primeiro corresponde ao período de 1832 até 1868; o segundo, de 1868 até 1894; e o terceiro de 1894 até 1932. (Durans, 2009:17)

O primeiro grupo de escritores, chamado pela crítica de *Grupo maranhense* formado por nomes como Gonçalves Dias, Sousândrade, Sotero dos Reis, Celso Magalhães e César Marques é o responsável pela alcunha de Atena Brasileira que é dada ao Maranhão. O segundo grupo seria o emigratório, ocorre próximo ao realismo/naturalismo convencional brasileiro e é formado por autores que saem do Maranhão em busca de maior reconhecimento e prestígio literário e social, é o caso de Aluísio Azevedo e Raimundo Correia. O terceiro grupo seria dos Novos Atenienses que surgem como reação à emigração de intelectuais e à morte dos escritores dos tempos áureos como Gonçalves Dias, iniciado por: Reis Carvalho; Inácio Xavier de Carvalho; Euclides Marinho; **Antônio Lobo**; **Nascimento Moraes**; Domingos Barbosa. (Durans, 2009: 1-24)

Percebemos, assim, que inicialmente Lobo e Moraes partilhavam de objetivos em comum para o reaquecimento do universo literário ludovicense, tanto que a Academia Maranhense de Letras foi fundada por um grupo de intelectuais do qual ambos faziam parte “A Oficina dos Novos”. Todavia, com o decorrer do tempo suas produções apresentavam posicionamentos políticos divergentes com relação à estética, à política e a questões étnico- raciais, surge uma espécie de duelo literário arraigado pela rivalidade política.

Nos textos de Lobo é possível encontrar expressões como: [...] ó, **besta**, convém explicar às formigas que te giram em torno da **sórdida carcassa**, que v. ó **negro vil**, além de **burro** e **petulante**, é **pérfido** e **caluniador**. (In verbi) Presentes no texto *Intervenção Pacífica* publicado no jornal Pacotilha em 10 de agosto de 1910.

Obviamente, a contenda instituída entre os dois não é nada “pacífica” e o *corpus* aqui analisado é o resultado desse enfrentamento, pois o grupo dividiu-se, ficando Lobo na Oficina dos Novos e Nascimento e muitos outros no grupo da Renascença Literária, o discurso criado pelos pseudônimos criados por esses autores está no intervalo dessa

cisão e a autoria de ambos ancora paratopicamente o discurso daquilo que chamamos *pseudo-autores*, nesse caso específico, Valério Santiago e D. Galiza.

Pseudo-autor: descolamento, ancoragem e desintegração

José Nascimento de Moraes, enquanto criador, se enquadra nas três dimensões possíveis de análise de autoralidade, propostas por Maingueneau (2010). É **autor-garante** porque assume a responsabilidade por sua produção intelectual, é **autor-ator** porque vive de seu ofício, publicando em diversos jornais da época e é **autor-auctor** porque tem prestígio na sociedade maranhense, sua obra *Vencidos e Degenerados* é relevante, ou seja, tinha autoridade e prestígio para usar seu próprio nome como autor do texto, todavia, em nossa análise da situação de produção, consideramos que criar um pseudônimo para ambos é uma estratégia que segue o que consideramos como *ancoragem, deslizamento e desintegração*.

Trata-se de uma **ancoragem de processo autoral** aos moldes de produção dos “atenienses” que, por sua vez, se espelharam na Arcádia Lusitana, essa ancoragem ocorre porque era usual seguir um modelo estético e, nesse modelo, fazia parte criar um autor, que mascarasse a autoria por diferentes razões, essa postura ratifica a autodenominação de Neo-Atenienses, valida o discurso e gera a adesão de mais intelectuais para o grupo.

Chamamos de **deslizamento discursivo-autoral** a existência de Valério Santiago e sua crítica, ao atribuir-lhe voz de defesa, o autor defende os direitos raciais do povo negro, a abolição e a liberdade de criação, mas coloca em outro plano este dizer, já não é o negro, pobre, autodidata ofendido, este sai de cena para dar voz a um elemento com uma suposta “neutralidade” naquele universo, um “pseudo-autor”. De

certo modo, um autor (Nascimento) transfere ao pseudônimo (Valério) um dizer que parte da sua ideologia e desliza para outro lugar, para um âmbito discursivo, em que este dito não é de sua propriedade, assume a voz de uma coletividade como afirmação social do *dizer* e do *criador*. Tomando emprestada a definição greimasiana, Nascimento de Moraes preserva a face, ao fazer esse deslize de voz que modifica e institui o tom da crítica, o autor mantém e legitima o discurso do “pseudo-autor” paratopicamente.

Nomeadamente há **um apagamento do autor**, se pensarmos que nem toda a população letrada participava de grupos políticos ou intelectuais, perceberemos que para muitos leitores Nascimento de Moraes não existia e seguramente para esses leitores, seguindo a memória discursiva da época, Valério Santiago era o autor daquele discurso, provavelmente, para essa população letrada e para essa sociedade em construção a imagem de autor que firmava seria de um aristocrata branco, jamais um negro autodidata, nessa perspectiva, retomamos a morte autoral e chamamos de desintegração-discursivo-autoral, pois o autor, já reconhecido socialmente, desintegra sua imagem e seu discurso para transferi-lo ao pseudônimo. Nascimento, paratopicamente, dá voz e autoridade para que Santiago tenha direito à réplica e tréplica contra o discurso do “poeta D. Galiza” e contra todos que o apoiavam.

Assim, o autor (Nascimento) cria o pseudônimo Valério Santiago, doravante *pseudo-autor* que responde ao pseudônimo D. Galiza criado pelo autor (Antônio Lobo) em um contexto de produção em que boa parte dos leitores conhecia as marcas de autoria de cada um deles e as razões geradoras do discurso. Da leitura do texto jornalístico, verificamos que o *pseudo-autor* constrói a cena genérica em forma de diálogo, mais precisamente debate interdiscursivo, trazendo para seu discurso citações de D. Galiza para respondê-las crítica e diretamente. Ao respondê-las, acaba por responder a questões socialmente relevantes para a população republicana da época.

Santiago critica o discurso racista presente no discurso do outro, ora atacando o *pseudo-autor* (D. Galliza), ora atacando o autor-garante do pseudônimo (Lobo), colocando em xeque sua estética e sua existência social e política. Como *pseudo-autor* (PA), Valério assume a máscara e dá voz à crítica, instituindo o direito a uma espécie de discurso jurídico, onde defende, julga e condena todas as atitudes do oponente D. Galliza, estabelecendo conexões semânticas entre seu dizer, o que foi dito pelo outro e o discurso republicano que apoia a abolição, numa trama que segue o seguinte percurso:

a. identificação da voz

[Parece-nos que os nossos **“bons amigos”** se animaram a atacarnos./ Como a **coragem de que podem dispor é pequenina**, pegaram do **impagabilíssimo Galliza**, que **elles** tiveram a rara habilidade de endoidecer, e lepidamente o atiraram contra **nós**, pelas ineditoriales da “Pacotilha”] (Moraes, 1910: S/N)²

Esse recorte foi retirado do primeiro parágrafo de *Puxos e Repuxos*. Na apresentação percebemos claramente a ironia presente em “bons amigos”, “coragem pequenina” e “impagabilíssimo”, delas depreendemos que enunciadores e co-enunciadores já se conhecem, a ironia estabelece o tom do discurso que já de início, identifica a voz do outro “impagabilíssimo Galliza”.

Discursivamente é possível verificar que possivelmente não são amigos, inclusive pelo uso de aspas em “bons amigos”, assinalando de que essa amizade pode não ser tão verdadeira, que os considera covardes e insinua que Galliza está sendo usado por outrem, pois “pegaram do **impagabilíssimo Galliza**”. Ao utilizar a primeira pessoa do plural em

2 Analisamos a primeira edição dos artigos publicada pela tipografia dos Artistas em 1910, cópia obtida na Biblioteca da Academia Maranhense de Letras, mantivemos a grafia original, a ausência de pontuação e acentuação, ou seja, todos os excertos foram copiados *ipsis literis*. Do mesmo modo, essa edição não apresenta enumeração de páginas, por isso, a notação S/N.

“nossos/ nós” e a terceira do plural “eles” demarca as fronteiras entre um nós/eles, representados aqui no grupo liderado por Lobo x o grupo liderado por Nascimento, mas também do autor-garante e seu pseudo-autor que ataca seus adversários autor, pseudônimo e grupo social, defendendo-se com as mesmas armas, embora não estejam expressos claramente, denota-se que enunciadores eram conhecidos.

b. crítica de PA para PA e de PA para autor

[Não era preciso que **Lobo** citasse Vieira e Herculano **para justificar uma asneira que brada aos céus.**/ Lobo que os deixe em paz, na grandeza da sua correcção. /Achamos que **o velhote** perdeu a optima oportunidade de ficar calado./ Grammatica não é discurso bombástico que se faz com gomma arábica. /Grammatica não se inventa **nem se sofisma com facilidade**] (Moraes, 1910: S/N)

Nesse recorte, o tom irônico segue constante como estruturador da crítica, no entanto, Valério (PA) ataca aquilo que aparentemente legitima o dizer de D.Galliza, a obra de Antônio Lobo, ao citá-lo, desmascara (in)diretamente o outro, mas usa a estratégia da inclusão discursiva, ou seja, Lobo (autor) faz parte do mesmo grupo de D. Galliza (pseudônimo de Lobo), essa estratégia legitima diretamente seu próprio dizer, incluindo-se no grupo de Nascimento, observamos aqui que criação e criador estão imbricados, **o deslize** e **o apagamento** anteriormente citados não se sustentam, enquanto a **ancoragem** se impõe.

O PA crítica a construção da linguagem do texto apresentado pelo adversário no outro jornal e a qualidade da obra do Lobo, acentuando o tom irônico em “Não era preciso que Lobo citasse Vieira e Herculano” demonstrando que analisa com atenção e minúcia os dizeres de Lobo e Galliza e identificando que o outro evoca grandes autores como discurso

de autoridade sem necessidade alguma. Ataca diretamente a Lobo como parte do “Grupo de Galliza”, atacando diretamente sua maneira de escrever. Mais adiante, cita, inclusive, a *Opus* de Lobo, dizendo:

[Com dois **puxos** e alguns **repuxos** nós nos aliviaremos do “Novos Atenienses”./ A **introdução colossal** da obra, é um conjunto de **períodos quase ininteligíveis** que escapam mesmo ao raciocínio. / Todas as vezes que Lobo procura raciocinar sabe se simplesmente mal!]

Novamente o discurso irônico critica o estilo de Lobo diretamente, apagando o pseudônimo e o paralelismo sintático ainda traz no âmagô um tom de revanche, quase um alívio de responder às injúrias e às ofensas proferidas por Galliza.

c. discurso racista

A interdiscursividade se mantém e mantém *o dizer* do PA que traz novamente a voz de Galliza/Lobo para o seu enunciado, quando da utilização da expressão “negro vil”, PA responde:

[...**typos** que **se nomeiam jornalistas** agriem-nos pelas ineditoriales da “Pacotilha”, chamando-nos **negro!/Negro! Eis ahi o insulto**, a palavra com que elles pensam que nos esmagam, que nos reduzem a última expressão! Que não diriam se fossemos brancos da ilha ou mesmo caboclo!/**Negro!/ É o grito de terror, de medo e de ódio, é o grito do vencido, o nullo, do inhabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que todo mundo sabe – insultar! Negro! Repetem tomados pela cólera, possuidos da mais idiota indignação!**]

A ironia dá o tom discursivo reiteradamente, atribuindo também um tom pejorativo aos sujeitos que não são jornalistas, mas agem

como se fossem, porque assim se nomearam, nessa estratégia PA busca deslegitimar a voz do outro, insinuando sua falta de gabarito para o exercício profissional.

Levantando a bandeira do *discurso da negritude*³, assumindo-se negro, chama de *idiota*, ridicularizando-o e demonstrando sua indignação diante de uma característica é um fato e não um insulto, parafraseia o que foi escrito sobre os saberes do *homem negro que não sabe pensar*, construindo em seu ataque aquilo que a retórica classifica como argumento *ad hominem*, pois se o negro é “inhabilitado”, essa voz que assume a voz da negritude, esclarece que “não será esmagada”.

O discurso dá a impressão de que, enquanto Valério defendia-se sozinho no Jornal Correio da Tarde, Lobo/Galliza encomendava aos seus parceiros textos cada vez mais ofensivos contra o “oponente”, assim, cita artigo publicado pelo Professor Luiz Viana do grupo do Galliza “Os macacos”, essa atitude legitima o discurso do *pseudo-autor*, deflagra o racismo e legitima a réplica.

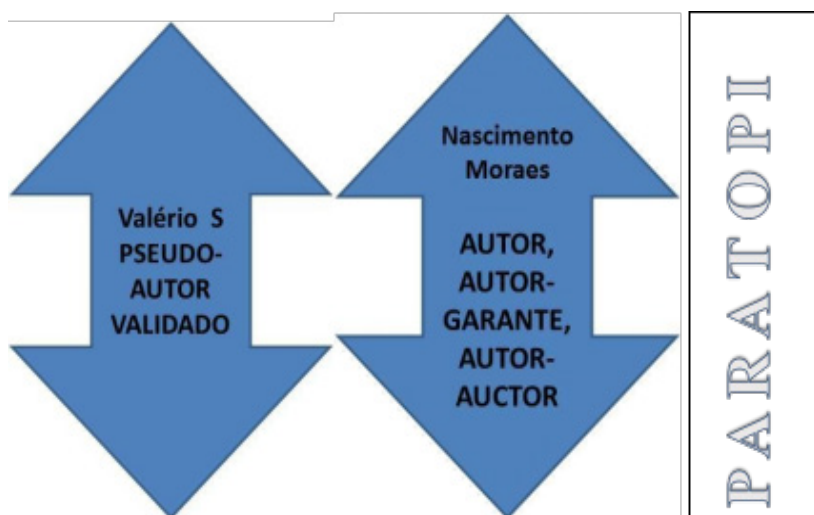
Ainda como estratégia, PA faz a análise gramatical da escrita do outro, corrigindo-o gramaticalmente, citando um trecho do artigo de Viana, o pseudônimo ancora-se no discurso de um terceiro, dizendo:

[“Os homens primitivos a quem a civilização e o orgulho dela nacente não deram ainda ‘para se julgar’ criações divinas”/ Perguntamos: Quem julgar/ Será-PARA ELLES SE JULGAR?/Ou-para elles se julgarem?/ Todas as vezes que se pode trocar o infinito numa clausula com o verbo no subjunctivo. e às vezes no indicativo, é infinito pessoal./Ora, para se julgar criações divinas./Aquelle-para que ele se julgar-é asneira que o professor Vianna deve evitar]

3 Utilizamos aqui discurso da negritude, referindo-nos ao posicionamento de conscientização política que é intrínseco aos Movimentos Negros, o termo “negritude” é cunhado de Kabengele Munanga na obra “Negritude” publicada em 2009 pela Editora Autêntica.

Com a autoridade de professor de língua portuguesa, ao analisar aquilo que considera inadequado gramaticalmente, confrontam-se papéis sociais relevantes para a sociedade da época e, ao mesmo tempo, ao se posicionar com relação ao “bom uso da língua” crítica na verdade o racismo presente no discurso. PA critica a animalização do negro contida no discurso do professor Luiz Viana e reproduzida no texto de D. Galliza.

Por fim, analisando as estratégias a, b e c associadas aos processos de descolamento, ancoragem e desintegração na constituição de um pseudo-autor e retomando a definição de paratopia construída por Maingueneau (2010) , que está intimamente relacionada ao processo criador, notamos que o pseudônimo é legitimado de forma paratópica nessa situação específica em que uma grande parcela dos leitores reconheciam o autor legitimador do discurso, seguindo o seguinte esquema



Considerações Finais

Com esse artigo fizemos um primeiro movimento de compreensão sobre a questão autoral no uso de pseudônimos no âmbito discurso da obra de José Nascimento de Moraes, objeto de nosso estudo de doutorado. Para isso, fizemos um recorte na obra “Puxos e Repuxos” com base de observar o papel autoral do pseudônimo na constituição deste discurso.

Durante a análise, a partir da AD, observamos o discurso republicano abolicionista representado na voz de Valério Santiago, cujo papel de pseudo-autor (PA) constitui-se em desempenhar e desenvolver *a ancoragem, o deslizamento e a desintegração autoral* como forma de reafirmar o discurso original, dando autoridade de defesa e ataque, transformando a cena genérica em diálogo e confronto político, ideológico e “jurídico” no sentido restrito do termo, com poderes de julgamento, defesa e condenação e legitimado paratopicamente pelo autor.

Por fim, é importante ressaltar que essa é uma primeira reflexão sobre autoralidade na utilização de pseudônimos, consideramos que, se há alguma possibilidade de considerar a morte do autor, essa questão não está posta somente pela reprodutibilidade da obra de arte, mas é mais antiga, uma vez que há uma morte discursiva dessa autoralidade no próprio processo de constituição autoral. DE sorte que, se por um lado, o autor se mantém paratopicamente na constituição do discurso literário, por outro, ao fazer uso de um pseudônimo, o autor legitima o discurso desse *pseudo-autor* paratopicamente.

Referências

- BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979/2000.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica – Arte e Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- DURANS, P. R. L. *Os novos atenienses e o imaginário de decadência: as representações em Missas negras, de Inácio Xavier de Carvalho*. 2009. 74 fls. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa. Faculdade. Centro de Ciências Humanas. UFMA. 2009.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução de Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Portugal: Passagens, 1992.
- MAINGUENEAU, D. A noção de autor na análise do discurso. Tradução de Helena N. Brandão. In: *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010a.
- MAINGUENEAU, D. Não há autor sem imagem. Tradução de Adail Sobral. In: *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010b.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *O discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORAES, J. N. *Puxos e Repuxos*. São Luís: Typ. Dos Artistas, 1910.
- NIETZSCHE, F. *Assim falava Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Ed. Vozes,

Sobre os/as autores/as

Adriana Gama de Araújo

Graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Rede Pública Estadual (SEDUC-MA) e Municipal (SEMED-São Luís). Editora na Olho D'água Edições. Poeta. Publicou os livros de poemas: Mural de Nuvens para Dias de Chuva (2018), TRaNSiTo (2019), Metábole, (2021) e Na intimidade de um ser estranho (2024). E-mail: adricaslz@hotmail.com.

Claudia Silva Lima

É docente efetiva do Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Pará-UEPA, Campus XI. Doutora e mestra em História (UFMA). Licenciada em Filosofia (IESMA) e Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia (UFMA). Integra o Grupo de pesquisa GEICA (Grupo de Experimentações com a Imaginação Conceitual Ameríndia) e do GEAMAR (Grupo de estudos e pesquisa Amazônia Antirracista. Desenvolve pesquisas no campo da História da África e dos Africanos com temáticas ligadas a discussão sobre a história das mentalidades, diáspora africana e formação social, histórica e filosófica do pensamento africano. E-mail: claudia.s.lima@uepa.br

Denise Almeida Silva

Doutora e em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000); pós-doutorado pela UFF (2014). Atuou, como professor de terceiro grau, na UERGS e na URI, nesta no PPG - Mestrado em Letras e Graduação. Como pesquisadora, investiga principalmente os seguintes temas: identidade, minorias, memória, violência.

Flávio Reis

Professor adjunto nível IV da Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1985) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase na formação do Estado brasileiro e no estudo da dominação oligárquica regional. Tem trabalhado também com aspectos da cultura brasileira, como o chamado cinema marginal entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70, e a música popular. Algumas publicações: “Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão” (2013); “Guerrilhas” (2012).

Fernanda Pereira

Graduada em Letras – Língua Inglesa e respectivas Literaturas, pela URI Frederico Westphalen (2020). Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa e pós-graduanda em Neuropsicopedagogia. Orientadora de Educação Profissional II no Senac Palmeira das Missões. Pesquisa os temas: arte, literatura e educação.

Isis Rost

Doutora em Literatura (PUC-Rio). Publicou “O Risco do Berro - Torquato, neto Morte e Loucura” (2017) e “Literatura e Performance” (2024), dentre outros títulos. Envolvida em experimentações gráficas e literárias na Editora Passagens.

Ivanete Coimbra Cavalcante Sousa

Professora da rede Municipal de São José de Ribamar-Ma e Paço do Lumiar-Ma; no cargo Especialista em Educação Especial em Sala de Recursos. Docente do Ensino Superior na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, pelo Programa Ensinar; Docente da Instituição Faculdade Santa Fé, rede privada; Mestranda do Programa Gestão do Ensino da Educação Básica PPGEEB pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA; Palestrante e Poeta.

Jarbas Vargas Nascimento

Pós-doutor na área de Letras, pela UNESP- Campus Assis. Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo - USP. Professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem e do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP.

Lívia Teixeira Costa

Graduanda na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros na Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora na área de Estética Africana com o projeto A potência crítica e emancipadora das mulheres como problemática de Vencidos e degenerados. Experiência em Estudos Africanos, atuando principalmente nos seguintes temas: interseccionalidade, marcadores sociais e feminismo negro.

Luís Oliveira Freitas

Professor da Faculdade Católica do Maranhão e da rede estadual de ensino do Maranhão. Doutor em Teologia, pela PUC-Rio, mestre em Letras, pela UFMA, graduado em Letras, pela UFMA, e em Teologia, pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão, atual Faculdade Católica do Maranhão. Tem alguns cursos de especialização lato sensu, entre os quais, Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar, pela UFMA.

Luiz Henrique Oliveira

É doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela UFMG (2013), onde também concluiu Pós-Doutorado em Estudos Literários. Na mesma instituição, realizou o mestrado (2007) em Teoria da Literatura e a Graduação em Letras, Língua Portuguesa (2004). É Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Graduação em Letras (Tecnologias da Edição) e do Ensino Médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Campo Editorial (GIECE). Integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA/UFMG). Membro do Comitê Gestor do Portal Literafro. Autor de Poéticas

negras (2010) e Negrismo (2014). Tem atuado principalmente nos seguintes temas: negrismo; literatura (afro)brasileira; edição, história e memória cultural. E-mail: henriqueletras1901@gmail.com.

Manoel de Jesus Barros Martins

Professor lotado no Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (1985), Especialização em Especialização em Organização de Arquivos – VII pela Universidade de São Paulo (1992), Mestrado em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Doutor em História pela Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS 2024. Docente nos cursos de História e Turismo da UFMA. Publicou entre outros: Operários da Saudade: Os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2026; Francisco de Paula Ribeiro. Memórias dos sertões maranhenses (Org). São Paulo: Siciliano, 2002.

Mariléia dos Santos Cruz

Professora Titular do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (CCSO). Doutora e Mestre em Educação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica-PPGEEB.

Natércia Moraes Garrido

É docente efetiva da Universidade Estadual do Maranhão e do Instituto Federal do Maranhão, ambas instituições localizadas em Caxias-MA. É Mestre e Doutora em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, com foco em Estudos Poéticos Modernistas e Literatura Maranhense. Possui livros publicados como autora, poeta e organizadora; dentre eles destacamos “Poesia em 3 tempos” (2021), “A poética modernista em Azulejos de Nascimento Morais Filho” (2021), “Antologia Poética de Nascimento Morais Filho” (2022), “Mural das Minas: Antologia Feminina Literária Maranhense” (2024) e “Maranhão em Versos” (2025). É docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Mestrado – da UEMA Campus Balsas (MA).

Rosangela Carreira

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, MBA em Gestão e Inovação em EaD pela Universidade de São Paulo-USP com ênfase em gamificação. Especialista em Linguística Forense pela Universidade do Porto. Professora efetiva de Leitura e Produção de Textos da Universidade Federal de Goiânia-UFG, professora do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura e chefe do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa da UFG.

Ubiratane de Moraes Rodrigues

Professor de Filosofia do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA) - Campus São Luís. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia PPGFil da Unioeste/Campus de Toledo-PR e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros - PPGAfro da UFMA. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ubiratane.mr@ufma.br.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO

Nascimento Moraes: Leituras críticas de Vencidos e degenerados
e outros escritos

ORGANIZADOR

Ubiratane de Moraes Rodrigues

SUPORTE

Digital

PROJETO GRÁFICO

Fábio Bezerra Brito

CAPA

Ubiratane de Moraes Rodrigues

PÁGINAS

404

TIPOGRAFIA

Crimson Pro | CORPO
Crimson Pro Bold | TÍTULOS

“O que nos chama atenção na obra de Nascimento Moraes é que as transformações trazidas pela República, as ideias, as aspirações e os valores compartilhados pelos intelectuais de seu tempo, são diluídos num discurso que tem o objetivo claro de denunciar as mazelas sociais de sua gente. Os vencidos a que ele se refere são os que sofreram a derrota das expectativas, aqueles que não conseguiram “ganhar” com as mudanças do novo regime, ou seja, todos aqueles que não puderam usufruir das promessas feitas pelos porta-vozes do progresso. O autor nos mostra uma modernização pensada, sonhada para sua terra através do discurso científico e literário, com a presença daqueles que representam esse saber. Problematisa acuradamente as “faltas” para propor um caminho a ser seguido.”

Adriana Gama de Araújo